



ELIAS STEIN (ORG.)

# QUANDO OS TRABALHADORES SE TORNAM CLASSE

A CONSTRUÇÃO DA RIQUEZA NA CIDADE DE SÃO PAULO

**IIEP**



SÃO PAULO  
INTERCÂMBIO, INFORMAÇÕES, ESTUDOS E PESQUISAS - IIEP  
2016





## NOTA TÉCNICA

OS DEPOIMENTOS TRANSCRITOS FORAM REALIZADOS NOS MARCOS DO PROJETO “AS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA RIQUEZA EM SÃO PAULO - OS TRABALHADORES METALÚRGICOS”. É IMPORTANTE DESTACAR QUE CONSTA A INDICAÇÃO DOS ACERVOS PÚBLICOS E PRIVADOS, DOS QUAIS PROCEDEM OS MATERIAIS CEDIDOS E UTILIZADOS NO LIVRO. A OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO, AO LONGO DE SUA HISTÓRIA, RECEBEU MILHARES DE FOTOS QUE FORAM USADAS NAS SUAS DIVERSAS INICIATIVAS POLÍTICAS - MUITAS VEZES, NUMA RELAÇÃO DE MILITÂNCIA COM O FOTÓGRAFO, OU SEJA, RELAÇÃO NÃO COMERCIAL. HOJE, ESSE ACERVO É PARTE DO PROJETO MEMÓRIA DA OSM-SP.

AS IMAGENS JÁ ADQUIRIDAS E USADAS NO MARCO DAS ATIVIDADES DOS PROJETOS PODEM SER EVENTUALMENTE UTILIZADAS, SEMPRE COM O DEVIDO CRÉDITO AO AUTOR. NO CASO DAS IMAGENS COM AUTORIA NÃO IDENTIFICADA, FORAM REALIZADAS AS TENTATIVAS POSSÍVEIS DE LOCALIZAR O PROFISSIONAL. PELA IMPORTÂNCIA HISTÓRICA DO TEMA E PELO FATO DE NÃO SER UMA ATIVIDADE COMERCIAL, SOLICITAMOS INFORMAÇÕES QUE POSSAM NOS AJUDAR A IDENTIFICAR SEUS AUTORES PARA DAR-LHES OS DEVIDOS CRÉDITOS.

AS FONTES DOCUMENTAIS PESQUISADAS E A BIBLIOGRAFIA CONSULTADA DE CADA UM DOS CAPÍTULOS ENCONTRAM-SE ORGANIZADAS AO FINAL DO LIVRO.

ALÉM DO APOIO INSTITUCIONAL RECEBIDO, ESTE MATERIAL FOI FINANCIADO COM ATIVIDADES DE AUTOSSUSTENTAÇÃO E COM O APOIO DE ENTIDADES E PESSOAS, AQUI REFERIDAS COMO “AMIGOS DE SEMPRE”.

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: CACO BISOL. CAPA: CRIAÇÃO DE JOANA GUDIN SOBRE FOTO DE MANIFESTAÇÃO DE TRABALHADORES NO PROTESTO EM REPÚDIO AO ASSASSINATO DE SANTO DIAS, DE RICARDO ALVES, E IMAGEM DA CIDADE DE SÃO PAULO, DE JESUS CARLOS. REVISÃO DE TEXTO: GUILHERME SALGADO ROCHA.

---

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Q24

Quando os trabalhadores se tornam classe: a construção da riqueza na Cidade de São Paulo.- Elias Stein, organizador.- São Paulo: IIEP- Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas, 2016

248 p.  
ISBN 978-85-69389-01-9

1. São Paulo- condições de vida. 2. Trabalhadores. 3. Desenvolvimento industrial. I. Stein, Elias. II. IIEP III. Projeto Cidades.

CDD 338.0981  
CDU 330.342

---





## CONSELHO POLÍTICO DO PROJETO MEMÓRIA DA OSM-SP

ANÍZIO BATISTA DE OLIVEIRA  
CARMEN SYLVIA VIDIGAL MORAES  
ELIAS STEIN  
ÊNIO BORGES  
FRANCISCO CARLOS DE SOUZA - CHICO GORDO  
GERALDO FERREIRA DA SILVA  
HÉLIO BOMBARDI  
HERCÍLIO CORREA FILHO - ALEMÃO  
JEAN FRANÇOIS GERMAIN TIBLE  
JORGE LUÍS DOS SANTOS OLIVEIRA - JORGE PRETO  
JOSÉ CARLOS CÂNDIDO - MARROM  
MIGUEL CARVALHO  
OLAIR CARDOSO  
RAIMUNDO MOREIRA DE OLIVEIRA - RAIMUNDINHO  
RONALDO CÂNDIDO  
SALVADOR PIRES  
SEBASTIÃO NETO  
STANISLAW SZERMETA  
WALDEMAR ROSSI

### EQUIPE IIEP

CAROLINA FREITAS  
FABÍOLA ANDRADE  
GABRIEL DAYOUB  
MILENA FONSECA FONTES  
VANESSA MIYASHIRO

### TRABALHADORES-PESQUISADORES IIEP

ANTÔNIO DE BARROS - TONINHO 3/8  
CÉLIA ROSSI  
MARIA DO CARMO GOMES - CARMEM  
MARIA JOSÉ SOARES - MAZÉ  
ROSI MORENO  
SALVADOR PIRES  
SOFIA DIAS BATISTA  
SUELI BOSSAM  
VICENTE RUIZ - ESPANHOL  
VALDERI ANTÃO RUVIARO - VALDO  
YARA SILVIA TUCUNDUVA

### APOIO TÉCNICO E PESQUISA DE ACERVO

ALANA MORAES  
ANAÍS DANIELA GONZÁLEZ  
ELIANA GONÇALVES - LIA  
GRACIA OSHIRO  
ITZE GABRIELA GONZÁLEZ  
JOANNE MOTA  
JOSÉ CLÁUDIO DE PAULA  
JÔ AZEVEDO  
JOSUÉ MEDEIROS  
JULIANA CARVALHO  
MAÍRA PIVATO  
MARIA GORETTI RODRIGUES  
MARIANA MEDEIROS PORTO  
RAFAEL COSTA  
SAMANTA COLHADO MENDES  
SÉRGIO ROSSI  
TATIANA OLIVEIRA





#### **AGRADECIMENTOS AO APOIO DE SEMPRE**

ADRIANO DIOGO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, ESTUDOS E PESQUISAS - CEEP  
CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO - FEUSP  
DULCE MUNIZ - NÚCLEO DO 184  
EQUIPE DO CPV  
EUDES XAVIER  
INSTITUTO LIDAS  
ÍTALO CARDOSO  
JESUS CARLOS  
JOSÉ LUIZ DEL ROIO  
MARCELO TEO CHAVES  
MARIA DAS MERCÊS APARECIDA APÓSTOLO  
MARLY RODRIGUES - MEMÓRIAS, ASSESSORIA E PROJETOS  
MURILO LEAL  
NÚCLEO PIRATININGA DE COMUNICAÇÃO  
PAULO CAVALCANTI  
RICARDO ALVES  
SÉRGIO GOMES - OBORÉ  
VLADIMIR SACCHETTA - ICONOGRAPHIA

#### **TEXTOS AUTORAIS E TESTEMUNHOS**

ADRIANO DIOGO  
CARMEN MORAES  
CAROLINA FREITAS  
CÉLIA ROSSI  
DANILO COSTA  
EDUARDO DUTENKEFER  
ELIANE KUVASNEY  
ELIAS STEIN  
IDIBAL PIVETA  
ISABEL PERES  
JOSÉ CARLOS STEIN  
LADISLAU DOWBOR  
ROSÂNGELA BATISTONI  
MURILO LEAL  
PAUL SINGER  
RÉGIS MORAES  
ROBERTO FRANCO  
SEBASTIÃO NETO  
SUELI BOSSAM  
VICENTE RUIZ  
WALDEMAR ROSSI

\* OS MEMBROS DO CONSELHO POLÍTICO, DA EQUIPE IIEP E OS TRABALHADORES-PESQUISADORES IIEP MUITAS VEZES PARTICIPARAM DE DIVERSAS ETAPAS DESSE PROCESSO. A NÃO REPETIÇÃO DOS SEUS NOMES É INTENCIONAL.



# SUMÁRIO

- 7 HOMENAGEM AOS LUTADORES - WALDEMAR ROSSI**
- 13 APRESENTAÇÃO**  
RÉGIS MORAES
- 15 INTRODUÇÃO**  
SÃO PAULO: AS MUITAS CIDADES E SEUS TRABALHADORES  
ELIAS STEIN
- I. TEXTOS AUTORAIS E TESTEMUNHOS**
- 20 A CLASSE OPERÁRIA EM CONSTRUÇÃO - OS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO**  
MURILO LEAL
- 34 CONTANDO NOSSA HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DESTA CIDADE**  
WALDEMAR ROSSI
- 44 SINGER, O METALÚRGICO**  
TESTEMUNHO DE PAUL SINGER
- 56 UMA CIDADE, TANTAS DESIGUALDADES**  
RÉGIS MORAES
- 66 ACIDENTES, DOENÇAS E MORTES ENTRE OS TRABALHADORES METALÚRGICOS EM SÃO PAULO DE 1960 A 1990**  
DANILO COSTA
- 78 A “NOVA REPÚBLICA” DOS PATRÕES: MUDANDO PARA NÃO MUDAR**  
TESTEMUNHO-REPORTAGEM COM JOSÉ CARLOS STEIN
- 86 OPERÁRIAS NA CONSTRUÇÃO DE SÃO PAULO: TRABALHO E LUTA NA CIDADE**  
CAROLINA FREITAS
- 106 A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES EM SÃO PAULO: A LUTA PELO EXERCÍCIO DE UM DIREITO (1940-2000)**  
CARMEN MORAES
- 126 HELENY, A RESISTÊNCIA É AQUI!**  
IDIBAL PIVETA - CÉSAR VIEIRA
- 131 OS TRABALHADORES NO TEATRO: UNIÃO E OLHO VIVO**  
TESTEMUNHO-REPORTAGEM COM IDIBAL PIVETA
- 134 O GOLPE, A MOOCA E 1979, O ANO QUE APENAS COMEÇOU**  
ADRIANO DIOGO



- 144** OS METALÚRGICOS NA CIDADE E A CIDADE DISTANTE  
DOS METALÚRGICOS  
SEBASTIÃO NETO

## **II. AS MUDANÇAS NA CIDADE**

- 158** A INDÚSTRIA EM SÃO PAULO: CONCENTRAÇÃO,  
DESCONCENTRAÇÃO E NOVOS RUMOS  
ELIANE KUVASNEY E EDUARDO DUTENKEFER
- 177** SÃO PAULO, OS DESAFIOS DA GOVERNANÇA  
LADISLAU DOWBOR

## **III . PERCEPÇÕES**

- 188** COTIDIANO OPERÁRIO E MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS  
EM SÃO PAULO (1970-1980)  
MURILO LEAL PEREIRA NETO
- 198** A BATALHA DO CAPÃO DO EMBIRA  
SUELI BOSSAM E VICENTE RUIZ
- 206** A POLÍCIA QUE MATA  
TESTEMUNHOS DE ISABEL PERES, ANA DIAS E VICENTE RUIZ  
EQUIPE IIEP
- 212** TÁ VAZIO  
ROBERTO FRANCO

## **IV. INICIATIVAS**

- 222** ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES: O ENCONTRO DAS  
ORGANIZAÇÕES DE FÁBRICA COM OS BAIRROS  
SUELI BOSSAM E VICENTE RUIZ
- 228** ESCOLA NOVA PIRATININGA: TRABALHADOR ENSINANDO  
TRABALHADOR  
SUELI BOSSAM
- 234** CONHECER PARA LUTAR: A EXPERIÊNCIA DO LIDAS  
ROSÂNGELA BATISTONI
- 239** FONTES





WALDEMAR ROSSI NO LANÇAMENTO DO LIVRO  
*INVESTIGAÇÃO OPERÁRIA: EMPRESÁRIOS,  
MILITARES E PELEGOS CONTRA OS  
TRABALHADORES. MEMORIAL  
DA RESISTÊNCIA*, 2014.

JESUS CARLOS. ACERVO IIEP

Waldemar Rossi foi o candidato da chapa da Oposição em 1967 nas eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Foi o primeiro enfrentamento em que a OSM-SP se apresentou publicamente. Marco da construção de uma proposta de organização independente de classe. Na pessoa de Waldemar Rossi, homenageamos centenas de trabalhadores que dedicaram suas vidas à construção do movimento operário em São Paulo.







**QUANDO OS TRABALHADORES  
SE TORNAM CLASSE**

**A CONSTRUÇÃO DA RIQUEZA  
NA CIDADE DE SÃO PAULO**

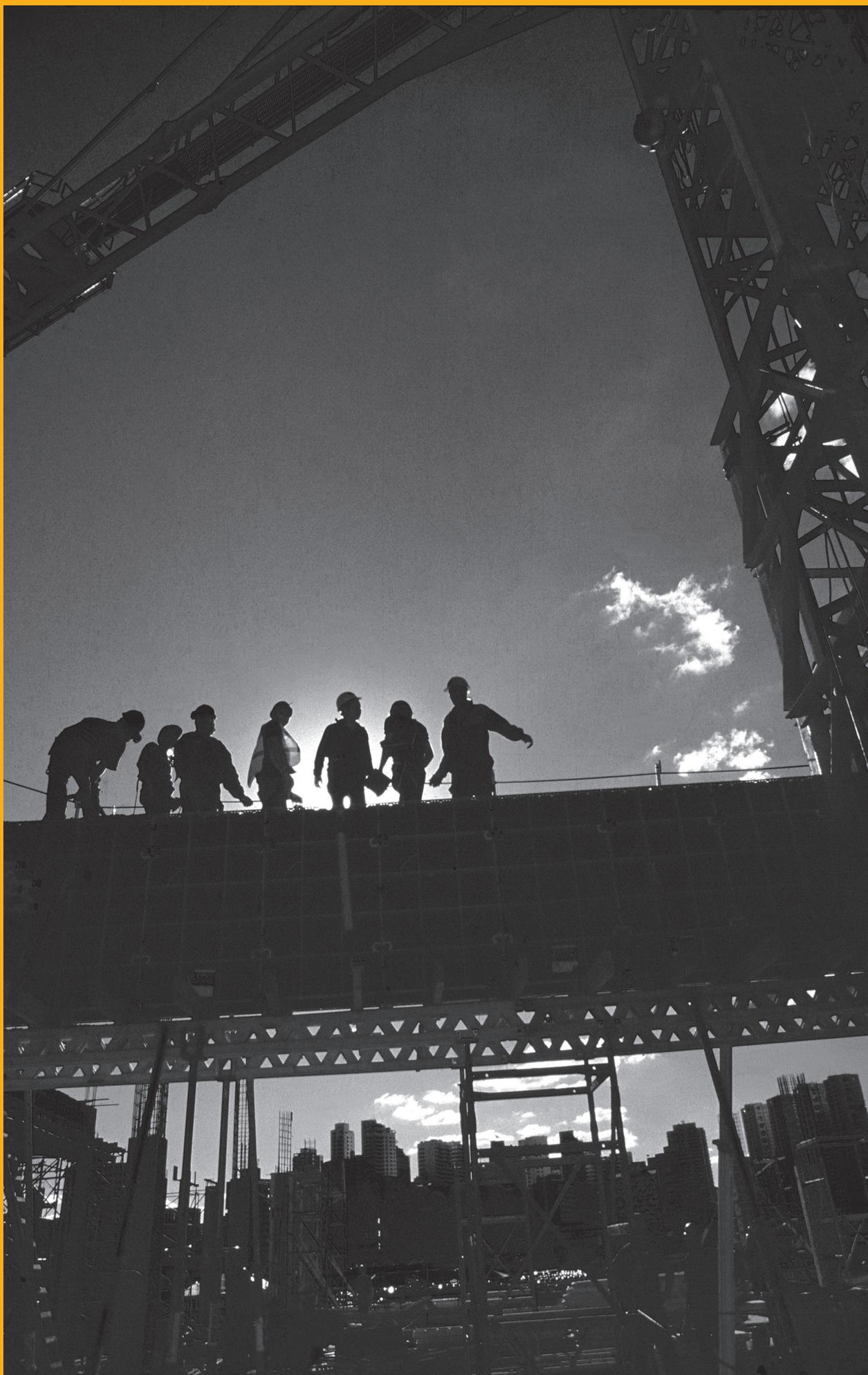


EM QUE CASAS DA LIMA DOURADA  
MORAVAM OS CONSTRUTORES?  
PARA ONDE FORAM OS PEDREIROS,  
NA NOITE EM QUE A MURALHA  
DA CHINA FICOU PRONTA?

(...)

TANTOS RELATOS  
TANTAS PERGUNTAS

BRECHT



JESUS CARLOS





## APRESENTAÇÃO

RÉGIS MORAES

Este livro procura recuperar a percepção de transformações de longo prazo, na vida da cidade e de seus trabalhadores. O trabalho é difícil, quando nos colocamos dentro dessas mudanças e nelas buscamos o nosso lugar. Quando olhamos de longe, a mutação é mais clara, tudo parece mais lógico e mais compreensível. Como uma viagem que se completou.

Imagine que está num trem-bala ou num avião, sem que o bilhete diga qual é o itinerário, o ponto de chegada, as paradas intermediárias. Quando você olha de longe, entende a trajetória, o sentido. De onde partiu, para onde vai. Mas quando está no trem, fazendo a viagem, a menos que uma voz superior lhe fale ao ouvido, você não sabe qual é o ponto de chegada, aquilo que, depois, talvez você chame de destino. Destino só é destino depois que aconteceu. E a história, no momento em que é vivida e feita, quase não tem janelas. Navegamos quase sem mapas, fazendo o

caminho. Não do jeito que queremos – não dá para escolher todas as rotas, acelerar ou reduzir do modo como queremos. Mas, se um destino existe, não é por conhecê-lo que nos movemos – pelo contrário, agimos porque supomos que, em menor ou maior medida, poderemos transformá-lo, moldá-lo.

É um pouco esta sensação que sentimos quando olhamos as mudanças de São Paulo nos últimos cinquenta ou sessenta anos. E quando recolhemos a percepção dos trabalhadores que sofreram e produziram essas mudanças.

Algumas histórias e percepções se repetem e se juntam. Em 1950, São Paulo já era uma cidade grande, com indústria e operariado, mas ainda era a capital dos barões do café. Tinha seus bairros de italianos, judeus e japoneses, sua vila espanhola ou portuguesa, seus quarteirões árabes. Sua indústria produzia manchas na zona leste próxima do centro, Brás, Mooca, Pari, Belenzinho, Ipiranga mais ao

sul. Uma outra mancha se estendia para o oeste, ao longo da ferrovia do café, a Santos-Jundiaí: Barra Funda, Água Branca, Lapa. Grandes casarões aristocráticos marcavam a paisagem da Paulista ou dos Campos Elíseos. Sobradões imponentes na Liberdade ou no Bexiga.

Quando nos deslocamos no tempo, o mapa das coisas e das gentes vai mudando. São Paulo se transforma num ímã para brasileiros de todo canto, atraindo os 'caipiras' do interior, os mineiros, os nordestinos. Vai empilhando multidões nas vizinhanças das fábricas. Mas, pouco a pouco, o ímã começa a repelir os trabalhadores. Vai jogando pedaços da cidade para os bairros periféricos. Que ainda não são bairros, são loteamentos inóspitos, onde alguém vende terrenos, instala um poste de luz e lança a esperança da casa própria, construída nos fins de semana com a ajuda dos amigos e parentes. Aos poucos os barracos e casas precárias vão formando um aglome-

rado, uma pequena vila, suficiente para compensar o investimento da companhia de luz num transformador precário, que se desliga nos horários de pico. Compensa também uma companhia de ônibus mam-bembe, alguns melhoramentos públicos conquistados a duras penas e à custa de muita luta: ruas, caminhos para os ônibus que chegam ao trabalho, nas regiões centrais, água, quem sabe uma escola. Construindo suas vilas, os operários constroem o mercado para o progresso – mas quando ele chega, chega caro. Os terrenos sobem de preço, sobem também os aluguéis, chegam tributos, taxas. E, mais uma vez, os trabalhadores são empurrados para um pouco mais longe. É assim que a mancha da cidade vai crescendo para as pontas e para as cidades vizinhas – cidades-dormitório ou viveiros de mão de obra, para alimentar a metrópole rica.

O tempo vai passando também para os centros aristocráticos. Em alguns dos bairros fora do velho centro, bairros mais caros, surgem casas mais ricas, condomínios de apartamentos de luxo. E bairros residenciais do centro velho decaem. Os sobradões e palacetes dos Campos Elíseos, da Liberdade e do Be-xiga vão virando casas de cômodos e cortiços. Em torno de bairros chiques e de seus condomínios luxuosos formam-se modernas senzalas, para abrigar a criadagem de

faxineiras, cozinheiras, de jardineiros e, claro, de vigilantes. Ao lado das Alphavilles surgem as Alfavelas. A ironia dos nomes. Bairros populares maltratados são apelidados de “jardins”. Ao lado do elegante Morumbi, ergue-se uma senzala, formando quase uma nova cidade de habitações e ruas improvisadas, com o curioso nome de Paraisópolis. A favela e o bairro precário não são simplesmente problemas – são soluções, numa cidade que se expande e na qual trabalhadores vivem três ou quatro horas de seus dias amontoados nos ônibus.

Este livro procura recuperar algumas percepções dessas mudanças. Uma parte dessa tarefa é realizada pelo olhar treinado de estudiosos e especialistas que tentam visualizar o trajeto do trem olhando-o bem de cima. Tendo o privilégio de saber qual o ponto de chegada, buscam interpretar as razões pelas quais os caminhos e trajetos foram escolhidos, a partir de conflitos e ações cooperativas, de encontros e desencontros. Com isto, acabamos por visualizar algo que já não chamamos de destino, mas de percurso histórico.

Outra parte do livro é constituída de material muito rico, talvez mais volátil, certamente muito marcado pela experiência dos viajantes da história. Flagrantes. São as memórias de homens e mulheres que viveram essa mudança. Que

construíram a riqueza da cidade e viram nela se materializar a palavra de São Mateus: daqueles que nada têm, ainda mais lhes será tirado, para aqueles que tudo têm, ainda mais lhes será dado. Inconformados com essa regra do nosso capitalismo selvagem, esses homens e mulheres contam, também, como lutaram para distribuir a riqueza de modo menos desigual. Esta é uma luta política: recobrar a memória e rever a história a partir desse lado de baixo.

Os capítulos formam não propriamente um documentário, com começo, meio e fim. Não tem sentido “resumir a história” nesta apresentação. O que aqui se faz é convidar o leitor a mergulhar nela. Mais do que uma sequência lógica, o livro é um mosaico em que aparecem a constituição da indústria, a distribuição das manchas fabris, a gestação de desigualdades, o modo como moram e o modo como sofrem os seres humanos que constroem a cidade. Mas, também, o modo como lutaram e lutam, construindo na sombra uma outra cidade, a cidade das esperanças perdidas e recuperadas, abafadas e renascidas.

Essa história não termina, porque a história não termina. É o mosaico vai-se redesenhando nos nossos dias. Os personagens se transformam, mas, como diz o refrão, a luta continua. ■

## INTRODUÇÃO

SÃO PAULO: AS MUITAS CIDADES E SEUS  
TRABALHADORES

ELIAS STEIN

Falar sobre São Paulo, essa cidade que não é uma, mas dezenas, centenas, é uma tarefa muito difícil. Mais difícil ainda quando queremos enxergar essa megalópole de um ponto de vista muito específico, a visada dos trabalhadores.

Como nós, construtores desses prédios, viadutos, túneis e avenidas, metrô, vemos e nos sentimos responsáveis pela criação dessa monstruosidade que nos causa tanta admiração e tanto mal-estar ao mesmo tempo? Como essa criação nossa nos vê? Mais uma vez a criatura se voltou contra o Criador, no caso os Criadores, nós, trabalhadores?

Sim, porque criamos uma cidade que nos quer longe dela, vivendo em periferias que nada oferecem de cultura, de lazer, de condições mínimas de uma vida decente.

E não viemos para cá porque era nossa vontade. Viemos em busca de uma vida melhor. Viver no campo, sem terra própria para plantar e colher, sob o domínio de um coro-

nel que nos tratava como escravos, não era vida.

Mais tarde viemos a entender porque não houve reforma agrária no Brasil. Os novos mandantes do país, a burguesia industrial, precisava de mão de obra farta e barata para se enriquecer. E vieram milhões de homens e mulheres do interior de São Paulo, de Minas Gerais e do Nordeste para fazerem da “São Paulo Maravilha” o que ela é hoje.

Porque Getúlio Vargas, o governante que nos deu vários direitos, enfrentando a resistência dos empresários (a falsa “revolução constitucionalista de 1932”), não mexeu com a estrutura fundiária no campo? Porque não interessava fixar o homem à terra. Para a industrialização do país, era mais importante ter mão de obra disponível nas cidades. E nós viemos.

Enfrentando preconceitos que nos chamavam a todos de “baianos”, deixamos aqui nosso suor e nosso sangue, nossas vidas, para

construir as avenidas, os viadutos e as linhas de metrô que hoje levam os paulistanos para todos os lugares. Sem falar nos milhões que sofreram as péssimas condições de trabalho, os baixos salários, para fazer de São Paulo o maior pólo industrial do país, a “locomotiva” que levaria o Brasil para o futuro grandioso de uma nação de “Primeiro Mundo”.

Não levou.

Porque as nossas “elites”, os escravocratas dos séculos XVI ao século XIX, os coronéis dos séculos XIX ao século XX, e a burguesia de hoje, não admitem que sejamos cidadãos. Com mais de 100 anos de República, o regime que define a igualdade de todos perante a lei, no Brasil vigora a lei que George Orwell ironizou na “Revolução dos Bichos”: Todos são iguais, mas alguns são mais iguais que outros!

E como as nossas elites se consideram mais iguais que nós, nada mais natural para eles que tenham um tratamento diferenciado. Na

saúde, na educação, na justiça. Um pobre, um negro, um favelado morto pela polícia é somente mais um. Um filho da elite é manchete no jornal, é objeto de investigação rigorosa, e de punição dos responsáveis.

Somos a ralé. E eles querem nos obrigar a aceitar essa condição humilhante como se fosse algo natural, sem possibilidade de mudança.

Outro sofrimento vivido pelos imigrantes é pouco conhecido, raramente tratado em livros de História e sobre a industrialização de São Paulo. Só podemos imaginar o que isso significou para os milhões de trabalhadores que deixaram suas comunidades, seus familiares e amigos, e se viram jogados num mundo desconhecido e hostil, com regras, costumes, leis e regulamentos estranhos e indecifráveis para quem vinha das zonas rurais de todo o Brasil.

Estamos falando de um sofrimento mental, psíquico, difícil de ser traduzido em palavras, as próprias vítimas não conseguem verbalizar o que foi essa tragédia em suas vidas. Os traumas causados por esse desenraizamento certamente acompanharam os imigrantes por toda sua existência. A bela música “Triste Partida” do poeta Patativa de Assaré, cantada por Luiz Gonzaga, nos ajuda a ter uma pálida ideia do que foi esse drama para milhões de irmãos nossos.

Uma vez aqui instalados, adaptando-se aos trancos e barrancos, nova violência surgia pela frente:

seus corpos seriam “disciplinados” para viver ritmos de horário e de trabalho rigorosamente determinados e a serem obedecidos sem discussão. Pessoas desconhecidas regulavam e controlavam suas vidas, impondo horas de trabalho, ritmo e quantidade da produção, salários, tudo enfim, e isso dentro de uma fábrica, espaço sagrado do Capital, onde o operário não gozava de nenhum direito.

Mas em pouco tempo os trabalhadores começaram a se rebelar contra isso. Greves, manifestações de rua, protestos serão constantes e cada vez mais massivos em São Paulo.

A greve de 1917 faz irromper em cena as classes trabalhadoras. Desde então, a burguesia mostra como enfrentará a “questão operária”. O assassinato do grevista Antonio Martinez, sapateiro, e a decisão de tratar os trabalhadores a pão e água serão a constante até os dias de hoje. O lema “a questão social é um caso de polícia” de Washington Luiz expressa o pensamento da burguesia-aristocracia paulista. O assassinato de Santo Dias, em 1979, sem que o PM assassino fosse punido, mostra como as instituições de manutenção da ordem foram aperfeiçoadas apesar de mantida a mesma lógica.

Um século após 1917 podemos refletir o que foram o início, o desenvolvimento, a constituição e a importância política e econômica da classe operária na cidade. As greves gerais dos anos 50 e 60 põem definitivamente em cena a força política da classe operária. O golpe

de 1964 é principalmente uma reação da burguesia contra o crescimento da participação política dos trabalhadores. Toda a dureza usada para exterminar as organizações de resistência dentro das fábricas e a vigilância e controle das organizações dos trabalhadores nos bairros serão inúteis com a irrupção das greves nas fábricas a partir de 1978.

Como explicar que aquela gente contida pelo pleno emprego do início dos anos 70, aparentemente seduzida pelas abundantes horas extras e a possibilidade de consumo que se abria, se rebelasse tão hostilmente e tão decididamente de uma forma classista e exigindo o fim da ditadura? Mal sabiam os pensadores do regime, a canalhada da Fiesp montada nos recursos públicos do Sistema S, que a erosão da sua autoridade não era só um problema de consumo. Havia maturado a consciência das classes trabalhadoras, tinha um corpo. A cidade operária tinha uma alma. Tornavam-se insubmissos. Passaram a construir seus organismos, como as comissões de fábrica, seus partidos e suas centrais sindicais. Disputavam a sociedade.

Essa retomada, nem imaginavam os pensadores das classes dominantes, e nem sabiam disso no seu dia a dia os trabalhadores protagonistas dessa virada, era uma continuidade e vinha do aprendizado sucessivo que as classes trabalhadoras fizeram na sua vivência de enfrentamento com a burguesia e os aparatos de Estado.



A retomada em 1985 de uma mobilização de várias categorias operárias que fazem greve e conquistam vitórias na Campanha Salarial Unificada denunciava essa cidade em mutação.

Trinta anos passados, a cidade tantas vezes mobilizada politicamente não assistiu mais à presença massiva da classe operária nas lutas. Indícios das mudanças que chegavam? Enfraquecimento das organizações operárias, absorção pelos códigos da sociedade burguesa renovada.

A São Paulo de hoje pouco tem a ver com a cidade que os imigrantes conheceram nas décadas de 1930, 1940, 1950. Naquela época (1920) habitavam aqui pouco mais de 500 mil pessoas. Hoje são 12.000.000 (12 milhões!). Podemos imaginar o que significou essa explosão populacional.

Há algumas décadas São Paulo deixou de ser uma cidade operária. Grande parte do seu parque industrial foi transferido para o interior ou para outros Estados.

O que ficou dessa presença marcante da classe operária nos anos de 1920 a 1980? Não temos uma resposta pronta para essa pergunta, deixamos para os leitores refletirem sobre a questão. Conversas com nossos pais e avôs sobre a época em que viveram e trabalharam podem nos dar pistas para o entendimento desse problema.

São Paulo é hoje uma cidade cosmopolita, pluriclassista. A maioria da classe trabalhadora é formada por funcionários do setor de serviços; a realidade fabril, que dava uma certa uniformidade ao modo de pensar e de agir aos operários, desapareceu.

Mas, como afirmam, com razão, historiadores, filósofos, sociólogos

e psicanalistas, o passado não desaparece. Quando menos se espera ele ressurgir. Vamos dar um exemplo, os leitores podem concordar ou não: nos anos 50, 60, quando a Prefeitura decidia aumentar o preço de ônibus e bondes, a Praça da Sé se transformava num campo de batalha. Operários, comerciários, estudantes, armados de paus e pedras, enfrentavam com fúria e coragem a cavalaria e a repressão policial. Será que o Movimento do Passe Livre (MPL) e suas manifestações massivas contra o péssimo serviço do transporte público e o aumento das tarifas, não seria uma lembrança, uma memória daqueles protestos de 50 anos atrás?

O sangue, o suor, as lutas, vitórias e derrotas de homens e mulheres que construíram esta cidade estão presentes na memória e na História. Podem estar adormecidos, mas não estão mortos. ■







# I TEXTOS AUTORAIS E DEPOIMENTOS

ASSEMBLEIA DOS 30 MIL,  
NA RUA DO CARMO. GREVE  
GERAL DOS METALÚRGICOS  
DE SÃO PAULO - 1979.  
ACERVO MOVIMENTO



# A CLASSE OPERÁRIA EM CONSTRUÇÃO: OS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO

MURILO LEAL

GREVISTAS COMEMORAM AUMENTO  
SALARIAL EM OUTUBRO DE 1957,  
DURANTE A GREVE DOS 400 MIL.

ACERVO ICONOGRAPHIA



*Nasci neste estado e, como paulista, teria bastante o que dizer, uma vez que, desde bem pequeno fui arrastado para dentro da capital, a qual ganharia mais tarde o ressonante título de 'maior parque industrial da América do Sul' (...) São Paulo muda de fisionomia da noite para o dia, como um sopro de magia. E a terra de Anchieta continua crescendo e se alastrando. Seus edifícios enormes e suntuosos, depois de acabados são rotulados com nomes pomposos. Mas existe a outra cidade, a cidade que os teimosos não conhecem ou fingem não conhecer. Esta cidade também cresce e se alastra cada vez mais. É a cidade das favelas... É a cidade dos humildes (...) Mas a despeito de tudo e de todos somos de um feitio abnegado, acreditamos em tudo e sabemos cumprir o nosso dever cívico, sempre que este dever for reclamado. É sem dúvida na própria força dessa abnegação que reside a razão evolutiva da cidade. É a força e a abnegação deste povo que deixa em cada edifício, em cada avenida, em cada parque, um atestado vivo de suor e de trabalho, coisa essa que está longe, muito longe de qualquer magia e da argúcia espalhafatosa desses homens.*

Antonio Castelhana, sindicalizado, no jornal *O Metalúrgico*, em 1944.

**Murilo Leal Pereira Neto**

é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor de História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN), campus Osasco. Atua na área multidisciplinar "Compreensão da Realidade Brasileira", juntamente com professores de História, Ciência Política e Geografia. Autor dos livros *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo - 1952-1966* (2002), *A reinvenção da classe trabalhadora - 1953-1964* (2011) e *Olavo Hanssen - uma vida em desafio* (2013). Colaborou com o IIEP nos projetos *Investigação operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores*. Coordenou os trabalhos da Comissão Municipal da Verdade de Osasco.

Em 1950, os metalúrgicos eram 77.579 na cidade de São Paulo. Este número mais do que dobrou em dez anos, chegando a 160.950 em 1960. Vivia-se o tempo de um crescimento industrial massivo, que se prolongaria até os anos 1980, e a indústria metalúrgica liderava o processo, ultrapassando a têxtil em número de operários, estabelecimentos e produção industrial. O ramo industrial conhecido genericamente como metalúrgico envolve quatro setores: metalúrgico; material elétrico, eletrônico e de comunicações; mecânico; e material de transporte. Seu crescimento nos anos 1950 deveu-se à nova fase da industrialização brasileira impulsionada pelo Plano de Metas do Governo JK, que privilegiou a produção de máquinas, bens duráveis e veículos a motor.

Esses 160.950 metalúrgicos estavam espalhados por 3.606 empresas, a maior parte deles (82,4%) em empresas de porte pequeno e médio (até 49 empregados). Vie-

ram do interior do Estado e de outros Estados, principalmente Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Alagoas. Em sua maioria, eram trabalhadores semiespecializados, que aprendiam o ofício na prática, ensinado por colegas de trabalho, ou faziam cursos rápidos, de menos de um ano de duração, em escolas técnicas. Quase 10% da força de trabalho na indústria metalúrgica era de jovens de 14 a 18 anos que, por serem em sua maioria considerados “aprendizes”, recebiam salários 50% menores do que os adultos. Cerca de 8% eram mulheres, que igualmente recebiam salários mais baixos. Em 1958, 80,5% da categoria recebia no máximo 1,62 salários mínimos mensais. As fábricas nas quais o grande grupo humano labutava se espalhavam pelos quatro cantos da metrópole: em 1960 encontravam-se, em sua maioria, nos bairros do Brás e da Mooca, depois vinham a região da Lapa e de Osasco e, em terceiro lugar, o Centro.

Como e a partir de quando esses milhares de baianos, mineiros, alagoanos, “caipiras”, jovens, mulheres, homens, soldados, fresadores, torneiros, ferramenteiros, trabalhadores de São Miguel Paulista, do Ipiranga, de Santo Amaro, da Lapa começaram a sentir, a pensar, a agir como classe operária?

A ver nos patrões um inimigo comum, a querer se organizar junto com outros companheiros e companheiras na fábrica, no bairro, a se expressar e a lutar coletivamente? E que importância social e política isso teve para a história de São Paulo e do Brasil?

Na base de tudo, estava a experiência comum de trabalho, as 8, 10 ou 12 horas passadas juntos dia após dia, cinco ou seis dias por semana, a pressão da chefia por produção. O mesmo ar carregado de partículas de ferro, aço, cromo, chumbo, o calor, as peças cortantes, a falta de luvas, botas, uniformes, as mutilações e mortes. Os mesmos baixos salários. O ôni-

bus lotado, o trem lotado, o bairro distante. E o aprendizado feito na prática, as dicas dos colegas mais velhos, os macetes e segredos. As fábricas tornando-se “escola da vida”; passava-se por muitas fábricas durante uma vida e todas eram parecidas.

### AS COMISSÕES NAS FÁBRICAS: ESPAÇO DE FORMAÇÃO E RESISTÊNCIA

Depois vinha a troca de ideias, a necessidade de reagir contra a demissão de um colega, ou a urgência de melhorar alguma coisa: pedir um abono, um aumento, ou, pelo menos, não deixar a situação piorar. Formava-se uma comissão. Os metalúrgicos, assim como os têxteis, sempre souberam se organizar em Comissões de Fábrica. Na onda de greves de 1946, em São Paulo, elas tiveram papel determinante, enquanto o Sindicato, dominado pelos “ministerialistas” (assim eram conhecidos os “pelegos” na época), estava esvaziado e pouco presente nas lutas. Na greve geral que aconteceu em São Paulo, em 1953, conhecida como *Greve dos 300 Mil*, as Comissões foram fundamentais. A partir de então chapas de oposição, organizadas por trabalhistas, socialistas, comunistas e “janistas”, começaram a conquistar os Sindicatos.

As Comissões de Fábrica podiam ser informais: organizadas para negociar uma questão com o patrão, eram dissolvidas em segui-

da, mas sempre ficava a experiência. Na época do dissídio coletivo ou da greve, aqueles companheiros que tinham se destacado em lutas anteriores eram lembrados, procurados e então as Comissões eram reativadas. Nas campanhas salariais, nas greves, o Sindicato se empenhava mais na organização das Comissões. Em uma assembleia de julho de 1955, por exemplo, o metalúrgico José Riverti propôs que as fábricas que tinham Comissões entrassem em contato com as que não tinham e que todas se coordenassem com a Comissão Central de Salários, responsável por dirigir a campanha salarial com a diretoria do Sindicato.

As Comissões de Fábrica foram recriadas pela Oposição Sindical Metalúrgica na década de 1970, como organizações de base do projeto de um novo sindicalismo, livre da tutela estatal e, ainda, como organizações da luta pela autodeterminação dos trabalhadores a partir do espaço da produção. Esses planos pareciam ser inteiramente novos, mas contavam com uma experiência anterior, uma tradição de organização por local de trabalho, promovida pelo Sindicato nos anos 50 e 60, pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou iniciativa dos próprios operários.

Com o tempo, muitos operários, nunca a maioria, filiavam-se ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Mecânico e Elétrico (STIMMME-SP). Em outubro de 1953, eram 30 mil

sócios em uma categoria que chegava quase a 100 mil. Um artigo publicado no jornal do próprio Sindicato, *O Metalúrgico*, em 1958, contabilizou 50.084 sócios em 140 mil metalúrgicos. Mas nas eleições sindicais geralmente menos da metade votava, os demais não podiam participar por não estarem quites. Os baixos índices de sindicalização e de participação ativa na vida do Sindicato, nas eleições, por exemplo, seriam reveladores de um nível baixo de consciência de classe. Se a forma básica de manifestação de um pensamento e de uma ação de classe é o Sindicato, entidade que representa os interesses comuns do metalúrgico da grande fábrica e da fabriqueta, do italiano e do baiano, do jovem e da mulher, os baixos índices de sindicalização devem corresponder a uma baixa consciência de classe. Mas na vida real as coisas não aconteciam bem assim. Em primeiro lugar, ao lado da solidariedade, havia o medo das represálias dos patrões, que não gostavam de trabalhadores sindicalizados. Além disso, os sindicatos herdados da ditadura do Estado Novo (1937-45) e da “semiditadura” do governo Dutra (1946/50) estavam tão burocratizados e esvaziados que o próprio Getúlio Vargas, quando voltou ao governo em 1951, teve de estimular uma renovação para evitar que as entidades minguassem. Até 1953, os sindicatos eram entidades de cúpula, distantes e até hostis às causas operárias. Deve-se somar a esses fatores o fato de

que a categoria metalúrgica cresceu 300% de 1946 a 1964, ingressando em suas fileiras muita gente que vinha do mundo rural, sem experiência de organização sindical, e que demorava algum tempo para se transformar em operários.

### 1950-1964. NÓS CONTRA ELES: 300, 400, 700 MIL NAS RUAS POR DIREITOS

Mais do que nas assembleias sindicais, a classe operária formou-se nas greves do período 1950-1964. Eram os momentos do “nós contra eles”, momentos em que o discurso dos “interesses comuns” entre operários e patrões soava falso e vazio, momento de obedecer ao piquete, de sair à rua, ouvir o companheiro e o pessoal do Sindicato. De ouvir, por exemplo, Eulina de Oliveira, diretora do Sindicato dos Têxteis que, na greve geral de 1957, a *Greve dos 400 Mil*, parou a metalúrgica Arno, enfrentando a truculência de um investigador da polícia. Segundo a reportagem do jornal *Última Hora*:

*às 6h20 da manhã, chegou à porta da fábrica uma líder sindical, Eulina de Oliveira, diretora do Sindicato dos Têxteis. Tão logo se aproximou do grupo que se achava à porta da indústria um investigador (cujo nome não conseguimos anotar), correu até a sua pessoa e brutalmente a puxou do meio dos demais operários. Ela gritou contra a arbitrariedade, nosso fotógrafo documentou a cena. Nes-*

*sa altura dos acontecimentos, já o número de operários atingia cerca de trezentos trabalhadores, numa aglomeração da qual se valeu a líder sindical para fazer um discurso. Foi o que convenceu os operários a não entrarem mesmo para o trabalho. E a oração foi tão contundente que vários diretores da Arno pediram que os empregados fossem embora (...).*

Disse a tecelã:

*Se os patrões nos vencerem desta vez, nunca mais teremos força para conseguir nossas reivindicações. Sejam homens, parem mesmo. A greve é nossa arma para conseguir o aumento.*

E as greves não foram poucas. Em 1951, ocorreram greves espontâneas, à revelia do Sindicato, e conquistou-se 100% de reajuste sobre os salários, congelados desde 1945. Em 1953, metalúrgicos, têxteis, gráficos, vidreiros e marceneiros se uniram e pararam centenas de empresas em São Paulo e algumas cidades do interior, como Taubaté, Sorocaba, Jundiaí, Ribeirão Preto. Na capital, o movimento, conhecido como *Greve dos 300 Mil*, durou 27 dias. A paralisação foi mais forte na indústria têxtil: das 940 empresas existentes na capital, as tecelãs pararam 930, ao passo que das 1.123 metalúrgicas, cerca de 120 entraram em greve na primeira semana. Lutava-se por 60% de reajuste salarial – conquis-

tou-se 32%. As cinco categorias organizaram uma “comissão central de greve” e “departamentos” a ela subordinados: de finanças, propaganda, piquetes, higiene e cozinha, e informações. A experiência seria o embrião da mais importante organização intersindical de São Paulo no período, o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), que durou de 1954 a 1958 e foi recriado em 1962. Os operários e operárias de São Paulo foram às ruas: ocorreram seis passeatas, diversas assembleias unificadas, foram presos, apanharam da polícia. Um ano depois, em 2 de setembro de 1954, nove dias após o suicídio de Getúlio Vargas, São Paulo parou mais uma vez, em uma greve de 24 horas, liderada pelo PUI. Os metalúrgicos estavam lá, participando da paralisação e integrando a primeira diretoria da intersindical, na pessoa de Remo Forli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e segundo secretário do PUI. A greve fez parte de uma campanha salarial unificada de diversas categorias, que acabou com acordos separados.

Em 1957, metalúrgicos, gráficos, trabalhadores nas indústrias de papel e papelão, trabalhadores nos curtumes, têxteis e mestres e contramestres nas indústrias de fiação e tecelagem, vidreiros, químicos da Nitro Química, trabalhadores no refino de açúcar, paralisaram São Paulo por dez dias, no movimento que ficou conhecido como *A Greve dos 400 Mil*. Lutava-se por 45% de reajuste e congelamento de pre-

ços de bens de consumo popular. Desta vez, a greve atingiu cidades da Grande São Paulo e do interior: Santo André, São Caetano, Campinas, Americana, Mogi das Cruzes, Jundiaí, Taubaté e Sorocaba. Todo o movimento foi dirigido pela Aliança Intersindical por Aumento de Salários e Contra a Carestia, que atraiu o apoio da União Estadual dos Estudantes (UEE), da Federação das Sociedades Amigos de Bairros e Vilas de São Paulo (Fesab) e da Câmara dos Vereadores. Como resultado, a conquista de 25% de reajuste salarial, depois reduzido para 18% pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Em 31 de outubro de 1960 os metalúrgicos fizeram uma greve que durou oito dias, contando, segundo *O Metalúrgico*, com a adesão de 100% da categoria, arrancando 40% de reajuste. Em 30 de outubro de 1962 outra greve metalúrgica durou 48 horas e paralisou 80% das fábricas. Em 1963, encerrava-se o ciclo com a *Greve dos 700 Mil*, que reuniu 14 categorias e parou São Paulo por seis dias, de 29 de outubro a 6 de novembro. Lutava-se por reajuste salarial de 100%, revisão de salários a cada quatro meses, adicional de 5% por quinquênio, férias em dobro e aumento do salário mínimo. No terceiro dia, a greve era quase total nas indústrias metalúrgicas, ao passo que nas têxteis atingia 80%. Os metalúrgicos haviam conquistado a liderança do movimento operário paulista e brasileiro.

Notam-se, portanto, indícios de que, ao longo dos anos 1950 e 1960, os metalúrgicos superaram sua dispersão, heterogeneidade, desorganização e, talvez, descrença na luta coletiva, herdada dos pesados anos do Estado Novo e do pós-guerra, e articularam formas de comunicação, mobilização, união e ação, que pressupunham e afirmavam uma nova identidade, a identidade de classe operária. A consciência da condição de classe aparece, por exemplo, na carta enviada por LS (*Matrícula 42904*) ao *O Metalúrgico*, jornal do Sindicato, em setembro de 1955, em que o autor fala sobre a divisão da sociedade entre pobres e ricos, sobre exploração, união, luta e esperança na justiça divina e no Sindicato:

*Milhões correm de mãos em mãos, mas dos tubarões. Eles têm qualquer direito, pois têm o dinheiro que os braços dos outros fizeram conseguir. Quem são estes outros? São os operários, que deixam seu suor nas bancadas, nas máquinas, a fim de defenderem o pão de cada dia, não lhes assistindo nenhum direito, a não ser o de lutar e trabalhar (...) O mundo está errado, pois enquanto uns gastam dinheiro comprando ricos e luxuosos automóveis, outros não têm nem o que comer nem onde morar. Como as coisas mudaram. Deus não fez as coisas assim. Não sou político, luto também ao lado dos meus colegas escravos, pode-se dizer, do mesmo patrão. Mas estou*

*revoltado contra esse mundo errado que vejo na frente, esse mundo que é somente dos ricos (...) Mas ainda não está tudo perdido, ainda nos resta uma esperança: a justiça divina. Somente ela pode curar o nosso querido Brasil dessa terrível doença, o EGOÍSMO, sem nos abandonar na luta dentro do Sindicato, com a união de todos os trabalhadores sindicalizados.*

## SÃO PAULO: A CIDADE PROLETÁRIA

Vimos até aqui que a categoria metalúrgica teve crescimento vertiginoso nos anos 1950 e 1960, incorporando milhares de novos indivíduos originários do interior, de Minas, do Nordeste. As famílias desbravaram uma nova periferia, ampliando o perímetro da cidade proletária do Brás, Mooca, Ipiranga e Lapa para uma zona muito maior. O Sindicato, por sua vez, que tinha apenas 7.500 sócios em 1946, começa a crescer, até tornar-se “o maior Sindicato da América Latina”. Parece que se configura uma nova classe operária, diferente daquela da República Velha e diferente da que fundaria o PT e CUT no final dos anos 70 e início dos anos 80. Mas quando pensamos em uma classe social e não em suas entidades ou dirigentes, não podemos falar em “início e fim”, em “fundação e extinção”, mas em “permanência e mudança”. Retomando a pergunta formulada

no começo: quando os operários metalúrgicos deixaram de ser um aglomerado de indivíduos e transformaram-se em uma classe social? Uma classe muda de uma geração para a outra? É afetada pelas mudanças do tempo político? Perde ou muda sua identidade sob o impacto de grandes migrações ou de profundas transformações nas tecnologias produtivas? Tudo isto afeta o ser de uma classe social, pode mudar as formas de consciência, organização e expressão. O fio condutor da identidade são a *experiência* e a *fábrica*, como “escola da vida”, espaço da transmissão e reconstrução dessa experiência, entre indivíduos de gerações, nacionalidades, ofícios ou naturalidades diferentes. A classe operária dos anos 40 a 60 é diferente da que fez a greve de 1917, composta por imigrantes, residente em vilas e cortiços nos bairros centrais, organizada em Sindicatos independentes do Estado e adepta de ideias anarquistas ou socialistas. Como é diferente da classe operária dos anos 70 e 80, espalhada por um imenso território, assoberbada por um cotidiano de opressão, arrocho salarial e problemas urbanos gigantescos, dividida, quanto à sua organização sindical, entre um Sindicato poderoso, mas burocrático, e até mesmo policialesco, e uma oposição enraizada nas fábricas e bairros. Em todos esses momentos encontramos, embora diferenciadas, as Comissões de Fábrica, o delegado sindical, a greve, o piquete, o movimento contra a

carestia, a luta pela representação política própria. Certamente, essas ideias não foram inventadas novamente em cada período: houve transmissão, continuidades.

Mas que importância tem para os destinos da cidade o fato de a classe operária começar a se manifestar mais intensa, contínua e nitidamente como classe a partir do começo dos anos 1950? É na arena dos embates políticos que as decisões finais dos processos são tomadas, que as regras e direitos são reconhecidos ou negados, que as relações de forças e vontades coletivas se materializam ou não em poder. É a classe operária, como classe fundamental na produção da riqueza social, e os metalúrgicos como sua categoria estruturante, ao se moverem, ao se expressarem, vão necessariamente influenciando a arena política de diversas maneiras. Por exemplo, promovendo a criação de novas leis, transformando o mundo jurídico e a consciência social (dentro de certos limites) com o reconhecimento dos direitos do trabalhador.

### **ATRASOU MINUTOS, PERDEU O DOMINGO: A LUTA CONTRA A ASSIDUIDADE INTEGRAL**

Toda a legislação trabalhista é imposição direta ou indireta das forças do mundo do trabalho sobre o Estado e o Capital, e algumas de suas normas saíram diretamente de movimentos coletivos nas fábricas.

É o caso, por exemplo, da revogação de cláusula da “assiduidade integral”, introduzida pelo decreto lei 605, de 1949, que regulamentou o descanso semanal remunerado: ou o trabalhador era 100% assíduo, não sendo tolerado o atraso de poucos minutos sequer; ou perdia meio dia de salário, ou pagamento do aumento salarial durante todo o mês, ou o pagamento do descanso semanal. Depois da criação da Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (Ciscai), de alcance nacional, e de muitas reuniões, greves, abaixo-assinados, foi aprovado, em junho de 1955, o projeto de lei do deputado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Lúcio Bittencourt, proibindo o desconto do índice do reajuste estipulado pelo dissídio coletivo no mês em que houvesse atraso ou falta do trabalhador – um dos pontos da “assiduidade integral”. É o caso, ainda, do 13º salário, objeto do projeto de lei 440/50, do deputado Aarão Steinbruch, também do PTB, transformado em lei em 1962, após duas greves gerais (dezembro de 1961 e julho de 1962) e inúmeras lutas. O movimento pelo 13º salário surgiu como demanda pela oficialização do “abono de Natal” oferecido por algumas firmas aos operários no final do ano. Pode ser lembrado, ainda, o caso do pagamento de 1/3 a mais de salário nas férias, assegurado pela Constituição de 1988 e antiga reivindicação operária.

Um dos resultados políticos da

ação coletiva dos operários, portanto, é a fundação de direitos e sua garantia em leis - ação verdadeiramente civilizatória contra a essência predatória do capital. A transformação de demandas em leis, entretanto, depende da existência de representantes legitimados e capacitados para sua elaboração na Casa que faz as leis, de partidos capazes de articular sua aprovação lá dentro e da promoção de articulações com outros interesses fora do Parlamento, e sua hierarquização – ou seja, depende de uma *ação propriamente política*. Por isso, a retomada das lutas fabris, sindicais e de bairro dos anos 1950 provocou movimentações e realinhamentos políticos.

### OS CANDIDATOS OPERÁRIOS: “TRABALHADOR NÃO VOTA EM TUBARÃO”

Uma das mais importantes movimentações políticas da classe trabalhadora no começo dos anos 1950 foi o Movimento Eleitoral dos Trabalhadores, que lançou o *slogan* “Trabalhador não vota em tubarão. Trabalhador vota em trabalhador”. Em abril de 1954, reuniu-se no Salão das Classes Laboriosas, no Centro de São Paulo, uma convenção de dirigentes sindicais e lideranças de bairro a fim de elaborar um programa operário e popular e lançar candidatos ao Legislativo nas eleições de outubro. Os candidatos saíam por

diversas siglas partidárias e os metalúrgicos lançaram seu presidente, Remo Forli, a deputado estadual pelo PSB e o vice-presidente, José de Araújo Plácido, a federal, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A sua campanha desenvolveu-se nas portas das fábricas e foi veiculada pela imprensa de esquerda da época, como o jornal *Notícias de Hoje*, do PCB, que apresentou Plácido como “o metalúrgico que desafiou o doutor”, credenciado por uma vida de trabalho em empresas como a Nitro Química e a Metalúrgica Matarazzo. Remo Forli, por sua vez, obteve 3 mil votos, ficando como suplente. Em sua campanha, segundo informante do Dops, Forli teria declarado: “O voto é a arma contra os governantes que não satisfazem. Eu só tenho compromisso com os trabalhadores”. A convenção elaborou um Programa Mínimo de 23 pontos para os candidatos ali indicados: extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores do campo; reforma agrária; aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social; congelamento de preços; criação de bancos de empréstimos populares; reforma da Justiça do Trabalho; nacionalização das empresas de energia elétrica e de empresas estrangeiras que “afetem sobremaneira a economia nacional”; nacionalização do petróleo; liberdade de imprensa, pensamento, palavra e organização; moralização da administração pública. Percebe-se que não são mais os metalúrgicos

reivindicando leis específicas, mas uma frente de operários e líderes populares apresentando um programa de reformas econômicas, políticas e sociais.

Remo Forli voltou a lançar-se candidato a deputado estadual em 1958. O significado atribuído pela direção do Sindicato dos Metalúrgicos à participação política dos operários revela-se no artigo assinado por Afonso Dellelis, diretor do Sindicato, publicado em *O Metalúrgico*: “Devemos fazer política ou não?”. Dellelis argumenta que, assim como os empresários elegiam seus representantes, os trabalhadores deveriam se organizar para eleger os seus, comprometidos com a luta por um nível de vida melhor, assistência social melhor e contra a carestia. Os representantes dos trabalhadores ainda deveriam ser laboriosos, nacionalistas, democráticos, progressistas e já ter dado provas de serem defensores dos trabalhadores antes de eleitos. Forli não obteve os votos necessários para tornar-se deputado, mas em 1963 o Sindicato conseguiu fazer dois vereadores pelo PSB: Davi Lerer, ex-operário e médico do Sindicato, e Moacir Longo – ambos cassados pelo golpe empresarial-militar de 1964. Pode-se dizer, portanto, que a experiência de lançar candidatos operários, comprometidos com a classe, com um programa de reformas sociais e luta por direitos, independentes em relação às máquinas partidárias, começou a ser feita entre 1950 e 1960 e foi

retomada no final dos anos 1970, com outros atores e participantes.

Vimos até aqui que uma dimensão fundamental da condição de classe formava-se no trabalho produtivo, no espaço da fábrica, no cultivo de laços de solidariedade para resistir à exploração, ao despotismo patronal. Este encontro gerava formas de organização que iam desde as Comissões de Fábrica até as centrais sindicais – apesar da estrutura sindical, formalmente atrelada ao Ministério do Trabalho, não favorecer a consolidação desse processo. Não tratamos ainda, porém, de outro lado da condição de classe, condicionado pelo primeiro, o do operário morador das periferias.

### CONSTRUINDO A CIDADE COM AS PRÓPRIAS MÃOS

O vertiginoso crescimento industrial e populacional de São Paulo nos anos 1940 demandava saídas para os problemas da moradia e do transporte. Os bairros típicos da classe trabalhadora até então eram Bom Retiro, Brás, Mooca, Barra Funda, Água Branca, Lapa, Cambuci e Bexiga. Então, as fábricas, fabriquetas, vilas operárias e cortiços abrigavam a produção industrial e a vida familiar em espaços próximos. Pagava-se aluguel e ia-se para a fábrica a pé ou de bicicleta. Esse padrão esgotou-se e então loteadores, corretores, poder público e especialistas descobriram

uma solução: um lote na zona rural, fora do perímetro urbano, custaria menos que o preço do aluguel e, trabalhando nos finais de semana e horas vagas na construção de sua própria moradia, o operário teria, ao final de alguns anos, a casa própria, sem onerar o custo de sua força de trabalho para o capital. Foi uma invenção típica de um capitalismo periférico: a construção da casa se dava, em parte, por fora das relações capitalistas de produção, em um sistema doméstico, baseado nos mutirões de domingo, sem ônus para o empresariado. O poder público, por sua vez, se eximia da oferta de soluções habitacionais no volume necessário, por meio de agências como a Fundação Casa Popular ou as carteiras prediais dos Institutos de Assistência e Previdência. No nível municipal e estadual, o poder público fazia vistas grossas para todas as irregularidades no loteamento, arruamento, registro de plantas, permitindo a fundação de uma verdadeira São Paulo “clandestina” na periferia. E quando os novos logradouros eram oficializados, o poder público só se dispunha a instalar equipamentos urbanos e serviços básicos sob muita pressão popular.

Assim, o espaço urbano cresceu de 200 km<sup>2</sup> em 1940, para 1.000 km<sup>2</sup> em 1960. Uma nova periferia foi desbravada, ocupada e urbanizada: na Zona Oeste, Osasco, Pirituba, Vila Jaguaré; na Zona Norte, Brasilândia, Nossa Senhora do Ó, Limão, Tucuruvi; na Zona Leste,

Vila Matilde, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Guaianas; na Zona Sul, Ibirapuera, Jabaquara, Indianópolis, Santo Amaro, Capela do Socorro, Parelheiros. Entre 1940 e 1950, cerca de 100 mil famílias, um milhão de pessoas, dentre elas muitos metalúrgicos, foi habitar os novos espaços, em uma verdadeira epopeia, simultaneamente construindo um teto para a família, tornando viável um padrão de acumulação de riquezas baseado na pauperização absoluta e relativa da força de trabalho e na espoliação urbana e, finalmente, urbanizando zonas rurais ou semirurais, construindo a cidade com as próprias mãos. Décadas depois, com a chegada do saneamento básico, da luz, da água, da escola, do transporte, as zonas foram valorizadas e, muitas vezes, aquelas famílias de pioneiros foram expulsas pela especulação imobiliária para periferias mais distantes. Assim funcionou o “padrão periférico” de solução habitacional, baseado no trinômio loteamento, em regiões distantes do Centro, casa própria e autoconstrução.

Os metalúrgicos estavam envolvidos nesse processo de duas formas: primeiramente, tornando possível o padrão de acumulação de riqueza do capitalismo brasileiro; em segundo lugar, lutando e organizando-se para, tal como faziam com as leis trabalhistas, “civilizar” e urbanizar regiões inóspitas, nas quais não havia praticamente investimentos públicos nem privados. Foram lon-

gos anos de construção de riquezas e de uma cidade, para o largo usufruto de poucos e para a exígua existência digna de muitos.

### O SURGIMENTO DA PERIFERIA CLANDESTINA

O Sindicato teve um tênue envolvimento direto com esses problemas. Segundo a historiadora Maria Helena Simões Paes, em 1944 *O Metalúrgico* denunciava o agravamento do “espetáculo degradante das favelas e mocambos”, ao lado do surgimento de um novo problema: “Com o advento dos arranha-céus e prédios de apartamentos, os que vivem de salários insuficientes estão sendo enxotados para os bairros distantes”. No mesmo jornal, 13 anos depois, no artigo “Miséria e arranha-céus...”, assinado por Antônio Castelhana, encontra-se outro registro significativo da maneira como os metalúrgicos viveram e perceberam o crescimento urbano de São Paulo como um processo estonteante, profundamente desigual e custoso para os trabalhadores. Diz o articulista:

*Nasci neste estado e, como paulista, teria bastante o que dizer, uma vez que, desde bem pequeno, fui arrastado para dentro da capital, a qual ganharia mais tarde o ressonante título de ‘maior parque industrial da América do Sul’ (...) São Paulo muda de fisionomia da noite para o dia, como um sopro de magia. E a terra de*

*Anchieta continua crescendo e se alastrando. Seus edifícios enormes e suntuosos, depois de acabados são rotulados com nomes pomposos. Mas existe a outra cidade, a cidade que os teimosos não conhecem ou fingem não conhecer. Esta cidade também cresce e se alastra cada vez mais. É a cidade das favelas... é a cidade dos humildes (...) Mas a despeito de tudo e de todos somos de um feitio abnegado, acreditamos em tudo e sabemos cumprir o nosso dever cívico, sempre que esse dever for reclamado. É sem dúvida na própria força dessa abnegação que reside a razão evolutiva da cidade. É a força e a abnegação deste povo que deixam em cada edifício, em cada avenida, em cada parque, um atestado vivo de suor e de trabalho, coisa essa que está longe, muito longe de qualquer magia e da argúcia espalhafatosa desses homens.*

O Sindicato, porém, não se envolveu muito com a luta pelo direito à cidade, contra os efeitos da espoliação urbana. Limitou-se a pressões para que o Instituto de Aposentados e Pensionistas da Indústria (IAPI) aplicasse seus recursos na construção de residências para as “classes pobres”.

As contradições urbanas geravam embates e formas de organização específicas, nas quais os metalúrgicos estavam presentes, ao lado de outros setores das classes populares. O próprio *O Metalúrgico* registra, em matéria de agosto de

1958, a posse da nova diretoria da Associação Pró-Melhoramentos da Vila Oratório, da qual fazia parte o metalúrgico Raimundo de Souza Matos, membro do Sindicato. A Associação conquistara, desde 1956, asfaltamento, guias e sarjetas, galerias para diversas ruas, parque infantil, galpões escolares, telefone público e rede de água para a Vila Oratório e Jardim Itália.

Pesquisa desenvolvida por Maria da Glória Gohn com 50 Sociedades Amigos de Bairro (SABs) de São Paulo, de 1974 a 1977, confirmou que a categoria mais encontrada em suas diretorias era a de operários industriais (18%), seguida de trabalhadores por conta própria, como motoristas, pedreiros, pintores, barbeiros (16,5%), vindo depois os comerciantes (14,5%) e comerciários (12%). No bairro, portanto, o metalúrgico lutava lado a lado com o químico, o têxtil, o gráfico, o comerciante, o comerciário, o motorista, o pedreiro, por água, luz, esgoto, coleta de lixo, pavimentação, creche, limpeza urbana, escolas e policiamento.

### O PCB: NAS SOCIEDADES DE AMIGOS DE BAIRRO, NAS ORGANIZAÇÕES FEMININAS E NO SINDICATO

Os alvos da mobilização eram a Prefeitura e a Câmara Municipal. As formas de organização mudaram, ao longo do tempo. De 1945 a 1947 foram os Comitês Demo-

cráticos e Populares, propostos pelo Partido Comunista Brasileiro durante o movimento *queremista*, que se tornaram ao mesmo tempo comitês de campanha dos candidatos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ao Legislativo e o primeiro canal de mobilização pelas questões urbanas no pós-guerra. Com a cassação do registro do PCB em 1947, afirmam-se as Sociedades Amigos de Bairro (SAB). Já em 1954, foi fundada a Federação das Sociedades Amigos de Bairros e Vilas de São Paulo (Fesab). Jornais populares ou não, como *Última Hora*, *Folha do Povo*, *Notícias de Hoje*, *A Hora* e *Correio Paulistano* denunciavam os problemas urbanos em colunas permanentes, como “Tendinha de Reclamações”, “Cidade Aflita”, “Notícias de Hoje nos Bairros” e “Os Bairros na Berlinda”. Surgiram jornais especializados em noticiar os problemas dos bairros, como *A Voz dos Bairros* e *Jornal dos Bairros*. O PCB, embora na clandestinidade, especializou-se em organizar associações femininas: havia delas na Vila Formosa, Brás, Vila Nova Granada, Penha, Bom Retiro, Parque São Lucas e Vila Alpina, lutando contra a alta do custo de vida, por mais escolas, postos de puericultura, jardins de infância, melhor assistência à maternidade e à infância, por calçamento, praças, água, esgoto, coleta de lixo, correio, telefone e transportes.

Nos anos 1970, tempos sombrios de ditadura militar-empresarial, assim como o Sindicato foi ocupado por interventores, as SABs foram mais estreitamente capturadas por grupos políticos ligados ao governo, o que enfraqueceu seu caráter mobilizador e reivindicatório. O PCB se enfraqueceu, sofrendo com a repressão e passando a atuar na clandestinidade. Por outro lado, a Igreja, que em 1964 alinhara-se com o golpe, começou a mudar, mais nitidamente depois do Concílio Vaticano II (1962-1965) e da nomeação de dom Paulo Evaristo Arns arcebispo de São Paulo em 1970. Começam a se formar grupos de casais, de noivos, de jovens, grupos de educação popular, clube de mães, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), movimentos de saúde, que organizam e encaminham as lutas urbanas.

A luta de bairro geralmente começava com a redação de uma petição, enviada pela SAB ou por um grupo de moradores à Prefeitura, apresentando uma reivindicação. Às vezes, o pedido era encaminhado por um vereador, que se reunia com moradores, podia pronunciar-se na tribuna sobre o assunto e mesmo ler o texto apresentado pelos munícipes e encaminhar um requerimento ao presidente da Câmara dos Vereadores ou uma petição à Prefeitura, solicitando solução para o problema. O abaixo-assinado era um meio mais forte de reivindicar, pois deixava atrás de si um lastro de mobilização, de formação de vontade coletiva. Dependendo do volume do apoio ob-

tido, podia ser um sinal de alarme e uma ameaça. Tudo isto fica claro, por exemplo, no discurso pronunciado pelo vereador João Louzada, do Partido Social Progressista (PSP), presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, em fevereiro de 1957:

*Realizou-se no domingo, em Vila Matilde, grande assembleia para discutir as reivindicações dos moradores dos bairros e vilas entre o bairro da Penha até Artur Alvim. Os moradores daqueles bairros e vilas reclamam melhorias dos transportes, bem como calçamento, luz, água, parques infantis, postos de puericultura (...) A reivindicação mais sentida dos moradores daqueles bairros e vilas é o transporte. A companhia concessionária, que tem a responsabilidade de servir àquela população, vem se demonstrando ineficiente, fazendo com que grande parte dos moradores, que são operários, por não haver transporte eficiente, perca dias de serviço e, assim sendo, também o domingo e feriados remunerados. Uma das resoluções tomadas pela grande assembleia foi manter-se em reunião permanente até a solução favorável do caso, isto é, até que haja número suficiente de ônibus nas linhas. Os organizadores daquela assembleia elaboraram um memorial e colheram assinaturas dos moradores daqueles bairros e vilas, memorial que entregaram ao Sr. Prefeito.*

Uma forma de mobilização mais forte era o comício de bairro, reunindo a população local, políticos e imprensa, com o objetivo de tornar públicas as reivindicações, formar uma vontade coletiva em torno da solução das mesmas e comprometer os representantes do poder público. Podiam ser realizados em palanques improvisados na carroceria de um caminhão, ou podia-se aproveitar a aglomeração de um ponto final de ônibus. Nos anos 1950, uma das lideranças que descobriram essa forma de política local, ligando os problemas da periferia aos temas da política institucional, foi Jânio Quadros, que se elegeu prefeito em 1953, com forte apoio popular na campanha “do tostão contra o milhão”. Segundo pesquisa de José Álvaro Moisés:

*ele chegou a fazer, também, uma série de reuniões e comícios locais, organizados pelas SABs, nos quais prestava contas diretamente à população do seu governo, cuja promessa tinha sido ‘integrar a periferia à cidade’.*

Com menos frequência, formas de ação direta eram empregadas para pressionar o poder público. Em setembro de 1959, por exemplo, cerca de 10 mil moradores do Tatuapé levantaram barricadas e abriram valas na rua Serra do Japi, em protesto contra um corte de água que já durava duas semanas. Frequentes eram os quebra-que-

bras em protesto contra a falta de transportes, transformando-se em algumas situações em verdadeiros motins. O problema dos transportes era crucial, pois, como vimos, o mínimo atraso na entrada do operário na fábrica podia trazer como consequência descontos nos já minguados salários e mesmo a demissão. Os quebra-quebras podiam ser provocados por um aumento das tarifas ou atrasos e precariedade dos transportes. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, muitas vezes não eram explosões cegas de ira, mas ações diretas visando a um efeito simbólico, uma espécie de dramatização da situação, coordenada por lideranças locais.

Os movimentos de bairro, como todos os movimentos populares motivados por contradições estruturais, tenderam a se juntar e coordenar em entidades maiores. Em julho de 1957 foi realizada uma convenção das SABs de todo o município, patrocinada pela Fesab. No mesmo mês, realizou-se o 1º Congresso das SABs dos bairros da Lapa e adjacências. Dois meses depois, houve a Convenção das Sociedades Amigos de Bairro e Congêneres da Zona Leste, reunindo cerca de 40 entidades. Nesse encontro, foram aprovadas teses sobre *Abastecimento e barateamento do custo de vida; Assistência social; Serviços de recreação popular*. Além das teses, foi elaborada uma extensa pauta de reivindicações, com 23 pontos, que iam da iluminação pú-

blica e domiciliar até a criação de escola do Senai na região.

O encontro e a fusão de diversas reivindicações locais provocaram uma transformação: começaram a ser discutidos planos gerais e setoriais para São Paulo e, em 1963, um manifesto assinado por federações de diversas categorias profissionais, inclusive metalúrgicos, levantava a bandeira da reforma urbana, “porque nosso povo necessita de moradia confortável, higiênica e acessível”. O tema foi pautado no *Seminário de Habitação e Reforma Urbana – o Homem, sua Casa, sua Cidade*, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (Ipase), em julho de 1963, com a presença de “arquitetos, sociólogos, economistas, setores governamentais, representantes sindicais, entidades culturais, além do povo, representado por associações amigos de bairro e cidades”.

Assim como no final dos anos 1970, a luta de bairro estava estreitamente associada à luta contra a carestia. Em janeiro de 1955, os Sindicatos dos Metalúrgicos e Têxteis, entre outros, uniram-se para lançar uma *Campanha de Estabilização de Preços* que visava, como uma de suas metas, obter 1 milhão de assinaturas em defesa de um Programa Mínimo que continha, entre outros pontos, o congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Foram, afinal, obtidas apenas 45 mil, de-

pois de dois anos e meio de campanha. O objetivo seria retomado dez anos depois, pelos *Clubes de Mães* da Zona Sul, que organizou o Movimento do Custo de Vida, e conseguiu colher 1 milhão e 250 mil assinaturas pelo congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, aumento de salários acima do custo de vida e abono de emergência. O governo não reconheceu o movimento, não recebeu suas lideranças e desqualificou as assinaturas obtidas.

Em 1964, o Sindicato dos Metalúrgicos e centenas de outros sofreram intervenção, permanecendo dez dias fechado pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), que elaborou um relatório pericial contendo o seguinte veredicto:

*ao invés de manter e fundar agências de colocação e colaborar com o Estado como órgão técnico e construtivo, no estudo e solução de problemas que se relacionam com sua categoria, a diretoria do Sindicato fazia agitação, dentro da dialética imposta pelo Partido Comunista, isto é, destruir o Estado, criar a desarmonia e fazer agitação.*

A polícia política reclamava do Sindicato a obediência, no período anterior, às atribuições previstas na CLT (“fundar agências de colocação”, “colaborar com o Estado como órgão técnico e construtivo”) e imputava todas as lutas ao objetivo do Partido Comunista de “destruir o Estado” e “criar desar-

monia e fazer agitação”, justificando sua intervenção. Fica evidente, portanto, que a estrutura sindical não garantia que o Sindicato se limitasse ao papel de mera agência do Ministério do Trabalho. A dinâmica do movimento operário obrigara a entidade a cumprir suas funções fundamentais de organizador coletivo da luta econômica da classe operária contra o capital – o que nada tinha a ver com qualquer “dialética do Partido Comunista” visando à destruição do Estado. Mas o ódio da polícia contra o Partido Comunista Brasileiro não errava o alvo: o partido teve papel na organização fabril e das lutas que não voltaria a ter no movimento sindical brasileiro.

Formou-se uma Junta Interventora, com três integrantes: doutor Breno de Oliveira Machado, assessor jurídico da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Orlando Malvezi, metalúrgico da Petracco Nicoli, e João Vicente, metalúrgico da Fracalanza. Segundo depoimento do jornalista Antônio Carlos Felix Nunes, editor da maioria dos jornais sindicais nas décadas de 1960 e 1970, dado a Hamilton José Barreto de Faria, a “primeira e decisiva tarefa” da Junta era “localizar os 1.800 delegados sindicais de empresa, em sua maior parte integrantes ou simpatizantes do Partido Comunista”. Esses delegados foram presos, perderam o emprego e “a partir dessa desarticulação o movimento começou a arrefecer”. Foram demitidos advogados,

médicos, auxiliares e funcionários acusados de “malversação e dilapidação do capital da entidade”, ou seja, corrupção. Com o tempo, descobriu-se que a campanha contra a corrupção praticada não apenas nos sindicatos, mas pelo governo João Goulart de forma geral, carecia de verdade e fora um dos componentes da preparação política e ideológica para os 21 anos de ditadura que se seguiram.

### A INTERVENÇÃO NO SINDICATO E A RETOMADA DAS LUTAS

O golpe empresarial/militar de 1964 representou uma interrupção no processo de construção política e organizativa dos metalúrgicos como classe e a regressão em conquistas no campo econômico, alcançadas no período do chamado “populismo”. Basta dizer que em 1962 o salário mínimo representava 102% do valor do primeiro salário mínimo brasileiro, e em 1982 a relação caíra para 55%. Morar em São Paulo se tornou mais difícil: a terra urbanizada e os imóveis ficaram mais caros, o sonho da casa própria mais distante. Por outro lado, o mesmo processo estrutural que começara no pós-guerra continuou a sua dinâmica, até meados dos anos 1980, quando teve início a crise. A indústria continuou se expandindo nos anos 1960 e 1970, e o setor metalúrgico não perdeu a sua posição. O “padrão fordista” continuou predominando, e a or-

## DOIS MOMENTOS DE INTERVENÇÃO DOS TRABALHADORES NA POLÍTICA

NA DÉCADA DE 60, APOIAM AS REFORMAS DE BASE, MAS COM BANDEIRAS PRÓPRIAS. NA DÉCADA DE 80, PARTICIPAM COM DESCONFIANÇA DA CAMPANHA PELAS DIRETAS JÁ, PRESSIONANDO PELOS INTERESSES DA CLASSE OPERÁRIA



FERROVIÁRIOS DA LEOPOLDINA, RIO DE JANEIRO/RJ, 1963.  
ACERVO PESSOAL MARTINELLI/IEEP

PRAÇA DA SÉ. SÃO PAULO/SP, 1985  
ACERVO IIEP



ganização por sindicatos de categorias profissionais tampouco mudou. A cidade, por sua vez, seguiu crescendo para as periferias. O Sindicato deixou de ocupar o lugar de órgão organizador e coordenador das lutas e de referência principal da identidade de classe. Muitas vezes, a diretoria do Sindicato colaborou com o Dops e os patrões para desmobilizar e desorganizar a classe e denunciar, prender e demitir as lideranças. A Oposição Sindical Metalúrgica, mesmo criticando o atrelamento do Sindicato, no período 1945-1964, à estrutura sindical e ao projeto reformista da burguesia nacional, recolheu a

experiência anterior, mantida por trabalhadores nas fábricas. As fábricas e os bairros tornaram-se os canais de transmissão informal do saber fazer a luta.

A amizade dentro da fábrica, o compadrio, os laços de família, o convívio no bairro. A solidariedade na hora difícil, a conversa sobre o dia a dia, o comparecimento à assembleia. O discurso, a emoção, a carteirinha do Sindicato. A greve, a Comissão, o abaixo-assinado, a eleição. Componentes de uma cultura e de uma história que definem identidade coletiva e classe. Sem a construção da consciência de classe e das organizações de

classe, talvez os trabalhadores tivessem sucumbido à superexploração, ao cansaço, às doenças, ao estresse, à loucura, ao vazio. Teriam virado suco. E sem o abaixo-assinado, os comícios de bairro, as denúncias na imprensa, as caravanas à Prefeitura, os fins de semana dedicados a intermináveis reuniões e assembleias, São Paulo, hoje, talvez fosse os Jardins e uma imensa periferia favelizada e abandonada. A classe se forma na produção e também nos encontros. A experiência dos velhos metalúrgicos continua sendo uma fonte de saber mais rica do que as escolas – pois fabricou-se na “escola da vida”. ■

# CONTANDO A NOSSA HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DESSA CIDADE

WALDEMAR ROSSI

GREVE DOS METALÚRGICOS  
EM 1979. NA FAIXA:  
ZONA LESTE PARADA  
ATÉ A VITÓRIA  
RICARDO ALVES - ACERVO OBORÉ



*A amizade dentro da fábrica, o compadrio, os laços de família, o convívio no bairro. A solidariedade na hora difícil, a conversa sobre o dia a dia, o comparecimento à assembleia. O discurso, a emoção, a carteirinha do Sindicato. A greve, a comissão, o abaixo-assinado, a eleição. Componentes de uma cultura e de uma história que definem identidade coletiva, classe. Sem a construção da consciência de classe e das organizações de classe, talvez os trabalhadores tivessem sucumbido à superexploração, ao cansaço, às doenças, ao estresse, à loucura, ao vazio. Teriam virado suco. E sem o abaixo-assinado, os comícios de bairro, as denúncias na imprensa, as caravanas à Prefeitura, os fins de semana dedicados a intermináveis reuniões e assembleias, São Paulo, hoje, talvez fosse um jardim de uma imensa periferia favelizada e abandonada. A classe se forma na produção e também nos encontros. A experiência dos velhos metalúrgicos continua sendo uma fonte de saber mais rica do que as escolas – pois fabricou-se na “escola da vida”.*

A Classe Operária em Construção  
Os Metalúrgicos de São Paulo  
Murilo Leal

Waldemar Rossi foi o encabeçador das chapas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo nos anos de 1967, 1972 e 1981. Membro-fundador da Pastoral Operária e membro da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

*Enquanto você for útil, o rico o explorará, mas quando você precisar, ele o abandonará (...).  
Por fim, vendo você, passará adiante e sacudirá a cabeça.*  
(Eclesiástico, 13, 4-7)

Os operários, em particular os metalúrgicos, deram enorme contribuição à produção das riquezas na cidade de São Paulo e participaram diretamente na edificação da cidade. Mas não apenas isso. Esses “operadores de máquinas” contribuíram para a organização e tiveram participação direta no movimento popular, no movimento sindical e na vida política da capital paulista, como veremos a seguir.

Devido à carência da infraestrutura necessária ao bem-estar de suas famílias, os trabalhadores metalúrgicos, assim como tantas outras categorias, sentiram a necessidade de colaborar para a organização de movimentos reivindicatórios em seus bairros de moradia. Foram movimentos de lutas pela implantação de equipamentos sanitários, de luz elétrica, de trans-

porte coletivo. Mas foi principalmente no movimento sindical que sua atuação se fez com muita força e muita persistência.

### A CONSTRUÇÃO DA PERIFERIA DA CIDADE

Porém, a contribuição dos trabalhadores à construção das riquezas e da cidade não se deu sem muitos conflitos de interesses. Por isso, a organização da classe foi importante para revelar que a exploração se dava além dos espaços de produção. Por exemplo, famílias de operários se alojavam como podiam, de início, em novos bairros mais afastados do Centro, loteados parcialmente, aguardando os melhoramentos que viriam com as cobranças dos novos moradores. Esses melhoramentos e valorização da área permitiam aos “proprietários” reiniciar o loteamento, com terrenos mais valorizados, gerando a especulação imobiliária.

As moradias eram inicialmente muito precárias. Aos poucos, aproveitando os “fins de semanas”, os

trabalhadores davam início à construção de mais um cômodo, depois mais um e assim por diante. Anos depois, com a chegada dos equipamentos ao bairro, os empreendimentos imobiliários, aproveitando-se da valorização da área, assediavam financeiramente os moradores que, premidos pelas dificuldades econômicas, vendiam suas casinhas e buscavam bairros novos para se instalar, dando seu lugar a construções mais sofisticadas.

No bojo desse conflito de interesses entre “proprietários” de terras urbanas e moradores, a cidade foi se espalhando. No processo de ocupação da cidade, as famílias de trabalhadores serviam como instrumento de valorização dos terrenos urbanos, mas eram, e ainda são, pressionadas a migrar constantemente para novos loteamentos, em que o processo de lutas reivindicatórias era – e ainda é – retomado.

Se tal processo já vinha de longas datas, ou seja, desde o início da urbanização, sem dúvida ele se acelerou com a chegada do novo modelo de produção industrial, que

passou a exigir um número bem maior de trabalhadores, migrantes de outras regiões do País. Essas famílias, chegando à grande cidade, não encontravam a infraestrutura necessária para seu alojamento em condições de moradias minimamente decentes.

### ORGANIZAÇÃO NO LOCAL DE MORADIA

A carência de infraestrutura dos bairros periféricos mexeu com a dignidade e a consciência dos trabalhadores, que passaram a se organizar nos locais de moradia a fim de reivindicar, junto aos poderes públicos, a instalação da luz elétrica, das redes de água e esgotos, do serviço de transporte, além da construção de creches, escolas e postos de saúde. Vieram, com o tempo, as exigências do asfalto, da canalização de córregos e as lutas pela construção de moradias populares. Alguns momentos fortes dessas lutas na Zona Leste se deram com a conquista da desapropriação da Fazenda da Juta, na Estrada do Sapopemba, e a entrega aos mutirões para a construção de centenas de moradias populares. O mesmo processo se deu com a transformação de cortiços na Mooca e avenida Celso Garcia, em conjuntos de moradias populares, também pelo sistema de mutirões, em que os próprios trabalhadores encontravam trabalho e se tornaram beneficiários dos incentivos financeiros oficiais.

### A ORGANIZAÇÃO SINDICAL DOS TRABALHADORES

Em todos os países em que ocorreu o processo de industrialização os trabalhadores buscaram se organizar. A solidariedade é o primeiro valor do movimento operário. São as associações de ajuda mútua e as cooperativas. E os proletários se organizam para construir um instrumento de luta contra os patrões e seu despotismo. O sindicalismo foi se construindo e organizando as lutas em busca de direitos históricos, seja no recinto da produção, seja nos ambientes onde suas famílias se instalavam. É porém necessário compreender que há diferenças enormes entre as transformações que se deram na Europa e as que se passaram no Brasil. Na Europa, os camponeses e artesãos perderam seus meios de produção e se viram forçados a conseguir sua sobrevivência com trabalhos em longas e penosas jornadas nas fábricas, que iam surgindo ao longo dos anos. Seu processo de lutas foi igualmente formado durante décadas de experiências individuais e coletivas, criando uma cultura de solidariedade que levou à construção de um poderoso movimento sindical, político e social, que permitiu a elevação progressiva do seu padrão de vida.

No Brasil, com a chamada Revolução de 1930, o presidente Getúlio Vargas provoca profundas mudanças na economia brasileira e a consequente mudança de poder entre

as classes dominantes: da predominância dos grandes fazendeiros do café sobre a economia para uma nascente classe empresarial urbana. Para garantir a implantação do novo modelo, com base na indústria nacional, era necessário atender às reivindicações mínimas da nascente classe operária: descanso semanal remunerado, salário mínimo, férias anuais, reconhecimento oficial dos Sindicatos, porém, com rígido controle do Ministério do Trabalho.

A partir do segundo governo de Getúlio Vargas, as lutas sindicais se tornaram mais intensas, até mesmo porque a indústria se desenvolvia e o operariado se encorpava. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo revisto sua posição política em relação aos sindicatos oficiais, resolve investir com maior intensidade na ação sindical. Vários Sindicatos importantes passaram, progressivamente, a receber influência dos comunistas.

No final dos anos 1950, vários Sindicatos importantes estavam sob a direção comunista. No início dos anos 1960, o movimento sindical realiza greve massiva em defesa do 13º salário para todos os operários, vitória que se concretiza no ano de 1963. As forças políticas de esquerda e o movimento sindical deram, nessa época, apoio total às Reformas de Base defendidas por João Goulart, o Jango, fato que precipitou o golpe militar de 1964. No período que se seguiu ao golpe militar e a implantação da ditadura no País, uma nova fase do movimento operário se desenvolveu.

## A IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA MODERNA E A EXPANSÃO DA MÃO DE OBRA

No Brasil, a implantação de indústrias já modernas, carentes de mão de obra em larga escala, encontrou apoio na organização da legislação trabalhista e no sindicalismo oficial controlado pelo Estado. Para atrair a mão de obra necessária foi preciso elaborar e desenvolver eficiente propaganda dos “benefícios” que a modernidade industrial oferecia. E essa mão de obra se encontrava nas pequenas cidades e principalmente no campo, carente de profunda reforma agrária que segurasse o homem na terra. E a migração campo-cidade se deu em massa.

As vantagens oferecidas aos trabalhadores migrantes em relação ao trabalhador do campo eram o salário igual e a carteira assinada, alguns direitos trabalhistas, a partir de 1963, como o 13º salário. Para a família, a possibilidade de acesso à escola para seus filhos, à rede pública de saúde e a alguns outros serviços básicos, ainda que em um contexto precário, era uma realidade melhor que a instabilidade sazonal e o isolamento do campo.

A grande e rápida migração levou a cidade de São Paulo a crescer desordenadamente, sem o devido planejamento, fato que gerou e continua gerando enormes e graves problemas para as famílias dos trabalhadores.

## MUDANÇAS QUE FACILITARAM UM NOVO MODELO INDUSTRIAL

A palavra de ordem geral dos setores progressistas foi a defesa das reformas de base. A massa de trabalhadores aprende a lutar. De 1951 a 1963, os metalúrgicos participaram de quatro greves gerais (1953, 1954, 1957 e 1963). O País assiste cada vez mais à participação do povo pobre na política. Os grandes centros urbanos são sacudidos por manifestações e greves.

Em resposta ao avanço da indústria nacional e às pressões do movimento sindical e político, as classes dominantes brasileiras se apoiaram em setores das Forças Armadas para desferir o golpe militar de 1964, impor forte arrocho financeiro às empresas nacionais, amordaçar o movimento sindical e cassar professores e políticos progressistas e de esquerda.

Apesar da perplexidade inicial com o golpe militar, setores do movimento social foram despertando para a nova realidade. Estudantes e operários foram, aos poucos, ensaiando formas de resistência às medidas impostas pelo novo regime. Em 1966, sobretudo em função da lei que permitia vender a estabilidade, que seria trocada pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), manifestações de trabalhadores se deram em São Paulo. Nesse momento, o movimento estudantil denunciou o acordo entre o Ministério da Educação (MEC)

a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), que transformaria o ensino brasileiro. A luta contra o acordo MEC-Usaid teve caráter nacional, obrigando a ditadura a divulgar os termos, até então secretos, e, na prática, inviabilizando muito da sua implantação. A ação da Usaid, assim como a *Aliança para o progresso*, era um instrumento da política internacional dos EUA, cujo governo estava preocupado com a Revolução Cubana de 1959, que, naquele momento, servia de exemplo para toda a América Latina.

Tida como uma agência de ajuda humanitária, a Usaid foi um órgão de cooperação dos EUA do cenário da Guerra Fria para disputar influência no chamado Terceiro Mundo. A suposta ajuda, no entanto, estava condicionada a mudanças políticas e econômicas nos países periféricos.

O ressurgimento dos movimentos sociais despertou nos operários a compreensão de que poderiam se opor ao autoritarismo militar e aos pelegos colocados pela ditadura como interventores.

## O NOVO MOVIMENTO OPERÁRIO

O ponto de partida foram as oposições metalúrgicas de Osasco e São Paulo, no ano de 1967; com a vitória oposicionista de Osasco, os trabalhadores começaram a reagir às medidas intervencionistas, autoritárias e arrochantes do gover-

no militar. Em Osasco, com base na Comissão de Fábrica da Cobrasma e a organização de base em outras empresas daquele município. A direção sindical toma a frente na luta contra o arrocho salarial e consegue envolver vários Sindicatos da Grande São Paulo, que, juntos, criaram o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA). Seu momento mais forte se deu no 1º de Maio de 1968, com ampla manifestação na Praça da Sé, ocasião em que a massa enfurecida rejeitou a presença do governador “biônico” Roberto de Abreu Sodré, expulsando-o do palanque. Após derrubarem e incendiarem o palanque, os trabalhadores saíram em passeata pela cidade gritando “palavras de ordem” contra a ditadura e as medidas autoritárias.

Mas a classe operária entra em cena para valer com as greves de Contagem, em Minas Gerais, e Osasco, em São Paulo.

Em abril de 1968, em Contagem, a greve levou a uma intensa repressão e ocupação militar na cidade. A greve de Osasco tem como centro a Brown-Boveri e outras grandes indústrias, como a Lonaflex, e até uma química, Fósforos Granada. Na Cobrasma, os trabalhadores ocuparam a fábrica e retiveram parte da diretoria da empresa, como forma de se proteger e negociar com a repressão inevitável. O coronel Jarbas Passarinho, que já tinha coordenado a intervenção em Contagem, comandou a ocupação militar de Osasco, intervindo no Sindicato, caçando a

diretoria e prendendo mais de 600 operários. Seus líderes foram demitidos e não conseguiram emprego na região por anos. A cidade foi ocupada militarmente, e mais de 600 trabalhadores foram presos. Em Contagem não foi diferente. Prisões, cassação da direção e nomeação de interventores.

As manifestações estudantis e populares, juntamente com as greves operárias e a dificuldade de controle por parte do governo, levaram o regime a dar o chamado “golpe dentro do golpe”. O Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968, cassou os direitos civis e políticos de todos os brasileiros. O jogo endureceu. A ditadura militar jogou água nas chamas do movimento operário brasileiro, mas não conseguiu extinguir as brasas, que foram se propagando clandestinamente dentro de centenas de fábricas de São Paulo e arredores.

Em São Paulo, o Movimento Sindical de Oposição Metalúrgica foi se desenvolvendo gradativamente, a cada ano ganhando novos adeptos, ocupando espaços na vida legal do Sindicato, formando e fortalecendo pequenos grupos dentro das empresas, ensaiando novas investidas contra as condições de trabalho e a luta contra a gradativa redução salarial que se dava com a decretação pelos militares de índices de reajuste salarial sempre abaixo da inflação.

No início dos anos 1970, em várias fábricas da Grande São Paulo pequenas e rápidas greves foram realizadas pelos operários, que já

havam conseguido alguma organização. Novas formas de organização, à revelia da direção oficial do Sindicato, foram criadas, como os encontros Interfábricas, as amplas assembleias para a escolha dos componentes das “chapas” da Oposição Metalúrgica a cada eleição, e também um mínimo de planejamento para as intervenções nas assembleias sindicais oficiais.

Em São Paulo foram criados vários instrumentos de comunicação entre a Oposição e os trabalhadores: panfletos, cordéis, jornais, revistas, folhetins com denúncias sobre problemas em fábricas específicas, distribuídos clandestinamente, dentro e fora da empresa.

A OSM-SP foi durante muitos anos uma fábrica de materiais dos mais diversos, buscando não apenas a propaganda, mas a formação dos trabalhadores. Há uma publicação do Projeto Memória, “Contemos Nossa História”, que traz um catálogo desse trabalho.

### **INICIATIVAS DOS METALÚRGICOS: CURSOS, ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES E PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO POPULAR**

Um ponto importante no processo de conscientização de operários e em sua inserção no movimento sindical foram as escolas profissionais, criadas em vários bairros de São Paulo, algumas com a contribuição ou apoio logístico

de paróquias e movimentos populares. As escolas tinham como objetivos qualificar profissionalmente os trabalhadores e oferecer-lhes formação política na perspectiva da solidariedade de classe.

As associações de trabalhadores foram criadas pelos próprios operários em algumas regiões da cidade, espaços ideais para reunir trabalhadores sem o risco da delação da direção sindical. As associações foram importantíssimas para o fortalecimento dos núcleos operários que se formavam na cidade, assim como espaços privilegiados no apoio à Oposição nas eleições sindicais e na organização das oposições de todas as categorias.

### A PASTORAL OPERÁRIA E O APOIO DA IGREJA EM SÃO PAULO

Merece destaque o apoio da Igreja de São Paulo, para os movimentos populares que se desenvolviam na periferia e para o movimento sindical de oposição. A formação da Pastoral Operária em 1970 contribuiu para o apoio da Igreja ao movimento social, com a participação em larga escala da sua militância e de centenas de trabalhadores oriundos das Comunidades Eclesiais de Base (as CEBs), que contavam com o apoio decidido do seu cardeal, dom Paulo Evaristo Arns.

À época do seu bispado em São Paulo, dom Paulo conseguiu, com o Papa Paulo VI, a nomeação de alguns bispos auxiliares: dom An-

gélico Bernardino; dom Mauro Morelli; dom Celso Queiroz; dom Luciano Mendes de Almeida; dom Gaspar e dom Fernando Penteado, entre outros, que tiveram grande influência na prática pastoral da arquidiocese. Na verdade, não foram meros bispos auxiliares, porque dom Paulo não concordava com posturas dependentes. Por isso, logo de início, formou um colegiado no qual todos tinham autonomia em sua Região Episcopal e, ao mesmo tempo, corresponsabilidade com o conjunto da diocese.

A Pastoral Operária, iniciada em São Paulo, espalhou-se por mais de uma centena de dioceses brasileiras e contribuiu para estimular e preparar os militantes a participar da vida sindical. Várias Oposições foram formadas a partir dos núcleos dessa Pastoral e muitos sindicatos foram conquistados, com o fim do reinado das diretorias pelegas. Alguns bons exemplos são os casos dos metalúrgicos de Campinas e Limeira, construção civil de Campinas, sapateiros de Franca, e muitos outros em cidades como Recife, Porto Alegre, São Luiz, Ribeirão Preto e sindicatos rurais, como o de Santarém (PA).

Entre os movimentos que nasceram e se desenvolveram com a contribuição das Pastorais Sociais e das CEBs da arquidiocese paulistana, merece destaque o Movimento Contra a Carestia, em 1977/1978 (depois passou a se chamar “Contra o Custo de Vida”). Nascido nas CEBs da Zona Sul, foram se espalhando pela cidade e arredores.

Seu enfrentamento maior com a repressão se deu na Praça Sé, em 1978, com forte esquema que incluiu cães, cavalaria, cassetetes, bombas de gás lacrimogênio e prisões (fato fielmente registrado pelo documentário *Braços Cruzados, Máquinas Paradas*). O Movimento contra o Custo de Vida é fruto do amadurecimento político das populações trabalhadoras dos nossos bairros periféricos e da insatisfação crescente do povo trabalhador com a ação dos militares.

Porém, centenas de operários que militavam na Oposição eram oriundos dos grupos políticos de esquerda existentes naquela época e encontraram nos militantes de origem cristã parceria para a prática do companheirismo, fazendo crescer a consciência e a solidariedade entre operários. Vários militantes, às vezes queimados pelos patrões dos metalúrgicos, passaram a trabalhar em outros ramos da produção, contribuindo para a formação das oposições em outras categorias. Algumas oposições se tornaram diretorias em São Paulo, como no Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas, dos Plásticos, dos Vidreiros e dos Marceneiros.

### RESULTADOS DA PERSISTÊNCIA, ESPERANÇA E TEIMOSIA

Todo o esforço e dedicação começou a ganhar as ruas no ano de 1978, com as greves iniciadas na

Scania (em São Bernardo), que se propagaram pelo ABC e pela cidade de São Paulo. Na capital, foram cerca de 250 as fábricas metalúrgicas em que operários e operárias cruzaram os braços em vigoroso movimento reivindicativo, sem a participação da direção sindical, que já não gozava da confiança da maioria dos trabalhadores. As eleições sindicais daquele ano marcaram a ascensão da Oposição Sindical Metalúrgica e o declínio do peleguismo oficial.

A chapa da oposição chegou forte às eleições porque tinha organizado greves em centenas de empresas e conquistado muitas *comissões de fábrica* independentes da diretoria. As eleições foram muito tumultuadas e a fraude tão escandalosa levou a que o representante do Ministério do Trabalho, Oswaldo Preus, responsável pelo acompanhamento, decidisse invalidar o pleito com a famosa frase: “Lamento pelos meus amigos, mas sou obrigado a anular as eleições”. Como foi noticiado na edição de domingo, do jornal Folha de S.Paulo, no dia 2 de julho de 1978.

O ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, faz uma nova intervenção no Sindicato e, mesmo com braço fraturado, viaja a São Paulo e dá posse à diretoria da situação, sem sequer concluir a apuração. Na prática promoveu a nomeação do interventor Joaquim dos Santos Andrade e toda a diretoria, validando, conforme documentado pelo filme *Braços cruzados, máquinas paradas*.

Em outubro de 1979, ocorreu a primeira greve geral dos metalúrgi-

cos da capital, depois de 1968, portanto, dez anos após o AI-5. O “exílio nas fábricas” da militância dava seus frutos com muitas fábricas organizadas. Mesmo perseguida pela patronal, dedurada pelo pelegos e muitas vezes presa pela polícia política, a militância ressurgiu na grande greve. Apesar da resistência da direção sindical, comandada pelo Joaquinzão, os milhares de trabalhadores presentes à assembleia sindical exigiram a decretação da greve, que resistiu à traição pelega por dois dias. No ano seguinte, em abril, a greve coletiva dos metalúrgicos do ABC e, em novembro do mesmo ano, a segunda greve dos metalúrgicos da capital, decretada após várias assembleias regionais: duas na sede sindical, da rua do Carmo, e a final, com milhares de trabalhadores, no antigo Cine Piratininga. No primeiro dia dessa greve, Santo Dias da Silva, militante da Pastoral Operária e da Oposição Sindical, foi assassinado em frente à fábrica Sylvania, no bairro de Santo Amaro, pela bala do cabo Herculano. Assassinato que comoveu São Paulo, provocou o massivo cortejo funerário que percorreu o centro da cidade, até a Catedral da Sé e que radicalizou o movimento grevista.

### FORMAÇÃO DA CUT E DIVISÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO SINDICAL

A ação persistente da organização no chão da fábrica, praticada pela militância da Oposição Sindical, contribuiu significativa-

mente para o despertar da consciência operária em todo o País, mas especialmente na Grande São Paulo. Seu desdobramento se deu já no ano de 1978/1980, com as greves dos metalúrgicos paulistas e do ABC, posteriormente reforçada pela ação de vários outros Sindicatos pelo Brasil afora. Desse despertar classista resulta o movimento para a fundação de uma central sindical unitária, abortada em 1982 pela ação divisionista do peleguismo e junto com algumas organizações de esquerda (Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil e Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Em agosto de 83, sindicatos combativos e as Oposições Sindicais criaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT), e em novembro pelegos e divisionistas criaram a Central Geral dos Trabalhadores (CGT). Divisão política do movimento sindical consumada.

A Oposição Metalúrgica continuou sua luta de denúncia do peleguismo, de combate aos ataques do capital e da ditadura, até 1993, quando disputou a direção do Sindicato pela oitava vez. A partir desse ano, os operários oposicionistas já tinham sido banidos das fábricas de São Paulo, fruto da delação sindical e da perseguição do capital. Encerrou seu ciclo de 26 anos de organização de base, de prática interna democrática e atuação nesse Sindicato estratégico para os patrões e para a classe operária. O capital foi mais eficiente.

**QUEM CRIA A RIQUEZA?**

Dúvidas têm sido levantadas sobre quem, de fato, criou as riquezas de São Paulo. Para muitos, foi o papel do empresariado industrial, da construção civil, dos banqueiros, das empreiteiras e dos grandes comerciantes, porque investiram maciçamente na montagem de fábricas, na construção das torres que invadiram a cidade, nos conjuntos de moradia popular a partir de convênios com o Banco Nacional de Habitação (BNH) e assim por diante. Sem esse investimento maciço não haveria, portanto, trabalho para tantos trabalhadores.

Para outros, todo o investimento seria em vão sem o trabalho de operários e de trabalhadores de outros ramos. Para esses, empregador não participa da produção, ele explora a mão de obra alheia e cria a “mais valia”, no termos de Karl Marx. É possível dizer que as duas vertentes são verdadeiras, pois, no sistema capitalista, um setor depende do outro.

Porém, a construção da cidade, a partir da periferia, é muito mais obra dos trabalhadores. Por seu esforço, as classes trabalhadoras constroem moradias e estimulam o

crescimento da produção dos bens necessários à sua vida diária. Por outro lado, quem tem o domínio sobre a política urbana é o capital, que consegue impor alterações na lei do uso do solo, que permitem derrubar e reconstruir bairros inteiros, visando ampliar seus lucros pela especulação imobiliária.

**ENQUANTO VOCÊ FOR ÚTIL, O RICO O EXPLORARÁ...**

Outro fator que precisa ser levado em conta é que o capital acumulado pelo empresariado investidor é fruto da histórica exploração da mão de obra alheia e da acumulação dos bens socialmente produzidos, ao longo dos milênios, e não distribuídos equitativamente para os que a produziram. A acumulação vai na contramão do que deveria ser uma verdadeira economia voltada, em primeiríssimo lugar, para atender às necessidades básicas e ao bem-estar de todos os seres humanos.

Se Marx conseguiu organizar e deixar registrada a teoria da “mais valia”, e com isso explicar como se dá a exploração do capital, é preciso dizer que muitos outros, em

tempos bem remotos, com palavras diferentes, faziam a denúncia da exploração do trabalho alheio, como Ben Sirac, entre os anos de 190-180 antes de Cristo:

*Enquanto você for útil, o rico o explorará, mas quando você precisar, ele o abandonará (...) Fará você ficar envergonhado nos banquetes dele, até despojá-lo duas ou três vezes. Por fim, vendo você, passará adiante e sacudirá a cabeça contra você (Eclesiástico, 13, 4-7).*

Qualquer semelhança com a atual realidade da cidade não pode ser considerada mera coincidência.

O debate faz parte da dominação ideológica do capital, que insiste em mostrar que apenas ele tem capacidade para construir riquezas, e que os trabalhadores são seres inferiores, incapazes porque dependentes. Por isto mesmo dominam os meios de informação, os poderes políticos e conseguem deixar registrado para a história que os capitalistas são os autores do crescimento, sem revelar como isso se faz. Escrever a história segundo a ótica dos trabalhadores é deixar um rico legado cultural para as novas gerações. ■

## A PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO POPULAR, NA VIDA POLÍTICA E NA CONSTRUÇÃO DE SUAS ORGANIZAÇÕES

A OPOSIÇÃO METALÚRGICA PARTICIPOU DA PROPOSTA DE FUNDAÇÃO DA CUT. NA CORRENTE CUT PELA BASE DEFENDEU SEUS PRINCÍPIOS CONSTITUTIVOS: SINDICALISMO CLASSISTA, LIVRE DA INTERFERÊNCIA DO ESTADO, DEMOCRACIA INTERNA E O SOCIALISMO COMO OBJETIVO FINAL DA LUTA. 3º CONCURTO, BELO HORIZONTE, 1988.

ACERVO IIEP



ASSEMBLEIA DO MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA. O POVO TRABALHADOR SE DEFENDE DA INFLAÇÃO E CONTRA A DITADURA. SÃO PAULO, 1978.

ACERVO MOVIMENTO - APESP



# SINGER, O METALÚRGICO

PAUL SINGER  
TESTEMUNHO

GREVE DOS 300 MIL EM  
SÃO PAULO, ABRIL DE 1953.  
ACERVO ICONOGRAPHIA.



**Hino da Greve\***

*É nosso dia companheiro  
Nosso é o trabalho de nossas mãos  
Nossas máquinas que movemos  
Nossos os frutos da produção*

*Já vou, me esperam os companheiros  
Irmãos de classe para lutar  
Parando as máquinas falaremos  
E a nossa voz se ouvirá*

*É nosso dia companheiro  
Nosso é o trabalho de nossas mãos  
Nossas máquinas que movemos  
Nossos os frutos da produção*

*Avante, vamos classe operária  
Avante todos os oprimidos  
Parando as máquinas e no silêncio  
Do operário se ouça o grito*

*É nosso dia companheiro  
Nosso é o trabalho de nossas mãos  
Nossas máquinas que movemos  
Nossos os frutos da produção*

\* O Hino da Greve foi composto e cantado pela primeira vez entre fins de outubro e início de novembro do ano de 1979, durante os "piquetões" nas portas das fábricas metalúrgicas que estavam em greve, na Zona Sul da cidade de São Paulo. Foi difundido pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

**Paul Israel Singer** é economista, professor cassado pelo regime militar da Universidade de São Paulo (USP); fundador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap); coordena a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), desde 2003; e é autor dos livros *Introdução à Economia Solidária* e *Para entender o mundo financeiro*.

Falamos aqui do metalúrgico Paul Singer, austríaco refugiado no Brasil, reconhecido economista e militante político. Singer foi metalúrgico na fábrica de elevadores Atlas do Grupo Villares e dirigente de base da mobilização classista intercategorias de 1953, a chamada Greve dos 300 mil. O jovem operário socialista se tornaria um importante economista.

Nós éramos refugiados no Brasil e não demorou muito acabamos sabendo que quem não conseguiu fugir foi morto. Meus avós paternos devem ter morrido lá porque não tive mais notícias deles. Comecei a me interessar por política quando me aproximei do Movimento Juvenil Sionista Socialista (Dror). A sede era na rua Prates. O movimento era grande e existia por São Paulo inteira e fora de São Paulo. O Dror tinha membros do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte. Onde havia comunidades judaicas havia jovens filiados. Isso tem a ver com o Estado de Israel, criado em 1948. O que empolgou a comunidade judaica, e nesse movimento estava todo mundo achando que com Israel os judeus estariam protegidos, ou pelo menos poderiam se refugiar. Porque foi difícil sair lá, da Áustria. Minha família teve a grande sorte de ter uma tia minha, marido e filho morando no Brasil desde os anos 20. Então eles

conseguiram depois de se empenharem, por um bom número de meses, um visto para minha avó, a mãe da minha tia. Depois que minha avó veio para cá ela conseguiu aqui no Brasil o direito de chamar o filho, e daí viemos nós. Eu não era filho, era neto, mas obviamente meu tio e minha mãe eram filhos da minha avó. Foi desse jeito que chegamos ao Brasil.

Tenho a impressão que os traumas do antissemitismo devem ter me influenciado de alguma forma. Não saberia dizer exatamente como. Fui recrutado quando houve a formação de Israel. Houve certa mobilização, principalmente de jovens, na comunidade judaica, e fui convidado a participar. Já era de esquerda nessa altura e o DROR era a juventude do Partido dos Operários da Terra de Israel (Mapai), partido que governava Israel.

Ben Gurion era a principal figura do Mapai na época. O fundamental para nós era o Kibutz, realmente uma coisa socialista. No

fundo era uma cooperativa complexa. Podiam se criar muitos tipos de cooperativas. O Kibutz era uma cooperativa de produção.

### O MUNDO DEPOIS DA GUERRA, A ESQUERDA NO BRASIL

O fim da guerra foi fundamental porque os bons ganharam, os fascistas foram derrotados e isso mudou o mundo depois da Segunda Guerra Mundial. A esquerda ganha na Inglaterra, na França, ou seja, há governos de esquerda que vão ao poder por eleições. Os países escandinavos são modelos de sociais-democracias, e em muitos países a esquerda ganha força e passa a governar. No Brasil isso de alguma forma funciona até o golpe de 64.

O Partido Comunista já existia no Brasil havia muitas décadas e sempre ilegal, sempre perseguido. E no período do pós-guerra surge ao lado do Partido Comunista (PCB) um Partido Socialista

(PSB), bastante distinto deste porque não aceitava a ditadura stalinista. Era uma ditadura feroz lá na Rússia que não era brincadeira. Mas o mundo pós-Segunda Guerra Mundial foi bom para a esquerda de uma forma geral, o mundo inteiro. Tivemos o Perón na Argentina, o Cárdenas no México, que nacionalizou o petróleo e deu asilo ao Trotsky.

Uma parte importante do PSB, não era maioria, mas uma parte importante dos dirigentes era trotskista, tinham sido trotskistas, e com isso, digamos assim, como jovem frequentava o partido, assistia aulas, conferências etc., e aprendi muito. Minha politização aconteceu desse jeito.

O PSB e o PCB eram aliados, se apoiavam mutuamente. Numa época em que o PC não podia mais lançar candidato porque tinha sido cassado seu registro do Partido, eles colocaram os candidatos pelo PSB ou outros partidos. Uma parte dos deputados eleitos pelo Partido Socialista de fato era candidato do Prestes. Luís Carlos Prestes era o grande líder do Partido Comunista.

O Dror, a organização à qual pertenci, tinha por finalidade mobilizar pessoas para ir a Israel. Migrar para lá e criar dentro de Israel uma coisa bem de esquerda, que seria o Kibutz, ou seja, uma cooperativa complexa. Faziam parte do movimento 1500 pessoas apenas em São Paulo. Havia o Dror em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, era uma organização

naturalmente grande de jovens, e o objetivo era ir para Israel. Fui fazer o curso de Eletrotécnica porque a ideia era aprender alguma coisa útil ao Kibutz. Numa aldeia ter um técnico na área podia ser muito útil. Não me lembro agora se fui o único a fazer um curso técnico. Mas as pessoas pensavam nisso, inclusive vários foram para universidades estudar Medicina, vários fizeram Engenharia. No meu caso acabei optando por Eletrotécnica.

Estudei e me formei na Getúlio Vargas, na rua Piratininga, no Brás. Sou de origem operária, a minha avó conheceu o meu avô numa fábrica de pentes, os dois eram operários. Minha mãe era costureira. Ela nos sustentou durante minha infância e juventude. Conseguia fazer isso porque na comunidade judaica fazia os vestidos para as senhoras. Ela tinha um ganho razoável, era viúva, tinha perdido meu pai, e mais tarde ela se casou com outro refugiado judeu, também alemão, que também era operário. Vivia como operário em empresas de judeus.

Só não fui para Israel porque queria ir junto com meus pais. O Kibutz aceitava parentes que ainda tinham condições de trabalhar. Minha esperança era ir e levar meu padrasto e minha mãe para viverem comigo lá. Mas minha mãe recusou veementemente. Ela sabia que eu estava no Dror, nessa época era o secretário-geral, e tentei lhe explicar: “Olha, vamos lá e daqui a alguns meses eu vou e você vai comigo, e vão ter onde morar, onde

comer, onde trabalhar, isso já está acontecendo, isso não é problema”. A minha mãe deu uma resposta que foi surpreendente. Ela me disse: “O quê? Eu morar o resto da minha vida só entre judeus? Antes a morte!”. Foi literal. É uma resposta do tipo “não fale mais comigo sobre isso”.

Mamãe já morreu há muito tempo. Ela era judia, mas não era religiosa, nunca ia para a sinagoga. Para mim foi uma surpresa enorme não aceitar. Ela foi, durante a Primeira Guerra Mundial, vendedora de bijuterias, joias etc., para uma firma italiana. Essa era a atividade dela. Viajou pela Itália e acabou falando italiano. E ela procurava falar português italianado, porque as línguas são muito semelhantes. Eu não tinha nenhuma ideia nem de português nem de italiano, e minha mãe me deu aulas de italiano com a expectativa que isso me facilitasse o português, o que foi correto. Mas saí do movimento, não pude ficar.

Toda a minha geração foi embarcando, e dizer que não iria para Israel porque minha mãe não queria não era desculpa. Então convoquei uma reunião do movimento, e foi uma reunião grande no Bom Retiro, onde tínhamos uma sede. Disse a eles que não iria. O que estávamos querendo na luta era evitar novos massacres de judeus, e dizia que a forma mais lógica de lutar para preservar a vida de judeu era apoiar a esquerda e acabar com o nazismo, o antisemitismo, como luta política mesmo. Por isso sus-

tentei que não iria naquela inesquecível reunião.

### VIRANDO LIDERANÇA NA GREVE DE 1953

Trabalhava na Villares, que fabricava os elevadores Atlas. A família dona é descendente dos Dumont-Villares, da família do Santos Dumont. Em 1953 teve a greve, ocasionada basicamente pela inflação. Não era uma inflação enorme, mas havia inflação e a luta dos sindicatos era para ter um reajuste de salários compensando a inflação praticamente todo ano. Os próprios tribunais muitas vezes davam razão aos trabalhadores, pois era reposição.

A grande greve da qual estamos falando, uns chamam de 600 mil, outros falam de 400 mil, o fato é que havia muita gente, a reivindicação era a mesma. Os tecelões, os metalúrgicos, as várias categorias queriam repor a inflação. Essa era a nossa reivindicação, e ganhamos na justiça, que interveio nesse processo de greve e deu o ganho de 32% nos salários. Metalúrgicos, tecelões, o que me lembro da greve havia trabalhadores do vidro, trabalhadores da madeira, eram diferentes setores industriais.

Era sócio do Sindicato como muitos outros, não tínhamos nenhuma experiência de greve. Nunca tínhamos feito greve antes. Tinha na época vinte e poucos anos.

Na fábrica, quando começa o processo da greve, era politizado, mas muito jovem. Para mim foi

uma experiência única. É um erro supor que a Igreja, que os sindicalistas ligados à Igreja fossem todos conservadores, pois não eram. Pelo contrário, foram muito para a frente na greve. Acabei me ligando a vários deles e ficamos amigos. Estávamos na mesma fábrica, mas eram pessoas ligadas às pastorais.

Na minha história diria que a militância com o pessoal da Igreja se tornou muito frequente. Embora judeu, tive muita proximidade com os militantes cristãos, e tínhamos, por ser do Partido Socialista, certa rivalidade com o Partido Comunista. O Partido Comunista estava no comando da greve. Indiscutivelmente, eles tinham mais pessoas, trabalhadores filiados e assim por diante. Mas houve momentos de ruptura dentro da greve.

Um caso que me lembro era de um líder do Partido Comunista que era também jogador de futebol, e tinha seus rompantes. Numa certa altura da greve pediu a palavra e convocou as pessoas a uma passeata. Para nós isso foi uma traição. Não tínhamos licença da polícia, eles nos tinham dado um estádio para não ficar na rua em vez de discutir com a gente. O que vamos fazer, não vamos fazer, ele foi direto: “Vamos nos encontrar daqui a meia hora lá”. A gente achou que era assim uma traição, um erro, e não queríamos apanhar da polícia. Ele não consultou ninguém. Não víamos motivo nenhum para fazer a passeata. Era uma relação boa com o PC, mas às vezes tensiona-

da. O Partido Comunista tinha uma definição clara na política internacional: apoiar a União Soviética e evitar nova guerra mundial, obviamente. Entendíamos e respeitávamos, mas havia uma visão crítica do que acontecia lá.

### COMISSÃO DE FÁBRICA

Quando entramos em greve, os donos da fábrica estavam na verdade querendo negociar. Possivelmente dar o aumento que estávamos buscando, que para eles era melhor dar o aumento do que a paralisia total da fábrica. Mas já não estávamos mais na fábrica. Tínhamos iniciado a greve, não tinha ninguém com quem conversar, a fábrica estava vazia.

Era uma fábrica grande, 3500 pessoas. A fábrica era no Cambuci, mas havia outras fábricas, em outros locais da cidade.

As categorias se uniriam, e aí o Partido Comunista, majoritário no movimento sindical, teve papel importante. Não apenas entre os metalúrgicos, mas entre os têxteis, marceneiros e por aí vai. E os pedreiros. Havia uma Central Sindical que reunia esses sindicatos, o tempo todo procurando negociar, avaliar se havia necessidade de fazer a greve ou se poderíamos obter na negociação a nossa reivindicação, que era o aumento de salários equivalente à inflação. E isso foi negociado com os empregadores. A certa altura, os empregadores não estavam aceitando a reivindicação e, portanto, ficou

decidido que dali a alguns dias a greve começaria. Era um pacto entre sete, oito, dez sindicatos distintos, que estavam negociando em bloco para ter mais força.

Nós, metalúrgicos, tínhamos decidido nessa época, o Remo Forli era nosso presidente e eu estava muito próximo dele. Mas havia a decisão: se não nos derem até quinta-feira, não me lembro o dia, deveria começar a greve. E aí o Partido Comunista deu para trás, não cumpriu com o que ele tinha combinado com os demais sindicatos. Exatamente por que o PCB fez isso não sei. Se eles estavam com a esperança talvez de mais uma negociação se pudessem evitar a greve. Só sei que ficamos p... da vida com o Partido Comunista. Inclusive o pessoal da Igreja. Foi aí que conheci lideranças sindicais ligadas à Igreja. Hoje há pessoas na Economia Solidária com essa história. Mas me lembro disso porque formamos piquetes para garantir a greve.

O Partido Comunista queria adiar e adiou de fato. Estávamos trabalhando e pelo acordo deveríamos estar em greve. E aí, de repente, veio na porta da fábrica uma porção de mulheres tecelãs. E elas começaram a falar alto, a gritar: “Venham para fora, larguem disso”. E elas tinham razão, porque estávamos falhando no compromisso com elas. E me lembro disso, elas não podiam entrar na fábrica, havia os portões, mas elas podiam gritar de fora, e isso foi um impulso grande para fazermos logo a greve. Reunimo-nos

no Sindicato, decidimos onde é que haveria piquetes, como é que seria feito... Não tinha experiência nenhuma de greve naquele momento.

Quando a greve estourou mesmo, os patrões entraram em contato conosco e disseram: “Olha, nós íamos dar o aumento, mas não encontramos ninguém para negociar, para fazer um acordo. Vocês deixaram tudo vazio”. Os únicos que não fizeram greve, que ficaram trabalhando, eram os mensalistas. Eu era mensalista. Era eletrotécnico e tinha um cargo de mensalista. Fui o único mensalista que fez a greve. Tinha certeza que seria demitido. Bom, paciência. Estava comprometido, essa era a nossa luta, paciência...

O prefeito, acho que era o Armando de Arruda Pereira, cedeu um estádio para os trabalhadores se reunirem, o que evitava confrontos com a polícia e facilitava assembleias e reuniões.

### **MEMBRO ELEITO DA COMISSÃO DE FÁBRICA**

A Comissão funcionou pouco mais de um ano. Quer dizer, terminada a greve ganhamos nossa reivindicação pela decisão da Justiça do Trabalho e todo mundo voltou a trabalhar. Os próprios patrões pediram que os grevistas elegeassem os representantes e fui acho que um dos mais votados. Não me lembro se o mais votado.

A experiência para mim foi fundamental porque estava lá no meu pedaço, no laboratório elétrico pro-

cupado com os elevadores para eles não caírem. Ao passo que pelo fato de virar uma liderança sindical comecei a conhecer meus colegas. Havia pessoas que estavam há muito tempo na fábrica, outros recém-chegados, e todos eles tinham reivindicações, e negociávamos, tratávamos de negociar com os patrões.

Uma de que me lembro muito bem é que eles remuneravam os trabalhadores na montagem dos elevadores, com os quais fiz amizade. Eles tinham prêmios de produtividade. Nós fomos falar com os patrões que eles não estavam mantendo o que havia sido combinado com os montadores de elevadores: “Porque agora estão elevando o nível de produtividade a partir do qual se ganha alguma coisa. Isso não era assim e de repente estão obrigando os trabalhadores, para ganhar mais, a trabalhar bem mais”. Então havia um complexo de conflitos dentro de uma fábrica grande, alguns trabalhadores na hora do almoço saíam correndo, mas a disciplina na fábrica não permitia correr. Possivelmente para não se machucar, porque são milhares de pessoas ali dentro de uma grande empresa. Mas aí as pessoas vinham conversar comigo: “Olha, estão me multando porque tive que correr”, e aí falávamos com os patrões. Não acho justo, ele correu porque teve que correr, sei lá por quê, coisas assim.

Nós, trabalhadores, comíamos juntos. Ficava uma fila de pessoas para conversar comigo sobre a greve, as reivindicações, e procurava

atendê-los. Geralmente era no horário do almoço porque de resto a gente estava trabalhando e não havia condições de ficar atendendo.

Deixei essa empresa e fui trabalhar na Philips. E lá fizemos greve também. Uma reivindicação que ganhamos foi o décimo terceiro salário, uma grande greve que participamos, de novo não apenas os metalúrgicos. Novamente várias grandes categorias profissionais se juntaram e reivindicaram um abono de Natal.

Tive uma experiência sindical de vários anos. Fiquei militando no Sindicato e na empresa. Nessa altura arranjei uma namorada, casei-me com ela, vieram os filhos. Meus sogros insistiam que eu devia fazer universidade. A minha mulher era bem mais jovem do que eu e ainda estava fazendo o secundário.

### DA FÁBRICA À UNIVERSIDADE: O AUTODIDATA EM SOCIALISMO

Antes disso, quando entrei no Partido Socialista, havia uma vida ideológica intensa no Partido. Estava estudando, fazendo Eletrotécnica, o curso era de dia inteiro. Pela manhã as aulas com as matérias que todo mundo tem, um pouco de inglês, um pouco de francês, latim etc. Mas além disso dava um curso para mim mesmo porque estava no Brás, saíamos da Escola Técnica e ia a pé até a Praça da Sé. Mas chegava à Praça da Sé quando todo mundo chegava, e era impossível tomar um

ônibus ou bonde. Estavam lotadíssimos. Resolvi frequentar a sede do Partido Socialista. Tinha que passar algum tempo. Era impossível sair, o transporte era muito lotado. E a sede do PS era exatamente na Praça da Sé.

Então ia lá, e o que encontrava? Uma pilha de jornais do mundo inteiro. O Partido pertencia à Internacional Socialista e havia trocas. Então eram jornais da Itália, da Espanha, dos Estados Unidos... O momento mais emocionante na minha vida era chegar à sede, ninguém me perguntava nada, a pilha estava lá e ninguém mexia, e aí chegava eu mexendo, às vezes levava embora e depois devolvia. Boa parte da minha formação política foi autodidata.

Acabei aceitando a pressão dos meus sogros e indo para a universidade. Relativamente tarde em relação à idade porque deveria ter ido com 18, 19 anos. Mas como fiquei na luta sindical, quando cheguei à universidade já tinha 24 anos, um tanto mais velho. Os companheiros do Partido me ajudaram no vestibular. Um amigo era matemático, o outro era físico, e ambos me deram aulas.

Na universidade, comecei a fazer amizades políticas; estudava em um prédio na rua Doutor Vilanova; nos fundos havia um quintal comum, os estudantes de Ciências Sociais tinham aula. Nós, no curso de Economia, tivemos aulas de Sociologia com um professor bastante razoável, aulas de Direito com um professor que tentou nos ensinar alguma coisa. Agora, dentro do

movimento estudantil, obviamente a politização era muito forte e a esquerda dominava. Esquerda significa Partido Comunista, Partido Socialista e outros partidos de esquerda, como o PTB.

Quando era estudante de Economia, dispusei um concurso para professor de Geografia no curso gratuito que o grêmio dos estudantes tinha para os jovens que queriam fazer vestibular. A primeira vez que dei uma aula sem alunos, somente com a banca. Estava acostumado a dar aulas, mas com intensa interação com os alunos, respondendo a perguntas, e em concurso é diferente. Ninguém pergunta coisa nenhuma, tem que enfrentar o assunto. Mas ganhei. Trabalhava como professor de cursinho e tinha certo ganho. Não era um grande salário, mas me ajudava.

### FORMAÇÃO TEÓRICA

Antes do golpe diria que a esquerda brasileira, somando tudo, não era só o Partido Comunista e o Partido Socialista, havia outros partidos de esquerda, trotskistas sobretudo, anarquistas também. E estava basicamente integrado ao Partido Socialista e ao meu Sindicato. Eram as minhas principais atividades. Mas muito depressa comecei a receber convites para discutir economia, o grande inspirador nosso era Celso Furtado. Tinha lido o Caio Prado antes, quando fiz o vestibular. O Caio, que depois ficou muito meu amigo, era real-

mente a nossa bíblia, e de fato um grande historiador, sem a menor dúvida. Celso Furtado idem. Depois fiquei íntimo do Caio Prado, e uma vez ele se queixou amargamente a mim do Celso Furtado.

Caio Prado já havia feito uma história econômica do Brasil e o Celso fez outra. Mas como ele fez muito tempo depois, era justo que ele citasse Caio Prado no que coincidiam ou qualquer coisa assim. Não há nenhuma citação. Nada, nada, nada. Imagino que o Celso fez isso porque via no outro um rival mais velho, com mais prestígio.

#### ESQUERDA ANTES DE 64

Na década de 60 participei da Polop (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária). A Polop surge do movimento estudantil. Não eram fortes os sindicatos e a Polop, pelo menos nos primeiros meses e anos, era fundamentalmente um movimento de jovens, com a referência do Eric Sachs<sup>1</sup>, austríaco que era militante do Partido Comunista. Houve uma cisão naquele partido a partir de Stalin. Stalin estava mandando em tudo e ele expulsa um grupo considerado a direita dentro do Partido Comunista, e o Sachs pertencia exatamente a essa ala. O grupo expulso tinha um jornal chamado *Política Operária*, daí a Polop. Ele fez questão de que aqui no Brasil estávamos criando uma nova força política de esquerda, e o nome do jornal teria que ser o nome do grupo.

Líamos Rosa Luxemburgo, Trotsky. Para mim foi extremamente iluminador quando li a autobiografia do Trotsky, *Minha vida*, um belo livro. Encantaram-me não apenas as ideias do Trotsky, mas como escritor. Um excelente escritor. Não me tornei um trotskista por um fio, mas aconteceu, e essa foi uma influência importante.

Agora, na Polop, o Sachs era mais velho do que eu, mais experiente, e eu era uma espécie de segundo no comando. Tivemos muitas reuniões e aí acontece algo que acho que interessa: os janistas tomam conta do Partido Socialista. O Jânio é eleito prefeito. Pelo Partido Socialista e pelo Partido Democrata Cristão. Depois disso o Jânio continuou, e ele acaba sendo eleito governador de São Paulo e depois presidente da República.

Os janistas eram um agrupamento mais interessado no próprio Jânio do que ser de esquerda. Não vou dizer que eles não fossem de esquerda, mas o fato é que eles se identificavam como janistas e acabaram dominando o Partido Socialista. Eu pertencia, por exemplo, à direção municipal do Partido em São Paulo. Ao meu lado muitos outros, e na primeira eleição fui defenestrado, ou seja, não fui mais candidato. Isso pessoalmente não me afetou muito. Era uma preocupação a menos, apenas isso. Mas o Partido Socialista, assim como o PT, é muito semelhante, compunha-se de diferentes alas. Então havia uma ala que tinha rompido com Trotsky

e um jornal de grande influência sobre nós era do Rio.

#### MÁRIO PEDROSA

Conheci o Mário, e como tínhamos que ir de vez em quando ao Rio e o dinheiro era muito curto, acabava sendo hospedado por ele. E o jornal do Mário Pedrosa tinha coisas maravilhosas. Inclusive a Rosa Luxemburgo conhecíamos pelo jornal, o mesmo com o Trotsky. Enfim, adquirir certa cultura política pelo jornal dele.

Diria que o Partido Socialista estava à esquerda do Partido Comunista, basicamente porque ele não tinha nenhuma direção fora, éramos totalmente autônomos, um grupo de pessoas grande, o Partido tinha crescido, mas isso não impedia que os partidos se apoiassem mutuamente.

Na época era muito crítico da posição do Partido Comunista. Hoje não, acho que não mereciam tanta crítica. Eles distinguiam dentro da burguesia posições distintas. Quer dizer, havia desde fascistas até gente mais para frente, mais avançada, e certamente o João Goulart era um deles. Sem dúvida, o Getúlio Vargas era um deles. No meio sindical, em que atuei esses anos todos, muito contato com quemistas, ou seja, PTB, e os meus companheiros do Partido Socialista tinham sido presos por eles. Eles ficaram na prisão do Maria Zélia, em São Paulo. Vários deles, meus amigos, tinham passado um

bom número de meses presos lá. O fato é que eles não conseguiam perdoar o Getúlio e a ditadura do Estado Novo. O Getúlio era fascista e não dava pé. Até que aconteceu o suicídio dele, e sentimos o enorme apoio popular que ele tinha. Não é só aquela carta muito bonita que ele escreveu. A população sofreu com a perda do Getúlio. Comecei a dizer isso a meus companheiros bem mais velhos: “Olha, estão muito enganados. O PTB não é um partido fascista”. O Getúlio de fato fez uma baita de ditadura, houve um recuo, uma volta, mas isso ele fez durante um período limitado e depois foi mais para a esquerda. De certa maneira, o suicídio dele foi obviamente um gesto de esquerda.

Dizia para os meus companheiros: “Olha, estão enganados. O PTB é um partido de esquerda no Brasil, nas circunstâncias brasileiras”. Eles ficaram fulos da vida comigo. Como é que eu, que era muito mais jovem e não tinha vivido tudo o que eles viveram, vinha com essa história?! Eu completava: “Olha o que o povo está fazendo com a morte de Getúlio”. Quer dizer, aquela gente era nossa. Isso me levou a ter certas diferenças dentro do Partido.

### MUDANÇA DA CONJUNTURA: AI-5, A LUTA ARMADA E O CEBRAP

O Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) foi, ironicamente, uma “dádiva” do regime militar. Éramos todos intelec-

tuais, professores da USP, que é a melhor universidade brasileira, e nos sentíamos inseguros. Em um belo dia, aparecemos em um jornal ao lado do Florestan Fernandes, gente muito mais importante do que nós, fomos aposentados compulsoriamente. E aí formamos o Cebrap, criado antes da aposentadoria, com Fernando Henrique e Octávio Ianni.

Bom, foi muito decisivo para mim um grupo que resolveu ler *O Capital*. A figura que liderou esse processo foi o Arthur Giannotti, importante filósofo, tinha passado um longo período na França, um longo período significa um ano, dois ou três, falava português com acento francês. E foi ele quem nos reuniu, o Ianni, Fernando Henrique, eu mesmo, Chico de Oliveira. Pelos estudos de Filosofia dele, nos disse: “*O Capital* não é uma obra de sociologia, não é só de economia, de política. É tudo isso ao mesmo tempo”. É uma obra muito complexa, e como cada um de nós tem a sua especialização, um é economista, outro é sociólogo, o outro é antropólogo, o outro é historiador, toda essa gente resolveu, sob direção e inspiração do Giannotti, ler Cebrap.

Como é que funcionava isso? Reuníamos-nos uma vez por semana, e entre uma reunião e outra líamos um capítulo inteiro de *O Capital*. Uma vez a reunião começada havia um relator que fazia um resumo do que estava lá no capítulo, que todos haviam lido. E tínhamos nossas discussões, porque realmen-

te *O Capital* é riquíssimo. Hoje, na Europa, muitos grupos fazem isso, grupos que leem *O Capital*. E há hoje um grupo na USP que estuda *O Capital*.

O Cebrap foi fundamentalmente premiado pelas pessoas que estavam nesse grupo. Dentro do Cebrap não havia divergências políticas, isso aconteceu depois. Estávamos acompanhando os acontecimentos políticos e sabíamos que seríamos expulsos da universidade.

Estávamos aposentados, ganhávamos uma aposentadoria pequena, porque estava em tempo parcial, então tenho um salário muito menor de quando era professor. Mas, enfim, houve uma mudança completa na situação política, inclusive devido à prisão dos estudantes no Congresso da UNE em Ibiúna, em 1968.

O resultado disso foi a luta armada. Pela primeira vez no regime militar surge a luta armada para valer. O Marighella, os estudantes e assim por diante. Senti, com Fernando Henrique e Octávio Ianni, que isso iria nos atingir, embora não tivéssemos participado de nada. Diretamente não, mas o regime militar estava sendo desafiado, principalmente por Marighella, que propunha luta armada onde fosse possível. Ele queria descentralizar ao máximo. Cada um que puder pega em armas, assalta e assim por diante. No início, a luta armada ganha, teve vitórias, a verdade é essa. Aí o regime militar tornou-se muito pior do que já era.

Então nos reuníamos para ver o

que iria nos acontecer. Somos dessa universidade e não vão nos deixar ficar. Não acreditava que nos deixariam ficar, porque éramos os professores de esquerda mais conhecidos de um movimento estudantil que tinha pegado em armas. E foi isso literalmente o que aconteceu. Precisávamos ter uma base econômica para viver e não seria em universidade, porque não teríamos nenhuma chance de voltar à universidade. O Cebrap nasceu dessa circunstância. Previmos que seríamos aposentados ou qualquer coisa, e de fato fomos. Todos.

Conseguimos recursos basicamente com a Fundação Ford, que fez isso no Brasil, ou seja, apoiou a resistência democrática aqui, na Argentina e em outros lugares na América Latina. Acho que a fórmula que estávamos atrás era explicar o Brasil. Nós queríamos na verdade apoiar a resistência ao regime militar como intelectuais.

O Cebrap foi feito para resistir a uma ação possível da direita e do regime militar. Chegamos a dar aulas para as lideranças negras, o movimento negro se desenvolveu bem, inclusive com intelectuais negros, não poucos.

Éramos um grupo de pessoas que usavam a cabeça para, não digo resistir, mas criticar. E tentar ajudar, sobretudo os movimentos sociais. Existe até hoje o Cebrap, passei 20 anos lá. Dentro desse período acabei indo para o governo da Erundina em São Paulo, como secretário de Planejamento.

A Erundina era uma mulher que vinha do movimento popular, dos movimentos sociais, o mesmo acontecia com outras pessoas. Houve mudanças importantes, sem dúvida, principalmente em termos de moradia, de condução, de transporte público. O slogan que levávamos era “inverter as prioridades”. Tudo que era prioridade antes passava a não ser prioridade. A Erundina tinha um “staff” de governo grande, bastante grande, eram trinta e poucos administradores regionais, os subprefeitos. Ela era democrática e continuava sendo, graças a Deus. Fazíamos muitas reuniões, com todos os secretários e os subprefeitos. Discutíamos o que era para ser feito, qual a importância, tudo o que interessa à cidade, desde a habitação. Em todos os meses de agosto tínhamos que mandar para a Câmara dos Vereadores uma proposta de Orçamento, e nessa proposta deveria haver uma divisão do dinheiro entre a minha secretaria, a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Segurança. Eram muitas, e não se chegava a um acordo. Houve um momento em que pensei seriamente em renunciar ao cargo, pois no final era o Guido Mantega, e teríamos que conseguir que o orçamento funcionasse. Mas qualquer que fosse a proposta dos diferentes secretários, precisavam do dinheiro para satisfazer suas bases, porque eles vinham do movimento social diretamente.

Mas isso era meio mortal porque não tínhamos esse dinheiro. Vou dar um exemplo dos muitos que havia: creche. Uma grande parte das mulheres pobres que trabalham precisa de creche para deixar suas crianças. Nós tínhamos creche da Prefeitura que, apesar de muito cara, era de boa qualidade, além das chamadas creches privadas, geralmente de fundo religioso.

Sabe o que acontecia? Os meus colegas de secretariado obviamente ficavam decepcionados. Eles queriam dinheiro suficiente para satisfazer totalmente as necessidades da sua base e da população. Simplesmente não havia esse dinheiro, isso não existia, era uma fantasia. O Guido, eu e mais alguns dizíamos: “Parem de sonhar, quanto tem no seu orçamento hoje? Tanto. E agora, quer quatro vezes mais?!” Mas não é só você. Cultura quer quatro vezes mais. Era bobagem, não existia esse dinheiro. E aí eles se vingavam de certa forma de mim: “Venha conversar com a minha base, explique para eles porque nós não podemos atendê-los”. Eu dizia que estava disposto a ir lá conversar, porque supor que nós podíamos atender a todas as necessidades num primeiro orçamento não existe.

Para ilustrar: começamos a calçar as ruas, para a população pobre é vital, pois moram em partes da cidade que nenhum automóvel consegue entrar. As mulheres que vão ter neném não têm como sair de ambulância porque a rua não é

trafegável, e não há nada mais trágico do que isso. Para nós era fundamental asfaltar a periferia para a população ter acesso ao caminhão de lixo, a tudo o que precisasse. Bom, na vontade de mudar, de inovar, nos abrimos à chamada pública das empresas que calçam ruas. Abrimos a chamada do calçamento das ruas a pequenas empresas e não apenas às gigantescas. As empresas gigantescas entraram na Justiça e anularam a nossa chamada.

Fui à Câmara Municipal e pela primeira vez – não fiquei orgulhoso – fui chamado: “Paul Singer, cadê o nosso asfalto?” Eles tinham todo o direito de cobrar. Pedi a palavra e me ouviram: “Vocês têm que aprender a negociar entre vocês, é orçamento participativo, vem tudo de uma única vez, é impossível. Não temos dinheiro para tanto. Mas podem negociar, apoiar um determinado bairro que está precisando mais e depois ser apoiado por ele”, como funcionou em Porto Alegre depois.

O orçamento tem um tamanho justo, não é mais do que aquilo. Agora, como distribui esse dinheiro dentro de uma enorme cidade como São Paulo, para quais setores etc.? Bom, a saída para a saúde é uma questão de vida ou morte. É correto. Agora, se for garantir a saúde de todos fica sem fazer mais nada. Não consegue sobre transporte, não consegue sobre habitação, não consegue mil coisas. Um exemplo: a nossa Secretária de Cultura era a Chauí, uma mulher e tan-

to, mas ela queria restaurar o Teatro Municipal, o que levaria anos.

Ela nos convenceu e, de fato, aceitamos. Um tremendo gasto, a restauração durou anos. Não um mês, mas anos. Agora, o que ela argumentou? Que o Centro da cidade passou a ser dos pobres. Isso é verdade para São Paulo até hoje, vai olhar lá na Praça da Sé, quem é que está lá? Ela dizia que queria, junto com a Secretaria de Educação, levar as crianças para assistir a óperas. Era uma coisa bacana para chuchu.

### MUDANÇAS DO PLANEJAMENTO URBANO NA DÉCADA DE 90

Vou contar algumas coisas que fiz, não estou me vangloriando, mas estava na minha área de responsabilidade como secretário de Planejamento. Tinha um pequeno exército de arquitetas, ótimas arquitetas, muito inteligentes. Reuni-me com elas para ver como se usar o pouco dinheiro disponível para atender ao maior número possível de pessoas.

As regras urbanísticas estavam se firmando nessa época, então há edifícios que não podem estar além de certa altura e uma série de outras restrições. E cabia a mim negociar para que as restrições fossem superadas em troca de dinheiro. Então consegui efetivamente dinheiro para as casas populares. Mas boa parte do tempo que fui secretário houve uma chuva de shoppings

centers. Esses shoppings, e não são poucos, começaram no governo da Luiza Erundina. Cada shopping atrai para a sua área imediata um tráfego muito grande, pessoas que vão e voltam do shopping, assim por diante. Eu tinha as arquitetas comigo negociando. Se era permitido construir cinco andares e os empreendedores queriam fazer sete, calculávamos o ganho deles e tinham que pagar. Com isso, dava para fazer as casas populares.

Tive uma briga de morte dentro do governo municipal no PT no caso dos shoppings centers. Uma parte das arquitetas era totalmente contra os shoppings centers porque era reacionário, de direita e para uma elite. Eu dizia para elas: “Sim, mas essas pessoas são cidadãos, pagam seus impostos, não podem impedi-los”. Elas usavam o argumento urbanístico para vetar a criação de novos shoppings centers, e a política da prefeita era ter o máximo deles, porque tínhamos desemprego na cidade.

Eu era, de certa forma, um juiz, porque há muito conflito no espaço urbano entre os próprios moradores. Então vendíamos espaço para a burguesia, eles tinham que pagar, e com esse dinheiro construímos casas populares para a população de periferia. Conseguimos fazer substancialmente mais do que as prefeituras anteriores. ■

1. Sobre a trajetória de Eric Sachs e Ernesto Martins, outro importante dirigente da POLOP, ver: <http://centrovictormeyer.org.br/acervos/arquivo-erico-sachs/>

## A LUTA CONTINUOU NA VILLARES NAS DÉCADAS SEGUINTE



ASSEMBLEIA NA PORTA DA VILLARES. A FÁBRICA EM SANTO AMARO FOI FECHADA E O TERRENO FOI OCUPADO POR UM CONJUNTO HABITACIONAL.  
ACERVO CEDEM-UNESP

**PIQUETÃO**  
BOLETIM DA OPOSIÇÃO  
METALÚRGICA - REGIÃO SUL  
Setembro/83

Centro de Pastoral Operária  
N.º 42-0783  
BIBLIOTECA  
METALÚRGICA

**TODO APOIO À GREVE DA VILLARES**

Na Villares 440 companheiros foram demitidos dia 20, e tem mais 60 na lista. Foi mais uma demissão em massa que prova que palavra de patrão é balão vazio. Eles só entendem a lei do lucro. Trabalhador não é gente: só serve quando produz.

Na greve de maio os operários da Villares arrancaram um acordo de NÃO HAVER DEMISSÕES ATÉ O DIA 30 DE SETEMBRO. Esse acordo foi rompido. Não aceitando ser chutados como tachorros, os operários entraram em greve. A palavra é uma só: contra a traição e contra o facção, a luta continua.

As reivindicações são claras:

- READMISSÃO DE TODOS OS DEMITIDOS
- ACABAR COM O FACÇÃO
- ESTABILIDADE NO EMPREGO
- COMISSÃO DE FÁBRICA.

Agora é preto no branco. Temos que acreditar em nossa causa e nas nossas forças. Os patrões só entendem a linguagem da força e da firmeza.  
EM FRENTE, ATÉ A VITÓRIA!

BOLETIM INTERFÁBRICAS DA ZONA SUL, ORGANIZADO PELA OSM-SP. ERA UMA ORGANIZAÇÃO INTERCATEGORIAS. O NOME VEM DA GREVE DE 79, EM QUE OS PIQUETÕES PARARAM AS FÁBRICAS DA ZONA SUL.

ACERVO CPV - IIEP

**CUTUCÃO**  
JORNAL DOS TRABALHADORES DA VILLARES 19.09.89

COMPANHEIRO DA VILLARES

Centro de Pastoral Operária  
10 OUT 1989  
SECTOR DE DOCUMENTAÇÃO

**QUEREMOS  
COMISSÃO DE FÁBRICA JÁ!**

Você já conversou com a diretoria da empresa? Quando for, cuidado. Esta é mais uma piada daquelas que você já foi vítima nos cursos de Rambam em 88. Se a Villares quer conversar com os empregados, nós também queremos.

Então vamos eleger uma COMISSÃO DE FÁBRICA eleita pelos trabalhadores e não indicada pelos chefes.

É bom que a empresa deixe de fazer a gente de massa de manobra, que a gente também sabe o que quer.

A palavra tem que ser cumprida.

Isto é verdade, mas não só a que eles querem. A nossa vontade também tem que valer (COMISSÃO DE FÁBRICA JÁ).

A empresa deve ouvir todos os trabalhadores. A melhor forma de isto acontecer é através de uma comissão como a que estamos defendendo. Não vai adiantar pressão de chefia. A democracia deve valer para todo o trabalhador. A decisão deve ser de todos. A COMISSÃO NEGOCIA E A ASSEMBLÉIA DECIDE.

Existe uma fofoca de que os 20% de junho vão ser descontados. Esta discussão com a empresa é uma tarefa da comissão que estamos propondo. Todos nós sabemos que o trabalhador da Villares não vai aceitar desconto. Nós precisamos é de mais aumentos, senão vamos para a greve.

**COMISSÃO DE FÁBRICA**

JORNAL DO GRUPO DE FÁBRICA CLANDESTINO APOIADO PELA OSM-SP. OS TRABALHADORES CONSEGUIRAM A COMISSÃO DE FÁBRICA.

ACERVO CPV - IIEP

# UMA CIDADE, TANTAS DESIGUALDADES

RÉGIS MORAES

CHEGADA DE NORDESTINOS  
NO TERMINAL RODOVIÁRIO  
TIETÊ, CIDADE DE SÃO PAULO,  
SP, 1993.

JESUS CARLOS



## Perguntas de um trabalhador que lê

Bertold Brecht

*Quem construiu Tebas de sete portas?  
 Nos livros estão os nomes dos reis.  
 Foram os reis que arrastaram os blocos de pedra?  
 E as várias vezes destruída Babilônia —  
 Quem é que tantas vezes a reconstruiu?  
 Em que casas da Lima fulgente  
 de ouro moraram os construtores?  
 Para onde foram os pedreiros na noite em que ficou pronta  
 a Muralha da China? A grande Roma  
 está cheia de arcos de triunfo. Quem os levantou?  
 Sobre quem triunfaram os césares?  
 Tinha a tão cantada Bizâncio  
 Só palácios para os seus habitantes?  
 Mesmo na lendária Atlântida  
 Na noite em que o mar a engoliu bramavam os  
 afogados pelos seus escravos.  
 O jovem Alexandre conquistou a Índia.  
 Ele sozinho?  
 César bateu os Gálios.  
 Não teria consigo um cozinheiro ao menos?  
 Filipe da Espanha chorou, quando a armada se afundou.  
 Não chorou mais ninguém?  
 Frederico II venceu na Guerra dos Sete Anos —  
 Quem venceu além dele?  
 Cada página uma vitória.  
 Quem cozinhou o banquete da vitória?  
 Cada dez anos um Grande Homem.  
 Quem pagou as despesas?  
 Tantos relatos  
 Tantas perguntas.*

**Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes** é professor doutor pela Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Teoria Política Contemporânea e Relações Internacionais, atuando principalmente em temas que giram em torno deste eixo: desenvolvimento, teorias, políticas e processos.

Dá certa vertigem olhar a história da cidade de São Paulo nos últimos 50 anos. Mais ainda, quando *aceleramos* o filme, de 2012 para 2050, e nos imaginamos viajando no tempo, nas duas direções.

O Brasil se urbanizou em velocidade recorde. Na Inglaterra, o processo durou 200 anos, nos Estados Unidos uns 80. No Brasil, entre 1950 e 1980 o País mudou de cara. Quem cresceu se orientando por uma imagem se viu adulto vendo outra, completamente diferente. E essa impressão é ainda mais forte para milhões de brasileiros que não apenas viram o Brasil mudar, mas se mudaram dentro do Brasil. Um deslocamento que pode ser compreendido como uma calamidade.

O camponês que migra para a cidade grande e nela se vê obrigado a reaprender a vida enfrenta algo parecido com um terremoto. Os números – alguns dos quais mostraremos mais adiante – dão apenas o retrato em branco e preto de

uma realidade vivida muito mais cheia de cor e de drama – como diz o samba, o inferno colorido, num quadro que o diabo pintou.

### SÃO PAULO NÃO PODE PARAR... DE CRESCER

Em 1940, dos 5 milhões e 600 mil habitantes do Estado de São Paulo, 1 milhão e 780 mil viviam na área urbana (31,87% do total); em 1980, num total de 12 milhões e 400 mil, os “urbanos” somavam 10 milhões (80,41%). E a capital atraía esse crescimento.

É bem verdade que isto era o exemplo radicalizado do que ocorria com o Brasil inteiro. Para o conjunto do País, a população urbana cresceu mais do que a média. E cresceu ainda mais intensamente o emprego urbano e, neste, o emprego industrial. Detalhando mais, em certos ramos industriais, mais dinâmicos, o emprego registrou crescimento ainda mais acelerado (conferir **Gráfico 1**). Ele mos-

tra que se construiu uma espécie de “segundo andar” na população economicamente ativa do País. Um “segundo andar” prioritariamente urbano e determinado pelas atividades industriais e financeiras. E é evidente que o segundo andar, construído sobre as potencialidades do “térreo”, modificaria paulatina e profundamente as estruturas da base.

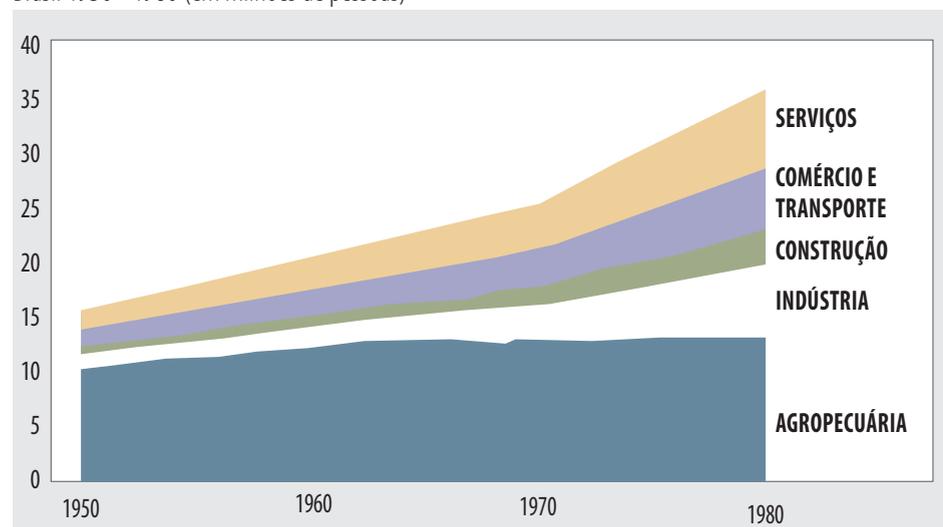
O País revela uma nova geografia, pendendo para o Sudeste. Em 1907, o Estado de São Paulo concentrava 16% do valor da produção industrial brasileira; em 1940 essa participação chegava aos 44%, e em 1970 saltava para perto dos 60%.

Em 1980, a Região da Grande São Paulo (RGSP) comportava 12 milhões e 600 mil habitantes, 50% do total do Estado, contra 25% em 1940 e 46% em 1970. O município de São Paulo, por sua vez, concentrava 8 milhões e 500 mil pessoas. Ainda mais importante do que as dimensões desse “mapa”, re-

Gráfico 1

**População economicamente ativa, por setor de atividades**

Brasil 1950 - 1980 (em milhões de pessoas)



Fonte: IBGE, Censos

trato de um instante, foram o ritmo e a forma de sua constituição. Entre 1960 e 1970, a população da capital sofreu um aumento de mais de 2 milhões de pessoas, implicando a adição de perto de 500 mil novos domicílios.

Entre 1970 e 1980, registramos incrementos de 250 mil habitantes *por ano*. Neste último período teriam sido construídos cerca de 1.300 mil novos domicílios. Para o conjunto da região metropolitana, as taxas geométricas de crescimento anual teriam sido de 5,44% na década de 60 e de 4,46% na década de 80. Para a capital, os números teriam sido: 4,79% (1970-60) e 3,67% (1980-70). Se em 1960 a população residente na RGSP representava 6,8% da população total do País, em 1980 ela chegava aos 10,6%.

No conjunto das regiões metropolitanas do País e considerando

o período 1960-1970, por exemplo, a Grande São Paulo registrou elevadíssimo percentual de crescimento, que, ademais, incide sobre um número-base anteriormente inflado. Em termos absolutos, o resultado é assustador - perto de 3 milhões e 500 mil novos habitantes. Levando em conta que a migração foi responsável por cerca de 60% (2 milhões e 100 mil) desse acréscimo, é como se naquela década tivessem sido “transferidas” para a RGSP a população das regiões metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza e mais as cidades de Aracaju e Maceió.

### CRESCIMENTO PERIFÉRICO E OS MIGRANTES

Entre 1960 e 1970, 84% do incremento da população paulistana ocorreu na periferia da cida-

de. Entre 1970 e 1980, 86% do crescimento ainda se verificou nos subdistritos mais distantes. Entre 1980 e 1987, contudo, essa taxa parecia estar baixando irreversivelmente, aproximando-se dos 69%, o que indicaria sensível reversão, com um crescimento maior da área central, marcada pelo encortamento e pela verticalização. Essas expectativas foram relativizadas pelos resultados preliminares do Censo-91. Desagregados em nível de distritos e subdistritos, os dados do Censo, em tratamento feito pela Emplasa/DIF/SDE/CTD, indicam adensamento maior nos limites da capital, particularmente nos extremos Leste, Sul e Noroeste. Acrescentemos ainda que os municípios periféricos cresceram mais do que a capital: representavam 15% da população em 1940, chegam aos 33% da RGSP em 1980.

O crescimento das cidades vizinhas transformou algumas delas em cinturões industriais ou aldeias-dormitórios, viveiros de mão de obra para os dinâmicos setores industriais e de serviços. Como mostra a Tabela 1.

Colocando esses números no mapa, desde 1980 a cidade de São Paulo está cercada por cidades em que a população migrante supera os dois terços. No mapa a seguir, as manchas em vermelho mostram municípios em que mais de 70% dos habitantes é de migrantes recentes, que ali chegaram em torno de 1960.

O crescimento demográfico da RGSP tem sido em imensa medida

Tabela 1

## Região da Grande São Paulo

1960 - 1980 (em milhões de pessoas)

Municípios	Taxa de crescimento anual da população 1960-1970	Proporção de não naturais na população de 1970	Proporção de imigrantes que chegaram na década de 1960-1970	Taxa de imigração anual 1970-1980 <sup>(1)</sup>
Diadema	20,44	82,02	87,56	8,04
Jandira	19,98	78,06	81,78	8,58
Taboão da Serra	19,12	79,69	85,45	7,49
Carapicuíba	14,05	72,71	73,90	8,78
Embu	13,77	71,68	84,17	10,56
Mauá	13,51	73,29	78,37	5,75
Itapevi	10,59	64,78	74,97	5,53
São Bernardo do Campo	9,52	71,73	71,43	5,96
Osasco	9,45	68,95	67,83	4,18
Guarulhos	8,92	72,11	69,25	6,06

Adaptado de: SEADE - Informe Demográfico n. 6 - S.Paulo, 1981, p. 100. Fontes dos dados brutos: IBGE, Censos Demográficos; Ministério do Interior - Relatório estatístico sobre migrações internas, vol. 2, Região Metropolitana de S. Paulo, 1976. Acrescentamos a última coluna, sobre taxa de imigração 1970-80, a partir da tabela construída por J.M. Cunha ("As correntes migratórias na Grande S. Paulo", in SEADE - São Paulo em Perspectiva, 1(2), julho-set. 1987, p. 8), utilizando dados do Censo Demográfico de 1980.

derivado da migração, procedente, sobretudo, dos Estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Desse modo, por exemplo, a capital paulista poderia ser considerada hoje a maior cidade nordestina do País. Em 1970, dos 8 milhões e 100 mil habitantes, nada menos que 4 milhões e 300 mil eram migrantes, com o maior percentual (52,9%) de todas as regiões metropolitanas do País, excetuando a "recém-montada" Brasília (537 mil habitantes, 77,6% dos quais originários de migração).

Entre 1940 e 50, esse fator representava 73% do incremento. Nas duas décadas seguintes, o saldo migratório foi responsável por 60% do acréscimo. Esse percentual tem diminuído. Mesmo assim, entre 1970 e 1980, o crescimento ainda deveu 51% à migração. Sob esse impacto, a capital entra na última década

do milênio "abrigoando" quase 1 milhão de pessoas em favelas, 2 milhões e 500 mil em cortiços e 2 milhões e 500 mil em casas precárias dos bairros periféricos.

### VIDA SEM RAÍZES

O conjunto desses números sugere um ritmo de transformações alucinante. O adjetivo não é gratuito: alucinante é apenas o justo e adequado às circunstâncias. Nas últimas décadas, imensas massas humanas ingressaram nas metrópoles e viveram de modo particularmente intenso mutações estruturais e profundas da sociedade brasileira.

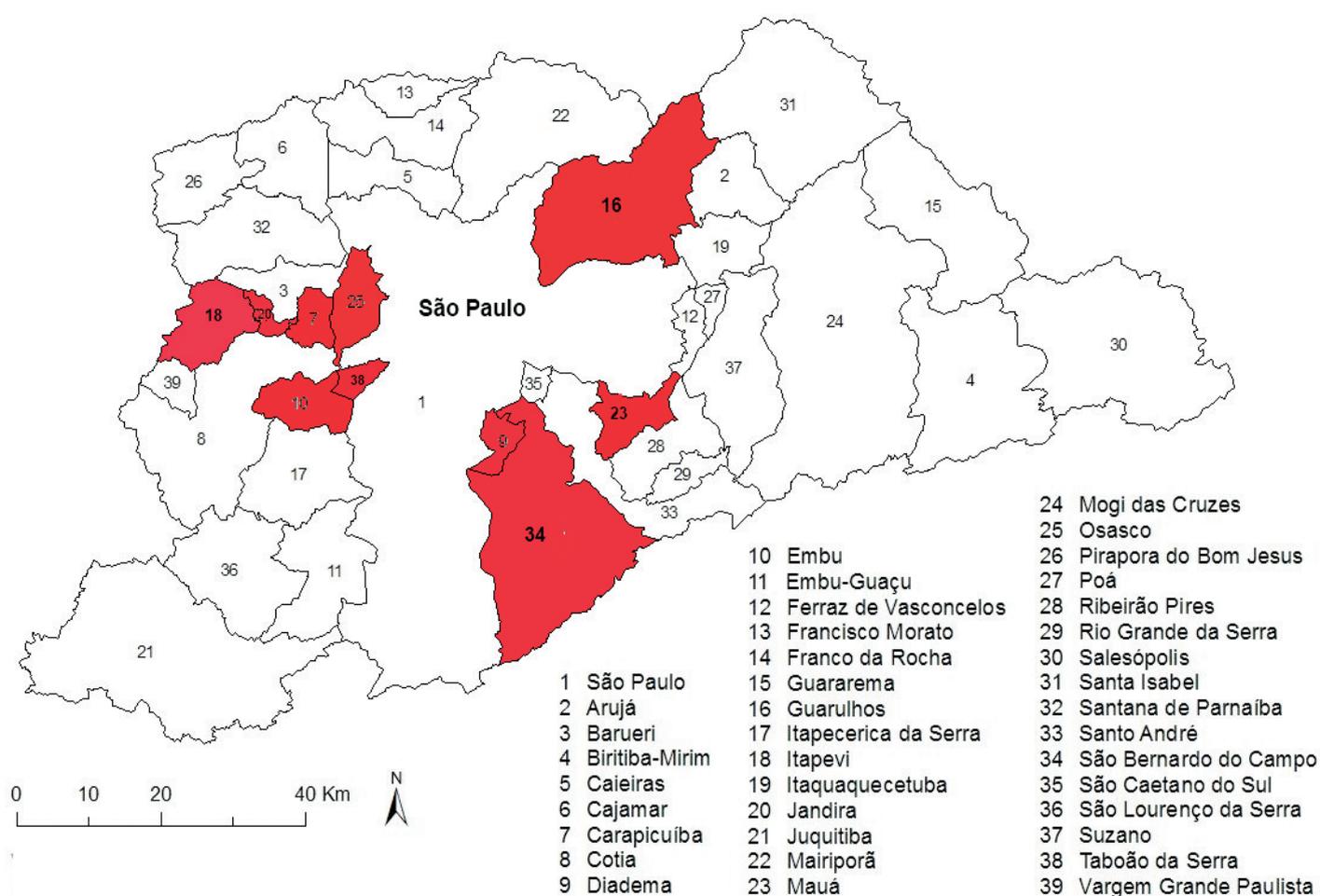
No Brasil, a indústria já nasce grande, contornando, em grande parte, uma transição que passasse do artesanato à manufatura e, por fim, à fábrica. De modo que

em São Paulo vai se construindo, dentro de uma divisão internacional do trabalho, já definida, hierarquizada, em que a grande empresa é o centro dominante. O operariado brasileiro é atirado às grandes cidades, como São Paulo, com uma "cidadania regulada", conforme a feliz expressão de Wanderley Guilherme. A carteira profissional obrigatória para trabalhadores urbanos em 1932. Institutos de aposentadoria e pensão, para diversas categorias, de 1933 até 1938. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, delimitando direitos e deveres para categorias reconhecidas e reguladas pelo Estado. A listagem de eventos poderia prosseguir com vários outros itens.

O trabalhador é empilhado e enquadrado. Uma complexa máquina estatal está praticamente montada e posta em movimento.

## Mapa 1

A mancha da migração



Instituições sociais abrangentes e enquadramento social minucioso recebem o proletariado emergente. Este encontra - ou é massivamente transportado - um mundo construído por outro, a autoridade do patrão e do governo.

O migrante ingressa em um meio social cada vez mais *regulamentado* e complexo. Encontra pela frente uma divisão social do trabalho muito ampla e uma enorme trama de normas e labirintos

para levar adiante a vida cotidiana. É necessário esforço sobre-humano para “encaixar-se” nas intrincadas regras do mercado e para ser “regulamentado”, isto é, para se tornar cidadão com acesso a uma série de bens, serviços e “direitos” que fazem parte da cesta básica de sua sobrevivência. Equilibrista no arame do mercado, o retirante precisa ainda saber para que lado forçar a queda, se esta for inevitável. Em outras palavras, deve identificar as

redes previdenciárias que protegeriam a sobrevivência cotidiana.

Em especial, diante dos novos habitantes da grande cidade surgem estatutos, leis e órgãos públicos. Uma teia difícil de entender, em que se misturam as ameaças e promessas da lei – deveres e direitos, recursos e equipamentos coletivos, assim como o conhecimento de novos procedimentos e trajetórias para acessá-los. Problemas corriqueiros se transformam em

dramas que geram dramas. Onde tirar um documento de identidade ou uma carteira de trabalho? Como comprovar a existência de um filho para receber o salário-família? Onde obter atendimento odontológico gratuito? Aliás, primeiramente, como saber que isso existe (ou deveria existir)? Ou dizem que existe... Onde encontrar o endereço de associações, sindicatos e repartições? Como preencher um pedido de seguro-desemprego, uma declaração de renda, solicitar a regularização de um lote de terra, escrituras, demandas, requisições, petições? Como saber horário de trens, trajetos de ônibus, localização de ruas, recursos do bairro?

Há sistemas informais e rudimentares já utilizados pelos cidadãos para reconhecer o terreno onde vivem. Tais sistemas têm passado pelas relações de parentesco e compadrio, pelas seitas e paróquias, pelos mais diversos órgãos de assistência social e até pelos currais eleitorais, com os serviços que prestam como forma de “comprometer” eleitores. As redes “encarnam” em figuras sociais que se revezam na história e nos espaços: o farmacêutico, o dono do bar, o médico, o professor, o padre ou o político de clientela.

Essas redes informais condensam uma série de serviços e necessidades – funcionam como despachantes e “desembaraçadores” de documentação, agência de emprego, assistência social, promoção, lazer e esporte etc. Comentando a

história francesa, Braudel mostra como os bairros da metrópole são microespelhos das diferentes províncias nas quais recrutam gente. Eles são resultados de uma divisão do trabalho e de uma divisão social, mas também do surgimento de uma “estrutura de acolhimento” dos migrantes de tais ou tais províncias. Em certa medida, nas “estruturas de acolhimento” substituem redes e estratégias de sobrevivência vigentes nos locais de origem dos recém-chegados. Existem num determinado “polo” institucional: ausência, ou insuficiência, de formas “modernas” de integração na sociedade regulamentada, o lugar de “destino”.

### A SELVA DA CIDADE E AS ILHAS DESIGUAIS

A situação do Brasil e de São Paulo, especialmente, é dramática para o migrante. Em dois ou três saltos, de cerca de cinco anos, registrou-se uma avalanche de urbanização e mecanização-automação do trabalho e da vida cotidiana em geral.

O saldo dessa história, em nosso País, são a insuficiência imediata e escandalosa das redes tradicionais de integração e o surgimento de megacidades, aglomerados de bairros-dormitórios, viveiros de mão de obra onde vegetam, semia-dormecidas, multidões órfãs. Não estamos enunciando nada de novo: o impacto desestruturante dessa “modernização” bárbara foi apon-

tado muitas vezes. Independentemente das cores que usamos para esse quadro, o fato é que desesperados agarram qualquer esperança. E não há ninguém mais desesperado do que o indivíduo que desconhece o chão que pisa. Zumbis desenraizados. Mas o seu ocasional olhar manso não deve deixar margem a enganos: estão abertos para a loucura, seres perdidos mas disponíveis para qualquer promessa de encontro, mesmo o mais desarrazoado e menos plausível. Esses cidadãos pela metade podem revelar (e episodicamente têm revelado) disposição para aventuras, movimentos irracionais e não controláveis. Assim como podem revelar maravilhas de criatividade e reinvenção, é claro.

Contudo, a cena tem sido bem pouco idílica. Multidões “despencam” num universo que não conhecem, para onde vieram “voltando com os pés”, em apenas cinco ou dez anos, repetindo, em velocidade alucinante, aquilo que seus supostos similares ingleses fizeram em dois séculos. Movem-se às escuras e em velocidade vertiginosa. Sem metáforas: as vertigens coletivas existem literalmente, conduzindo, muitas vezes, a impasses políticos e sociais dramáticos.

A cidade que resulta desse movimento é tudo, menos uma coisa uniforme. Uma frase antiga dizia que o ar das cidades faz os homens livres. Muitas análises da história brasileira destacam que viver na cidade era estar mais próximo de ser-

viços que o mundo rural não permitia – educação, saúde, cultura. Mas o crescimento perverso parece negar toda essa imagem. A cidade cria outras formas de encarcerar os trabalhadores que fogem dos coronéis do campo. E os serviços públicos que parecem estar logo ali só são atingidos quando as lutas os arrancam do controle de coronéis urbanos.

A cidade que resultou desse terremoto histórico é uma cidade de ilhas segregadas, de guetos, o resultado de um apartheid social.

Olhe os mapas de Sampa elaborados por Eduardo Dutenkefer.

É um dos tantos retratos possíveis do apartheid social e geográfico da cidade. Lá onde a vida se concentra, a qualidade dessa vida baixa.

Sim, alguma coisa acontece quando se cruza a Ipiranga com a avenida São João. Vê-se a força da grana que ergue e destrói coisas belas. Mas se é menos deslumbrado e presta atenção em outros aspectos da cidade, o samba fica mais triste. São Paulo tem um Jardim América, um Jardim Paulista, jardins elegantes, ricos e bem providos de serviços públicos. E tem outros “jardins”, bem pouco ajardinados. Jardim Nordes-

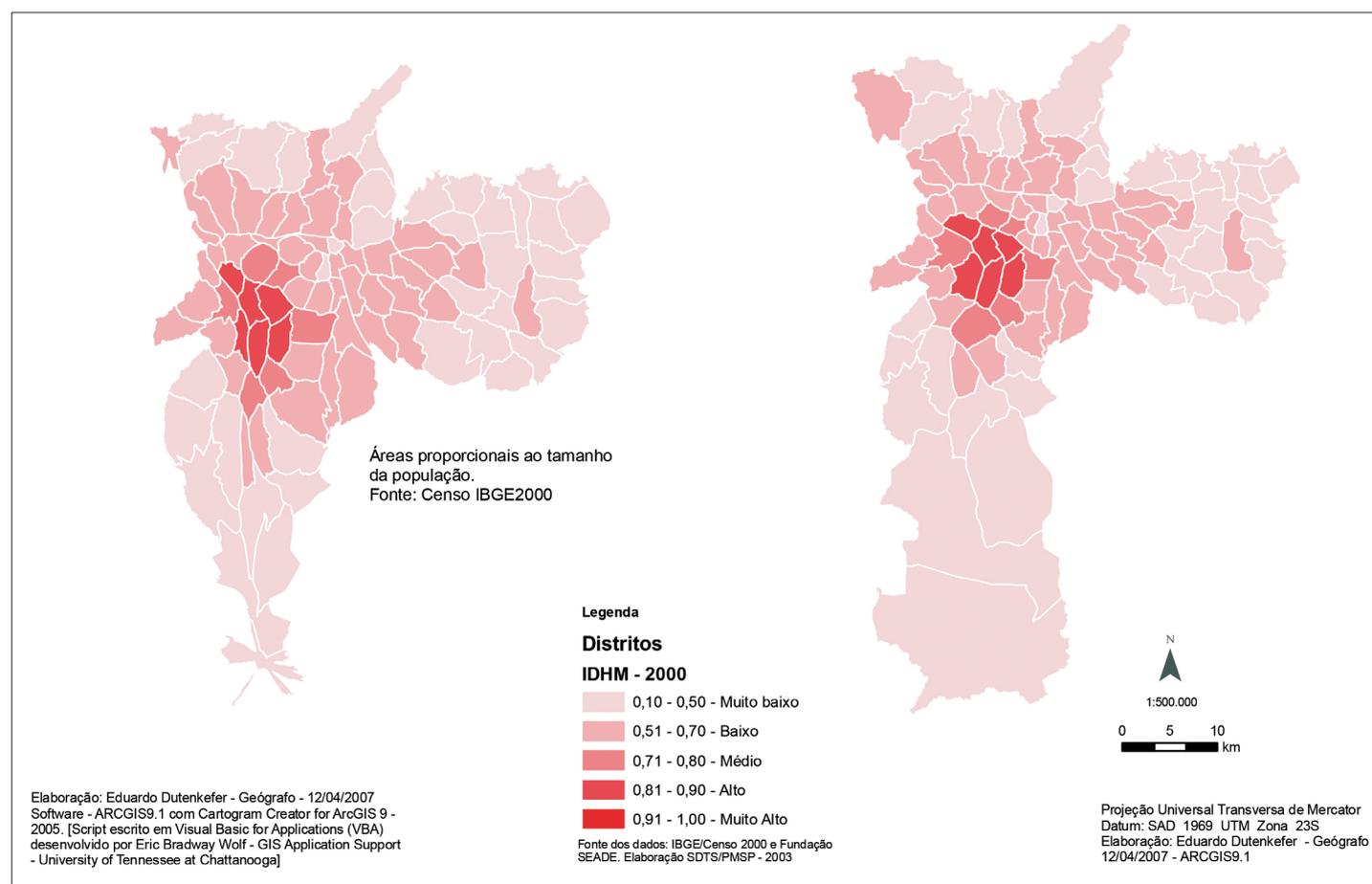
te, Jardim Maranhão, Jardim São Luiz. Os nomes não são apenas porque acolhem muitos dos que vieram daqueles lugares do Brasil, são assim porque, em grande medida, reproduzem um pouco daqueles lugares.

Os migrantes que vieram para Sampa-maravilha tinham pouca bagagem, muito sofrimento e alguma esperança. Com o tempo, a esperança foi acabando, o sofrimento mudou de cara. Passou a seca da caatinga, chegou a enchente da grande cidade. Menos mortes por verminose, completadas e substituídas pelos males da

## Mapa 2

### Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Distritos do município de São Paulo - 2000



metrópole inchada. Mas agora as crianças morrem de tifo, jovens morrem de tiro, adultos em geral morrem de trabalho e tensão.

Os contrastes, desigualdades e hierarquias não são apenas geográficos, são sociais. O Brasil não é exatamente um arquipélago. É uma sociedade de classes e, até, de castas, porque no Jardim América não se concentram apenas a riqueza e o poder de governar os recursos públicos. Concentra-se uma visão sobre os pobres dos outros jardins, os periféricos, os feios, sujos e malvados. É daqui, deste jardim chique, que sai a ideologia dos ricos, da velha e da nova direita, aqueles que com variados argumentos, inclusive supostamente esquerdistas, bombardeiam todas as pequenas medidas reformistas que buscam amenizar distâncias sociais. O curioso é que quando se fala da classe média ou do patronato, os termos utilizados são ‘subsídios’, renúncia fiscal e outros termos nobres. Quando o mesmo se aplica ao andar de baixo, qualquer subsídio ou transferência é apelidada de esmola ou de ‘mensalinho’, de suborno dos pobres. É assim que opera a alquimia moral dos de cima quando se fala das políticas sociais, o apelido é “esmola”. Quando se fala do subsídio ao capital, o nome é ‘incentivo ao desenvolvimento’. E assim o trabalhador vai aprendendo a lição: eu e tu não é o mesmo que nós. Eu construo o desenvolvimento e tu o roubas de mim. ■



ITALIANOS RECÉM-CHEGADOS À HOSPEDARIA DOS IMIGRANTES, SÃO PAULO, INÍCIO DO SÉCULO XX

ACERVO ICONOGRAPHIA

### Merica-Merica

Composição: Ângelo Giusti

*Dalla Italia noi siamo partiti  
Siamo partiti col nostro onore  
Trentasei giorni di macchina e vapore,  
e nella Merica noi siamo arriva'.*

*Merica, Merica, Merica,  
cossa saràlo 'sta Merica?  
Merica, Merica, Merica,  
un bel mazzolino di fior.*

*E alla Merica noi siamo arrivati  
no' abbiam trovato nè paglia e nè fieno  
Abbiam dormito sul nudo terreno  
come le bestie andiam riposar.*

*Merica, Merica, Merica,  
cossa saràlo 'sta Merica?  
Merica, Merica, Merica,  
un bel mazzolino di fior.*

*E la Merica l'è lunga e l'è larga,  
l'è circondata dai monti e dai piani,  
e con la industria dei nostri italiani  
abbiam formato paesi e città.*

*Merica, Merica, Merica,  
cossa saràlo 'sta Merica?  
Merica, Merica, Merica,  
un bel mazzolino di fior.*

*Merica, Merica, Merica,  
cossa saràlo 'sta Merica?  
Merica, Merica, Merica,  
un bel mazzolino di fior.*

**Triste partida**

Compositor: Patativa do Assaré

Meu Deus, meu Deus  
 Setembro passou  
 Outubro e novembro  
 Já estamos em dezembro  
 Meu Deus, que é de nós  
 Meu Deus, meu Deus  
 Assim fala o pobre  
 Do seco nordeste  
 Com medo da peste  
 Da fome feroz  
 Ai, ai, ai, ai  
 A treze do mês  
 Ele fez experiência  
 Perdeu sua crença  
 Nas pedras de sal  
 Meu Deus, meu Deus  
 Mas noutra esperança  
 Com gosto se agarra  
 Pensando na barra  
 Do alegre natal  
 Ai, ai, ai, ai  
 Rompeu-se o natal  
 Porém barra não veio  
 O sol bem vermelho  
 Nasceu muito além  
 Meu Deus, meu Deus  
 Na copa da mata  
 Buzina a cigarra  
 Ninguém vê a barra  
 Pois barra não tem  
 Ai, ai, ai, ai  
 Sem chuva na terra

Descamba janeiro  
 Depois fevereiro  
 E o mesmo verão  
 Meu Deus, meu Deus  
 Então o nortista  
 Pensando consigo  
 Diz: "isso é castigo  
 Não chove mais não"  
 Ai, ai, ai, ai  
 Apela pra março  
 Que é o mês preferido  
 Do santo querido  
 Senhor São José  
 Meu Deus, meu Deus  
 Mas nada de chuva  
 Tá tudo sem jeito  
 Lhe foge do peito  
 O resto da fé  
 Ai, ai, ai, ai  
 Agora pensando  
 Ele segue outra trilha

Chamando a família  
 Começa a dizer  
 Meu Deus, meu Deus  
 Eu vendo meu burro  
 Meu jegue e o cavalo  
 Nós vamos a São Paulo  
 Viver ou morrer  
 Ai, ai, ai, ai  
 Nós vamos a São Paulo  
 Que a coisa está feia  
 Por terras alheias  
 Nós vamos vagar  
 Meu Deus, meu Deus  
 Se o nosso destino  
 Não for tão mesquinho  
 Pro mesmo cantinho  
 Nós torna a voltar  
 Ai, ai, ai, ai  
 E vende seu burro  
 Jumento e o cavalo  
 Até mesmo o galo  
 Venderam também  
 Meu Deus, meu Deus  
 Pois logo aparece  
 Feliz fazendeiro  
 Por pouco dinheiro  
 Lhe compra o que tem  
 Ai, ai, ai, ai  
 Em um caminhão  
 Ele joga a família

Chegou o triste dia  
 Já vai viajar  
 Meu Deus, meu Deus  
 A seca terrível  
 Que tudo devora  
 Ai, lhe bota pra fora  
 Da terra natal  
 Ai, ai, ai, ai  
 O carro já corre  
 No topo da serra  
 Olhando pra terra  
 Seu berço, seu lar  
 Meu Deus, meu Deus  
 Aquele nortista  
 Partido de pena  
 De longe acena  
 Adeus meu lugar  
 Ai, ai, ai, ai  
 No dia seguinte  
 Já tudo enfadado  
 E o carro embalado  
 Veloz a correr



HOSPEDARIA DE MIGRANTES NORDESTINOS EM SÃO PAULO, 1940.

ACERVO ICONOGRAPHIA

Meu Deus, meu Deus  
 Tão triste, coitado  
 Falando saudoso  
 Com seu filho choroso  
 Exclama a dizer  
 Ai, ai, ai, ai  
 De pena e saudade  
 Papai sei que morro  
 Meu pobre cachorro  
 Quem dá de comer?  
 Meu Deus, meu Deus  
 Já outro pergunta  
 Mãezinha, e meu gato?  
 Com fome, sem trato  
 Mimi vai morrer  
 Ai, ai, ai, ai  
 E a linda pequena  
 Tremendo de medo  
 "Mamãe, meus  
 brinquedo  
 Meu pé de flor?"  
 Meu Deus, meu Deus  
 Meu pé de roseira  
 Coitado, ele seca  
 E minha boneca  
 Também lá ficou  
 Ai, ai, ai, ai  
 E assim vão deixando  
 Com choro e gemido

Do berço querido  
 Céu lindo e azul  
 Meu Deus, meu Deus  
 O pai, pesaroso  
 Nos filhos pensando  
 E o carro rodando  
 Na estrada do sul  
 Ai, ai, ai, ai  
 Chegaram em São Paulo  
 Sem cobre quebrado  
 E o pobre acanhado  
 Procura um patrão  
 Meu Deus, meu Deus  
 Só ver cara estranha  
 De estranha gente  
 Tudo é diferente  
 Do caro torrão  
 Ai, ai, ai, ai  
 Trabalha dois ano  
 Três ano e mais ano  
 E sempre nos planos  
 De um dia voltar  
 Meu Deus, meu Deus  
 Mas nunca ele pode  
 Só vive devendo  
 E assim vai sofrendo  
 É sofrer sem parar  
 Ai, ai, ai, ai  
 Se alguma notícia

Das banda do norte  
 Tem ele por sorte  
 O gosto de ouvir  
 Meu Deus, meu Deus  
 Lhe bate no peito  
 Saudade de mói  
 E as água nos olhos  
 Começa a cair  
 Ai, ai, ai, ai  
 Do mundo afastado  
 Ali vive preso  
 Sofrendo desprezo  
 Devendo ao patrão  
 Meu Deus, meu Deus  
 O tempo rolando  
 Vai dia e vem dia  
 E aquela família  
 Não volta mais não  
 Ai, ai, ai, ai  
 Distante da terra  
 Tão seca mas boa  
 Exposto à garoa  
 A lama e o baú  
 Meu Deus, meu Deus  
 Faz pena o nortista  
 Tão forte, tão bravo  
 Viver como escravo  
 No norte e no sul  
 Ai, ai, ai, ai

# ACIDENTES, DOENÇAS E MORTES ENTRE OS TRABALHADORES METALÚRGICOS EM SÃO PAULO DE 1960 A 1990

DANILO COSTA

TRABALHADOR DA  
CONSTRUÇÃO CIVIL, MORTO,  
RETIRADO DEPOIS DE 24  
HORAS DA TUBULAÇÃO.  
CAUSA: SOTERRADO SOB  
O CONCRETO. OBRA DA  
CONSTRUTORA GOMES  
DE ALMEIDA NO JARDIM  
PAULISTA, EM 1978.

JESUS CARLOS



**Santa Bárbara Bendita\***

Letra e música popular dos mineiros de Astúrias (Estado espanhol)

Santa Bárbara Bendita  
 Santa Bárbara Bendita  
 tralará lará tralará  
 tralará lará tralará  
 Patrona de los mineros mira  
 mira Maruxina\*\*, mira  
 mira como vengo yo

Traigo la cabeza rota  
 tralará lará tralará  
 Traigo la la cabeza rota  
 tralará lará tralará  
 Que me la rompió un costero, mira  
 mira Maruxina, mira  
 mira como vengo yo.

Traigo la camisa roja  
 tralará lará tralará  
 traigo la camisa roja  
 tralará lará tralará  
 de sangre de un compañero, mira  
 mira Maruxina, mira  
 mira como vengo yo.  
 Me cago en los capataces  
 tralará lará tralará  
 Me cago los capataces  
 tralará lará tralará  
 accinistas y esquiroles, mira  
 mira Maruxina, mira  
 mira como vengo yo.

\*Padroeira dos mineiros no mundo todo

\*\*Nome próprio

**Te Recuerdo Amanda**

Compositor: Victor Jara

Te recuerdo Amanda, la calle  
 mojada,  
 corriendo a la fábrica donde  
 trabajaba Manuel...  
 La sonrisa ancha, la lluvia en el pelo  
 no importaba nada, ibas a  
 encontrarte con él...  
 con él, con él, con él, con él...  
 Son cinco minutos,  
 suena la sirena, de vuelta al trabajo  
 y tú... caminando lo ilumina todo,  
 los cinco minutos te hacen florecer.  
 Te recuerdo Amanda, la calle  
 mojada,  
 corriendo a la fábrica donde  
 trabajaba Manuel...  
 La sonrisa ancha, la lluvia en el pelo  
 no importaba nada, ibas a  
 encontrarte con él...  
 con él, con él, con él, con él...  
 Que marchó a la sierra,  
 que nunca hizo daño, que marchó a  
 la sierra,  
 y en cinco minutos quedó  
 destrozado...  
 Suena la sirena, de vuelta al trabajo,  
 muchos no volvieron... tampoco  
 Manuel.  
 Te recuerdo Amanda, la calle  
 mojada,  
 corriendo a la fábrica donde  
 trabajaba Manuel...

**Danilo Fernandes Costa é**  
 médico, trabalha no Ministério  
 do Trabalho desde 1983 como  
 Inspetor do Trabalho, na área  
 de Saúde do Trabalhador. Em  
 1985/86 fez parte da equipe  
 de direção da DRT-SP sob  
 a condução do Delegado  
 Regional do Trabalho José  
 Carlos Stein. Entre 1986-  
 1994 participou da criação e  
 do núcleo de coordenação  
 do Programa de Saúde dos  
 Trabalhadores da Zona Norte  
 e do Centro de Referência  
 de Saúde do Trabalhador do  
 ABC. Desde 1994 atua na  
 discussão sobre contaminação  
 química dos trabalhadores,  
 em especial pelo benzeno.  
 Em suas atividades sempre  
 procurou constituir parcerias  
 com os trabalhadores e seus  
 sindicatos.

*Nossa presença como trabalhadores nas fábricas tinha a preocupação constante de organizar os companheiros e as companheiras metalúrgicos a partir dos problemas que viviam no cotidiano como operários e operárias, no local de trabalho e na vida. A organização dos grupos de fábrica se deu, muitas vezes, a partir de situações e convivências solidárias no espaço da fábrica.*

*O chão da fábrica é áspero, as relações são autoritárias e individualistas. Para resistir e transformar essa realidade era necessária uma nova relação humana, na qual estivessem presentes valores de solidariedade, partilha e companheirismo. Elementos indispensáveis na construção de uma nova sociedade.*

Arlete e Delma, militantes operárias da Oposição Sindical<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente texto pretende abordar parte da história dos trabalhadores metalúrgicos do município de São Paulo vinculada a suas condições de trabalho e sua relação com acidentes, adoecimento e mortes relacionadas ao trabalho nesse período, identificando quando possível sua reação a estas situações. A partir de relatos dos trabalhadores da Oposição Sindical à Liga de Defesa da Saúde (Lidas) e do conhecimento acumulado da categoria em registros das lutas do Movimento da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) ao longo desse trajeto contra as situações de risco, acidentes e contaminação nos locais de trabalho e moradia. No levantamento, que é uma primeira aproximação, aparecem caminhos importantes para o aprofundamento de aspectos pouco abordados da história particular da categoria e se confir-

mam outros estabelecidos no percurso da luta pela saúde do trabalhador no Brasil.

## EXPANSÃO INDUSTRIAL NO BRASIL E EM SÃO PAULO

A história das condições de trabalho e saúde do trabalhador pode ser dividida em três períodos. Um inicial, do final dos anos 1950 até o final dos anos 1960, com poucos relatos referentes às condições de trabalho e agravos à saúde dos trabalhadores, e que corresponde ao momento de grande expansão da industrialização no País, com São Paulo e a metalurgia cumprindo papel central. Dá-se o início da formação da São Paulo que prevalecerá até o final do século XX.

O segundo período, de 1968 a 1978, corresponde ao pico da mobilização sindical e popular contra a ditadura e à intensificação da repressão como resposta do regi-

me. Ainda nesse período ocorrerá a grande crise econômica e do petróleo de 1972, com repercussão importante no Brasil e no mundo. Em 1972, o Brasil será “campeão mundial de acidentes do trabalho”<sup>2</sup>. O recorde desencadeia um processo “específico” que vai gerar um sistema de controle e repressão interno da força de trabalho, os Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho, que caminhará sintonizado com a intensificação da repressão política no País<sup>3</sup>.

O terceiro período, de 1978 a 1992, corresponde ao avanço do Movimento de Oposição Sindical e do movimento popular nas lutas contra a carestia e a contaminação ambiental. Os enfrentamentos dessa etapa começam com as greves de 1978, passam por grande ascensão na primeira metade da década de 1980, e se diversificam em várias formas de luta ao final da segunda metade da década<sup>4</sup>.

Além desses períodos, foram identificados casos exemplares aqui registrados e que exemplificam inúmeras lutas desenvolvidas pela oposição nesses anos.

### **PRIMEIRO PERÍODO: O CRESCIMENTO NOS ANOS 1960 E O IMPACTO NA SAÚDE DOS TRABALHADORES**

O impacto na saúde dos trabalhadores do crescimento de 50 anos em 5, o famoso slogan do go-

verno Juscelino Kubitschek (1956-1961), jamais foi mensurado. Não deve ter sido pequeno, mas, fora certas considerações genéricas sobre o sofrimento dos trabalhadores que construíram Brasília e algumas homenagens que ali ficaram, não há levantamentos específicos sobre o período, e as análises sobre o processo de industrialização no Brasil nos anos 1950 e 1960 praticamente não se detêm sobre os aspectos relativos às doenças e mortes no trabalho naqueles anos.

Da mesma forma pouco se sabe desse período em relação às condições de trabalho dos metalúrgicos de São Paulo. Não são muitos os dados, relatos e informações descrevendo os aspectos específicos. É certo que o processo de industrialização acelerado com as características típicas de países semiperiféricos com o tipo de capitalismo tardio, em que as fábricas “viajavam de navio”, traz diversos problemas inerentes a essa forma típica de desenvolvimento.

Há grande e rápida migração da população do campo para as cidades, sem tradição de trabalhar em fábricas ou mesmo morar em áreas urbanas. Os parques industriais são compostos em sua maioria de fábricas de tecnologias atrasadas, transferidas dos países centrais para os periféricos. Muitas vezes as indústrias são não apenas de tecnologias atrasadas, mas são fábricas velhas, utilizadas à exaustão nos países de origem, que chegam com equipamentos deteriorados, em es-

tado precário e de risco ainda mais elevado<sup>5</sup>.

Outra característica do tipo de desenvolvimento é a alta assimetria na relação capital-trabalho, com pouca regulamentação trabalhista, pouca cidadania e acentuada dominação burguesa das instituições reguladoras, em especial o Judiciário e a polícia. São acentuadamente desfavoráveis a situação socio-sanitária e as condições de moradia, em particular de quem migrou do campo para a cidade<sup>6</sup>.

As características destacadas aqui são apenas algumas das que contribuem para a precariedade das condições de trabalho e a ocorrência sistemática de acidentes e doenças, muitas vezes banalizada e frequentemente, em especial em relação às doenças relacionadas ao trabalho, invisíveis para a sociedade e não raramente para os próprios trabalhadores<sup>7</sup>. Há depoimentos, no entanto, que revelam situações que extrapolam qualquer cenário imaginável. É o caso da fala de um militante da Oposição Sindical Metalúrgica que trabalhou na emblemática siderúrgica Aliperti. Ainda que se refira a um período mais longo, as referências aos anos 1960 se destacam no resumo exemplar das condições de trabalho mais dramáticas que os metalúrgicos enfrentaram em São Paulo:

*Meu nome é José Félix da Silva, conhecido por Zezinho da Aliperti. Na fábrica todo mundo me co-*

*nhece como Zezinho. Eu trabalhei 34 anos na Aliperti. Entrei em 61 e saí em 95. Quando entrei, era ajudante, entrei puxando os ferros quentes pra fora dos pátios pra dobrar o ferro, porque o ferro era de 12 metros e tinha que dobrar, pegava aquele ferro quente ainda, dobrava, às vezes fazia uma dobra e amarrava no meio e depois fazia outra dobra pra tornar mais rápido porque senão a ponta ficava aberta. Comecei de ajudante e depois passei a trabalhar na ponte rolante, naquelas pontes que pegavam os ferros. Depois trabalhei em sala de máquinas ligando aqueles motores pra rodar os trens e depois trabalhei em ponte rolante que nós chamávamos de guindasteiro.*

*Na seção que eu trabalhava tinha quatro pontes, mas em outra seção que era a serraria tinha dez ou mais. Toda seção tinha ponte rolante porque trabalhava com material pesado. Tinha o alto-forno, tinha a acearia, a acearia trabalhava com o minério que vinha de Minas, pegava lá no Brás, os caminhões transportavam pra lá, viravam no forno e dali colocavam na lingoteira. Colocavam na lingoteira e o pessoal que lidava com aquele material lá eles usavam um tamancão de madeira, a firma fazia aquele tamancão e pregavam umas correias cruzadas e enfiava o pé, porque aquele tamanco queimava de tão quente que era. Eles trabalhavam uma semana mais ou menos e o taman-*

*ção acabava, e tinha que botar outro tamanco novo. E o calor ali era coisa absurda.*

*Onde eu trabalhava também era muito quente, e o pessoal trabalhava revezando. Nós chamávamos de campanha. Um trabalhava uma campanha de mais ou menos dez minutos e outro entrava, quando batia a campanha o outro tinha que vir pegar o próximo ferro que vinha, saía aquele e já entrava o outro, e assim por diante. Eu trabalhava na parte de manutenção e depois trabalhei nas pontes, e aí passei a trabalhar como mecânico de manutenção. Trabalhei muito tempo, saí de lá como primeiro mecânico de manutenção.*

*Presenciei muitas coisas porque esse papel aí tem muitos nomes, mas na realidade morreu muito mais gente, não tenho nem os nomes dos caras que morreram comigo lá na laminação. Teve uns eletricitas que morreram lá pendurados na linha onde passava a alta tensão, que era onde a ponte rolante corria. É como se fosse um metrô hoje, só que lá era um fio, aqueles fios de cobre que chamávamos de linha. Então, ali morreu muita gente, inclusive na ponte que trabalhei, só não lembro o nome nem a data, mas morreu muito eletricitista eletrocutado lá porque tinham aqueles eletricitas que tinham aquela confiança... Estava em cima da ponte rolante e em cima era uma tábua, a linha corria na roldana e, às ve-*

*zes, quando saía, ele ia lá e pegava com a mão. Se pegasse com a mão e botasse a mão no ferro... e tinha muitos esqueciam, e quando colocavam a mão na roldana e colocava a mão no ferro, morria. Aconteceu isso muito.*

*E tinha outra coisa que aconteceu. Um rapaz que trabalhava de mecânico, isso foi dia de Finados, não lembro o ano, mas faz muitos anos, o cara foi apertar o parafuso e caiu dentro das correias. O cara virou mingau. Naquele dia à noite não se trabalhou mais, veio o pessoal da 35<sup>a</sup>, o delegado, e cataram tudo e colocaram num saco. O cara virou uma paçoca, levaram embora e isso não está registrado. Essas mortes deram bem pra cá de quando entrei, bem depois. Do pessoal que morreu nessa época tinha um velho cearense que trabalhava com a gente e a firma trazia sucata, pegava uma parte do galpão. Botavam lá a sucata e eles, como trabalhavam ali, saíam da campanha e iam lá catar cobre pra vender. E o velho pegou uma granada uma vez, esse velho já estava quase na época de aposentar. Ele pegou a granada e botou no colo, não sabia que era uma granada, ele só viu o cobre e tinha muita gente. Saíam da campanha e ficava todo mundo pertinho. E ficou lá no meio batendo pra tirar o cobre. Só que a granada disparou, explodiu a granada e quase que vai tudo pro teto. Ele morreu na hora, a barriga esbagaçou, saiu toda a tripa*

*dele pra fora. Tem cara aleijado até hoje porque não matou só o velho, ele morreu e o resto se machucou. Foi uma explosão terrível e acharam – naquela época era a ditadura – que era terrorismo e encheu de Polícia Civil a noite toda investigando, mas na realidade não era nada daquilo. Depois disso a firma não deixou mais ninguém ir catar, tirou a sucata dali e botou em outro canto que não tinha acesso. Mas aconteceu e o senhor se chamava João Cearense, ele morava perto da padaria do Vacari, na rua César Batista. Isso na hora que aconteceu eu estava lá, era bem pertinho das tesouras onde cortavam as chapas.*

Nessa fala, direta e muito densa, há um resumo substantivo das condições de trabalho de todos os anos dos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo. Nos três primeiros parágrafos descreve-se, de maneira sucinta e impressionante, o processo de formação de um trabalhador que entra como ajudante, sem qualquer tipo de preparação anterior. Na prática diária, se transforma em operário especializado, primeiro mecânico de manutenção, em um ambiente de trabalho equivalente a uma sucursal do inferno. Passados mais de 50 anos de sua entrada na fábrica, o esforço de dobrar os ferros, os tamanhos de madeira que ficavam incinerados em uma semana, o calor que impunha um revezamento de no máximo dez minutos devido à

intensidade mantêm-se indelével na memória de Zezinho. Curiosamente, outros fatos, que aparecem um pouco mais vagos na primeira fala, ao longo da conversa são explicitados quando então os acidentes fatais lembrados inicialmente são localizados como os ocorridos nas décadas de 1970 e 1980.

Da memória coletiva não há lembranças específicas de mortes, acidentes ou eventos repressivos no período inicial dos anos 60. Apenas, o que é muito, as condições dramáticas a que estavam expostos os trabalhadores de então. As condições precárias não significam, no entanto, passividade da classe operária. É possível identificar nos metalúrgicos de São Paulo, nos anos 1950, mobilizações intensas que crescem no tempo da histórica Greve dos 300 mil em 1953, à Greve dos 700 mil trabalhadores paulistas em 1963<sup>9</sup>.

Com a ditadura virá a desorganização a partir da perseguição às lideranças dos trabalhadores e das intervenções em sindicatos, com a cassação das diretorias combativas e imposição de traidores associados à burocracia governamental no comando das entidades. As medidas não são suficientes para “pacificar” os trabalhadores, que continuam resistindo. Mostrarão em 1968 sua capacidade de luta e enfrentamento da ditadura nos episódios das greves da Cobrasma, em Osasco, Contagem, em Minas, e no 1º de Maio da Praça da Sé, quando o governador biônico Abreu Sodré e os dirigen-

tes sindicais pelegos serão expulsos pela multidão de trabalhadores enfurecidos, que depois derrubaram e destruíram o palanque.

Naomi Klein, em seu livro *A doutrina do choque*, propõe como mecanismo para entender as origens do neoliberalismo a estratégia da direita na América Latina iniciada nos anos 1960 com a ditadura brasileira. A partir do impacto de situações desestabilizadoras com conflitos graves, ocorrem golpes de Estado que impõem choques com desregulamentações, privatizações, cortes de programas sociais e outras ações antissociais que, em circunstâncias normais, seriam rejeitadas pela sociedade. Por isso, os ataques envolvem violência, medidas antidemocráticas e redução de direitos conquistados, demandam momentos de autoritarismo e enfraquecimento dos movimentos sociais para serem impostos. O aperfeiçoamento dos processos levou às ditaduras do Chile e da Argentina e serviram de modelo para Reagan e Thatcher nos anos 1980. A amizade desta com Pinochet seria uma das demonstrações da ligação<sup>10</sup>.

## **SEGUNDO PERÍODO: CRISE ECONÔMICA, APROFUNDAMENTO DA REPRESSÃO E AGRAVAMENTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO**

Em 13 de dezembro de 1968 foi editado o AI-5, dando início a um

processo de aprofundamento da repressão no Brasil, que se disseminaria por todos os lugares, das mais diversas formas, e se institucionalizaria nos anos seguintes, chegando aos locais de trabalho e no interior das fábricas. Pouco depois, no início dos anos 1970, o “milagre econômico” começaria a fazer água por uma combinação de fatores que teve na histórica crise do petróleo de 1972 seu elemento mais explosivo.

No mesmo ano de 1972 o Brasil foi “campeão mundial de acidentes de trabalho”. No auge da ditadura militar, em pleno governo Médici, a divulgação das estatísticas publicadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), referentes ao registro anual da ocorrência de acidentes e doenças do trabalho nos países a ela filiados, colocou o processo de industrialização brasileiro numa incômoda vitrine. Ficou claro que, parafraseando o general Médici – que afirmara, em 1970, “a economia vai bem, o povo é que vai mal”, tornou-se possível dizer que “a industrialização vai bem, os trabalhadores é que estão morrendo”. Na formulação de Paul Virilio, acidentes são uma tendência negativa da tecnologia. Hoje, o acidente teria se tornado necessário e não relativo e contingente, de maneira que cada tecnologia produz, provoca e programa seu acidente específico<sup>11</sup>.

Lastreado num processo de retirada de direitos que havia se acen- tuado nos anos finais da década de 1960 e no amordaçamento do mo-

vimento social – em particular do movimento sindical, praticamente imobilizado na época em razão da repressão política –, o governo militar não conseguiu fugir do constrangimento provocado por essa “conquista”. A reação da ditadura veio com dois movimentos quase paralelos.

## DITADURA DIANTE DOS ACIDENTES DE TRABALHO

### 1. A formação de quadros técnicos: culpabilização e controle dos trabalhadores

No primeiro, desencadeou-se um esforço de formação de técnicos, somada à regulamentação legal, determinando a obrigatoriedade da criação dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) nas empresas, em conjunto com normas regulamentadoras visando à “proteção” do trabalhador quanto a acidentes e doenças do trabalho. Do início do programa de formação à aprovação da legislação passaram-se seis anos (1973 a 1978)<sup>12</sup>. Note-se que esse modelo vigora até hoje, sendo implacavelmente criticado por parcelas importantes do movimento de trabalhadores e do serviço público. Seus fundamentos são:

- **responsabilização do trabalhador** pelos acidentes e doenças que o acometem, a partir da funesta filosofia do ato inseguro, que atribui ao trabalhador a culpa pelo ocorrido;

- **priorização dos equipamentos de proteção individual**, em detrimento da eliminação dos riscos e de modificações ambientais;

- a completa **exclusão dos trabalhadores da formulação de políticas e medidas de prevenção**, atribuída apenas aos médicos do trabalho e engenheiros de segurança dos Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho, instituídos nas empresas, sob controle único do dono da fábrica<sup>13</sup>.

Em síntese, a base dessa doutrina se amparava na negação do saber operário, individualização do risco e culpabilização do trabalhador. A estratégia, que existia nas empresas maiores e passou a se difundir a partir dos anos 1972, cumpria papel importante na seleção e controle da força de trabalho, desde a sua contratação e repressão às iniciativas de organização operária.

Como veremos adiante em depoimentos de trabalhadores, eram conhecidos como Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho (SESMET) e com frequência cumpriam papel de controle e repressão dos trabalhadores.

Os metalúrgicos conheceram de perto a mais emblemática expressão do caráter repressivo dos Sesmets: Harry Shibata, médico do trabalho de notórias ligações com os órgãos de repressão política nos quais esteve, dentre outras empresas, na Sociedade Técnica de Fundições Gerais (Sofunge), meta-

lúrgica da Lapa. Mais tarde, seria um dos profissionais a ter seu registro cassado pelo Conselho Regional de Medicina.

## 2. Maquiagem das estatísticas

O segundo movimento foi bem mais simples e específico, uma maquiagem das estatísticas. Ao mudar os critérios de registro de acidentes, as empresas passaram a ser responsáveis pelo pagamento dos 15 primeiros dias de afastamento dos trabalhadores, e com isso deixaram de registrar os acidentes em que os trabalhadores não ficassem mais do que esse tempo afastado. Com os artifícios, os números de acidentes registrados sofreram brusca e acentuada queda a partir de 1976, que se mantém até o presente momento. Na prática, apenas parte dos acidentes graves e com afastamentos longos é notificada. A manipulação de dados inaugurou um processo que até hoje encobre o que realmente ocorre com acidentes e doenças do trabalho no Brasil.

O gráfico e a tabela mostram o pico de acidentes do trabalho durante o período do chamado “milagre econômico” da ditadura civil-militar (1968-1973). O crescimento exponencial da economia brasileira no período foi apoiado na superexploração da força de trabalho, diretamente relacionada às condições extremamente precárias e insalubres das fábricas. A queda posterior deve-se à referida maquiagem dos dados.

**Tabela 4**

### Série histórica dos acidentes de trabalho registrados no Brasil

1970 a 1999

Ano	Trabalhadores	Típico	Trajeto	Doenças	Óbitos	Total
1970	7.284.022	1.199.672	14.502	5.937	2.232	1.220.111
1971	7.553.472	1.308.335	18.138	4.050	2.587	1.330.523
1972	8.148.987	1.479.318	23.389	2.016	2.854	1.504.723
1973	10.956.956		28.395	1.784	3.173	1.632.696
1974	11.537.024	1.756.649	38.273	1.839	3.833	1.796.761
1975	12.996.796	1.869.689	44.307	2.191	4.001	1.916.187
1976	14.945.489	1.692.833	48.394	2.598	3.900	1.743.825
1977	16.589.605	1.562.957	48.780	3.013	4.445	1.614.750
1978	16.638.799	1.497.934	48.511	5.016	4.342	1.551.461
1979	17.637.127	1.388.525	52.279	3.823	4.673	1.444.627
1980	18.686.355	1.404.531	55.967	3.713	4.824	1.464.211
1981	19.188.536	1.215.539	51.722	3.204	4.808	1.270.465
1982	19.476.362	1.117.832	57.874	2.766	4.496	1.178.472
1983	19.671.128	943.110	56.989	3.016	4.214	1.003.115
1984	19.673.915	901.238	57.054	3.233	4.508	961.525
1985	21.151.994	1.010.340	63.515	4.006	4.384	1.077.861
1986	22.163.827	1.129.152	72.693	6.014	4.578	1.207.859
1987	22.617.787	1.065.912	64.830	6.382	5.738	1.137.124
1988	23.661.579	926.356	60.202	5.025	4.616	991.583
1989	24.486.553	825.081	58.524	4.838	4.554	888.443
1990	23.198.656	632.012	56.343	5.217	5.355	693.572
1991	23.004.264	579.362	46.679	6.281	4.527	632.322
1992	22.272.843	490.916	33.299	8.299	3.516	532.514
1993	23.165.027	374.167	22.709	15.417	3.110	412.293
1994	23.667.241	350.210	22.824	15.270	3.129	388.304
1995	23.755.736	374.700	28.791	20.646	3.967	424.137
1996	23.838.312	325.870	34.696	34.889	4.488	395.455

Fonte: INSS/DATAPREV

A tabela mostra o número de trabalhadores registrados a cada ano na Previdência Social, isto é, os trabalhadores do mercado formal, com “carteira assinada” e registro, igualmente ano a ano, dos acidentes de trabalho em suas subdivisões e no total. As modalidades de acidentes notificadas são:

Acidentes típicos são aqueles que ocorrem no local de trabalho, em decorrência das condições de trabalho;

Acidentes de trajeto são aqueles que ocorrem no deslocamento dos trabalhadores para ir ou voltar do trabalho;

Doenças ocupacionais ou relacionadas ao trabalho são aquelas decorrentes das condições de trabalho.

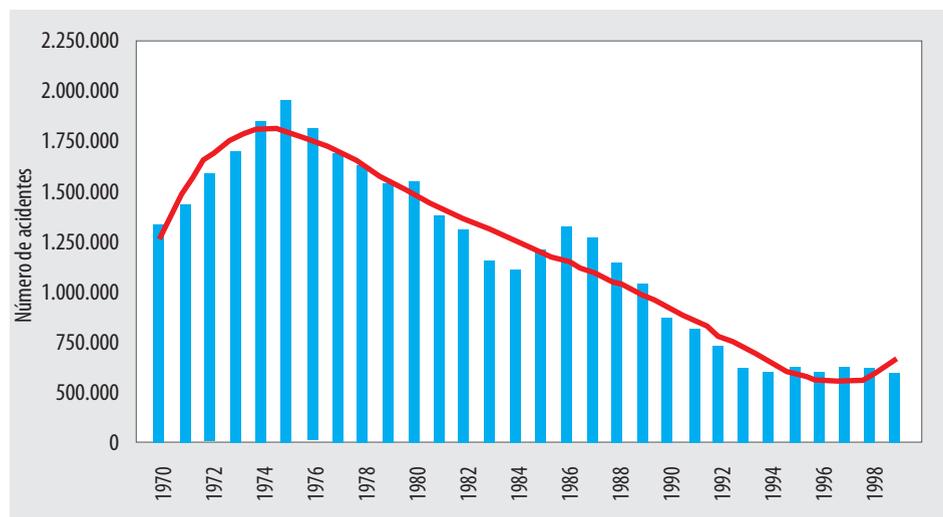
Chamam a atenção: queda no número total de acidentes a partir de 1976; manutenção do aumento no número de acidentes fatais a partir de 1977, depois de discreta queda em 1976, reforçando a ideia da subnotificação no número total de acidentes; aumento no número de contribuintes.

\*O pessoal ocupado da capital e demais municípios da GSP não foi apresentado para o período.

Gráfico 1

## Acidentes de trabalho registrados no Brasil

1970-1998



## FÁBRICA DE MORTOS

A insalubridade do ambiente de trabalho e a aliança do empresariado com o Estado ditatorial para a ocultação dos acidentes e repressão à organização dos trabalhadores atingiram níveis absurdos. O testemunho do padre operário Raimundo Perillat, que conviveu com a comunidade revoltada com a poluição gerada pela empresa Aliperti e a organização dos trabalhadores, ilustra bem o quadro:

*Fui padre na Igreja de Santo Afonso de 72 a 76. Um fato: a Aliperti queria celebrar 35 anos, pediram para celebrar uma missa lá. A comunidade se reuniu e decidiu que não. Começou muita repressão em cima de nós. Lá na Igreja pediram para eu sair daquela comunidade porque estava prejudicando o bairro da Água Funda.*

*Mas a Aliperti, para mim, é um nome que mata na fábrica. Em três anos, como todo mundo sabe, 12 trabalhadores morreram de acidentes de trabalho. Mas quando eu estava lá quantas vezes escutamos “morreu mais um trabalhador”... Se a gente pudesse fazer uma pesquisa, um levantamento de quantos trabalhadores morreram durante 50 anos, íamos ficar muito impressionados. Mata no bairro, na fábrica, e não só morte, quantos aleijados, doentes, quantas pessoas trabalhavam lá aleijadas, doentes, tudo isso. No bairro, quanta gente morreu por causa da poluição? Pulmão, doenças, problemas de pele. Uma fábrica que mata pela cooptação do sindicato, a diretoria do sindicato omitiu que quando tinha acidente de trabalho iam fiscais para intervir no espaço, chegava o sindicato e liberava para continuar o trabalho.*

*Matou. A DRT a mesma coisa, as delegacias de polícia, os B.Os. e a Justiça que matou, pela Justiça que se omitiu diante de tantas repressões, diante de tantas mortes. Então, para mim, a Aliperti é um nome que matou, pois não existe mais.*

O período foi marcado pela intensificação da repressão. O aumento dos acidentes fatais, vivos na memória dos trabalhadores da Aliperti, combinados com a participação cotidiana da polícia na vida da fábrica, o camburão que entra sem restrições e circula por toda parte; trabalhadores retirados sem vida pela polícia com a alegação de serem levados ao hospital para atendimento, apenas para sua morte não ser registrada na fábrica, fatos que se repetem em inúmeros depoimentos de trabalhadores na história das mortes no trabalho no Brasil. Conforme Raimundo Perillat,

*Era muito comum, e até hoje ainda é, que quando ocorria um acidente fatal houvesse o ocultamento do fato de que o óbito já havia ocorrido, e os trabalhadores e as trabalhadoras eram levados como se ainda estivessem vivos para serem “atendidos” no hospital, quando então era reconhecido o falecimento, fora, no entanto, dos limites da fábrica.*

Os acidentes de trabalho no período da história do Brasil foram retratados no cinema e na música

em obras como o filme *A queda*, de Rui Guerra e Nelson Xavier, produzido em 1975, que mostra uma situação exatamente igual à do relato de Perillat, em que o trabalhador morto é retirado na ambulância como se ainda estivesse vivo para não constar como acidente fatal. A burla no registro de acidentes e o não reconhecimento de direitos previdenciários de acidentados e adoecidos pela sua atividade profissional são uma constante na história dos trabalhadores brasileiros.

Moishe Postone se contrapõe ao raciocínio que os campos de extermínio representariam uma versão (terrível) da fábrica capitalista, um exemplo extremo de modernidade. Mas, ao contrário, Auschwitz era uma fábrica de “destruir valor”. Sua função era um cruel processo industrial invertido, com o objetivo de liberar o concreto do abstrato. Desumanizando os judeus e depois arrancando os derradeiros remanescentes de seu “valor de uso” material: roupas, ouro e cabelo<sup>14</sup>.

As fábricas metalúrgicas em São Paulo não são iguais a Auschwitz, certamente. Mas é possível identificar muitos elementos comuns: tentativa de desumanização; organização de uma burocracia interna extensa e intensamente controladora, em que os técnicos da saúde e segurança do trabalho cumprirão papel de filtro político e ideológico, seleção dos que resistem e delenda dos já vulnerabilizados; e, por último e o mais degradante: delação dos “desviantes”, em espe-

cial no campo político, das iniciativas de organização dos trabalhadores para resistência das imposições da ditadura e para a afirmação da ideia de que a “modernização” não era avanço, mas, ao contrário, uma forma de aumentar e intensificar a exploração.

### TERCEIRO PERÍODO: MOVIMENTO POPULAR, RESISTÊNCIA E DERRUBADA DA DITADURA MILITAR

A partir de 1978, temos uma mudança completa no cenário sindical na cidade de São Paulo. As lutas nas fábricas se multiplicam, as greves se ampliam cada vez mais. As denúncias das condições de trabalho são uma constante, mas as pautas reivindicatórias priorizavam as questões salariais e assim permanecem até hoje, com raras exceções. Curiosamente, um dos motivos do grande êxito da organização popular e do movimento operário metalúrgico à época – e do próprio processo de construção do Partido dos Trabalhadores (PT) – foi a grande discussão articulada entre os movimentos de bairro, a Oposição Sindical Metalúrgica, as oposições sindicais e as pastorais sociais.

Faziam parte da pauta comum a luta contra a carestia e o movimento popular de saúde, mas não houve priorização da discussão das condições de trabalho dos operários, a não ser no que se refere aos problemas gerados pela

contaminação ambiental das fábricas, em que a Aliperti é um dos maiores exemplos, mas certamente não o único.

Quando em 1978 eclodiram as greves nas fábricas metalúrgicas da cidade de São Paulo, as reivindicações salariais eram o elemento mais importante das mobilizações que mudaram a história da cidade e do País. Ainda que sua elite resistisse, de forma renitente, mesquinha e violenta à concretização do lentíssimo processo, aquele ano foi um poderoso ponto de inflexão.

Todas as greves da categoria foram contra o arrocho salarial e defendiam um aumento em torno de 21%.

Nessa época de ascenso dos movimentos das classes subalternas, ocorreram greves de protestos contra acidentes e mortes no trabalho. Uma das primeiras foi na fatídica Aliperti. Mais tarde, na segunda metade da década de 1980, um acidente fatal na Volkswagen gerou reação indignada dos trabalhadores da empresa, que paralisaram imediatamente as atividades e saíram em passeata de protesto pela Via Anchieta até o centro da cidade de São Bernardo. Foi a reação mais intensa a esse tipo de evento, seguida de inúmeras iniciativas semelhantes. Deve-se ressaltar a decisão do Congresso dos Metalúrgicos de Santo André em 1987: a partir do Congresso todo acidente grave ou fatal teriam como resposta a paralisação imediata, seguidos de protestos que dessem a maior

publicidade possível ao ocorrido. A decisão foi aprovada calorosamente e seguida com sucesso, desvelando, no entanto, uma realidade que continuou a ser comum em outras categorias: trabalhadores que não deixavam de operar as máquinas enquanto setores continuavam a funcionar mesmo com a permanência do cadáver do companheiro morto, ou do sangue fresco na máquina em que alguém acabara de se acidentar.

O período de crise econômica e política corresponde à intensificação do movimento popular e das lutas nas fábricas, que permanecerá até o final da década, ocorrendo a partir de 1989 uma inflexão. Curiosamente, mas não por acaso, entre 1989-1999 observa-se uma mudança no perfil.

### DERROTAS NOS ANOS 90

Nos anos 90 a marca foi a desestruturação dos serviços públicos, eficiente e organizada campanha contra as conquistas da Constituição de 1988 e ataque sistemático à organização e lutas dos trabalhadores, com a entrada do Brasil no mundo da globalização, pela porta dos fundos. Fatores políticos, econômicos e técnicos determinaram mudanças irreversíveis. Novas tecnologias e reestruturação produtiva, combinadas com a internacionalização da economia seguindo o modelo neoliberal (redução do Estado, privatização, rigoroso corte de gastos públicos, restrição de

créditos, juros altos e controle da taxa de câmbio) mudaram o perfil socioeconômico do País, que atravessava uma de suas mais graves crises sociais e conhecia a mais alta taxa de desemprego. O processo arrastou consigo as ações inovadoras que se construíram no campo da saúde dos trabalhadores e levaram o movimento sindical e os serviços públicos à desarticulação e à perda de uma perspectiva de luta comum.

Entre os pontos que contribuíram para a formação do quadro destacamos:

- propostas de redução de custos de todas as formas possíveis, que se tornaram carro-chefe das políticas de aumento de competitividade, conceito presente em todas as discussões “globalizantes” do período.

- na linha de redução de custos destaca-se o “downsizing”, termo repetido à exaustão no período, e que significava redução do quadro de trabalhadores com base em demissões, muitas vezes em massa, e redistribuição das tarefas entre os trabalhadores remanescentes.

- intensificação do ritmo de trabalho e multiplicação das tarefas de cada trabalhador para compensar a diminuição do quadro e a reestruturação produtiva em curso.

- o aumento indiscriminado da terceirização - que consiste em transferir atividades e tarefas para empresas contratadas, com trabalhadores fora do quadro da empresa - tornou-se um princípio quase

religioso de organização das empresas e uma das principais formas de redução de custos.

- precarização do trabalho, conseqüente à terceirização e com ela combinada. Enfraquecidas as relações de trabalho, as tarefas mais perigosas e desconfortáveis são “transferidas” para os trabalhadores das empresas “terceiras”, com menos proteção social e menor capacidade de resistir à imposição de tarefas que constituem risco. O fenômeno não é novo no mundo, e teve curso institucionalizado na Europa, muito ligado ao processo migratório ocorrido nesse continente. O papel dos turcos na Alemanha e árabes na França são exemplos.

- ao conjunto de fatores expostos acima se somam: aumento da pressão por produção nos postos de trabalho, imposição de tarefas de forma desrespeitosa e autoritária com conseqüente aumento do estresse no trabalho, criação de novas tarefas que implicam repetição intensa de movimentos e que se reproduzem em todos os momentos de vida e lazer dos trabalhadores.

A articulação dos fatores funcionou como determinante do perfil de agravamento das condições de trabalho no Brasil: trabalhadores submetidos a condições deterioradas de trabalho numa situação de perda de direitos e cidadania, portanto, sem condições efetivas de resistir aos desmandos e pressões de adaptação que surgiram no período. ■

## NOTAS

1. Todos os depoimentos foram retirados de: *Investigação Operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores*. 2014-São Paulo: IIEP-Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo/ Projeto Memória, 2014.

2. Ribeiro, H. P.; Lacaz, F. C. A. (orgs.). *De que adoecem e morrem os trabalhadores*, São Paulo: Imesp, 1984.

3. Costa, D. F.; Quando o trabalho degrada. In: Conic, *Relatório sobre a dignidade humana e a paz no Brasil*, São Paulo: Editora Salesiana, 2002.

4. BATISTONI, Maria Rosângela. *Entre a fábrica e o sindicato. Os dilemas da Oposição Metalúrgica de São Paulo* (1967-1987). São Paulo, 2001. Tese (doutorado). 498f. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

5. COSTA, Danilo F. *Prevenção da exposição a benzeno no Brasil*. São Paulo, 2009. 179f. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2009.

6. LOEWENSON, R. Globalization and occupational health: a perspective from southern Africa. *Bulletin of the World Health Organization*. Genebra, v. 9, n. 79, 2001.

7. *Ibidem*

8. Os depoimentos dos trabalhadores da Aliperti afirmam que o delegado da 35ª Delegacia circulava livremente na fábrica, disciplinando e prendendo à convivência do tenente Lauro Protugal.

9. LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Unicamp, 2011.

10. KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo do desastre*. Lisboa: Tipografia Guerra, 2009.

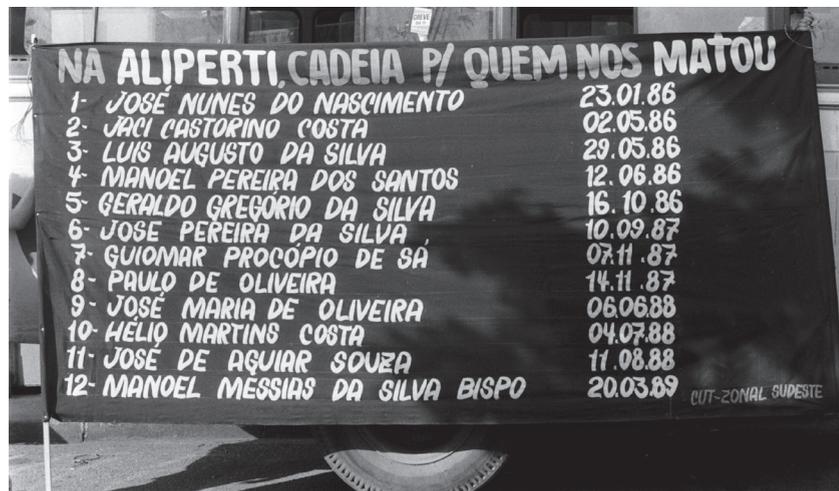
12. VIRILIO, Paul; LOTINGER, Sylvère. *Guerra pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

13. MAGRINI, Rui de Oliveira. *Novas relações trabalhistas de segurança e saúde do trabalhador desenvolvidas no Estado de São Paulo e no Brasil*. São Paulo, 1999. Tese (doutorado). 216f. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999.

14. *Ibidem*.

15. POSTONE, Moïshe. "The Holocaust and the Trajectory of the Twentieth Century". In: POSTONE, Moïshe; SANTNER, Eric (orgs.). *Catastrophe and Meaning*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

## ALIPERTI, UM CASO EXEMPLAR: ACIDENTES E MORTES NA FÁBRICA. DOENÇAS NA POPULAÇÃO E CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL NO BAIRRO



LISTA COM 12 MORTOS NA ALIPERTI ENTRE 1986 E 1989.

ACERVO PROJETO MEMÓRIA OSM-SP - IIEP



A FÁBRICA PAROU EM 1986, PELA PRIMEIRA VEZ, PARA ACOMPANHAR O ENTERRO DO OPERÁRIO GREGÓRIO, MORTO NA FÁBRICA.

ACERVO PROJETO MEMÓRIA OSM-SP - IIEP



MANIFESTAÇÃO DOS MORADORES. NA FAIXA: ALIPERTI, POLUI A REGIÃO, OPRIME OPERÁRIOS, TOMA TERRENOS. CHEGA.

ACERVO INFORMAR - IIEP



A POPULAÇÃO SOFRIA OS EFEITOS DA CONTAMINAÇÃO DA FÁBRICA E SE MOBILIZAVA PROTESTANDO, 1986.

ACERVO PROJETO MEMÓRIA OSM-SP - IIEP

# A "NOVA REPÚBLICA" DOS PATRÕES: MUDANDO PARA NÃO MUDAR

TEXTO PRODUZIDO COM BASE EM TESTEMUNHO DE JOSÉ CARLOS STEIN, PESQUISA DOCUMENTAL, RELATOS DE PARTICIPANTES DA EQUIPE DA DRT DA ÉPOCA E DE SINDICALISTAS.

O CONTEÚDO É DE RESPONSABILIDADE DA EQUIPE IIEP

FILIAÇÃO À CUT  
CUT  
Central Única dos Trabalhadores

**FOLHA**  
**Bancária**  
Ano VI terça-feira, 28/01/86 tiragem 80.000 exemplares

EDIÇÃO DIÁRIA  
Nº 1.280

Dr. Nélio Luiz Gushiken  
presidente

SUPLEMENTO INFORMATIVO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE SP

John Reis, João de Grammont  
Mês 12, 1984

## CEDEU AOS BANQUEIROS E PATRÕES Pazzianotto demite Delegado Regional do Trabalho de SP

Foto Esdras Martins/Fotograma



Stein foi vítima dos patrões e da falta de apoio do Ministro

Com um telefonema, às 9h30, o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, demitiu ontem o Delegado Regional do Trabalho de São Paulo, José Carlos Stein. O motivo alegado foi a decretação, por Stein, de recente portaria, que legalizava a atuação dos conselhos consultivos sindicais. Esses conselhos, integrados por trabalhadores da categoria, teria as mesmas garantias legais dos dirigentes de Sindicatos.

Mas isso foi apenas um pretexto: o real motivo da queda do Delegado do Trabalho foi a pressão exercida por banqueiros, industriais, grandes comerciantes e latifundiários, que não estavam gostando do trabalho desenvolvido por aquela delegacia, uma vez que a fiscalização estava sendo rigorosa, resultando em várias e pesadas multas contra as

empresas.

Stein, que será substituído temporariamente por Valcídio de Castro Oliveira, chefe da assessoria jurídica da DRT, homem ligado ao PFL, disse que foi demitido por "uma conjugação de forças entre o poder econômico e sindicalistas pelegos, que têm cargos vitalícios nos sindicatos e não representam nada além deles próprios".

### BANQUEIROS PRESSIONARAM

Um setor que exerceu forte pressão para a demissão do delegado foram os banqueiros. Afinal, num trabalho conjunto entre o Sindicato e a delegacia, eles estavam sendo autuados. O Itaú, do ministro Olavo Setúbal, foi multado recentemente em mais de Cr\$ 20 bilhões. Essa foi a maior multa trabalhista já aplicada

pelos órgãos do Ministério do Trabalho. E, além do Itaú, Bradesco, BCN e outros bancos vinham sendo autuados, por desrespeito à legislação trabalhista. A média de autuações contra os bancos estava entre 300 e 400 por dia. Stein disse esperar que esse trabalho, que no fundo "é apenas o cumprimento da lei, não seja interrompido".

### "NÃO ESPERAR NADA DO ESTADO"

Luís Gushiken, presidente do nosso Sindicato, que, junto com outros sindicalistas, foi ontem prestar solidariedade a Stein, afirmou que "os trabalhadores não podem ficar esperando nada dos aparelhos do Estado, como o Ministério e as Delegacias do Trabalho. Na verdade, eles atrapalham a organização da classe. Ainda assim, quando um delegado tem boa vontade e se esforça por simplesmente fazer cumprir as leis que protegem o trabalhador, os patrões exercem todo tipo de pressão e o governo se dobra a essa pressão, demitindo o delegado".

No mesmo sentido, Pedro Magalhães, presidente do Sindicato dos Bancários de Marília, disse que Stein caiu "porque queria fazer cumprir a lei. Acho que os banqueiros foram preponderantes nessa demissão".

Todos os sindicalistas, tanto ligados à CUT quanto à Conclat, foram unânimes em criticar a atitude de Almir Pazzianotto, que cedeu às pressões dos empresários e demitiu o delegado José Carlos Stein.

ACERVO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE SÃO PAULO

· **José Carlos Stein** foi  
· delegado regional do  
· trabalho de São Paulo  
· de abril de 1986 a janeiro  
· de 1987. Demitido pelo  
· ministro Pazzianotto ao  
· aplicar a lei na defesa  
· dos trabalhadores  
· enfrentando as classes  
· patronais e o sindicalismo  
· pelego.

*[...] os trabalhadores não podem ficar esperando nada dos aparelhos do Estado, como o Ministério e as Delegacias do Trabalho. Na verdade, eles atrapalham a organização da classe. Ainda assim, quando um delegado tem boa vontade e se esforça por simplesmente fazer cumprir as leis que protegem o trabalhador, os patrões exercem todo o tipo de pressão e o governo se dobra a essa pressão, demitindo o delegado.*

Luiz Gushiken em solidariedade a Stein.  
*Folha Bancária*, n. 1280, ano VI, 1986.

Fui convidado pelo ministro Almir Pazzianotto (PMDB) para ser delegado da Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo em abril de 1985. Antes disso eu estava na Secretaria de Relações do Trabalho do Governo do Estado de São Paulo, e estava acontecendo um problema muito sério com os cortadores de cana em Guariba. Na época, uma semana antes de estourar o problema, cheguei ao Pazzianotto e falei: “Almir, eu vou dar um pulo no interior para ver como é que está a situação com os bóias-frias, porque a coisa não está me cheirando bem”. Ele falou: “Espera, Stein, o que você vai fazer lá? Vai perder tempo. Estive reunido com o pessoal da Cooperçúcar, eles mostraram que em Cuba também cortam sete ruas e não tem problema nenhum”. Respondi: “Pazzianotto, vai querer comparar um trabalhador cubano com um trabalhador brasileiro nos dias de hoje? É absurdo”. Ao que ele replicou: “Tá bom, vai. Faz o que você quiser”.

Visitei alguns sindicatos de Araraquara, Jaboticabal, e visitei tam-

bém algumas famílias de bóias-frias. Um deles encontrei tomando banho de sal grosso, para aguentar o rojão do dia seguinte. Voltei e fiz um relatório. No dia seguinte o Almir leu o relatório e mandou tirar todo o material sobre o trabalho real no campo. Fiquei isolado dentro da Secretaria. Na época, eu era assessor do Alcir Nogueira, juiz classista do Tribunal do Trabalho. O Pazzianotto me manda um carro para me pegar, para irmos imediatamente a Guariba. Fomos porque tinha estourado o problema lá: greve, repressão, o diabo e o escambau. Descemos no Aeroporto de Jaboticabal e a partir de lá fomos eu, o Almir e o Plínio Sarti.

Chegando lá encontrei o Élio Neves, criador da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), um diretor muito combativo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara. Falei com ele: “Élio, me dá uma mão aí que a coisa está feia”, e ele respondeu dizendo que ajudaria. Fizemos uma reunião com os usineiros da região. Um

desses usineiros se levantou e falou: “Nós não vamos fazer acordo nenhum”. Respondi: “Olha, eu tenho instrução do governador do Estado para sair daqui ainda hoje com um acordo que vocês renunciem a esse maldito corte em sete ruas. O corte em sete ruas exige muito do trabalhador, no fim do dia ele está esgotado”. Apesar da discussão, no final eles aceitaram e fizemos o acordo. Logo depois o Almir me telefona falando: “Stein, está tudo resolvido, pode vir pra cá”. Pazzianotto vai lá, depois de negociarmos o acordo, e aparece no dia seguinte como o grande herói da solução dos problemas dos bóias-frias. Foi o que deu cartaz para ele com o Tancredo Neves para ser convidado para ministro do Trabalho. Antes de terminar essa situação, o representante da DRT lá de Jaboticabal foi preso na frente do Pazzianotto, ele não falou um “á”. O assessor militar do governador, major Dourado, veio falar comigo: “Stein, o fulano foi preso na frente do ministro, ele não falou nada, vamos lá tirar o coitado que está preso na PM, porque



os caras estão apanhando lá”. Fomos, conversamos com o coronel e resolvemos o problema, tiramos o rapaz, com o compromisso de não se meter mais em nenhuma confusão. Depois desse episódio fui convidado para ser delegado na DRT de São Paulo e aceitei. A primeira coisa que fiz na delegacia foi me informar sobre os ocupantes de cargo de confiança. Acabei substituindo o chefe de fiscalização pelo Dr. Cizoto, e o chefe do setor de segurança e medicina do trabalho substituí pelo Rui Magrini. Aí acertei em cheio nas duas escolhas. E começou o trabalho. Em pouco tempo percebemos as dificuldades que tínhamos pela frente. Uma era normal, pois esperávamos enfrentar empresários que hoje não querem aceitar que a escravidão já terminou no Brasil há mais de 100 anos. Outra, que não esperávamos, foi perceber que o Almir Pazzianoto, nomeado ministro do Trabalho, transformava-se rapidamente em Ministro do Capital.

### AS CRECHES FANTASMAS

A primeira coisa que observei foi um grande número de mulheres, em uma fábrica de filtro, que trabalhava com peças muito pequenas. O RH estava junto com a gente acompanhando a fiscalização, virei para ele e falei: “Escuta, quero ver onde fica sua creche”. Porque tem um artigo da CLT em que consta que todo local de trabalho onde haja 30 ou mais mulheres é obrigatória a existência de uma creche”. O cara do RH tentou desviar o assun-

to, fez que não ia e acabou fundo... Uma brincadeira. Aí disse assim: “Fulano, quero ver sua creche, aqui tem muita mulher trabalhando”. Havia mais de 100 mulheres trabalhando. Ele respondeu: “Delegado, ninguém se incomoda com esse negócio de creche. Para que mexer com isso agora?” Respondi: “Eu vou mexer, vou mexer sim. Onde está a sua creche?” Ele falou: “A gente tem um convênio”, e o interpelei: “Ah, é? E como é que chama o seu convênio, a sua creche?”, finalmente ele respondeu: “Chama-se São Vicente de Paula”. Estávamos em Santo Amaro, quando pedi o endereço ele me entregou um da Freguesia do Ó. Coisa de uns 30 quilômetros de distância. Vamos procurar a tal creche, bato na tranca de uma casa, vem uma mulher e eu falo: “Escuta, aqui é a creche São Vicente de Paula?” Ela falou: “Não, o senhor está enganado, aqui é a casa da minha família há mais de 50 anos”. Não existia creche nenhuma.

Voltando para a delegacia, a encarregada do setor de mulheres me apresentou uma relação com 56 creches conveniadas. Convoquei os médicos da DRT para uma reunião no dia seguinte e passei a eles, mais ou menos uns 10 ou 12 médicos que tinham ali, coube para cada um meia dúzia de creches para fazerem esse levantamento, se elas se encontravam nas condições que a CLT exigia. Uma semana depois eles deram retorno. Das 56 creches, apenas 13 existiam, mesmo assim eram creches com três ou quatro berços e um contrato que previa 1

mil, 1500, crianças, por aí afora. Um negócio escandaloso. O que eu fiz? Ficaram apenas 13 ou 14 creches, que efetivamente existiam, reduzi o número de convênios ao número de berços dessas creches, e soltamos a fiscalização em cima. A primeira visita que fazia com o fiscal na empresa, ele perguntava sobre a creche, claro que não existia, e nem podia fazer um novo convênio porque as creches que existiam estavam no seu limite do convênio, e voltaria dali a um mês. “Resolveu a questão da creche? Fez convênio? Não? Então multa”. Quer dizer, o empresariado foi pregado na parede com o negócio de creche. Muito bem, a coisa continuou, novembro, dezembro, em janeiro eu saí.

Em um caso que o fiscal foi na creche, no Tatuapé, vinculada a Philco, uma empresa que chegou a ter mais de 6 mil mulheres trabalhando. Chegou lá a creche estava em férias coletivas, a Philco não. Então, era o caso de perguntar, como é que vai ser? A creche está em férias e a Philco não está. E por aí afora. O negócio estava desastroso. Pela pressão, empresários tiveram algumas iniciativas no sentido de construir creche, porque não tinha. O empresariado estava sendo multado a cada 30 dias, e multas que dobravam na reincidência. O ministro constrói uma solução com a Fiesp, livrou a cara das empresas, o que ele chamou de “auxílio-creche”. Dava um dinheirinho, 100, 150 reais por mês. Naquela época não era real, mas dava um dinheirinho para a funcionária para ela pagar al-



guém para ficar com a criança. Um absurdo, acontece que os sindicatos entraram nessa história. Quando soube o que ia acontecer, avisei algumas diretoras dos sindicatos que conheci, e para que tocassem o caso para frente, fizessem o caso andar. Mas não tive um bom apoio, nem de diretoras de sindicatos com quem eu tratava o problema.

Essa solução do auxílio-creche acabou sendo corroída pela inflação. Esse problema liquidou o programa. A grande bandeira dos movimentos feministas nos sindicatos era exatamente as creches. Que é um drama para a mãe trabalhadora. A empresa dava para cada mãe que estava lactando ou que tinha dado à luz recentemente 150 mil réis por mês, isso é uma loucura, né? Com a inflação de um mês para o outro isso aí desapareceu. Quer dizer, o Pazzianotto fez um acordo, ele parou de multar, porque a empresa substituiu o serviço de creche por esse voucher, esse dinheirinho.

### **MENORES TRABALHANDO DE GRAÇA EM SUPERMERCADOS**

Depois começamos um trabalho sobre os problemas dos menores em supermercados. O menor fazia trabalho de ajudante de caixa, repositor de estoque, ele era um empregado, mas não recebia nada e nem carteira assinada tinha. De vez em quando ainda conduzia o carrinho da madame e ganhava uns trocadinhos. Resolvi dar um basta nisso. Fiz uma reunião com meu chefe da fiscalização

e marcamos uma blitz em cima exatamente desse problema dos menores em grandes supermercados. Falei: “Cizoto, só em cima dos grandes supermercados”. No dia seguinte os fiscais foram previamente convocados a comparecer à delegacia às sete horas da manhã, estavam todos lá, começou a distribuição: você e você no Pão de Açúcar, você e você no Eldorado, você e você no Paes Mendonça, você no Carrefour.

Eu fui com dois fiscais para o Eldorado de Pinheiros, encontramos mais de 100 menores trabalhando nessas condições, repositor de estoque, ajudante de caixa, embrulhador de mercadoria, empacotador, transportar o carrinho da madame até a garagem, para não receber nada, todos os mercados foram autuados, e as multas foram pesadíssimas. O único que não teve problema foi o Pastorinho da Vila Mariana. O fiscal fez questão de me contar, chegamos lá o gerente veio mostrar as carteiras profissionais de todos os menores, perguntei: “Por que você faz isso se os outros não fazem?”, aí ele falou: “Porque são nossos colegas de trabalho”.

### **FRAUDE NA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PELOS BANCOS**

Recebo a visita do Douglas, advogado do Sindicato dos Bancários de São Paulo, excelente pessoa, ele chega e fala: “Stein, está vendo o crime mais escandaloso, que é a interposição fraudulenta de mão de obra? Eles montam os contratos por

empresas fictícias e transferem os trabalhadores para as agências bancárias, sem as vantagens dos bancários. Eles têm que trabalhar oito horas, não têm folga”. Respondi: “O problema é que não tenho gente para saber onde isso acontece”. Ele respondeu: “Não, não se preocupe com isso, temos informantes em todas as agências no Estado de São Paulo, portanto isso é tranquilo, nós vamos fazer”. Falei: “Vamos começar com banco de menor porte”, que foi o Banco de Crédito Nacional, o dono era um tal de Pedro Conde. Então fizemos uma fiscalização lá, demos uma multa violenta neles, tudo certo. Aí eu falei: “Agora vamos fazer a mesma coisa no Itaú”, um negócio escandaloso, um negócio doido, tanto é que o advogado do Itaú, o Magano, entra com um mandado de segurança contra essa fiscalização. O juiz, acertadamente, determina que a DRT primeiramente preste conta do que está fazendo para depois decidir sobre o mandado de segurança, e informamos direitinho tudo o que estava se passando.

O que o juiz faz? Abre o processo com vistas ao Ministério Público para intentar ação penal contra toda a diretoria do Itaú. Só se salvou na época o Hebert Levy, que era deputado federal, o resto, todo mundo, a começar pelo Olavo Setúbal, foi chamado para ser interrogados e processados. Claro que não foram condenados. Aí o Sindicato dos Bancários entra também com uma ação contra o Itaú pedindo indenizações, parece que

teve muito sucesso. Bom, isso foi o caso da interposição fraudulenta de mão de obra.

### **LEUCOPENIA, VENENO A CÉU ABERTO: O FECHAMENTO DA QUÍMICA MATARAZZO**

Na época, sabia, até por experiência própria, que o negócio da Química Matarazzo, localizada em São Caetano, fabricava BHC, era infernal. O Rui Magrini vem e fala: “Stein, vamos dar um pulo lá nas Indústrias Químicas Matarazzo, porque a coisa lá está feia. Fomos e perdi um par de sapatos por conta da grande quantidade de BHC que tinha por lá. O negócio era escandaloso, as mangueiras, metano, butadieno, assim à coisa de um palmo do nariz do trabalhador, dezenas de trabalhadores tiveram leucopenia por conta disso. Atacava muito o sistema nervoso central. Notificamos a Matarazzo para tomar algumas providências básicas necessárias num prazo de 15 dias. Passado o prazo aparece o advogado da Matarazzo na delegacia, e perguntei: “O que vocês fizeram lá para resolver aquela área?”, ele falou: “Ah, até agora não deu para fazer nada, doutor”, respondi: “Está bom, então não vai precisar fazer mais porque está interdita a partir de hoje”. Assinei o auto de interdição, que já estava pronto para assinar, encerrou a atividade na Matarazzo, fechou a Indústria Química Matarazzo, esses foram os grandes lances.

### **NÃO DÁ PARA DEMOCRATIZAR A ESTRUTURA SINDICAL. O PATRÃO NÃO QUER O ESTADO NÃO DEIXA**

A minha saída foi consequência de duas ações que tomei. Uma delas decidi passar a homologação da demissão do trabalhador com mais de um ano de casa para o sindicato. Soltei uma portaria junto com o secretário dos sindicatos da DRT, tentei fortalecer a representação sindical e fazer com que o trabalhador não fosse enganado no acerto de contas quando demitido. Essa foi uma trombada de frente com o ministro e com muitos sindicalistas pelegos, conservadores, porque havia muitas oposições sindicais disputando eleição e ganhando. Essas diretorias novas tentavam criar um funcionamento mais democrático nos sindicatos. Esse foi o primeiro dos grandes problemas. Junto com isso soltei uma portaria reconhecendo os conselhos consultivos dos sindicatos, que podiam ter até 60 trabalhadores. Antes disso só ficava reconhecida como diretoria dos sindicatos com direito à estabilidade o número estabelecido na lei da época do Vargas, que eram sete. Isso dava muito problema na Justiça do Trabalho, havia um perde e ganha contínuo.

Com um número reduzido de diretores com estabilidade os sindicatos não tinham condições de fiscalizar todas as empresas, aumentei o número para permitir que os sindicatos passassem a ter condição de

fazer isso. O problema é que os sindicatos dos trabalhadores eram tratados com muito rigor, e não havia nenhuma fiscalização nos sindicatos patronais. A lei no Brasil trata os dois tipos de sindicato de forma semelhante, mas na prática não é.

Os sindicatos patronais e a própria Fiesp sempre tiveram uma diretoria mais ampla do que a lei permitia, e ninguém fazia fiscalização, nem tinha reclamação sobre o tamanho da diretoria deles. Fiz a portaria para dar tratamento igual aos sindicatos patronais e de trabalhadores. É claro que isso incomodou os empresários.

Eu lembro uma pequena manchete do Estadão de janeiro de 86: “A última do delegado do trabalho”, realmente foi a última, deu aquela confusão, aquela discussão entre mim e o Almir, ele pediu para retirar, falei que não ia retirar, que a Fiesp era um sindicato também que fazia e acontecia, a maioria dos sindicatos patronais nem eleição fazia em São Paulo, quer dizer, fiscalização só em cima do trabalhador. Um dia após minha saída o ministro mandou revogar a portaria.

Uma parte do sindicalismo foi solidária, mas para muita gente foi um alívio a minha demissão, não só para os patrões, mas para muitos sindicalistas. Quando me perguntam o que pude dizer eram coisas assim: “Uma conjugação de forças entre o poder econômico e sindicalistas pelegos, com cargos vitalícios nos sindicatos, não representam nada além deles próprios”. ■

## FECHAMENTO DA QUÍMICA MATARAZZO

ABAIXO REPRODUÇÃO DE IMAGENS DE MATÉRIA DA REPÓRTER MONA DORF VEICULADAS NA TV MANCHETE EM JANEIRO DE 1986.

“A MATARAZZO NÃO SABIA O QUE FAZER COM O RESÍDUO DO BHC (TIPO DE AGROTÓXICO USADO NAS LAVOURAS DE CAFÉ E ALGODÃO). SEGUNDO A CETESB, ELE DEVERIA SER QUEIMADO NO INCINERADOR QUÍMICO ESPECIAL, MAS A FÁBRICA ESTOCOU 2 MIL TONELADAS NESTE GALPÃO VELHO. O PRODUTO ESTÁ ESCAPANDO PELAS PORTAS E JANELAS QUEBRADAS, CONTAMINANDO O AR E O SOLO, DE ONDE ELE NÃO VAI DESAPARECER EM MENOS DE 10 ANOS” -TRECHO RETIRADO DA REPORTAGEM;

O BHC JÁ ESTAVA PROIBIDO PARA USO DOMÉSTICO NO BRASIL. ERA FABRICADO APENAS PARA USO DE ÓRGÃOS DO GOVERNO PARA O COMBATE DE ENDEMIAS, PRINCIPALMENTE CONTRA A MALÁRIA. MAS AS CONDIÇÕES HORRIPILANTES DE SEU ARMAZENAMENTO LEVARAM AO IMEDIATO FECHAMENTO DA EMPRESA.



A FÁBRICA MATARAZZO EM JANEIRO DE 1986 ESTAVA EM ATIVIDADE, MAS COM ASPECTO DE COMPLETO ABANDONO



“A GENTE PÕE A ROUPA NO VARAL E O CHEIRO DE BHC PENETRA NAS FRALDAS DO BEBÊ. QUANDO A GENTE VAI COLOCAR É UM CHEIRO TERRÍVEL, HORRÍVEL”. (DEPOIMENTO DE MORADORA DO ENTORNO DA FÁBRICA MATARAZZO À REPÓRTER).



“MEUS PAIS NÃO VÊM ME VISITAR PORQUE SE SENTEM MAL. EU NÃO ME SINTO MAL, PORQUE JÁ ACOSTUMEI” (DEPOIMENTO DE MORADORA DO ENTORNO DA FÁBRICA MATARAZZO À REPÓRTER).

## Portaria já estaria revogada, diz interino

Agência Estado

A Portaria GD 04/86 assinada pelo ex-delegado regional do Trabalho de São Paulo (e causadora de sua destituição), que reconhecia a legalidade dos conselhos consultivos sindicais e estendia aos seus integrantes a estabilidade nos mesmos moldes da diretoria dos sindicatos, foi revogada ontem, por despacho do secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, Plínio Sarti. A informação foi dada ontem pelo delegado interino do Trabalho em São Paulo, Valcídio de Castro Oliveira. Segundo ele, “não há que se tomar qualquer outra providência a nível de DRT de São Paulo, já que a medida do ex-delegado foi tornada sem efeito, salu do mundo jurídico”.

Funcionário daquela delegacia há cerca de 35 anos, Valcídio de Castro Oliveira disse que por determinação do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, deverá manter a mesma orientação de seu antecessor nos serviços prestados pela DRT, inclusive quanto à área de fiscalização, até que o ministro analise a situação e determine nova mudança. Esta orientação inclui a manutenção em vigor de outra portaria assinada por José Carlos Stein, que extingue os serviços de homologação de rescisões de contratos de trabalho, ficando esta atribuição exclusiva dos sindicatos de cada categoria.

Com isso, os sindicatos terão mais uma fonte de renda (as empresas e os não associados ao sindicato pagam pelo serviço de supervisão do sindicato na rescisão dos contratos).

O presidente nacional da central sindical, Jair Meneguelli, enfatizou que vai cobrar do ministro propostas do governo, “pois já nos reunimos em duas outras oportunidades e até agora não obtivemos nada de concreto”. Acrescentou que também comunicará ao ministro que a CUT vai chamar os trabalhadores a comemorar o dia do trabalho a 1º de maio, ignorando a lei que antecipa para a segunda-feira os feriados que caíam ao longo da semana.

A pauta de reivindicações que será apresentada é composta dos seguintes itens: trimestralidade, semana de trabalho de 40 horas, salário-desemprego, reforma agrária, congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e salário mínimo real (calculado pelo Dieese em 2,65 milhões de cruzeiros em dezembro último).

Por outro lado, Jair Meneguelli afirmou que “é difícil falar de acordo, pacto ou contrato numa conjuntura como esta, marcada por mais de 16% de inflação ao mês”.

# OPERÁRIAS NA CONSTRUÇÃO DE SÃO PAULO: TRABALHO E LUTA NA CIDADE

CAROLINA FREITAS

PRAÇA DA SÉ. MULHERES À FRENTE.  
PROTESTO PELA CONDENÇÃO DOS  
POLICIAIS ASSASSINOS DE SANTO  
DIAS. 1980.

ACERVO INFORMAR-IIEP



**Carolina Alvim de Oliveira Freitas** é advogada, mestranda na FAU-USP e integrante da equipe IIEP.

*Quando vejo meus filhos comendo arroz e feijão, o alimento que não está ao alcance do favelado, fico sorrindo atôa. Como se eu estivesse assistindo um espetáculo deslumbrante. Lavei as roupas e o barracão. Agora vou ler e escrever. Vejo os jovens jogando bola. E êles correm pelo campo demonstrando energia. Penso: se êles tomassem leite puro e comessem carne [...]*

*Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerada marginais. Não mais se vê os corvos voando às margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos.*

Carolina Maria de Jesus em *Quarto de despejo*.

## FÁBRICA E CIDADE

A fábrica, a rua, a casa são ideias frequentemente entendidas no nosso imaginário como *palcos* em que as nossas relações se constroem, *chãos* em que a nossa vida é organizada. Embora comum esse pensamento, o espaço em que vivemos não é uma dimensão apenas física, mas *histórica* e *social* do desenvolvimento da humanidade. É, ao mesmo tempo, *produto* e *condição* constantes do desenvolvimento das relações entre homens e mulheres, patrões e trabalhadores.

Em primeiro lugar, considerar a condição das trabalhadoras sobre a construção da riqueza de São Paulo implica compreender que a urbanização capitalista tem um elemento-chave: a industrialização. No desenvolvimento desses dois processos implicados – industrialização e urbanização – podemos olhar para a participação das mulheres operárias ao longo destes

mais de 100 anos na construção de São Paulo.

Imaginemos a cidade: uma vila de pouco mais de 30 mil habitantes<sup>1</sup> – esta, que hoje é uma das três maiores metrópoles do mundo. Num período que compreende mais ou menos de 1850 a 1920, São Paulo viverá processos muito acelerados de transformação espacial e de desenvolvimento de suas forças produtivas.

A acumulação de capital proveniente do mercado de exportação de café do oeste paulista, mercadoria cujo preço à época era favorável internacionalmente, permitiu que a burguesia cafeeira investisse na ampliação da comercialização, promovendo melhores condições para a circulação a partir da construção de ferrovias, modernização dos portos, criação de instituições financeiras e início da consolidação de um modelo do urbano.

As primeiras indústrias em São Paulo surgem a partir dessa acumulação e de outra formação fun-

damental que lhe é complementar: a força de trabalho. A Lei de Terras de 1850 regulamenta a concentração brutal da propriedade no campo, expulsando a população rural para a cidade, que não podia acessá-la pela posse.

Enquanto isso, a população negra escravizada, num duplo movimento, passa a ser mercadoria cada vez mais cara (desaceleração do tráfico negreiro a partir de 1870 e abolição formal da escravidão em 1888), e vai assim conferir a base da política de desvalorização do trabalho assalariado<sup>2</sup>. Essas leis tendenciais representam ainda os cercos aos próprios escravizados, majoritariamente excluídos do mercado de trabalho livre assalariado.

*A classe operária era definida pelo Correio Paulistano, em 1861, como sendo composta “das pessoas e das famílias d’aqueles a quem o destino não concedeu um só auxílio que não seja adquirido pelo suor e pela fadiga do trabalho”<sup>3</sup>.*

A burguesia cafeeira em São Paulo, desde a década de 1870, já utilizava mão de obra assalariada e imigrante. A partir de 1886, a política de imigração imprime outro ritmo à vinda de trabalhadores estrangeiros (com destaque os italianos), que compõem decisivamente o processo de formação da classe trabalhadora urbana em São Paulo, com o aumento exponencial da população que vai viver na cidade.

A produção do espaço da cidade expressava a economia urbana ligada e dependente das fazendas de café e, progressivamente, passaram a ser instalados comércios, sistema de transportes e concentração de instituições financeiras. O surgimento da estrada férrea que faz da cidade um cruzamento do eixo ligando Santos a Jundiaí, patrocinada pelo Visconde de Mauá e pela empresa londrina fundada por ele, a São Paulo Railway Company, em 1860, foi a solução encontrada para a burguesia do café ampliar seu escoamento. Uma década depois, seria a vez da construção da Estrada de Ferro Sorocabana, que mais tarde igualmente faria a comunicação da capital com diversas cidades do oeste paulista. Novos sentidos para o espaço urbano de São Paulo.

*Olhando pela cidade e vizinhanças, percebo muitos melhoramentos levados a efeito desde que estive aqui pela última vez. A própria cidade, as ruas, estão notavelmente limpas. As estradas nas imedia-*

*ções, que eram anteriormente brejos, foram aterradas... e estão agora em muito boa ordem; realmente, não pode haver dúvidas de que São Paulo está destinada a progredir, como capital da Província e núcleo central das comunicações por estradas de ferro. Os serviços de gás estão agora em andamento, para substituir as lâmpadas de óleo existentes, e a Assembleia Provincial deu poderes ao governo para contratar os serviços de abastecimento de água; assim, todas as conveniências modernas logo serão encontradas aqui... Melhoramentos consideráveis foram feitos próximos à estação da estrada de ferro, as oficinas foram consideravelmente ampliadas, e tudo localizado convenientemente para a disposição do tráfego, tanto em relação a mercadorias como a passageiros<sup>4</sup>.*

É preciso notar que a primeira indústria significativa em São Paulo é exatamente o nó de seu crescimento. A construção da cidade é, em si, o trabalho a que se submetem as primeiras levas de imigrantes para o espaço urbano. A construção civil é marcante não apenas do ponto de vista da absorção da mão de obra que ia se formando, mas, sobretudo, porque provoca uma significativa mudança: a vila construída de taipa dá lugar à construção com tijolos, o que radicalmente modifica a paisagem da cidade. Como afirma Benedito Lima de Toledo no livro *São Paulo – três cidades em um século*, “a cidade de

São Paulo é um palimpsesto – um imenso pergaminho cuja escritura é raspada de tempos em tempos, para receber outra nova”. Ainda sobre isso, Paulo Cesar Xavier Pereira comenta mais a fundo que

*...discutir a modernização de São Paulo, como foi o caso da demolição da cidade colonial toda feita de taipa e sua reconstrução com tijolos no final do século XIX, serve para mostrar como nesta cidade o desfazer de sua antiga arquitetura e de seus construtores, implicou ocultar vestígios de sua memória sem sobrepujar o passado colonial. Estratégia de negação e esquecimento, mas não de superação do passado, mesmo porque sequelas da escravidão se aprofundaram na rápida reconstrução da cidade. Neste quadro, demolir para depois reconstruir, mais do que a necessidade urbana da função material da cidade, significou inventar/construir uma nova representação social dos interesses políticos e econômicos emergentes. Significou, sobretudo, a partir de um projeto civilizador arquitetado pelos fazendeiros do café, responder à emergência de novas necessidades, em que interesses urbanos dominantes pudessem – pela urbanização e política de construções – aparecer no imaginário social como se fossem de interesse geral e coletivo<sup>5</sup>.*

Não apenas há produções domésticas de construção, mas igual-

mente as chamadas “construções por encomenda”, anteriores à formação de uma perspectiva industrial de construção, que assemelhavam o trabalho arquitetônico do trabalho de artistas. Os casarões de padrão europeu seriam a tentativa da burguesia cafeeira de um tipo de construção arquitetônica “à sua imagem e semelhança”.

O bairro dos Campos Elíseos é a primeira área na qual serão construídos os casarões da elite, próximos à estrada Sorocabana, à estação da Luz, à estação Júlio Prestes e ao Parque da Luz. A avenida Rio Branco retratava a paisagem do corredor de palácios e grandes edificações. Pouco adiante, principalmente devido à crise econômica de 1929, nota-se a transferência da aristocracia e da burguesia paulistana e estrangeira para o bairro do Higienópolis, o “espigão da Paulista”.

Nesse bairro, concentrava-se o que havia de arquitetura mais moderna, numa estética importada da França. Havia iluminação a gás, sistema de água e esgoto, arborização e instalação das linhas de bonde. O nome é curioso porque reflete significado dual do território: de fato, era um dos lugares mais altos da cidade – o que dificultava a chegada da malária, problema epidêmico da cidade – e, ao mesmo tempo, expressava a ideologia sanitarista, de classe, de que os ricos eram limpos e saudáveis e os pobres miseráveis eram sujos e doentes. Os pobres (e não a realidade da pobreza) era “epidêmica” aos olhos elitistas da cidade.

*Eram cinco horas da manhã e o cortiço acordava, abrindo, não os olhos, mas a sua infinidade de portas e janelas alinhadas. Um acordar alegre e farto de quem dormiu de uma assentada sete horas de chumbo (...)*

*E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que pareciam brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco<sup>6</sup>.*

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade vive a construção de pontes e avenidas, o crescimento de cortiços, pensões, adensamento dos bairros próximos às zonas fabris, marcas da formação da força de trabalho. As obras de infraestrutura financiadas pela burguesia sedimentam um novo tipo de produção espacial, que aos poucos deixa em segundo plano ideológico a primazia estética e passa a conceber o papel de força de produção.

A “cidade bela” naquele momento teria de se tornar eficiente. A sua contraditória realização seria a constituição das condições gerais de produção e de reprodução do capital aliada ao completo relento das condições necessárias à reprodução da força de trabalho.

Os trabalhadores, que tinham jornadas diárias extensas de trabalho e eram pessimamente remunerados, viviam nas primeiras estalagens, hospedarias e principalmente

em cortiços de bairros como o Brás, a Mooca e o Bexiga, sem qualquer espaço privativo, em condição permanente de proliferação de doenças de todo tipo.

Os aluguéis que os donos dos cortiços cobravam eram tão exorbitantes que o próprio governo da Província precisou elaborar um decreto regulamentando esse tipo de moradia. Em 1881, os cortiços passaram a ser definidos em lei como “quartos encarreirados cobertos de meia-água, com pé-direito variando de 10 a 12 palmos (2,20m a 2,64m) e cujas frentes não davam para a via pública”<sup>7</sup>.

As primeiras vilas operárias são versões melhoradas dos cortiços. Eram vantajosas do ponto de vista da construção civil, baratas aos donos das fábricas, que naquele momento ainda não contavam com um grande contingente operário e viam nessa estratégia um reforço de cativação dos operários mais qualificados.

O governo incidiu na regulamentação das moradias proletárias, com o objetivo formal de minar as doenças e epidemias que se proliferavam nas instalações com amontoados de gente, algo que orientou o império durante muitos anos, depois da criação de sua Inspetoria Geral de Higiene. De qualquer modo, não houve a elaboração de uma política habitacional mínima que superasse as condições de pauperização da população. As próprias vilas operárias tinham como fundamento o combate higienista

e o favorecimento de seus construtores, mas não as garantias para que as famílias mantivessem materialmente a vida.

O incentivo à iniciativa privada para a construção de habitações pelo Estado continha a preocupação de que não se instalassem nas áreas mais centrais da cidade, no prenúncio do que seria a cabal segregação espacial entre classes, característica maior de São Paulo. A contradição da cidade criará, em sua classe operária, a *consciência aliada ao espaço*, pois as injustiças, desde a sua origem, são muito sentidas espacialmente na cidade.

### MULHERES OPERÁRIAS, MULHERES URBANAS?

O modelo de dependência da produção cafeeira exportadora de São Paulo, combinada com o tipo importador de manufaturas, ressoou na indústria, e a tradicional produção de algodão no campo possibilitou o surgimento das primeiras fábricas têxteis na cidade. Esses lugares, ao lado da fabricação manufatureira de tijolos para a necessidade de construção de casas, estabelecimentos e algumas obras de infraestrutura, foram pioneiros do despertar para o desenvolvimento industrial.

As fábricas de tecido eram pequenas e contavam com uma maquinaria bastante antiquada. As mulheres, que historicamente assumiram trabalhos ligados ao algo-

dão e já trabalhavam em lares ou em oficinas, ocuparam de maneira bastante significativa esse ramo industrial pioneiro: estima-se que de 70% a 90% da mão de obra nas fábricas de tecido era feminina entre a última década do século XIX e a primeira década do século XX<sup>8</sup>.

A absorção da mão de obra feminina no início da industrialização expressa a relação do capital com os custos de sua reprodução e da reprodução da vida dos trabalhadores. A ocupação de moças e menores de idade (muitos capturados em orfanatos) nos empregos industriais, a baixíssimos salários, garantiria a lucratividade, apesar dos precários meios de produção.

Muito embora às mulheres não fosse novidade trabalhar na cidade, algo constituído em aliança com a realidade agrária desde antes da urbanização de São Paulo (com o trabalho das escravas de ganho, das quituteiras, das lavadeiras, por exemplo), a industrialização modifica a dinâmica da vida das mulheres urbanas, como parte específica da totalidade de mudanças, pois surge um tipo novo de presença nos espaços públicos.

Muitas mulheres deixam de trabalhar, por exemplo, nas máquinas de tear circunscritas às oficinas e às casas de seus “ex-senhores”, e passam a operar as máquinas têxteis nas primeiras fábricas. O ingresso das mulheres na indústria de São Paulo foi massivo e extremamente rápido porque reteve a mão de obra preexistente.

Portanto, evidentemente, as operárias tiveram grande papel no processo de industrialização, vencendo especialmente a transformação da vida rural e doméstica para a vida na cidade de São Paulo, que crescia junto às suas fábricas:

*Com a urbanização e a industrialização, a vida feminina ganha novas dimensões não porque a mulher tivesse passado a desempenhar funções econômicas, mas em virtude de se terem alterado profundamente os seus papéis no mundo econômico. O trabalho nas fábricas, nas lojas, nos escritórios rompeu o isolamento em que vivia grande parte das mulheres, alterando, pois, sua postura diante do mundo exterior<sup>9</sup>.*

É preciso notabilizar que o trabalho das operárias se manteve como secundário durante o início da industrialização, remanescendo as condições de seu antigo ofício manufatureiro de tecidos. Muitas operárias eram fiandeiras e tecelãs, ofícios os quais, embora importantes, não eram considerados qualificados. Os homens, ao mesmo tempo, ocupavam funções de chefia e gerência, percebendo salários mais altos desde o início, que não eram medidos pela produção de metragem e de qualidade do produto, como era a remuneração feminina.

Subjetivamente, transpõe-se ao espaço público e de produção a ideologia que dominava a organização privada da família. As mu-

lheres, em relação de exploração, têm a subordinação patriarcal aproveitada e reproduzida no ambiente fabril:

*Estabelece-se então uma relação pedagógica, paternalista, de subordinação da mulher frente ao homem, exatamente como no interior do espaço doméstico. O pai, o marido, o líder devem ser obedecidos e respeitados pelas mulheres, incapazes de assumirem a direção de suas vidas individuais ou enquanto grupo social oprimido<sup>10</sup>.*

A obediência, a submissão ao controle, a relação compulsória e desigual entre os sexos são aspectos a serem mantidos e não superados pela nova fase econômica brasileira. Mais do que isso: ocorrem na roupagem industrial em escala, forjando um tipo de trabalhadora que, em última instância, produz um tipo de disciplinamento para o que deveria ser a mulher.

Este fato é mais elucidado quando se pensa que as operárias tecelãs eram majoritariamente jovens, solteiras, órfãs e desamparadas, sendo muitas oriundas de instituições religiosas ou orfanatos:

*A convivência com o mundo exterior era objeto de regulamentação própria. As moças viviam em regime de clausura. Ao saírem do Convento, ingressavam em outros espaços sociais fechados, onde suas vidas e seus comportamentos continuavam regulados e fiscaliza-*

*dos: na fábrica, pelo regulamento interno, pelos chefes, subchefes e pelo gerente; na escola, pelas normas disciplinares escolares e pela autoridade do professor; na igreja, pelo controle social exercido pelos fiéis, pelo padre e pelas autoridades presentes. Em outras circunstâncias, o contato com o mundo exterior seguia regras de mosteiros ou de outras casas religiosas<sup>11</sup>.*

O capital industrial não criou condições de ‘emancipação’ das mulheres operárias do espaço privado, não lhe deu um sentido de apropriação do espaço público produtivo. Antes, utilizou-se da conformação familiar patriarcal e da normatividade do comportamento social feminino para imprimir mais disciplina às operárias.

Ao contrário delas, os homens, absorvidos pela significativa demanda da indústria de construção pesada e civil – segmento quase integralmente ocupado por mão de obra masculina –, trabalhavam no espaço comum, livre, aberto, e, mais do que trabalharem sobre ele, realizavam esse espaço por meio do seu ofício, a mando de outros homens, donos das construtoras, empreiteiras e chefes políticos.

Sobre esses aspectos, portanto, é importante concluir que todas as transformações aceleradas e intensas de São Paulo guardam, de seus elementos fundamentais, o passado; o trabalho livre assalariado será referenciado na mão de obra escravizada em termos salariais e de vida

na cidade, o operariado feminino sentirá sobre si a pressão histórica do patriarcado nas relações de produção, e a tradicional propriedade da terra é trazida para a divisão do espaço urbano de São Paulo pelas elites agrárias, representando, desde então, novos processos de reprodução do capital pela renda da propriedade moderna, inaugurada pela Lei de 1850. Os arcaicos assentam seu lugar nas novidades.

Nos anos 20, as mulheres viram diminuída progressivamente sua participação na economia<sup>12</sup>. A Primeira Guerra Mundial responde pela intensificação da indústria e um vertiginoso e rápido aumento da população operária no País e, preponderantemente, em São Paulo. O percentual de mulheres em atividades industriais diminui relativamente pela ampliação de absorção de mão de obra masculina, homens europeus e homens vindos do interior do Estado ou de outros lugares do Brasil.

Os anos 30 caminharão ainda mais nessa tendência, com o aumento da desproporcionalidade entre a absorção de operários e operárias. Mesmo assim, as mulheres permanecem ativas economicamente, nunca deixando de trabalhar no âmbito doméstico, de modo assalariado ou não.

A cidade, cada vez mais populosa, igualmente vai sendo determinada espacialmente pelo número de famílias que formam um *exército industrial de reserva*, próprio da acumulação de capital concen-

trado na capital. Esse exército de trabalhadores informais e de operários ocupa paulatinamente os espaços vazios, não urbanos ou rurais da cidade, marcados pelo outro polo da relação de concentração da propriedade e da estrutura espacial construída como valor imobiliário.

*Parece correto afirmar que a existência de um vasto exército industrial de reserva, longe de ser uma “massa marginal”, entendida como um contingente com pouco ou nulo significado para o processo econômico, tem se constituído numa das principais alavancas de acumulação dos países de capitalismo tardio [...] pois permite dilapidar através da superexploração do trabalho e da espoliação urbana, boa parte da mão de obra engajada nas engrenagens produtivas na medida em que os segmentos desgastados podem ser substituídos pelos vastos reservatórios disponíveis<sup>13</sup>.*

Há um forte mito na história brasileira de que as mulheres saem pouco a pouco do mercado de trabalho para se dirigir essencialmente aos afazeres familiares e do lar. Mesmo que as mulheres brasileiras nunca tenham deixado de trabalhar, especialmente na década de 1930 uma campanha de padronização doméstica das mulheres ganha força. O governo de Getúlio Vargas adota uma política ainda mais ofensiva para a substituição da mão de obra feminina indus-

trial pela masculina, muito orientada pelo contexto em geral determinado pela crise econômica nos Estados Unidos.

Para efetivar essa política, propagandas e campanhas fomentam o discurso ideológico da “mãe e esposa do lar”, que ganha vigor na sociedade, realocando o papel da mulher no espaço privado e reprodutivo, enquanto o homem estivesse liberado para sustentar a família. Uma coleção significativa de revistas e jornais destaca o trabalho ideológico em torno da imagem da mãe, na cozinha, servindo aos filhos e ao marido.

Pouco tempo depois, na década de 1940, há um impressionante fluxo migratório da população nordestina para a cidade. Os homens trabalhavam principalmente na construção civil e as mulheres nos serviços domésticos, em condições de exploração e de opressão, diga-se de passagem, que sempre se pareceram mais às das escravas do século anterior do que das mulheres cordatas das propagandas de revista. Como comentado antes, são parte bastante importante da composição do exército industrial de reserva, mecanismo próprio do rebaixamento de salários por meio do qual se ampliava a reprodução do capital em São Paulo, produzindo informalização do trabalho e desemprego.

Mais adiante, nos anos 50, o pacto formado por Juscelino Kubitschek com o capital nacional e o capital estrangeiro ampliou setores industriais, imprimindo um ritmo

muito mais acelerado e produtivo para a indústria: os segmentos da automobilística, farmacêutica, química, entre outros, foram combinados com a indústria de construção pesada promovida pelo Estado, na produção de infraestrutura e itens básicos, como energia elétrica, portos, estradas e siderúrgicas.

A cidade reforça nesse período seu status de maior parque industrial da América Latina. As novas estradas do governo JK permitiram os grandes corredores industriais, com destaque, nos vetores da Anchieta e da Dutra, que ‘selaram’ o grande cinturão fabril da cidade.

Nessa época, São Paulo já ultrapassava 2 milhões de habitantes, e ao menos metade desses habitantes eram mineiros e nordestinos que, em consonância com a presença massiva de europeus e seus filhos aqui nascidos, conformavam características bastante peculiares nas vilas e bairros.

Mesmo que inovador, o novo ritmo de desenvolvimento não foi permitido que fosse acompanhado por um crescimento na qualidade da vida dos trabalhadores; pelo contrário, houve a manutenção do brutal e histórico cenário de desvalorização do trabalho. A renda familiar decresceu a cada ano<sup>14</sup> e as mulheres trabalhadoras e das camadas médias tiveram um novo fluxo de entrada no mercado de trabalho.

A proporção dos gastos elementares das famílias brasileiras se manteve quase intacta nesse período, sendo majoritários os custos de

habitação, alimentação e transporte. Isso significa que os trabalhadores não participaram da volumosa produção de riquezas daquele momento, permanecendo seu padrão de consumo restrito às despesas elementares de sobrevivência familiar.

Pouquíssimas famílias trabalhadoras tinham casa própria, e as condições de moradia eram mais precárias devido à falta de acesso à água potável e ao esgoto. Ainda nessa época eram tímidas as formulações de políticas habitacionais, muito embora já fosse instaurado um processo de valorização especulativa de terrenos que poderiam ser urbanizados e vendidos e houvesse um nítido aumento na média de preço dos aluguéis.

Por conta das adversidades impostas à classe, proliferaram-se o padrão das produções domésticas de lares, as produções individuais ou de mutirão não mercantis. A cidade sofreu drástica extensão do seu território, com a formação de novos bairros, vilas, loteamentos e ocupações, influenciada pelo crescimento populacional. Nos bairros antigos e mais centrais, os casarões do século anterior dão lugar a moradias coletivas, cortiços e pensões, enquanto se torna dominante esse modelo de autoconstrução em áreas mais distantes do centro.

Muitas mulheres trabalhadoras que habitam os bairros mais antigos, tradicionalmente operários, como o Bexiga e a Mooca, passam a atuar no mercado do comércio e de serviços. As mulheres que são

pouco a pouco “empurradas” para as regiões mais distantes da cidade assumem nessa produção do espaço o papel de consolidar as relações sociais de vizinhança, de organização comunitária nas igrejas, e se ocupam massivamente do trabalho informal, do comércio familiar que supre as necessidades derivadas da falta de equipamentos e estrutura nas regiões recém-ocupadas.

Passa a ser mais nítido nesse período que o desenvolvimento das forças produtivas, o “progresso industrial”, não se dá de maneira linear, muito embora desigual e combinada. Grandes fábricas e edificações nas áreas centrais, a grande expressão da acumulação da riqueza produzida na cidade, que só existiu graças à confecção em massa de bens imóveis para a própria subsistência nas periferias não urbanizadas.

Um complexo controle privado sobre a terra, vetores de valorização imobiliária, convivendo com a “economia natural” da produção doméstica de casas. São Paulo segue representando o grande “ente” de fabricação de vidas sobrevividas. A desigualdade espacial, como já dito, desde o início sentida pelos trabalhadores, tomará novas proporções, que se confluirão com as reivindicações e mobilizações dos trabalhadores nas fábricas.

Nos anos 70 e 80, o trabalho industrial de mulheres passa por mudanças quantitativas, pois há uma onda de crescimento no número de operárias, mas igualmente qua-

litativas, com a ampliação de segmentos fabris nos quais são distribuídas as trabalhadoras. No ano de 1976, as mulheres passam a ocupar 25% da mão de obra no setor de transformação, e 29% de todas as mulheres empregadas na indústria estão na metalurgia<sup>15</sup>.

Como se viu e se verá mais adiante, o trabalho feminino industrial é caracterizado principalmente pelos baixos e desiguais salários<sup>16</sup>, concentração em postos formalmente não qualificados ou semiquilificados<sup>17</sup>, monotonia e repetição de tarefas na linha de produção; por fim, controle da mão de obra diferenciado, com uma violência característica do estado social de subordinação das mulheres. Não apenas economicamente, mas politicamente havia um aprofundamento da relação de exploração entre o trabalho e o capital com as formas de controle sexistas utilizadas pelo patrão e seus funcionários contra as operárias.

## MULHERES DA OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO

### NA FÁBRICA

*A gente achava que a emancipação da mulher vinha junto com a luta dos trabalhadores, a emancipação da mulher na perspectiva da luta de classes, era assim que a gente se organizava nas fábricas [...] Nós enfrentamos muita dificuldade com os nossos companheiros porque era um ambien-*

*te muito masculino, as mulheres não participavam muito do movimento operário, só as loucas como nós, éramos a minoria, enfrentando as lideranças que estavam na nossa frente. Eles tinham muito mais experiência do que nós, mas, mesmo assim, a gente se posicionava, brigava pelo espaço e conseguimos... Estamos aqui.*

A mãe de Maria José, militante da OSM-SP, trabalhou desde muito jovem na indústria têxtil de Pernambuco, na Companhia de Tecidos Paulista. Como já dito, o setor tradicionalmente empregou menores de idade e mulheres. A cidade de Paulista sediou o polo têxtil que leva seu nome, notadamente monopolizada pelo controle da empresa. A relação de exploração se extrapolava para toda a organização da vida dos trabalhadores e das trabalhadoras lá empregados. José Sérgio Leite Lopes expõe:

*De fato, a CTP era um caso-limite de fábrica com vila operária, pela sua magnitude e concentração de atividades. O auge dessa companhia se dá entre a segunda metade dos anos 1930 até o início dos anos 50 (os anos da 2ª guerra mundial e seus desdobramentos imediatos no pós-guerra constituem-se no ponto culminante da indústria têxtil brasileira de algodão). No final dos anos 50 começa a pesar sobre a indústria têxtil de Pernambuco a concorrência com o polo dominante em São Paulo, com maior capa-*

*cidade de modernização. No período que se sucede ao golpe militar, a CTP, assim como outras indústrias tradicionais da região, procura investir em novas instalações, máquinas e organização da produção, tendo como contrapartida um enxugamento do quadro de pessoal, e, em particular, com a possibilidade de acuar os seus operários estáveis a saírem da fábrica. Essa renovação da produção conseguiu prolongar a vida da CTP, na sua parte fabril, por cerca de vinte anos; a partir de 1983 a empresa passará por fortes crises, com paradas e retomadas da produção, até fechar definitivamente as portas em meados dos anos 90<sup>18</sup>.*

A família de Maria José veio para São Paulo na década de 1940, como tantas outras famílias do Nordeste em busca de uma vida melhor, mas ela mesma veio em 1972 e aqui foi empregada na Philco. Ao contrário da tradição da mão de obra feminina na fabricação de tecidos, essa empresa representava uma tendência nova na contratação de operárias. Segundo ela,

*A Philco era uma empresa com mais ou menos 8 mil operários e a gente calcula que 80% eram mulheres [...] Acho que trabalhei cinco anos, mais de cinco anos, nas prensas [...] eu nunca fui prensista, tanto é que meu salário hoje, a minha aposentadoria, é miséria [...] Na carteira eu me aposentei como ajudante geral.*

Sofia Batista, militante da Oposição, foi metalúrgica de 1978 a 1984, da Comissão de Fábrica da Philco. Conta:

*Na Philco mesmo aconteceu da moça se suicidar dentro da própria fábrica, se jogou lá do andar pra baixo. Porque as condições de vida, a velocidade da linha é inacreditável, só quem trabalha mesmo pra ver.*

As habilidades e destrezas que empregaram um número maior de mulheres nos anos 70 e 80 nos setores plástico, eletrônico e farmacêutico, sob a veste de serem capacidades não qualificadas ou semiqualficadas de trabalho e, ao mesmo tempo, serem tarefas mais condizentes com as determinações biológicas (na verdade sociais) das mulheres, colocavam ritmos de trabalho intensos e superexploratórios, geradores de doenças físicas e mentais nas trabalhadoras. Diferentemente da aparente capacidade específica das mulheres para tais funções, a verdadeira razão para essa absorção é a decomposição das tarefas da linha de produção na indústria.

Um reforço ainda dessa tese é a própria condição de não equiparação salarial para mulheres que realizavam, na prática produtiva, o mesmo trabalho que os homens. O “trabalho igual para salário igual”, bandeira histórica do operariado feminino, resume a cortina de fumaça sentida no dia a dia da fábrica.

ca, da imposição do exercício da produção igual e o reconhecimento formal de trabalho, sempre distinto, inferior e combinado.

Ao observar a discrepância salarial permanente entre homens e mulheres, é possível enxergar que não é efetivamente o trabalho e a produtividade que estão em questão na hora de medir o preço do assalariamento, senão as camadas que classificam formalmente o grau de qualificação dos tipos de trabalhos, que normalmente estão em falta de correspondência com o cotidiano de fato da fábrica.

A atração de mão de obra feminina industrial nesse período é, portanto, uma estratégia de rebaixamento dos salários, no mesmo período em que o País cresce a altas taxas anuais. Isto significa que a precarização e desvalorização do trabalho feminino como política sempre se combinaram com a reprodução da acumulação capitalista.

A deterioração da remuneração e das condições de vida da classe se acentuou justamente quando a economia cresceu a uma taxa de até 10% ao ano, durante o que foi denominado “Milagre Brasileiro”, durante o regime empresarial-militar que, por sua vez, garantia a partir dos aparatos repressivos os aumentos das taxas de exploração e de despossessão dos trabalhadores.

Portanto, tal situação recai mais sobre as mulheres operárias que, se essencialmente sempre foram responsáveis pelo sustento do lar, na aparência eram trabalhadoras “su-

plementares” na família e por isso ideologicamente “valiam menos”.

Para além dos altos índices de exploração e baixos salários, os empresários se isentavam dos custos de reprodução familiar. Carmem, outra lutadora da OSM-SP, veio junto com a família de Minas Gerais no pau de arara. Viveu e trabalhou no interior e com 17 anos se mudou para São Paulo, quando morou na Cidade Ademar. Na cidade trabalhou sem registro em pequenas fábricas e na indústria de cosméticos Monange. Quando se casou, foi demitida da fábrica, pois a empresa não aceitava mulheres casadas (quando será que os homens foram proibidos de trabalhar por seu estado civil?).

Em fins de 1978 começa a trabalhar como metalúrgica. Sobre as condições das operárias, afirma que

*A mulherada tinha um problema muito sério que as pessoas não percebiam. Apesar de ser uma fábrica só basicamente de mulheres e a lei dizia que precisava ter creche ou convênio, ela não tinha isso [...] então era uma das coisas que mais se lutava.*

As creches são muito elucidativas de como as condições da fábrica e da cidade são similares no que diz respeito ao imperativo do lucro. Essa reivindicação se aproxima das demandas de instalação de postos de saúde, hospitais, escolas, parques, ao mesmo tempo que expres-

sa como se omitem os patrões na hora de prover garantias mínimas de reprodução dos trabalhadores e, principalmente, das trabalhadoras. Célia Rossi, outra lutadora importante do movimento popular da Zona Leste, da Juventude Operária Católica – JOC e da OSM-SP expressa o mesmo problema:

*Depois disso, [...] o Waldemar trabalhando na fábrica, eu tive que pedir a conta do meu serviço, eu já tinha o Paulinho pequeno [primeiro filho de Célia e Waldemar Rossi], não tinha creche, não tinha onde deixar e eu não tinha ninguém para deixar. Lá todos os casais tinham bebê, eram casais novos, né. E estava começando mesmo o bairro e ali a gente começou as primeiras lutas da gente no bairro.*

As creches, embora instrumentos importantes para a família, foi uma bandeira levantada justamente por elas, pois a sociedade já as obriga ao trabalho de cuidar dos filhos. O movimento feminista e o movimento de luta por creches, por essa justaposição de demanda que transborda da fábrica para a cidade, ganhavam cada vez mais importância:

*Somos trabalhadoras um pouco diferentes [...] somos diferentes, em primeiro lugar, porque não nos reconhecem como trabalhadoras quando trabalhamos em casa 24 horas por dia para criar condi-*

*ções para todos descansarem e trabalharem. Não reconhecem, mas nosso trabalho dá mais lucro que vai direto para o bolso do patrão. Somos diferentes porque, quando trabalhamos também fora, acumulamos os dois serviços – em casa e na fábrica. E sempre nos pagam menos pelo trabalho que fazemos. Trabalhamos mais e ganhamos menos [...] A mulher é que mais sente o problema. Isto todo mundo vê. Se bem que os filhos, como não são só filhos da mãe, interessam a toda a sociedade. A sociedade é que deve criar condições para que esses trabalhadores de amanhã possam se desenvolver em boas condições de saúde e de formação [...] Creches são nosso direito<sup>19</sup>.*

As fábricas que concentraram nessa época um contingente muito grande de mão de obra feminina eram parte de uma experiência de organização que surgia entre as mulheres. Ainda sobre a Philco, Maria José comenta

*A gente fazia piquenique, a gente fazia as partilhas na hora da comida, que era por turno [...] nas greves de 78 fui mandada embora [...] Elas não se organizavam nos sindicatos, mas dentro da empresa era muita solidariedade e muita garra também.*

As militantes da OSM-SP que trabalhavam na Philco protagonizaram a mobilização que levou

à greve na empresa, em 1978. De acordo com Maria José, os chefes diziam que era mais fácil contratar mulheres pela questão da obediência. A força da rebeldia feminina, portanto, era o “elemento surpresa” do momento.

Alheias às reuniões políticas, mesas de negociação e palanques de assembleias, as mulheres operárias se articulavam em piqueniques, almoços, compartilhamento das marmitas, elaboração dos boletins de fábrica, conversas no transporte da empresa que as levava de volta para seus bairros de moradia sempre num certo horário, normatizando seu tempo e sua participação em espaços que não eram o trabalho ou a casa. Esse tipo de sociabilidade, embora não alcançasse o status da “grande política” da época, era uma experiência histórica única de organização popular, construção de confiança e fraternidade.

Ana Dias, militante da Oposição, pioneira do Movimento Custo de Vida e companheira de Santo Dias, narra

*Nas primeiras greves, o que acontecia? Saía nós pra rua, pedindo mantimento pra fazer comida nas portas das casas ou no bairro do Socorro, pra mandar comida pro pessoal grevista. As mães vinham com sacolinhas que nem esmola pra trazer pra nós. Tinha uma senhorinha, a dona Hipólita, de Minas, velhinha, ela já era velha naquela época. Ela ia nas portas e*

*quando chegava nas portas: ‘Ah! Dona, mas eu tô só com um pouquinho, mas eu vou dividir porque se a greve continuar meu marido também vai ganhar’. Cê tá entendendo? Então a ligação que ela fazia: se meu marido não tem comida e volta pra trabalhar nós vamos perder, agora se meu marido continuar parado a negociação vai acontecer.*

Isa Salles, militante histórica do movimento de saúde da Zona Leste, complementa

*As pessoas do movimento popular davam apoio às greves, às eleições dos sindicatos, né. Às vezes até a gente participava, fazia um fundo para a greve. [...] Doação de alimentos para aquelas famílias que estavam com dificuldade, apoio pessoal. As pessoas iam naquelas famílias que estavam com mais dificuldades. Além de ter algumas que participavam ainda, como eu, da distribuição de panfletos nas fábricas, das grandes assembleias lá na rua do Carmo.*

Portanto, além do trabalho de resistência dentro das fábricas, as mulheres foram responsáveis pela garantia da sobrevivência dos militantes que construíam a greve, fazendo delas participantes fundamentais do processo. As operárias da OSM-SP, embora se entusiasmassem ao se lembrar de como conseguiam desviar do monitoramento da fábrica para se reunirem e conspira-

rem com as trabalhadoras, relatam as dificuldades da vida quando o assunto era a composição da direção política do movimento. Carmen descreve

*Na Oposição Sindical Metalúrgica lá da zona sul a gente tá discutindo quem é que nós vamos levar pra coordenação e tem os companheiros e aí eu penso assim: eu até gostaria, mas estou o dia inteiro na fábrica e tem a louça, a casa, a roupa, o filho, se eu for lá pro centro a que horas eu vou chegar em casa? [...] Aí você fala: pô, é muito mais cômodo ir um desses que não têm essa responsabilidade toda e vai poder se dedicar mais pra essa atividade do que eu.*

A imposição da múltipla jornada de trabalho, que subtraía o tempo que as mulheres poderiam se dedicar à coordenação do movimento, não era a única circunstância que explicava a obstrução machista do seu lugar na política. A própria taxação dos trabalhos semiqualeificados ou não qualificados dentro da fábrica e o distanciamento dos cursos de educação profissional as tornavam profissionais com status político correspondente aos seus cargos. Sofia comenta:

*Tem um aspecto também importante referente às mulheres e o movimento operário e popular que é a formação profissional das mulheres. Porque a gente era assim, 100% ajudante geral [...] Você*

*não tinha muita voz [...] Politicamente o seu papel é pequeno. A sua autoridade política é muito relativa.*

Mesmo assim, na época houve uma progressão significativa da sindicalização feminina, seja porque sua entrada na indústria cria um novo impacto, seja pela identidade com o movimento de mulheres nos bairros populares e com o próprio movimento feminista, que apoiava junto a elas sua luta por creches.

Em 1979, foi organizado o Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo. As mulheres da Oposição se preparam para participar, levando exigências como salários iguais para trabalhos iguais, criação de creches que dessem conta de toda a demanda existente, além da questão da frequência ao banheiro, altamente controlada, para manter o ritmo na linha de produção. A fábrica, como a cidade, não é e nunca foi adaptada para a participação feminina.

Sofia comenta que foi graças à OSM-SP que as mulheres, até então contratadas majoritariamente como ajudantes gerais, passaram a estudar e a ascender profissional e politicamente, pois a Oposição começou a usar dos convênios com o Senai e depois com as oficinas sediadas nas Associações de Trabalhadores.

Em 1985, durante a última Campanha Salarial Unificada desde os anos 50 na cidade, foram mar-

cantes para o movimento operário as mulheres que iniciaram a organização e a resistência nos locais de trabalho. Segundo Carmem, que trabalhou lá durante quatro anos, a paralisação da Sharp foi adiantada em um dia para as trabalhadoras ajudarem os companheiros com piquetes, marcados para o dia seguinte, em outras fábricas. Esse comportamento, além de demonstrativo da solidariedade, é típico da sociabilidade entre as mulheres e da vida nos bairros.

## LUTAS NA CIDADE

*O barraco é assim: de tábuas, coberto de lata, papelão e tábuas também. Tem dois cômodos, "não muito cômodos". Um é sala-quarto-cozinha, nove metros quadrados, se muito fôr [sic], e um quartinho, bem menor, com lugar para uma cama justinho, lá dentro... Tem muitas coisas dentro dele, que a luz da janelinha deixa a gente ver: um barbante esticado, quase arrebentando de trapos pendurados, mesinha quadrada, tábua de pinho; fogareiro de lata, lata de água, lata de fazer café e lata de cozinhar; tem também guarda-comida, escuro de fumaça e cheio de livros velhos e mais duas camas, uma na sala-quarto-cozinha e outra no quarto assim chamado... Isto é o barraco dentro. O barraco fora é como todos os barracos de todas as favelas. Feio como dentro<sup>20</sup>.*

Dissemos que a cidade não é palco, mas ator das relações sociais e das relações sociais de produção. Pois bem. Não há como dizer que o operariado que se conformou em São Paulo não determinou o espaço da cidade, e por esse espaço foi determinado. Dizemos que os trabalhadores na capital paulista não apenas foram desenhados pelo processo de industrialização e de urbanização, como igualmente o desenharam a partir de seu próprio trabalho de construção e, mais do que isso, a partir das lutas por uma vida mais digna.

Todos os elementos básicos de sobrevivência coletiva urbana foram conquistados por esse processo protagonizado pela classe trabalhadora: linhas de transporte público, saneamento básico, canalização dos córregos, rede de esgoto, moradia, pavimento das ruas, iluminação pública, construção de escolas, creches, hospitais, postos de saúde, não há alguma dessas referências que não tenha sido objeto de produção construtiva por um lado e luta para pressionar o Estado a realizá-las por outro.

Sofia, ao se referir em depoimento sobre o problema do transporte coletivo na região da Zona Leste da cidade, narra um episódio ocorrido depois de um acidente por falta de sinalização na estação:

*O trem pegou um ônibus e aí junto com o Dom Angélico, que era uma liderança muito forte na região, chamou a população e a gen-*

*te foi pra linha do trem, sentar na linha do trem pra mudar aquela situação [...] Então são atitudes, são ações da população que vão transformando a cidade. Foi em cima de pressão que foi conseguido a iluminação, sob pressão, quando aquela comunidade se organiza é que consegue transformar a água, a luz, o asfalto. Foi muito dura essa conquista, não foi nada fácil de chegar na periferia esses benefícios, foi com muita luta e sacrifício.*

Há que se lembrar que o processo permanente de expansão da cidade por meio da periferação de grandes contingentes populacionais de trabalhadores atinge mais aguçadamente as mulheres negras e pobres, que são com mais frequência atingidas pelo “empurrão” de especulação e valorização imobiliária que a cidade vai assumindo.

*Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginal. Não mais se vê os corvos voando às margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos<sup>21</sup>.*

O cotidiano das mulheres proletárias impõe que tenham posturas criativas diante das mazelas da sobrevivência na cidade: tornam-se obrigadas a distribuir os filhos entre familiares e vizinhas, aumen-

tando as jornadas de trabalho fazendo “bicos” e “encomendas” que garantam o pagamento do aluguel e a subsistência dos filhos; são as mais atingidas pelos despejos (situações em que precisa garantir a não perda de poucos bens, a realocação para seus filhos); são responsabilizadas pela alimentação, medicação e vestimenta dos entes familiares e, por isso, são mais afetadas pela má qualidade e o alto preço dos transportes coletivos, que inviabilizam qualquer facilidade nos trânsitos necessários pela cidade. O protagonismo feminino nas lutas populares da cidade está equacionado com necessidades profundas da classe.

*Quando vejo meus filhos comendo arroz e feijão, o alimento que não está ao alcance do favelado, fico sorrindo atôa. Como se eu estivesse assistindo um espetáculo deslumbrante. Lavei as roupas e o barracão. Agora vou ler e escrever. Vejo os jovens jogando bola. E eles correm pelo campo demonstrando energia. Penso: se eles tomassem leite puro e comessem carne [...]”<sup>22</sup>*

Não data da ascensão da mão de obra feminina nas indústrias na década de 1970, período marcado pelos movimentos contra o custo de vida, a organização de lutas populares pelas mulheres trabalhadoras, sentindo profundamente a degradação da vida nas favelas, cortiços, ocupações e bairros periféricos.

Já nos anos 40, por exemplo, a intensa migração nordestina para

São Paulo fez duplicar a população entre 1937 e 1947. O aumento populacional, a produção de riquezas e as transformações espaciais determinam novos ‘padrões de vida’ do povo em quesitos básicos, como moradia, transporte, o próprio trabalho e até mesmo as conformações familiares.

O “empurrão” da população pobre para lugares mais distantes do centro da cidade criou a necessidade de outra qualidade sobre o transporte coletivo. São tendências de agravamento como essa que levaram à revolta popular quando da criação da Companhia Municipal de Transporte Coletivo – CMTCC, em 1947, que fez aumentar drasticamente de preço as tarifas dos bondes. Inaugurou-se aí um tipo de rebelião popular conhecida como “quebra-quebra”. Mas é ainda nos anos 50 que se tem notícia de uma proliferação de sociedades amigas de bairros e vilas, as SABs, as quais constroem a base de sustentação de articulações políticas mais amplas anos depois pela reforma urbana.

*Os bairros estavam se formando. Você comprava um pequeno lote a um custo popular, né. Muitas vezes era um lote que não tinha nem como legalizar depois. [...] E as pessoas iam fazendo aquela casinha em sistema de mutirão e depois, com o tempo, aquilo ia aumentando. Então, era muito estranha a formação das periferias [...] Os lotes eram pequenos, mas*

*tinham até uma, duas casas, uma em cima da outra, ou do lado. Então aquilo ficava muito espremido e muito feio. Eram casas muito mal construídas. No geral não tinha telhado, era laje, então eram casas muito mal acabadas, muito feias. Todo mundo se acomodava assim [...] A pessoa chegava de Minas, chegava do Nordeste, [...], chegava do Paraná, né. Acho que era o foco mais forte de pessoas que a gente encontrava. Depois, mais pra frente, a gente começou a encontrar também os japoneses que, muitas vezes, iam pras periferias. Eles tinham condições de vida melhor, trabalhavam nas feiras. Portugueses também, mas eram principalmente nordestinos, mineiros e pessoas do Paraná e do interior de São Paulo.*

As lutas populares dos bairros e da cidade são termômetro das dimensões de exploração da classe trabalhadora em São Paulo. O sentido de um rebaixamento ainda maior do trabalho, que não se atrela diretamente à questão salarial, mas à questão do “espaço injusto”, do espaço que impõe um nível de reprodução da vida cotidiana do povo, precário e revoltante.

Esse espaço injusto de que se fala é aquele responsável pela diversificação das reivindicações históricas dos movimentos populares. Quando mulheres se organizam para pressionar o Estado pela construção de um hospital ou de um posto de saúde não fazem simples-

mente porque estes equipamentos são escassos ou inexistentes na região onde moram, mas o fazem principalmente na medida em que familiares, conhecidos, crianças e idosos são afetados pelas más condições de higiene e salubridade nos locais onde habitam.

A demanda da saúde já expressa que lutar para ser saudável, lutar para ser tratado quando há doenças epidêmicas, guarda uma relação de sentido com a localização na cidade e seu fundo de classe. Diante disso, o movimento popular apresenta como características uma fluidez e um trânsito maiores entre diversas reivindicações justamente porque, ao fim, lutar pela saúde se liga a lutar por um sistema de esgoto, cuja falta faz ocorrer a proliferação de doenças, por exemplo.

Outra ilustração é a demanda imposta pelos baixos salários, inversamente proporcional às necessidades criadas pelo custo de vida, e daí a emergência de organizações populares de mulheres, como clubes de mães da periferia, grupos de mulheres da igreja e afins, que combinam as reivindicações econômicas mais diretas da relação de exploração do trabalho com a alimentação da família e dos filhos.

*...com o avanço do processo de acumulação, o Estado perde sua ambiguidade: converte-se em pressuposto da realização do grande capital, fornecendo insumos*

*básicos e tornando-se ele próprio um agente produtor, o que levou à crescente exclusão das massas trabalhadoras, agora também no que se refere aos serviços de consumo coletivo [...] os gastos do Estado com 'capital social', que são aqueles diretamente acoplados às necessidades de reprodução do capital, passaram de 54%, entre 1950-54 para 83% nos dois primeiros anos do governo Geisel, enquanto os recursos destinados às despesas em "bem-estar social", entre aquele período e os anos de 1970-73, decresciam de 7% para 2%. Um Estado, enfim, estruturalmente a serviço do capital [...] o processo de espoliação urbana, entendido enquanto uma forma de extorquir as camadas populares do acesso aos serviços de consumo coletivo, assume seu pleno sentido: extorsão significa impedir ou tirar de alguém algo a que, por alguma razão de caráter social, tem direito. Assim como a cidadania supõe o exercício de direitos tanto econômicos como políticos e civis, cada vez mais parece ser possível falar num conjunto de prerrogativas que dizem respeito aos benefícios propriamente urbanos<sup>23</sup>.*

Diante dessa retomada, impossível não contemplar aqui o Movimento Custo de Vida, protagonizado pelas mulheres moradoras da periferia de São Paulo, que se relacionavam com o movimento sindical e com as pastorais da Igreja. Essa experiência foi fundamen-

tal para atrair para a luta os trabalhadores e trabalhadoras que não se inseriam nas lutas dentro das fábricas ou nas movimentações políticas contra o regime. Ana Dias, precursora do histórico movimento, relata:

*Olha, no início a gente não tinha a ideia da expansão e da importância daquele ato, a gente não imaginava, mas como a coisa foi de interesse de muitos brasileiros e teve pessoas que estavam presas, no caso frei Beto, um fato que ele contou pra nós que quando ele saiu da prisão e outros saíram da prisão achavam que a organização aqui fora estava muito distante porque essa organização nossa era uma organização popular, não era uma organização da elite, dos estudantes, mas era do povoão, da massa, do grande envolvimento dos trabalhadores. Trabalhadores de fábrica, dona de casa, então eram pessoas do povo e era um movimento novo, um movimento interessado a muitos e também caçado por muita gente. Era um movimento que a gente via que era um movimento novo, movimento perigoso, movimento que ia mexer com a ditadura, um movimento que não ia ficar só na massa, mas que ia até Brasília, que foi até Brasília né? Então foi um movimento que nasceu da massa, que cresceu, fermentou e estourou e apareceu a medida não só daqui da nossa igreja, mas na medida de toda a grande São*

*Paulo, dos grandes estados e também de chegar até os políticos.*

O espraiamento da organização dos trabalhadores para fora das fábricas, nos territórios onde moravam e que já eram cotidianamente organizados pelas mulheres, resultou na criação de uma série de Associações de Trabalhadores. Sueli, militante da OSM-SP que organizava a Associação dos Trabalhadores da Região do Ipiranga, afirma que as associações eram “uma junção do movimento popular com o movimento sindical”. Trabalhou com educação e alfabetização na União dos Moradores do Parque Bristol e afirma que começou a “discutir Paulo Freire por causa da bandeira da democracia nas fábricas”. Sueli, sobre as mulheres, considera

*Na construção, quando você pensa na sociedade que você quer construir dentro do movimento sindical e dentro de uma oposição sindical, você tem que isso é posto como, não à parte pra discutir a questão da mulher, mas como algo dentro.*

## CONCLUSÃO

Como conclusão do raciocínio, nada melhor do que apelar à própria história das mulheres que trabalharam na indústria e na construção das principais lutas sociais do período ditatorial, cuja contribuição ressoa até hoje nos conflitos e enfrentamentos.

As mulheres militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo são aqui destacadas por personificarem, a partir de suas trajetórias, a transição entre as lutas contra a exploração – lutas contra o patrão, as jornadas, o salário –, as lutas contra a espoliação – lutas por equipamentos públicos, regularização fundiária, infraestrutura da cidade –, além da luta política mais geral pela democratização no País, que representam a totalidade das mazelas sofridas pela classe trabalhadora daquele momento e persistem até os nossos dias.

As grandes greves de 1978 e 1979 tiveram como elemento constitutivo fundamental de organização do movimento sindical a experiência de articulação entre moradores de bairros e vilas no movimento do custo de vida e o movimento contra a carestia.

As mulheres do movimento de oposição metalúrgica selam os dois processos, não de maneira a “resultar” a somatória de reivindicações estritas ligadas ao salário e as reivindicações particulares por equipamentos e infraestrutura urbana; eram os sujeitos de um processo amplamente popular contra as condições de trabalho, da vida e, sobretudo, contra o regime empresarial-militar, seja na projeção de uma sociedade democrática, seja na luta por outro modelo societário.

De qualquer maneira, a importância histórica dessas mulheres reside no fato de que expressam a

trajetória comum de milhares de outras na formação de um contingente de mão de obra vindo do campo, do interior do Estado, de Minas Gerais, do Nordeste, para São Paulo. Milhares e milhares de mães que vieram de pau de arara para a cidade carregando filhos e pertences, operárias que se aposentaram com salários baixíssimos, apesar de cumprir a mesma função na fábrica que os homens, moças que aprenderam a não andar sozinhas nas ruas mal iluminadas, as vizinhas e filhas que cuidavam dos bebês de outras por não existirem creches, mães que perderam filhos assassinados pela polícia em becos e vielas.

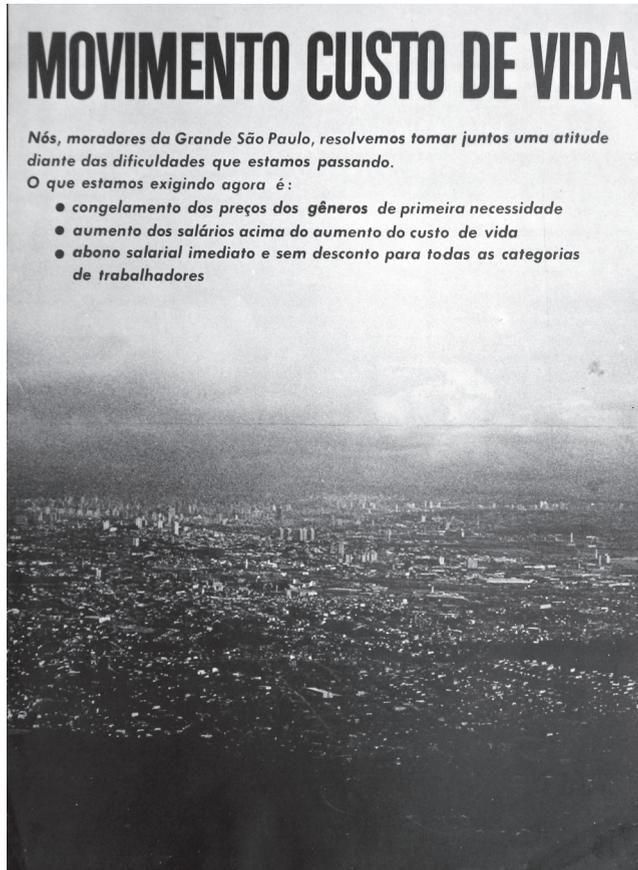
A vida das trabalhadoras, das periféricas, das negras e brancas pobres, enseja a luta como saída para a sobrevivência. O acúmulo de organização do trabalho de reprodução do capital, que recai especialmente sobre as mulheres, quando *subvertido* para a organização da luta, revela horizontes para uma vida coletiva mais digna, não ditada pela lógica da acumulação. A luta, na fábrica e no bairro, encontrava-se em um lugar comum de ação *antissistêmica*.

*[...] eu odeio proteção, nunca precisei. Sempre me virei, sempre enfrentei. Aliás, na época da prisão do Waldemar o pessoal dizia assim: - “Nossa, eu tô surpresa, como você consegue”? Eu dizia assim: - “Pois é! É que vocês não me conheciam”.* ■

## NOTAS

1. “De acordo com o censo de 1872, por exemplo, possuía 31.400 habitantes, quase nove vezes menos que o Rio de Janeiro, o centro mais habitado do País à época”. POCHMANN, Marcio. *A Metrópole do Trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 27.
2. “Na escravidão, o trabalho era identificado como atividade a ser exercida compulsoriamente por miseráveis e por uma raça inferior. Disso resultava a desvalorização do trabalho no período escravista, sendo considerada uma conquista a possibilidade de exercício do trabalho livre, ao contrário da experiência de países que não possuem a herança escravista”. *Ibidem*, p. 39.
3. MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo (de comunidade à metrópole)*. Difusão Europeia do Livro: São Paulo, 1970. p. 193.
4. Hadfield, *Brazil and the River Plate, in 1870-76, op. cit., pp. 169-70*. apud. MORSE, 1970.
5. PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. *A modernização de São Paulo no final do século XIX: da demolição da cidade de taipa à sua reconstrução com tijolos*, 1994. Acessível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/articulo/download/352/328>.
6. AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 30. ed. São Paulo: Ática, 1997. p. 07.
7. ACTAS DA CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. São Paulo: Archivo Municipal de S.Paulo; Departamento de Cultura, 1914-1951.72v. (período consultado: 1873-1909). apud. Casas e vilas operárias paulistas. Informativo do Arquivo Histórico Municipal. Acessível em: <http://www.arquiarios.org.br/info/info19/i-estudos.htm>.
8. Recenseamentos Gerais do Brasil no século XIX – 1872 e 1890. apud. SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 256.
9. *Ibidem*.
10. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890 – 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 67-68.
11. GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, convento e disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991. p. 179.
12. “Em 1920, ficaria reduzida a 15,3% a participação da mulher na força de trabalho economicamente ativa da nação [...] nas atividades secundárias, a força de trabalho feminina perdeu a hegemonia, caindo para 27,9% do total empregado neste” (SAFFIOTI, 2013, p. 337).
13. Autoconstrução de moradias e espoliação urbana. In: ARNS, Dom Paulo Evaristo (org.). *São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza*. São Paulo: Ed. Loyola, 1975.
14. “Entre 1958 e 1969, por exemplo, a renda per capita das famílias de trabalhadores paulistas foi reduzida em 9,4%. Nesse mesmo período a renda por habitante havia crescido 50,7% no País”. POCHMANN, 2001, p. 84.
15. SOUZALOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 28.
16. Segundo dados do RAIS para 1973, o salário médio feminino é igual ou inferior a 60% do salário masculino, em todos os ramos industriais.
17. Uma pesquisa do Senai entre 1976 e 1980, em todos os estabelecimentos industriais do município de São Paulo, demonstra que, naqueles que empregam mais de 50 pessoas, 70% das operárias estão concentradas na produção, principalmente nas indústrias de vestuário, plásticos e material elétrico, e que, entre elas, 93,2% ocupam cargos não qualificados ou semiquilificados (essa porcentagem passa a 99,2% se for considerado apenas o setor metalúrgico, pois as raras operárias qualificadas encontram-se no têxtil e no vestuário).
18. LEITE LOPES, José Sergio. *Uma memória social operária forte diante de possibilidades difíceis de patrimonialização industrial*. Acesso: [http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/livro%20cultura%20material%20e%20patrim%20C3%B4nio%20de%20C&T/15%20UMA%20MEM%20C3%93RIA%20SOCIAL%20OPER%20C3%81RIA%20FORTE%20DIANTE%20DE%20POSSIBILIDADES%20DIF%20C3%8DCEIS\\_Jose%20Sergio%20Leite%20Lopes.pdf](http://www.mast.br/projetovalorizacao/textos/livro%20cultura%20material%20e%20patrim%20C3%B4nio%20de%20C&T/15%20UMA%20MEM%20C3%93RIA%20SOCIAL%20OPER%20C3%81RIA%20FORTE%20DIANTE%20DE%20POSSIBILIDADES%20DIF%20C3%8DCEIS_Jose%20Sergio%20Leite%20Lopes.pdf).
19. Manifesto do Movimento de Luta por Creches, 1979.
20. JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo*. São Paulo: Francisco Alves, 1960. s/p.
21. *Ibidem*, p. 45.
22. *Ibidem*, p. 40.
23. KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979. p. 68.

## MULHERES, PRESENTES!



APESP

A ideologia sobre o comportamento das mulheres reforçou a imagem das trabalhadoras como donas de casa, cujo trabalho, por ser doméstico, é menos valoroso e mais leve do que os trabalhos assalariados. Assim são vistas mesmo quando muitas eram operárias. Por serem a junção entre o trabalho de reprodução coletiva e o trabalho produtivo mais desvalorizado no cenário nacional, protagonizaram a explosão de movimentos populares entre os anos 70 e 80. Serão organizações de reivindicação por transporte, saúde, escolas, moradia. Dois grandes movimentos dirigidos pelas mulheres tiveram abrangência em toda a cidade: o Movimento de Saúde e o Movimento Custo de Vida, que denunciavam e pressionavam o Estado pelas cada vez piores condições de vida dos moradores das periferias da metrópole. Os movimentos populares sustentados pelas organizações de mulheres trabalhadoras incendiaram e foram incendiados pela luta conjunta das reivindicações operárias e contra o regime ditatorial.



ACERVO INFORMAR-IIIEP



ACERVO INFORMAR-IIIEP

QUANDO OS TRABALHADORES SE TORNAM CLASSE  
A CONSTRUÇÃO DA RIQUEZA NA CIDADE DE SÃO PAULO CIDADES



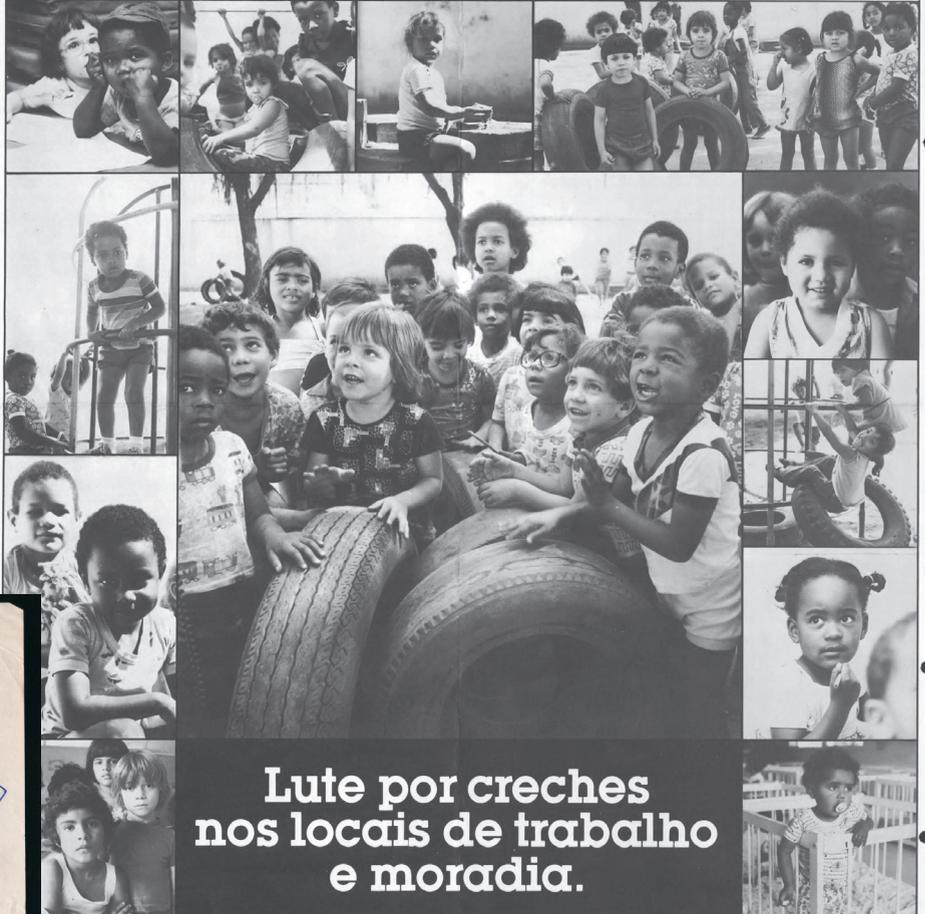
RICARDO ALVES - ACERVO OBORÉ



ACERVO INFORMAR-IIEP

Os direitos das operárias e a sua participação política no movimento sindical andaram juntos no processo de organização das trabalhadoras. As ideias do feminismo avançavam e se ampliavam naquele momento nos meios de esquerda, fortalecendo ainda mais a politização dessas organizações. Quando o movimento de mulheres trabalhadoras passou a sair nas ruas na década de 70 com a bandeira de luta por creches, ficou nítido o quanto sempre se encontram as demandas da condição de operária e de mãe e moradora nos bairros. Mesmo com todos os obstáculos a mais para participar da vida política, houve intenso esforço para garantir a sua ampliação.

# Creche não é caridade. É um direito que seu filho tem.



Lute por creches  
nos locais de trabalho  
e moradia.

em 7 de outubro, às 15 horas, todos ao largo São Bento.

ACERVO CPV-IIEP

ACERVO CPV-IIEP

1. Ter. Met. - S. Paulo (SP) - Camp. sala 101/102

Centro de Pesquisas Regionais  
Nº 277/102  
BIBLIOTECA

**CAMPANHA SALARIAL METALÚRGICA 1979**

**Companheira,**  
*a luta também é nossa!*

É pela sede de justiça  
que enfrentamos essa luta  
(e unidos sabremos)  
e haveremos de provar  
o valor da metalúrgica

**A participação da  
mulher operária  
vai ser decisiva  
para a VITÓRIA**

Participe integrando-se  
nos comandos regionais na luta por:

**83% DE AUMENTO  
E 7.200,00 DE PISO**

**OPOSIÇÃO  
METALÚRGICA**

Já existem muitas  
companheiras participando  
da vida sindical.  
Seja mais uma!

**SINDICALIZE-SE E LUTE COM A OPOSIÇÃO!**

# A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES EM SÃO PAULO: A LUTA PELO EXERCÍCIO DE UM DIREITO (1940-2000)

CARMEN MORAES

*NÃO FECHER A MINHA ESCOLA. OS ESTUDANTES SECUNDARISTAS PROTAGONIZAM A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA AMEAÇADA PELAS REFORMAS DECRETADAS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. OCUPAM AS ESCOLAS E TOMAM AS RUAS, GANHANDO APOIO DA MAIORIA DA POPULAÇÃO, OBRIGANDO O GOVERNO DO ESTADO A RECUAR.*  
FOTO: FERNANDO BIGI - COLETIVO BAOBÁ



## Duas classes, duas escolas\*

*Em toda sociedade civilizada existem necessariamente duas classes de pessoas: a que tira sua subsistência da força de seus braços e a que vive da renda de suas propriedades, ou do produto de funções onde o trabalho de espírito prepondera sobre o trabalho manual. A primeira é a classe operária; a segunda é aquela que eu chamaria a classe erudita.*

*Os homens de classe operária têm desde cedo necessidade do trabalho de seus filhos. Estas crianças precisam adquirir desde cedo conhecimento e sobretudo o hábito e a tradição do trabalho penoso a que se destinam. Não podem, portanto, perder tempo nas escolas.*

*(...) Os filhos da classe erudita, ao contrário, podem dedicar-se a estudar durante muito tempo; têm muita coisa a aprender para alcançar o que se espera deles no futuro.*

*Esses são fatos que não dependem de qualquer vontade humana; decorrem necessariamente da própria natureza dos homens e da sociedade: ninguém está em condições de poder mudá-los, portanto, trata-se de dados invariáveis dos quais devemos partir.*

*Concluamos, então, que em todo Estado bem administrado e no qual se dá a devida atenção à educação dos cidadãos, deve haver dois sistemas completos de instrução que não têm nada em comum entre si.*

### Destutt de Tracy (1802)

\* Prost, Antoine. "L'enseignement en France de 1800 à 1967". Paris: Armand Colin, 1968, in Cuidado, Escola! Desigualdade, domesticação e algumas saídas. Claudius Ceccon; Miguel Darcy de Oliveira; Rosiska Darcy de Oliveira. Apresentação Paulo Freire - Ed. Brasiliense. São Paulo, 1986.

### Carmen Sylvia Vidigal

**Moraes** é professora livre-docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP. É coordenadora do Centro de Memória da Educação daquela instituição. Estuda as relações entre trabalho e educação, desenvolvendo pesquisas sobre políticas públicas, educação profissional, educação de jovens e adultos, educação popular. Entre os trabalhos publicados, coordenou a organização do livro *Educação de Trabalhadores por Trabalhadores: educação de jovens e adultos e formação profissional*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2014.

*O direito à educação faz-se um direito de todos, porque a educação já não é um processo de especialização de alguns para certas funções na sociedade, mas a formação de cada um e de todos para a sua contribuição à sociedade integrada e nacional, que se está constituindo com a modificação do tipo de trabalho e do tipo de relações humanas. Dizer-se que a educação é um direito é o reconhecimento formal e expresso de que a educação é um interesse público a ser promovido pela lei.*

Anísio Teixeira, *Educação é um Direito*, 1968.

*É urgente que o Povo lute pelas causas educacionais republicanas. É indispensável que o Estado Republicano corresponda efetivamente às suas responsabilidades educacionais. Como escreveu em 1891 Caetano de Campos, 'A instrução do povo é, portanto, sua maior necessidade. Para o governo, educar o povo é um dever e um interesse: dever porque a gerência dos dinheiros públicos acarreta*

*a obrigação de formar escolas; interesse, porque só é independente quem tem o espírito culto, e a educação cria, avigora e mantém a posse da liberdade'. A vanguarda operária do Brasil não pode falhar diante da missão de exigir da República a realização dos seus ideais educacionais, postergados ou traídos por aqueles que exerceram ou ainda exercem mandatos políticos sem consultar as fontes populares do seu poder. Nesta oportunidade, ela tem o dever de impor sua vontade, fazendo ouvir a sua voz e fazendo sentir os seus atos na defesa da ordem democrática e da educação popular pelo próprio Povo Brasileiro.*

Florestan Fernandes, *Educação e Sociedade no Brasil*, 1966: 410.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, os diferentes serviços prestados à coletividade no âmbito da educação escolar, dirigidos à formação geral e à formação profissional nas diferentes etapas e modalidades da educação básica e

superior, “têm origem em momentos diversos e sua criação atendeu a imposições econômicas, políticas e ideológicas distintas”<sup>1</sup>. Sob essa perspectiva, entendemos situar os movimentos e políticas de escolarização da população trabalhadora, em particular as políticas de formação profissional, como expressão das relações do processo educativo com as estruturas de poder e dominação social.

Compreender a realidade educacional brasileira significa compreender a história de nosso País. A grande diversidade de situações educacionais ou tipos de ensino, de sua criação e das mudanças que vieram a experimentar dão forma a um quadro complexo somente apreensível a partir de sua contextualização no âmbito da especificidade da formação econômico-social brasileira, espaço social *no qual convivem diferentes tempos históricos*. O problema do ritmo e das formas de disseminação das relações sociais capitalistas se expressa

na conformação diversa da educação escolar e das políticas governamentais que lhes dá substância, nas diferentes regiões e localidades do País<sup>2</sup>.

Como observa F. Fernandes<sup>3</sup>, desde a Colônia até o final do Império, a *educação escolar permaneceu privilégio de poucos*. Na República, com o deslançar das relações de produção e a universalização do trabalho livre, ocorrem mudanças na sociedade e na educação escolarizada, organizada e utilizada institucionalmente durante quatro séculos. Coube a uma facção da classe dominante, a seu núcleo republicano identificado com os interesses do capital cafeeiro, originário do Oeste Paulista, portador de projeto de mudança social, a construção de um novo padrão de sociabilidade capitalista e de uma nova escola<sup>4</sup>. No Brasil, no século passado, os republicanos viram na educação a condição para emancipar a sociedade e constituir a nacionalidade e a cidadania, para legitimar o Estado Republicano. Daí o caráter de antecipação da oferta educacional à emergência de sua necessidade na população, a justificativa das providências legais com vistas à imposição do exercício do direito à educação<sup>5</sup>.

De acordo com Celso Beisiegel<sup>6</sup>, embora, no Brasil, não tenha se constituído um “rígido padrão dualista de ensino” observado nos países europeus do século XIX, observa-se, mesmo assim,

a existência de dois “sistemas” paralelos de educação, um para o “povo” e o outro para as classes superiores, de nítidos contornos no ensino posterior ao primário. Os alunos provenientes da escola primária popular não tinham, também, acesso às escolas secundárias. Aqui, a expressão *educação “popular”* se definiu em oposição ao ensino de tipo secundário. Este ensino e a sua continuação natural nas escolas superiores apareciam como a educação seletiva. Tudo o mais, o ensino público elementar e as poucas escolas de preparação profissional, viriam a constituir o ensino do “povo”. Dessa maneira, as instituições de ensino secundário

*eram nitidamente seletivas, num triplo sentido. Socialmente, seus alunos provinham das classes sociais mais elevadas [...]; pedagogicamente, seus alunos eram recrutados, desde o ensino elementar, por meio de classes ou escolas preparatórias; profissionalmente, visavam essas instituições habilitar, com exclusividade, às ocupações que exigiam nível superior*<sup>7</sup>.

## REPUBLICANISMO E EDUCAÇÃO

Durante toda a primeira República houve uma nítida separação entre o ensino popular, constituído pelas escolas primárias, pelo ensino normal e pelo profissional, e a educação das elites, com as melhores

escolas primárias, os ginásios e as escolas superiores. O ginásio permanece como “um curso de caráter aristocrático, profundamente seletivo” e predominantemente masculino: os pobres e as mulheres raramente tinham acesso a esse tipo de ensino<sup>8</sup>.

No ano de 1917, a estatística levantada pela Diretoria da Instrução Pública verificava que menos da metade das 480.164 crianças entre 7 e 12 anos frequentava as escolas primárias públicas e particulares nos 196 municípios paulistas (176 grupos escolares, 31 escolas reunidas, 1.595 escolas isoladas, além das 358 sustentadas pelas Câmaras Municipais e 1.089 particulares). Frente a essa realidade, indaga o diretor da Instrução Pública:

*Que fizeram as restantes crianças em número de 247.543? Nada. Um vagaram pelas ruas, outras ficaram em casa, num perfeito ócio, outras foram abusiva e criminosamente introduzidas nas fábricas e outras ainda acompanharam os pais nos serviços da lavoura (Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, 1918).*

Ao mesmo tempo, é importante lembrar que o processo de industrialização no Brasil não se deu nos mesmos moldes seguidos pelos países centrais do capitalismo. Ao contrário do que aconteceu na Inglaterra, os movimentos de expansão do capital ocorreram em uma sociedade escravocrata em

decomposição, e a implantação do capitalismo industrial não incluiu o período manufatureiro e a desagregação do artesanato. Dessa maneira, ao não atravessar o período manufatureiro, o empresário industrial local não enfrentaria imediatamente a necessidade de destruir o trabalho qualificado existente, e sim, o problema de formar e qualificar a força de trabalho para o desempenho das atividades fabris. Os primeiros trabalhadores em nossas fábricas foram mulheres e crianças e, inclusive escravos, substituídos, na metade do século XIX, por imigrantes europeus, principalmente italianos e espanhóis.

O ensino profissional foi organizado pelos *republicanos históricos*, como instituição privada, ainda nos tempos do Império. Entretanto, no período anterior à imigração subsidiada pelo Estado, apesar das tentativas de introdução dos cursos profissionalizantes no Liceu de Artes e Ofícios (LAO), a educação do trabalhador parece confundir-se com as aulas preliminares noturnas de alfabetização criadas, nessa época, pelos mesmos agentes sociais por meio da maçonaria.

Com a vigência do Estado Republicano e após a implantação da imigração em massa, desencadeando o processo de desenvolvimento comercial, urbano e industrial, outros interesses e necessidades impõem à implementação de novas medidas no campo do ensino popular e profissional, quando então

a qualificação técnica do trabalhador passará a ser parte indissociável de sua formação moral<sup>9</sup>. Como expressão desses interesses, o LAO vai constituir-se, a partir de 1890, em escola profissionalizante dirigida a categorias bastante específicas de trabalhadores, aqueles requisitados pela indústria da construção civil: marceneiros, carpinteiros, mestres de obras.

O ensino profissional oficial foi organizado, em 1909, pelo governo federal, e, em 1911, pelo Governo do Estado de São Paulo, na gestão do educador escolanovista Oscar Thompson. E se o discurso legal no plano federal – da criação, por Nilo Peçanha, das 19 escolas de aprendizes e artífices nas capitais dos Estados – era ainda o de assistência aos pobres, as iniciativas paulistas revelam os objetivos da burguesia emergente de institucionalizar a formação profissional de modo a qualificar trabalhadores nacionais para setores econômicos que então se modernizavam.

A República pode ser entendida como o regime da organização do mercado livre de força de trabalho, constituído inicialmente por imigrantes, com participação insignificante do elemento nacional. As greves e os conflitos dos trabalhadores contra as péssimas condições de vida e trabalho levam governos e industriais a promover a expulsão dos trabalhadores estrangeiros do País, a limitar o seu número nas fábricas e a tomar

medidas para a sua substituição pelos nacionais. O ensino profissional, *instituído como escola de nível primário*, é visto como questão patriótica, “veículo seguro de nacionalização”, voltado para a ressignificação e a valorização social do trabalho, pois o trabalho manual era considerado atividade indigna para o homem livre, branco, em sociedade de herança escravista.

### O CONTROLE “CIENTÍFICO” DO TRABALHO

Os conflitos operários – greves de 1917 e 1920 –, a conquista da jornada de 8 horas de trabalho incentivam a introdução de princípios e técnicas tayloristas nas empresas paulistas. O empresário Roberto Simonsen propõe, em uma conferência, a adoção da Organização Científica do Trabalho para “driblar a luta de classes e promover cooperação entre trabalhadores e patrões”<sup>10</sup>. O empresário já introduzira na própria empresa, na construção de quartéis para o Ministério da Guerra, os métodos de racionalização do trabalho, assim como Francisco Ramos de Azevedo, diretor do Liceu de Artes e Ofícios e professor da Escola Politécnica, o fizera em seu escritório, no processo de construção de sobrados para os chamados *barões do café*, na avenida Paulista, e de edifícios públicos, como o Teatro Municipal e a Estação da Luz, por exemplo.

## OS EMPRESÁRIOS CONTROLAM A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Criada em 1924, a Escola Mecânica do LAO, fruto de convênio entre o governo e as companhias ferroviárias, contrata Roberto Mange (engenheiro suíço) para implementar os métodos tayloristas na organização do trabalho nas empresas fabris e desenvolver a psicotécnica, instrumento para avaliar a capacidade e a “vocação” dos trabalhadores – selecionar o “homem certo para o lugar certo”. Os métodos desenvolvidos por Mange foram aplicados no LAO, e, via Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), na administração pública estadual e federal. Mais tarde, foram adotados pelo Centro Ferroviário de Organização e Seleção Profissional, o qual, por sua vez, veio a se tornar o núcleo matriz dos procedimentos e programas desenvolvidos no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em 1942.

Com a Revolução de 1930 e, posteriormente, a implantação do “Estado Novo” por Getúlio Vargas, o ensino profissional foi marcado, no plano federal, pela Lei Orgânica (1942), orientada pelas concepções da Escola Nova paulista, sistematizadas por Fernando de Azevedo a partir de um inquérito sobre a instrução pública do Estado de São Paulo, realizado em 1926 pelo jornal *O Estado de São*

*Paulo*. Ao contrário da proposta de organização da Escola Pública Unitária, presente no Manifesto dos Educadores ao Povo e ao Governo, em 1932, defendida por Anísio Teixeira e seu grupo (Paschoal Leme, entre outros), o Ensino Técnico – promovido em nível médio – foi organizado como ramo distinto, sem canais de comunicação com o ensino secundário, e praticamente sem acesso ao ensino superior. Instituem-se duas estruturas paralelas: de um lado, o ensino médio secundário – formação geral e propedêutica aos estudos superiores, destinado a formar as “individualidades condutoras” – e, de outro, o ensino médio profissional – comercial, industrial e agrícola, para formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, além do Curso Normal, para o magistério. As modalidades não formais de formação profissional, destinadas a treinamento/ aprendizagem/ qualificação profissional de trabalhadores industriais, passam a ser realizadas pelo Senai, gerido até hoje pela Confederação Nacional das Indústrias, apesar de financiado com recursos públicos<sup>11</sup>. Contrariando o projeto do Ministério da Educação e Saúde, sob a gestão de Gustavo Capanema, o Ministério do Trabalho vai aderir à proposta da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), cuja presidência era então exercida por Roberto Simonsen. Nessas circunstâncias, a organização do ensino

profissional sob a tutela do Ministério da Educação não se concretizou. O Ministério do Trabalho e a Fiesp conseguiram implantar o sistema de educação profissional que consideravam mais conveniente, mais ajustado aos interesses empresariais e livre da interferência governamental, na forma de cursos isolados do sistema de ensino, a cargo das indústrias, como assunto ligado às demandas da produção e não a objetivos educacionais ou aos direitos dos trabalhadores.

Observa-se, portanto, que as primeiras tentativas de extensão de ensino comum a todos os adultos que não haviam frequentado a escola na idade própria, assim como o ensino profissional, atendem a características daquela modalidade típica de articulação entre mudança social e mudança educacional: promovidas pelos setores dominantes pressupõem a necessidade de uma educação para todos, têm o propósito de preparar a população trabalhadora para a realização de certas finalidades, segundo um projeto determinado de aperfeiçoamento da sociedade, atributos que conferem clareza às dimensões ideológicas e de controle social do processo educativo.

Nessa direção, cabe também mencionar a Campanha de Educação de Adultos promovida pelo Ministério da Educação e Saúde, a partir de 1947, e o Programa Nacional de Alfabetização, instituído pelo Decreto n. 53.465 alguns

anos depois, em 21 de janeiro de 1964. Ambos, dirigidos à massa iletrada da população, defendem a educação como direito de toda a população e vinculam-se a um projeto de melhoria da sociedade. No entanto, apesar das semelhanças que possam existir, as orientações gerais dessas iniciativas se opõem. Como afirma Beisiegel<sup>12</sup>, ao passo que os demais movimentos educacionais, como do de 1947, conduzidos pelos intelectuais organicamente vinculados às classes dominantes “tinham em vista integrar, homogeneizar”, para “transformar a situação de classe em situação de massa, de povo, de cidadão comum”, o programa proposto em 1964, desenvolvido mediante a utilização do método Paulo Freire de Alfabetização de Adultos, “fazia convergir para o processo educativo as tensões sociais e políticas que marcavam o período”. A seu ver, o Programa Nacional de Alfabetização, do governo federal, assim como o Movimento de Educação de Base (MEB), os de cultura popular (MPC), os Centros Populares de Cultura (CPC), nos anos 1960, tinham em comum o propósito de estender a atuação do processo educativo às origens sociais das desigualdades que buscavam combater. Nessa medida, orientavam-se “com vistas a explicitar junto aos segmentos ‘populares’ a sua condição de classe e as potencialidades transformadoras inerentes a essa condição”<sup>13</sup>.

### A DEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS, A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E A EXPANSÃO DAS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS - 1945 A 1964

Em 1945, o ensino primário já alcançava cerca de 10% da população geral do Estado de São Paulo, absorvendo cerca de 787.295 crianças, numa população estimada em 8.051.658 habitantes<sup>14</sup>. Apresentando taxa de matrícula inferior somente às registradas para o Distrito Federal (com cerca de 12% das matrículas), Santa Catarina (11,4%) e Rio Grande do Sul (9,9%), o Estado aparecia com o maior número absoluto de alunos no ensino primário, em toda a Federação.

No mesmo ano, o sistema escolar paulista mantinha em funcionamento 7.953 escolas primárias. A rede escolar, que se estendia por todas as áreas do território, era composta, em sua maioria, por escolas públicas estaduais (5154 unidades). O governo municipal era responsável pela manutenção de 1476 e a iniciativa particular por 1323.

A maioria dessas escolas, as chamadas escolas isoladas, ocupava as regiões rurais de baixa densidade demográfica (4660). Nas sedes municipais e distritais, como observa Beisiegel<sup>15</sup>, a maior densidade demográfica possibilitava

a concentração de um grande número de alunos em menor número de grandes escolas: havia 2777 escolas urbanas e 516 rurais. Entre estas, 855 eram grupos escolares. Sobre a extensão do ensino realizado, a maioria oferecia apenas três anos de escolaridade (6323), permanecendo a tendência observada nos anos 1930, apesar do aumento absoluto no número dessas escolas; as escolas de quatro anos continuam minoritárias, estando reduzidas a 1455. No que se refere ao número de turnos, as que funcionavam em apenas um período são largamente majoritárias (6894) no período. As escolas mistas predominam (7234), existindo 449 destinadas ao ensino do sexo masculino e 270 do feminino.

Observa-se, em 1947, que a matrícula efetiva no ensino primário (comum) elevou-se a 702.089 alunos (586.021, nas escolas estaduais), com ligeira superioridade do número de homens (373.974) em relação ao de mulheres (328.115). Do total de matrículas, 196.704 são referentes aos estabelecimentos rurais.

O número de matrículas no âmbito estadual corresponde a 22,91% das matrículas ocorridas nesse nível de ensino em todo o território nacional (3.063.775 alunos), onde se expressa a mesma proporcionalidade entre homens e mulheres indicada no Estado (1.554.442 e 1.509.353, respectivamente).

Em relação aos indicadores da década de 1930, verifica-se que houve, nos anos 1940, um aumento no número absoluto de matrículas no ensino fundamental comum (56,48%). A ampliação das matrículas, embora constante, não foi suficiente para absorver todo o contingente de população em idade escolar, particularmente até o início da década de 1950. Segundo Spósito<sup>16</sup>, na cidade de São Paulo, em 1947, considerando-se a matrícula efetiva, nota-se que embora exista estabilidade relativa nos índices de atendimento, nunca inferiores a 8,9%, a evolução das matrículas não conseguiu acompanhar o ritmo do crescimento populacional. Como considera a autora, a aceleração do crescimento urbano na capital, decorrente da industrialização intensiva na região, a partir de 1940, teria criado sérias dificuldades em relação à oferta de vagas nas escolas elementares do Estado.

Além disso, os dados parecem indicar o aumento na capacidade de retenção da maioria das crianças que conseguem ingressar na escola por apenas dois anos, havendo certa melhora na passagem da 1ª para a 2ª séries, mas uma sensível queda na passagem da 2ª para a 3ª série. Em São Paulo, no ano de 1947, havia 295.689 alunos matriculados na 1ª série e apenas 87.232 na 4ª série. A expulsão de crianças que marca toda a vida escolar, tal como enfatizam Xavier

et al.<sup>17</sup>, é muito mais violenta nos momentos iniciais e suas maiores vítimas são as crianças com origem nas camadas populares.

No que diz respeito à escolaridade elementar na modalidade supletiva realizada no Estado de São Paulo, no ano de 1947 ocorreram 59.525 matrículas (efetivas) (8.946, na capital), o que totaliza 782.451 alunos frequentes no ensino primário geral, incluindo o atendimento da população de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade própria.

Em 1947, quatro anos após a regulamentação da nova lei do ensino secundário no Estado, o total de matrículas nos dois ciclos do ensino secundário havia se elevado para 90.414, totalizando 26,98% das matrículas existentes nesse tipo de ensino em todo o País (311.887). Em relação ao conjunto do ensino médio no Estado (175.364), o secundário representava 51,55% do total das matrículas. As outras diferentes modalidades de ensino médio absorviam 84.950 matrículas: o industrial 16,28%; o comercial 22,57%, o agrícola 1,56%; o artístico 2,2%; o pedagógico (normal) 5,81%.

Como pudemos ver, durante vários anos, o ensino secundário e cada um dos outros ramos do ensino médio permaneceram cursos paralelos, ministrados em redes escolares próprias e sujeitas à jurisdição de diferentes órgãos centrais da administração<sup>18</sup>.

A modificação dessa situação no início dos anos 1950 foi interpretada na época como uma “verdadeira revolução no ensino médio brasileiro”, pois abria a possibilidade de os alunos dos cursos profissionais se transferirem para o curso secundário. Além disso, facultava aos diplomados do segundo ciclo, então existente, o direito de se candidatarem aos cursos superiores. Posteriormente, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1961, vai estabelecer a completa equivalência dos cursos técnicos ao secundário, para efeito de ingresso em cursos superiores.

### A PRESSÃO SOCIAL PELO ACESSO À EDUCAÇÃO

É importante assinalar que nesses anos pós-2ª Guerra Mundial até, aproximadamente, as décadas de 1950/1970, ocorreu grande expansão do ensino médio, em parte decorrente do crescimento demográfico e, em parte, da crescente pressão popular produzida pela ampliação do ensino elementar. Nos países centrais do capitalismo nos quais se deu a organização do Estado Social, praticamente foi possível garantir o acesso da grande maioria da população ao ensino médio.

No Brasil, as pressões exercidas pelos movimentos sociais populares entre o final dos anos 1940 e os anos 1960, nos grandes centros urbanos e industriais do País como São Paulo, levaram à expansão das

oportunidades educacionais e à integração formal do ensino primário ao primeiro ciclo do ensino médio, ao antigo ginásio.

Observa-se aqui uma segunda modalidade de articulação entre mudança social e mudanças na educação escolar. *Nesse caso, a expansão das oportunidades educacionais e a transformação qualitativa do ensino decorrem das lutas sociais pela abertura de vagas.* As mudanças no ensino secundário no Estado de São Paulo, após 1945, constituem exemplo significativo. Como indicam os trabalhos referenciais de Beisiegel<sup>19</sup> e Spósito<sup>20</sup>, no período que se estende do final do Estado Novo até os últimos anos da década de 1960, o crescimento da rede de escolas secundárias aparece como respostas do poder público à progressiva generalização da procura de matrículas nesse tipo de ensino.

Nessa época, ocorrem mudanças profundas nas condições de vida da região. Embora possamos considerar os anos de 1930 a 1980 como um longo período de industrialização por substituição de importações, as estatísticas mostram que a década de 1940 foi aquela em que as mudanças estruturais se fizeram mais intensas em nossa história, seguida pelas décadas de 1930 e de 1950. A atividade agrícola recuou de uma participação de 44,6% no PIB, no início do século XX, para o percentual de 16,9% em 1960, ao passo que a indústria cresceu de 11,6% em 1900 para 29,9% em 1960<sup>21</sup>.

Os números são expressivos no indicar as grandes transformações em curso – migrações e inversão das posições numéricas da população nas áreas rurais e urbanas, crescimento urbano e mudanças na estrutura do mercado de trabalho, “desconstrução e reconstrução de identidades coletivas, lutas de classes, de gênero e de etnias, desestruturação e reestruturação de alianças políticas e de formas de dominação, controle e resistência”<sup>22</sup>.

Nesse período, segundo Celso Beisiegel<sup>23</sup>, embora a escola secundária já não apareça como condição suficiente para a realização do êxito profissional, é vista pelas populações que a procuram como *condição necessária* à conquista de melhores posições e empregos. E o agente político – no Executivo ou no Legislativo – surge como mediador entre as reivindicações dos habitantes e a atuação do poder público na área do ensino. Com o fim da ditadura Vargas e a retomada do regime político baseado no voto, as aspirações populares por melhoria de vida mediante a passagem pela educação escolar encontraram no agente político à procura de votos “um defensor intransigente na criação de mais escolas”. A ação do agente político forçou a ampliação dos gastos públicos na rede de escolas secundárias. Em 1940, havia no Estado 41 ginásios públicos, 3 na capital e 38 no interior. Em 1962, a rede oficial contava com

561 estabelecimentos de ensino secundário criados, 96 na capital e 465 nos municípios do interior. A rede privada, por sua vez, perde a situação predominante, passando a absorver apenas 47% dos alunos matriculados nesse ramo de ensino<sup>24</sup>.

O autor ressalta que as inovações introduzidas na legislação escolar em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases, ou mesmo dez anos depois, com a Lei de Reforma do Ensino de Primeiro e Segundo Graus, “já estavam de alguma forma realizadas na evolução de fato do atendimento escolar, pelo menos nas áreas urbanas das regiões mais desenvolvidas”.

A legislação escolar no período estudado passa a assumir orientação inequivocamente democratizadora. A LDBEN de 1961 expressa a tendência de eliminar os diferentes tipos de escola de nível médio ao buscar consolidar um núcleo comum de disciplinas obrigatórias no currículo das diferentes escolas de ensino médio. Embora não tenha definido o desenvolvimento de um padrão de educação nacional, a lei eliminou “parte das diferenças entre os ramos do ensino médio, atribuiu às diversas escolas a denominação geral de ginásios – secundário, industriais, comerciais e agrícolas” – e, não obstante persistirem os diferentes tipos de estabelecimentos, “exigia-se, como antes, a adaptação curricular para efeito de transferência”<sup>25</sup>.

É importante assinalar, também, as várias experiências surgidas na época, os “ginásios voltados para o trabalho”, as escolas experimentais, os ginásios vocacionais, os ginásios “único-pluricurriculares”, e, no final dos anos de 1960, os “grupos escolares-ginásios”, os quais foram instituídos em São Paulo, “como projeto piloto de uma ampla experiência voltada à integração progressiva do ensino primário e do primeiro ciclo da escola de nível médio”<sup>26</sup>. Assim, para o autor, tais ensaios de novas modalidades de organização escolar podem ser vistos como “respostas institucionais para tendências claramente delineadas na evolução dos serviços educacionais, pelo menos nas regiões mais desenvolvidas do País”, e que serão formalizadas, um pouco depois, com a Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971.

#### A EDUCAÇÃO SUBORDINADA AO MERCADO: A VISÃO DOS MILITARES

Ironicamente, foi o governo militar, por meio da Lei da Reforma de Ensino, que introduziu formalmente a mudança, fixando a obrigatoriedade do ensino comum de oito anos. Dentre as inovações introduzidas por esta Lei encontra-se a extensão da obrigatoriedade escolar para oito séries, fundindo-se o ensino primário e o primeiro ciclo do secundário – o ginásio –, compondo agora o ensino de 1º grau,

que passaram a constituir “modelo único de escola internamente flexível e adaptável às peculiaridades regionais e locais”<sup>27</sup>.

Por outro lado, o segundo ciclo do ensino médio, o antigo colegial, constitui-se como curso único de nível médio – ou de 2º grau, segundo a nova nomenclatura. De acordo com essa lei, o ensino de todas as escolas de 2º grau passa a ser “generalizadamente profissional” ou “profissionalizante” ou de “profissionalização obrigatória” (bem ao gosto da ditadura civil-militar de então). A distinção deixa de ser feita entre ramos de ensino para ser realizada entre currículos orientados para habilitações profissionais. O curso técnico industrial foi o modelo implícito na organização do novo ensino médio profissionalizante. Entre as 52 habilitações correspondentes a técnicos de nível médio, 32 referiam-se ao setor industrial, indicando a ênfase que devia ser dada às ocupações desse setor de atividades<sup>28</sup>.

As funções atribuídas ao novo ensino médio profissional pelo discurso governamental, na época, eram a de suprir uma suposta carência de profissionais de nível médio e, ao mesmo tempo, possibilitar aos alunos concluintes – que não conseguissem ou não quisessem realizar cursos superiores – a formação profissional necessária para ingressar no mercado de trabalho. As contradições apresentadas pela reforma do ensino médio, impondo a profissionalização

compulsória, suscitaram a elaboração de análises que denunciavam o “equivoco” tecnocrático de uma “escola profissionalizante” capaz de “qualificar” para o mercado de trabalho, ou seja, voltada para a preparação de “técnicos”<sup>29</sup>.

O empobrecimento dos currículos escolares com a retirada e o esvaziamento dos conteúdos de formação geral, imprescindíveis para a compreensão crítica da realidade social, e o fracasso na realização da pretendida formação técnica – sustentada nas teses ideologizadas da Teoria do Capital Humano<sup>30</sup>, que subordinavam a educação às demandas do mercado de trabalho – implicaram a descaracterização e a maior desqualificação do ensino médio e só vieram reforçar a dicotomia entre a educação para a “elite” e a educação para o trabalhador.

#### A GRANDE DUALIDADE: OS AUSENTES DOS BANCOS ESCOLARES

No entanto, a especificidade histórica de nossa formação social faz emergir uma dualidade *sui generis*. As redes públicas de ensino técnico, a federal e as estaduais, como a de São Paulo, por exemplo, elitizadas por meio da seletividade promovida pelos “vestibulinhos” e beneficiadas com políticas que favoreciam melhores condições de trabalho e remuneração aos seus professores, conseguiram promover maior qualidade no ensino do que aquele oferecido pelas

escolas de ensino médio denominadas “regulares”, destinadas à população trabalhadora. Uma dualidade invertida? Pode-se dizer que sim, mas a grande dualidade instaurada na educação brasileira vai se expressar entre os que tinham acesso/permanência na escola e os outros, a grande maioria, excluída, ausente dos bancos escolares<sup>31</sup>.

Apesar de toda a parafernália ideológica (nacional e internacional), de todos os instrumentos jurídicos e de toda a tecnocracia educacional, a educação escolar não apresentou resultados animadores. De acordo com estudos de Romanelli e Vieira<sup>32</sup>, as matrículas no 1º grau caíram de 92,25% em 1964, para 87,78%, em 1975. Levando-se em conta o período de mais de 11 anos, a percentagem de estudantes do 2º grau subiu pouco mais que o dobro (3,58% em 1964, para 8,04% do total em 1975)<sup>33</sup>. Quanto ao analfabetismo, também aumentara no País: em Estados como Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia, os analfabetos haviam crescido, a partir dos cinco anos de idade, passando de 45,1%, em 1973, para 50,1%, em 1976 (Fontes: IBGE e MEC-INEP).

Em outras palavras: em 1970 o Brasil tinha uma população de 93 milhões de habitantes, da qual 15,9 milhões estavam matriculados no 1º grau e apenas 1,1 milhões no 2º grau, conforme os dados do IBGE. No início dos anos 1980, quando o regime militar flexibiliza

a obrigatoriedade do ensino profissionalizante (Lei 7.044/82), as matrículas no 1º grau somavam 24,8 milhões e as no 2º grau eram aproximadamente de 3 milhões. Estes números dimensionam a elevada exclusão social do ensino médio, o que não impediu a ditadura civil-militar de extinguir o Plano Nacional de Educação aprovado na gestão João Goulart, o qual obrigava o governo a destinar no mínimo 12% dos recursos dos impostos arrecadados pela União para a Educação e a determinar a desvinculação orçamentária desses recursos, só retomada pela Emenda Constitucional n. 23 de 1983 – Emenda Calmon – e, mais tarde, pela Carta Constitucional de 1988.

### A LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO: DOS ANOS 1970 AOS ANOS 2000

#### AS POLÍTICAS OFICIAIS EM SÃO PAULO

As mudanças econômicas, políticas, jurídicas e institucionais conduzidas pelo regime autoritário resultaram em profundos desajustes na sociedade, transformando grande parcela das conquistas no campo da educação escolar “em mentiras”, como afirma Spó-sito<sup>34</sup>. De acordo com a autora, “parte dos problemas relativos ao acesso à educação pública manteve-se sem solução e a maioria da população apenas conquistou o direito de entrar numa escola que,

em pouco tempo, se encarregaria de sua exclusão”.

Em 1975, a rede pública estadual possuía cerca de 540 unidades escolares que funcionavam em cinco turnos (três diurnos: manhã, intermediário e tarde, com classes do ensino primário, e, mais dois turnos - vespertino e noturno, com curso ginásial); 6 escolas com seis turnos, e 3, com sete (*Plano Estadual para Implantação da Reforma de Ensino de 1º e 2º graus e Planejamento Prévio* - SEESP, 1972:73)

No que se refere às escolas profissionais técnicas de nível médio, em 1969, uma comissão especial designada pelo governador do Estado elabora projeto de criação de um Instituto Tecnológico Estadual, que se viabilizou na proposta concreta de organização de um Instituto Estadual de Ensino Técnico. A instituição, destinada a formar técnicos de nível médio e técnicos de nível superior, posteriormente denominada, pelo Conselho Estadual de Educação, de Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, foi formalmente instituída pelo decreto de 06/10/1969.

Em 1976, após a criação da Universidade do Estado de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, como autarquia de regime especial, o Centro Paula Souza, comportando, na época, 85 escolas técnicas urbanas e 35 agrícolas, foi a ela integrado juntamente com as Faculdades de Tecnologia existentes em todo o Estado. Essas insti-

tuições ofertavam cursos universitários, de curta duração, nas áreas técnicas (inicialmente engenharia), para responder às demandas do mercado de trabalho no período do chamado “milagre brasileiro”<sup>35</sup>.

### O ARREMEDO DE MUDANÇA NO GOVERNO MONTORO

Em 1982, na fase de transição do governo militar para o governo civil, Franco Montoro foi eleito governador (na época, do PMDB), cuja proposta de governo chamava atenção para a baixa qualidade do ensino no Estado, as altas taxas de evasão escolar; a insuficiência de remuneração e as péssimas condições de trabalho dos professores, a falta de programas de aperfeiçoamento, o mau aproveitamento das instalações físicas e a insuficiência do ensino profissionalizante. Entre as várias medidas no período, cabe citar uma das mais significativas realizadas pelo seu Secretário de Educação, Paulo de Tarso, que fora Ministro da Educação de João Goulart, representando a esquerda católica, e com trânsito no movimento estudantil. Quando ministro havia convidado Paulo Freire e Darcy Ribeiro a trabalharem no Ministério da Educação. Sua principal realização foi, inicialmente, a convocação de um Fórum Estadual de Educação com o objetivo de levantar as demandas da área. Divulgou-se um *Documento Preliminar* para análise e propostas dos

educadores, pais e alunos, as quais deveriam fundamentar a ação política. No entanto, a iniciativa fracassou. Feitas as consultas e criada a expectativa da resposta, houve poucas providências efetivas, e, pouco tempo depois, o secretário demite-se no decorrer de uma longa greve de professores.

A atuação mais efetiva do Secretário de Educação deu-se na incorporação do “ciclo básico” no ensino de 1º grau, proposta formulada por especialistas em educação. Medida considerada polêmica quando implantada na rede, o projeto “ciclo básico” reorganizou as séries iniciais do 1º grau, reconceituando o tempo no processo de alfabetização e estabelecendo, em função disso, a passagem automática da 1ª para a 2ª série<sup>36</sup>. Para viabilizar a implantação do ciclo básico, as escolas da rede estadual ganharam margens mais amplas de competência na definição curricular, os professores alfabetizadores tiveram jornada de trabalho aumentada em duas horas, remuneradas, para reuniões semanais; a dimensão máxima das turmas foi limitada a 35 alunos, que ganharam o benefício da recuperação paralela até 8 horas por semana, além do período regular; os alunos do ciclo básico tiveram reforço na merenda; os professores foram treinados através de multimeios, com a colaboração da emissora de televisão estadual e a instalação de 2500 telepostos para recepção organizada

e discussão, com presença obrigatória para os alfabetizadores. Em 1984, o ciclo básico atendeu a cerca de 800 mil alunos na 1ª série; em 1985, a 1, 1 milhão; e, em 1986, a 1, 5 milhão no ciclo completo de duas séries<sup>37</sup>.

A análise das estatísticas educacionais do período (MEC/SEEC, Sinopses Estatísticas do Ensino de 1º Grau. 1983 e 1987) permite fazer algumas observações. No ensino de 1º grau, chama atenção a pequena dimensão da rede municipal, o que contrasta com a situação dos demais Estados no período. Em 1983, o número de alunos matriculados representava 13% do total de matrículas no Estado, e ainda assim, embora tivesse um pequeno aumento no número de matrículas (6%), ocorre decréscimo em número de escolas (- 40,3%). Quanto ao setor privado, apesar de apresentar a maior taxa de crescimento de matrículas (32,6%), o aumento no número de alunos - 153 mil - foi inferior ao das escolas estaduais - 406 mil -, cuja taxa de crescimento foi bem menor. Em 1992, os alunos atendidos pela rede pública estadual representavam 79,68% do total de matriculados em todo o Estado, tendo havido um crescimento de 23,56% em relação às matrículas de 1987. Nesse mesmo período, o atendimento nas escolas privadas cresceu 9,56% (59.474 matrículas a mais). As matrículas nas escolas municipais, por sua vez, aumentaram 19,51% (122.094 alunos).

### O PRIVILÉGIO SOCIAL DE ALCANÇAR ALTA ESCOLARIDADE

No ensino de 2º grau, apesar de a rede estadual apresentar, em 1983, quase o dobro do número de alunos das escolas privadas, o aumento verificado em 1987 foi praticamente o mesmo nos dois segmentos (entre 48 e 49 mil alunos). As matrículas na rede estadual representavam 62,95% do total de matrículas no Estado. Em 1992, o número de alunos atendidos por toda a rede - pública e particular - é 1.191.645, observando-se um crescimento, em relação a 1987, de 39,09% (mais 334.914 alunos atendidos). As escolas estaduais foram responsáveis por 77,15% dessas matrículas, aumentando - portanto - sua participação nesse ramo de ensino. As escolas privadas apresentaram crescimento negativo das matrículas: - 17,41%, ou seja, atenderam menos 52.433 alunos. O ensino municipal, apesar do ligeiro aumento no número de alunos matriculados, continuou a apresentar baixa participação no conjunto da rede (1,97%) (Fontes: MEC/SEEC, Sinopses Estatísticas do Ensino de 2º Grau. 1983 e 1987; Anuário Estatístico do Estado de São Paulo - 1992<sup>38</sup>).

É importante demarcar o alto grau de seletividade social do sistema escolar brasileiro nos anos da década de 1980, evidente no descompasso entre os diferentes níveis de ensino: seu baixo rendimento aparece nos altos índices de evasão

e repetência; os níveis mais altos de escolaridade permanecem como privilégio social de poucos.

Segundo estudos da Fundação Seade realizados em 1989, no ano de 1986, apenas 25% dos alunos enquadravam-se na faixa etária teoricamente demandatória desse grau de ensino - 15 a 17 anos. Este percentual, pouco superior ao observado em 1982, pode ter explicações em problemas originados no primeiro grau, como entrada na escola com mais de 7 anos de idade, reprovações, evasões temporárias, entre outros.

Em 1991, o índice de evasão na rede pública estadual era 7,32% no período diurno e 29,39% no noturno, enquanto que, na escola privada, esses índices eram, respectivamente, apenas 1,1% e 6,6%. O índice de retenção no período diurno das escolas públicas era bem maior do que o das escolas particulares, onde o percentual de aprovação ultrapassava os 90%. No caso do ensino noturno das escolas públicas estaduais, o índice de aprovação pouco maior do que 50% revelava, entre outros aspectos, as dificuldades do aluno trabalhador em conciliar trabalho e estudo (Fonte: Anuário Estatístico do Estado de São Paulo - 1992).

### O AVANÇO DO SENAI

No que se refere à oferta do ensino pelo Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial/Senai, em 1964, de acordo com o Relatório Informativo Senai, 1961-

62, havia no Estado de São Paulo 12.161 alunos matriculados nos Cursos de Aprendizagem de Ofício e Cursos de Aspirantes à Indústria, com 2.818 formados; 7.692 matriculados nos Cursos Rápidos de Formação e Cursos de Aperfeiçoamento, com 7.208 formados; e 2.351 matriculados nos cursos de Treinamento na Indústria - Adultos, e 26.922 nos cursos de Treinamento de Indústria - Menores, sem relação do número de concluintes, totalizando 49.126 matrículas e 36.948 conclusões registradas<sup>39</sup>. Em 1998, o Relatório da instituição apontava que na "ação direta" (cursos de aprendizagem industrial - fase escolar; qualificação profissional, curso técnico, curso técnico especial, curso técnico modularizado, formação de auxiliares técnicos, formação de tecnólogos, treinamento profissional e iniciação profissional e "outras"), o número de matrículas era 649.006 e que o número de conclusões chegava a 599.427. Acrescentando-se as iniciativas de "ação indireta" (aprendizagem industrial - fase escolar, curso técnico especial, treinamentos e "outras"), o total geral era de 1.331.755 matrículas, com 1.277.625 conclusões. Embora o número de matrículas não corresponda ao número de alunos, uma vez que um mesmo aluno pode estar matriculado em mais de um curso, é possível observar que, em 30 anos, o número de atendimentos é 30 vezes maior, indicando o fortalecimento do projeto empre-

sarial e sua priorização pelas esferas governamentais, em detrimento do investimento público na expansão da escola pública<sup>40</sup>.

### OS MOVIMENTOS POPULARES URBANOS PELO ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR

A forte repressão desencadeada em todo o País a partir do AI-5, em 1968, iria desacelerar o ímpeto organizativo nos bairros, nos anos de 1970. Mas, ao longo da década, novos movimentos sociais se espalharam em São Paulo. E, então, “uma longa e subterrânea tradição organizativa no bairro iria alimentar e ‘dialogar’ com esses novos militantes e organizações”<sup>41</sup>.

Apesar dos mecanismos de controle social e do quadro de participação restrita, os movimentos sociais radicados nos bairros da cidade de São Paulo mobilizaram-se para tentar garantir ou impor os seus direitos de cidadania. Estudos realizados sobre os movimentos das Sociedades de Amigos de Bairro (SABs) e seus organismos articuladores, sobre os das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), organizadas um pouco mais tarde, e sobre grupos de mães, grupos de moradores, existentes em São Paulo nesse período, indicam que encaminharam, no âmbito de suas reivindicações pela melhoria das condições de vida e trabalho, diferentes demandas por educação escolar: pela criação de creches, parques infantis e escolas de primeiro

e de segundo grau, organização de cursos noturnos, pela ampliação da rede física escolar e construção de novos prédios (o número de alunos por estabelecimento na rede municipal passara de 355 em 1966 para 962 em 1974, por exemplo)<sup>42</sup>.

### A LUTA CONJUNTA POR EDUCAÇÃO, SAÚDE, MORADIA...

Utilizando-se de diferentes estratégias na relação com as administrações públicas, os moradores da periferia lutaram para dar visibilidade às suas necessidades. Os movimentos pela educação acompanhavam os movimentos contra a carestia, pela saúde e pela moradia. Os problemas de acesso à escola passam a expressar, na segunda metade dos anos de 1970, reivindicações para a instalação de cursos noturnos em escolas públicas, tanto de primeiro como de segundo grau<sup>43</sup>. Tais demandas eram, algumas vezes, associadas a denúncias a respeito de jovens impedidos de estudar em razão das condições de trabalho a que eram submetidos<sup>44</sup>.

Ampliam-se nos anos de 1980 as lutas pelo ensino supletivo público, tradicionalmente nas mãos de particulares (até final dos anos de 1970, só o Ginásio Experimental da Lapa mantinha um curso supletivo estadual). Já não é suficiente a garantia de acesso ao primeiro grau, é preciso também “conquistar a continuidade e, mais do que isso, o direito à volta

ao estudo às populações excluídas da escola pública”<sup>45</sup>.

O Centro de Clubes de Mães, movimento organizado na região de Pirituba-Perus (Zona Norte), que reunia vários grupos de mães, realizou, em 1981, pesquisa em 48 escolas das redes estadual e municipal, quando foram consultados diretores, alunos e moradores de 70 vilas, integralizando um total aproximado de 2.500 pessoas. O levantamento concluiu pela insuficiência de escolas, diurnas e noturnas, de segundo grau, diante dos egressos da oitava série, indicando que a evasão e o abandono dos estudos se deviam à incompatibilidade entre os horários de trabalho e de entrada em aula. Apontava, ainda, a falta de condições de trabalho dos professores que lecionavam na região. Propunha a criação de cursos profissionalizantes de segundo grau, particularmente os de contabilidade, secretariado, técnico e mecânica, pois 96,5% dos 2.497 estudantes de sexta, sétima e oitava séries pretendiam cursar a escola profissionalizante, de maneira a possibilitar a esses jovens estudar e, ao mesmo tempo, trabalhar e ajudar no orçamento doméstico. Estudo da Fundação Carlos Chagas, na mesma época, mostrava que, dos 48.095 jovens de 15 a 18 anos de idade, apenas 5.617 estavam matriculados no segundo grau, isto é, 11,6%, com maioria de 80% em escola pública<sup>46</sup>.

Em 1985, o Movimento da Educação da Zona Leste chegou a

organizar diversas caravanas à Secretaria da Educação reivindicando a abertura de cursos supletivos públicos; no mesmo ano, conquistaram as oito primeiras salas de suplência no bairro de Ermelino Matarazzo. Ao longo da década de 1980 foram criados 11 novos Centros de Ensino Supletivo, mas o atendimento não recuperou os níveis anteriores a 1970<sup>47</sup>.

É importante não apenas indicar a presença dessa participação popular, mas qualificar a participação desses setores populares, os *moradores de periferia*. A esse respeito, importa observar que os bairros periféricos da Grande São Paulo e de outras metrópoles brasileiras foram vistos até os anos de 1980, aproximadamente, como espaço social extremamente heterogêneo, território das “classes populares”, conceito algo controvertido que, segundo José Álvares Moisés, designaria operários industriais, assalariados de bancos e comércio, baixa burocracia estatal, profissionais liberais, ou, segundo Eunice Durham, operários, trabalhadores por conta própria, biscateiros, empregadas domésticas, pequenos funcionários públicos.

De acordo com Leal<sup>48</sup>, os autores que refletiram sobre as atitudes e a formação da consciência da classe trabalhadora brasileira a partir de um prisma mais tradicional, privilegiando sua inserção no processo produtivo, enxergaram na periferia a heterogeneida-

de, vendo nessa heterogeneidade a chave para explicar a adesão dessas populações ao *populismo* que, entre outras coisas, lhes conferiria, no plano da política, uma identidade que elas seriam incapazes de construir nas relações sociais de que participavam. Esses estudos sociológicos, balizados pela noção de modernização, sustentados em uma suposta divisão estrutural do País entre o atraso rural e o progresso urbano, viam a migração como a passagem de sociedades e culturas tradicionais e arcaicas para a cidade, espaço do desenvolvimento industrial e do moderno. Dessa forma, a urbanização e a industrialização representariam para os migrantes um estágio mais avançado de desenvolvimento e uma possível ascensão social e econômica. Entretanto, para essa sociologia, as primeiras gerações de migrantes, empregadas em larga medida em trabalhos que exigiam pouca formação profissional nas modernas fábricas e no setor de serviço das grandes cidades, estariam impregnadas por resíduos culturais tradicionais e mostrariam precário ajustamento a essa nova realidade, não se identificando com a condição operária, numa espécie de adaptação apática. Considerados, portanto, passivos, os novos operários migrantes seriam facilmente manipulados pela ação dos políticos populistas carismáticos<sup>49</sup>. Tal análise foi amplamente difundida, tornando-se uma espécie de *sensu comum acadêmico*.

No entanto, é possível observar atualmente um grande esforço por parte dos historiadores sociais no sentido da ampliação e da análise de temas e aspectos da vida dos trabalhadores. Não apenas o movimento operário organizado é objeto de atenção, mas as diversas dimensões da classe operária, as relações sociais de sexo, as relações familiares, as formas de lazer e sociabilidade, entre outros aspectos, têm sido valorizadas. Para muitos historiadores sociais e do trabalho, o desafio consiste em relacionar, combinar a abordagem dos temas clássicos – sindicatos, partidos políticos, greves, relações de trabalho nas empresas – com a perspectiva mais ampla da diversidade de experiências da classe operária<sup>50</sup>.

Esses “jovens” historiadores – como Fontes e Leal aqui citados – estudam os bairros, as localidades, “não apenas como um lugar, mas também como um conjunto de relações sociais”<sup>51</sup>. Tal abordagem – segundo Fontes – tem sido decisiva para o entendimento dos laços, das redes de relacionamento entre os trabalhadores e sua ação coletiva. Suas pesquisas procuram analisar essas redes sociais criadas pelos trabalhadores “tanto no processo de migração quanto em seus locais de trabalho e moradia”<sup>52</sup>.

A esse respeito, pesquisa desenvolvida entre 1974 e 1975, em São Paulo, envolvendo 50 SABs, concluiu que a categoria mais encontrada entre os membros da diretoria era a de operários industriais,

com 18%, seguida por trabalhadores por conta própria (moto-ristas, pedreiros, pintores, barbeiros), com 16,5%, vindo depois os comerciantes, em 14,5%, e, finalmente, comerciários, com 12%. Do total dos filiados, 56% são classificados como pertencentes às classes populares (marceneiros, motoristas, sapateiros, operadores de máquinas e torneiros mecânicos), 35% à “classe média” e 8% aparecem sem informação<sup>53</sup>.

Nessa direção, Leal<sup>54</sup> pretende “substituir a ideia de uma periferia ocupada por uma massa heterogênea de migrantes, por meio dos quais os operários se ‘diluam’”, na condição de “massa”, de “morador” ou de “cidadão pobre”, pela visão de uma periferia “em que se registrava uma forte presença operária, conjugada com outras classes e frações de classes. Nesse meio popular, a experiência operária e sindical era uma referência material e simbólica forte”. Assim, a massa desarticulada, manipulada pelo Estado ou pelas lideranças políticas, passa a ser entendida “como uma classe que, no interior de condições que não escolhe, é capaz de fazer sua própria história, tanto quanto de ser feita por esta”<sup>55</sup>. Nesta perspectiva, os trabalhadores constituíram alianças, organizações, programas para enfrentar a questão trabalhista, da carestia, da moradia, da educação e da representação política a partir do ponto de vista dos interesses dos operários e populares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar a Constituição de 1988 como marco que pôs fim aos últimos vestígios formais do regime autoritário. A abertura iniciada pelo general Geisel em 1974 levou mais de 13 anos para desembocar em um regime democrático. A Assembleia Nacional Constituinte começou a se reunir a 1º de fevereiro de 1987, e seus trabalhos foram longos, tendo se encerrado formalmente a 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a nova Constituição.

Resultado das pressões dos diferentes grupos da sociedade, a Constituição de 1988 refletiu o avanço ocorrido no País especialmente na área da extensão de direitos sociais e políticos aos cidadãos em geral e às chamadas minorias. Pela primeira vez no País, o direito ao voto é universalizado, incluindo o do analfabeto.

No entanto, como assinalam Oliveira e Adrião<sup>56</sup>, ao mesmo tempo em que pela primeira vez em nossa história vários direitos sociais eram reconhecidos, o texto aprovado era ambíguo ou insuficiente em muitas questões. No caso da educação, a demanda pela aplicação exclusiva de verba pública em escolas públicas, principal reivindicação dos setores organizados em defesa da escola pública, fora derrotado. Cinco anos depois, na nova conjuntura de forças políticas caracterizada pela ofensiva neoliberal, setores conservadores, já majo-

ritários na ocasião da promulgação da Constituição, promovem ampla campanha para modificá-la, enquanto os setores inicialmente críticos passaram a defendê-la. Entre os dispositivos que se tentou alterar, encontram-se as garantias aos trabalhadores estabelecidas na legislação da previdência social e a legislação que restringia as privatizações. Tais mudanças de posicionamento iriam interferir na elaboração da legislação complementar, e em particular na LDB.

Segundo Oliveira<sup>57</sup>, entre os avanços da Constituição de 1988, está a formalização mais clara e ampliada do direito à educação, em relação aos textos anteriores, nos seguintes aspectos: a) gratuidade do ensino oficial em todos os níveis; b) garantia do direito aos que não se escolarizaram na idade ideal; c) perspectiva de obrigatoriedade do ensino médio (substituída pela perspectiva de universalização com a Emenda Constitucional 14); d) atendimento especializado aos portadores de deficiência; e) oferta de ensino noturno regular; f) previsão de programas suplementares de material didático-escolar; g) prioridade de atendimento à criança e ao adolescente.

O texto constitucional estatuiu a educação como direito público subjetivo, isto é, previu a possibilidade de responsabilização da autoridade competente e atribuiu ao poder público a responsabilidade de realização do censo escolar e a chamada à matrícula. Por fim, in-

roduziu e/ou manteve uma série de mecanismos que possibilitam a efetivação de tal direito.

A Lei das Diretrizes e Bases (Lei n. 9394/1996) finalmente aprovada pelo Congresso resultou do embate entre os dois projetos, com predominância do segundo, que contou com o apoio do então governo Fernando Henrique Cardoso. Para Florestan Fernandes, a LDB aprovada representou uma dupla traição: fez uma síntese deturpada do longo processo de negociação do projeto negociado com a sociedade organizada e deu ao governo, que não tinha projeto de LDB, o que este necessitava. Coerentemente, esta deveria ser uma LDB minimalista e, portanto, em consonância com a proposta de desregulamentação, de descentralização e de privatização, “compatível com o Estado Mínimo”<sup>58</sup>.

Nessa direção, a nova LDB pode ser considerada uma espécie de *ex-post* cujo formato, método de construção e conteúdo se constituem facilitador de medidas previamente decididas. Um exemplo disso é o que veio a se denominar de sistema de educação profissional, que desescolarizou o ensino técnico, aprofundando a dualidade entre formação geral e formação profissional. Apesar de a LDB já dar diretrizes, o decreto n. 2208 de 1997 veio regulamentar a lei, mesmo tendo encontrado ampla resistência no Par-

lamento, mediante a pressão das organizações que compunham o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública<sup>59</sup>.

Os ajustes da economia brasileira ao novo contexto econômico foram acompanhados da presença de organismos internacionais, que passaram a orientar as reformas na educação em termos organizacionais e pedagógicos. As demandas da sociedade organizada foram, então, substituídas por medidas produzidas por especialistas e tecnocratas, geralmente assessores destes organismos multilaterais<sup>60</sup>.

Apesar dos movimentos de resistência ao projeto educacional do governo Fernando Henrique Cardoso e dos embates políticos desencadeados pelos movimentos sociais populares, entidades científicas e sindicais de educadores contra os setores empresariais, dentro e fora do governo, houve a desescolarização do ensino técnico e o predomínio do *modelo das competências* na tentativa de ajustar toda a educação escolar, e não só a educação profissional, às demandas do mercado. No plano das relações de trabalho, mesmo em nosso País, onde não se havia conquistado a liberdade e a autonomia sindicais e que a formação e a qualificação não faziam parte das pautas de negociação, a formação profissional foi progressivamente transformada em instrumento da gestão individual das

competências e dos atributos cognitivos dos assalariados na empresa e fora dela<sup>61</sup>. A reversão parcial desse processo só ocorreu no governo Lula, a partir do decreto 5154 de 2004.

Por fim, cabe salientar que quanto à questão do financiamento do ensino, o texto da LDB aprovado contemplou a permissão de repasse de recursos públicos para a escola privada, ainda que, pela primeira vez, o tenha feito de forma restritiva (art. 213 da Constituição Federal de 1988). A esse respeito, considerava o professor Florestan Fernandes em palestra proferida no Encontro Estadual de Representantes de Escolas da Associação de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo/APEOESP, em maio de 1990:

*... Fui quatro vezes batido quando tentei estabelecer a exclusividade do dinheiro público para a escola pública: na votação da subcomissão, na votação da comissão, na votação na Comissão de Sistematização e na votação em plenário. E a diferença nos votos era esmagadora: oitenta, cem pessoas contra quinhentas e tantas. Isso demonstra que a identidade com a educação democrática, com a pedagogia inovadora e revolucionária, a identidade não chegou no topo da sociedade civil. Ela continua a palpitar nos nossos*

corações, a alimentar as nossas esperanças, mas está distante de ser realidade histórica. E a nossa tarefa consiste nisso. Essa lei nova é um passo à frente, mas é um passo insuficiente. É preciso que se tenha consciência disso, e o passo decisivo será dado quando o Brasil for uma democracia plena, uma democracia aberta a todos, com um polo burguês e um polo popular e proletário, ou, então, quando o Brasil se tornar uma sociedade socialista.

Hoje, 25 anos depois, lamentavelmente, a fala lúcida de Florestan Fernandes permanece atual. Ao mesmo tempo, a recente ocupação das escolas públicas estaduais por estudantes e professores do ensino médio mobilizados contra as medidas depredatórias do governo do Estado de São Paulo nos mostra que os movimentos populares persistem em sua luta pelo direito dos trabalhadores à educação e à cultura. Mostra-nos, também, que a transformação social da realidade brasileira passa pela escola e que a superação do quadro adverso da educação pública depende do avanço das forças sociais empenhadas na defesa de políticas públicas democráticas, de políticas de Estado capazes de promover e consolidar o acesso e a permanência de toda a população na escola pública, laica, gratuita, de gestão pública e qualidade social. ■

## NOTAS

1. BEISIEGEL, C.. Cultura do Povo e Educação Popular. In: BARROS, Gilda N. M. de (org.). *Celso de Rui Beisiegel: professor, administrador e pesquisador*. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 57.
2. A noção de formação econômico-social em Marx e Lenin, na interpretação de H. Lefebvre (1957, p. 248), significa que "as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas, culturais) não avançam igualmente, simultâneas, no mesmo ritmo histórico". A esse respeito, consultar Martins, J.S., 1996.
3. Cf. FERNANDES, F. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus-EDUSP, 1966.
4. A análise relativa à história da educação no final do Império e anos iniciais da República, em particular no Estado de São Paulo, baseiam-se no trabalho da autora, publicado em 2003.
5. Cf. MORAES, C. S.V.. *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo (1873-1934)*. Bragança Paulista: EDUSP, 2003.
6. BEISIEGEL, C.. *Estado e Educação Popular*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1974, p. 21-22.
7. SILVA, Geraldo Bastos. A educação secundária: perspectiva histórica e teoria. São Paulo: Nacional, 1969, p. 80.
8. Cf. ANTUNHA, Heládio C. G. A Instrução Pública de São Paulo. A Reforma de 1920. In: *Estudos e Documentos*, FEUSP, 1976.
9. A industrialização vai gerar notável crescimento populacional na cidade de São Paulo. A população da cidade cresceu 269% entre 1890 e 1900; mais de 140% entre 1900 e 1920; e mais de 83% entre 1920 e 1934; ou seja, a população passou de 64.934 pessoas em 1890 para 1060.261 em 1934, chegando a 2.227.512 habitantes em 1950. Nesse ano, segundo o Censo de 1949, havia 955.173 brasileiros (72%) e 371.088 estrangeiros (28%) na cidade. Em 1928, a população negra, que vivia totalmente apartada dos estrangeiros, era estimada entre 10% a 14% da população paulistana. Os setores mais ricos, os fazendeiros, comerciantes e banqueiros, habitaram a parte alta da cidade – Paulista, Higienópolis, Campos Elíseos –, enquanto os mais pobres, a maioria operários, imigrantes italianos, portugueses e espanhóis – foram morar e trabalhar nos "terrenos mais ingratos das baixadas do Tietê e do Tamanduateí" (PRADO Jr, 1989, p.60, 68, 69). Segundo Ribeiro (2002, p. 359), em 1934, os distritos de paz mais populosos eram: Belenzinho (10% da população da Capital); Mooca (9%), Brás (7%), Bela Vista (6%), Ipiranga (5%); os menores eram Itaquera (0,6%), São Miguel (0,2%) e Lageado (0,2%) Nesse espaço urbano-industrial, a escola pública foi se diferenciando segundo sua localização, como escola da cidade, do bairro ou da periferia.
10. Cf. SIMONSEN, R.. *O trabalho moderno*. São Paulo: Seção de Obras de "O Estado de São Paulo". 1919.
11. O Sistema "S" é sustentado com recursos públicos desde 1942, contribuição social com base no desconto de 2,5% sobre a folha de pagamento das empresas, embutidos no custo das mercadorias e repassados aos consumidores, cuja arrecadação em 2010 ultrapassou R\$30 bilhões.
12. BEISIEGEL, C.. Cultura do Povo e Educação Popular. In: BARROS, Gilda N. M. de (org.). *Celso de Rui Beisiegel: professor, administrador e pesquisador*. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 68-69.
13. *Ibidem*, p. 68.
14. BEISIEGEL, C.. *Estado e Educação Popular*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1974, p. 138-139.
15. BEISIEGEL, C.. A Reforma e a Qualidade do Ensino. In: NAGLE, J. (org.). *Educação Brasileira: Questões da*

- Atualidade*. São Paulo: Edart, 1976, p. 140.
16. SPOSITO, M. P.. *O povo vai à escola*. São Paulo: Edições Loyola, 1984, p. 32-33.
  17. XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, M. L. S.; NORONHA, O. M. . *História da Educação: A Escola No Brasil*. SAO PAULO: FTD, 1994, p. 161.
  18. Consultar, a esse respeito, SILVA, Geraldo Bastos. A educação secundária: perspectiva histórica e teoria. São Paulo: Nacional, 1969.
  19. Cf. BEISIEGEL, C.. Cultura do Povo e Educação Popular. In: BARROS, Gilda N. M. de (org.). *Celso de Rui Beisiegel: professor, administrador e pesquisador*. São Paulo: EDUSP, 2009, p. 55-69; BEISIEGEL, C.. A Reforma e a Qualidade do Ensino. In: NAGLE, J. (org.). *Educação Brasileira: Questões da Atualidade*. São Paulo: Edart, 1976; BEISIEGEL, C.. *Estado e Educação Popular*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1974; BEISIEGEL, C.. Ação Política e Expansão da Rede Escolar. *Pesquisa e Planejamento*. No. 8, São Paulo: CRPE, 1964; BEISIEGEL, C. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, B. (Org.). *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 383-416.
  20. Cf. SPOSITO, M. P.. *O povo vai à escola*. São Paulo: Edições Loyola, 1984.
  21. Cf. LEAL, M.. *A Reinvenção da Classe Trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
  22. *Ibidem*, p. 42.
  23. Cf. BEISIEGEL, C.. Ação Política e Expansão da Rede Escolar. *Pesquisa e Planejamento*. No. 8, São Paulo: CRPE, 1964.
  24. *Ibidem*.
  25. BEISIEGEL, C.. A Reforma e a Qualidade do Ensino. In: NAGLE, J. (org.). *Educação Brasileira: Questões da Atualidade*. São Paulo: Edart, 1976, p. 36.
  26. BEISIEGEL, C. Educação e sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, B. (Org.). *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 398.
  27. BEISIEGEL, C.. A Reforma e a Qualidade do Ensino. In: NAGLE, J. (org.). *Educação Brasileira: Questões da Atualidade*. São Paulo: Edart, 1976, p.36.28. Cf. CUNHA, L.A. *A política educacional no Brasil e a profissionalização do ensino médio*. Rio de Janeiro. Ed. Eldorado, 1977.
  29. *Ibidem*.
  30. No que concerne às análises econômicas da educação, constituiu-se nos anos 1960, nos EUA, como especificidade das teorias neoclássicas, de cunho marginalista, a teoria do *capital humano*. Difundida, no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, seus pressupostos teóricos direcionaram a elaboração das reformas educacionais da ditadura civil-militar. Em analogia ao capital físico, a educação/formação é definida como investimento que os indivíduos efetuam com vistas à constituição de um capital produtivo – o seu capital humano. Assim, para essa teoria, conhecimentos e habilidades constituem um "capital humano" e são, em grande parte, produto de inversões econômicas – individual e social – que, junto a outras inversões, explicariam os diferenciais de renda e salários e, principalmente, a superioridade produtiva dos países tecnicamente avançados.
  31. Cf. MORAES, C. S.V.; KRUPPA, S. Educação e trabalho na construção da cidadania: os anos 2000. In: CARVALHO, Ana M.P. de (org.). *Formação de Professores: Múltiplos enfoques*. FEUSP/FAPE/Editora Sarandi, p.91-122, 2013.
  32. ROMANELLI, O. *História da Educação no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1978, p. 211-238.
  33. Em razão das pressões realizadas pelo movimento estudantil, houve maior evolução das matrículas no ensino superior. Entre 1964 e 1968, no auge do movimento, as matrículas não tinham crescido sequer duas vezes (1964: 142.386; 1968: 278.295),

## QUANDO OS TRABALHADORES SE TORNAM CLASSE

### A CONSTRUÇÃO DA RIQUEZA NA CIDADE DE SÃO PAULO CIDADES

nas Universidades. Somente a partir de 1969, o número de alunos no ensino superior aumentou significativamente.

34. SPOSITO, M. P. *A Ilusão Fecunda. A luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 20-21.

35. MANFREDI, S. M. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 167.

36. Segundo Arelaro (1999: 73), o ciclo básico não foi a primeira proposta desenvolvida na rede com essa concepção, pois, em 1968, o ensino estadual já vivera uma reorganização em dois níveis (nível I - 1ª e 2ª séries do ensino primário e nível II - 3ª e 4ª séries do mesmo nível de ensino) sem reprovação nos anos intermediários, ou seja, 1º e 3º anos escolares, com reações contrárias da rede na época.

37. CUNHA, Luiz Antônio. 1991. *Educação, estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez; Niterói: EDUFF; Brasília: FLACSO, 1991, p. 200.

38. *Ibidem*, p.227.

39. WEINSTEIN, B. (Re) *Formação da Classe Trabalhadora no Brasil (1820-1964)*. São Paulo: Cortez; CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000, p.370.

40. MORAES, CSV e FERRETTI, C. (coord.). *Diagnóstico da Formação Profissional. Ramo Metalúrgico*. São Paulo: CNM-CUT/Rede Unitalho, Artchip Ed., 1999, p. 136.

41. LEAL, M.. *A Reinvenção da Classe Trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 399.

42. SPOSITO, M. P.. *A Ilusão Fecunda. A luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec, 2010, p. 85.

43. *Ibidem*, p. 93.

44. *Ibidem*.

45. *Ibidem*, p. 105.

46. *Ibidem*, p. 106-107.

47. DI PIERRO, Maria Clara. Ensino supletivo e universalização da educação básica. *Revista de Educação*, APEOESP, São Paulo, n.5, p. 14-17, 1990, p.17.

48. Cf. LEAL, M.. *A Reinvenção da Classe Trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

49. Cf. FONTES, P. *Um Nordeste em São Paulo. Trabalhadores migrantes em S. Miguel Paulista (1945-66)*, Rio de Janeiro: FGV, 2008.

50. *Ibidem*.

51. *Ibidem*, p. 22.

52. *Ibidem*, p. 32.

53. GOHN, M. G.. *Reivindicações Populares urbanas*. São Paulo: Autores Associados, 1982, p. 119-120

54. LEAL, M.. *A Reinvenção da Classe Trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 115.

55. MATTOS, M.B. Prefácio. In: LEAL, M. *A Reinvenção da Classe Trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 27.

56. OLIVEIRA, R.; ADRIÃO, T. (orgs.). *Gestão, Financiamento e Direito à Educação*. 1. ed. São Paulo: Xamã Editora, 2001. v. 1, p. 8.

57. *Ibidem*, p. 41.

58. FRIGOTTO, G; CIAVATTA, Maria. 2003. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação & Sociedade*, v. 24, n. 82, p.200.

59. *Ibidem*, p. 110.

60. Cf. MORAES, C. S.V. Educação permanente: direito de cidadania, responsabilidade do Estado. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 395-416, 2006.

61. QUENSON, E. *Une socio-histoire des relations formation-emploi*. Paris: L'Harmattan, 2012, p. 27.

## A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA



NAS FAIXAS: “PELA ESCOLA PÚBLICA” E “CONTRA A CARESTIA”. NA MARGINAL PINHEIROS, ALUNOS, PROFESSORES E SERVIDORES DA USP CARREGAM FAIXAS E FAZEM O PRIMEIRO ATO ESTUDANTIL DESDE O AI-5.

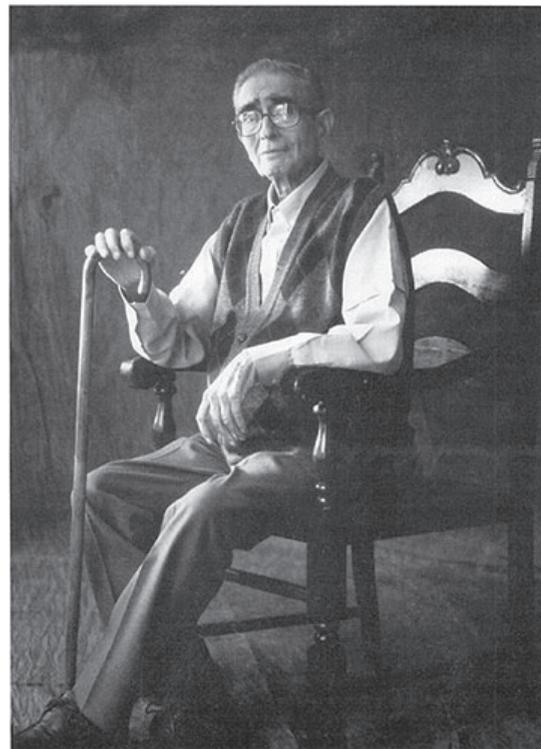
ACERVO CME - FEUSP

## HOMENAGEM AOS PENSADORES E MILITANTES EM TODAS AS TRINCHEIRAS EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA, GRATUITA, LAICA, DE GESTÃO PÚBLICA E DE QUALIDADE PARA TODOS



MARIA NILDE MASCELLANI, COORDENADORA DO ENSINO VOCACIONAL EM SÃO PAULO, EXPERIÊNCIA ÚNICA DE ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE E ACESSÍVEL ÀS CLASSES POPULARES. FOI DEMITIDA E PRESA PELA DITADURA MILITAR.

ACERVO GVIVE



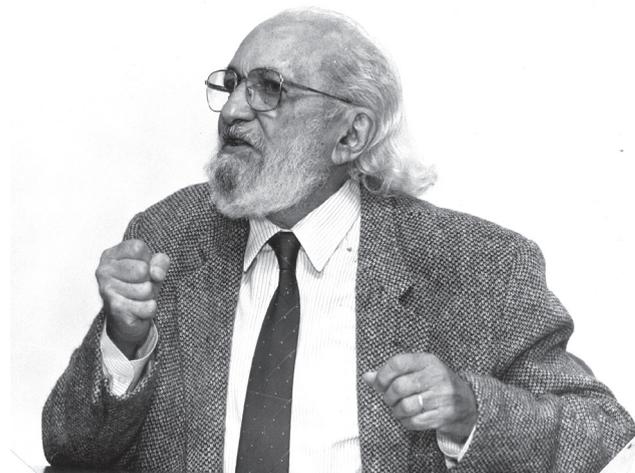
FLORESTAN FERNANDES

ANTONIO MILENA - ACERVO CME - FEUSP



CELSO BEISIEGEL

ACERVO CME - FEUSP



PAULO FREIRE

ACERVO IIEP

HELENY, A RESISTÊNCIA É AQUI!

IDIBAL PIVETA - CÉSAR VIEIRA

TEATRO UNIÃO E OLHO VIVO APRESENTA:

# BARBOSINHA FUTEBO CRUBE



Foto: Ari Brandi

**ESPETÁCULO EM SOLIDARIEDADE À  
FAMÍLIA DE EDNALDO NOBRE SANTANA  
LÍDER SINDICAL ASSASSINADO EM ITU<sup>DEZ</sup>'91**

CONVITES AQUI  
NO CPV

Dia 2 de Maio, sábado - 19:00 hs.  
Rua Newton Prado, 766 - B. Retiro

Apio: Comissão de Direitos Humanos da OAB - ATIBIM,  
Associação dos Trabalhadores nas Indústrias de Brin-  
quedos de São Paulo - Sindicato dos Trabalhadores  
nas Indústrias de Brinquedos de Itu - Sindicato dos  
Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêu-  
ticas de São Paulo.

ACERVO CPV-IIIEP

## Sou um homem de teatro

J. L. Barrault

*Sou apenas um homem de teatro. Sempre fui e sempre serei um homem de teatro. Quem é capaz de dedicar toda a vida à humanidade e à paixão existentes nestes metros de tablado, esse é um homem de teatro.*

## Da profissão do poeta

Geir Campos

*Operário do canto, me apresento  
sem marca ou cicatriz, limpas as mãos,  
minha alma limpa, a face descoberta,  
aberto o peito, e – expresso documento –  
a palavra conforme o pensamento.  
Fui chamado a cantar e para tanto  
há um mar de som no búzio de meu canto.  
Trabalho à noite e sem revezamentos.  
Se há mais quem cante, cantaremos juntos;  
Sem se tornar com isso menos pura,  
A voz sobe uma oitava na mistura.  
Não canto onde não seja a boca livre,  
Onde não haja ouvidos limpos e almas  
afeitas a escutar sem preconceito.  
Para enganar o tempo – ou distrair  
criaturas já de si tão mal atentas,  
não canto... Canto apenas quando dança,  
nos olhos dos que me ouvem, a esperança.*

**Idibal Piveta** é idealizador do teatro de rua mais antigo da América Latina ainda na ativa, o grupo *União e Olho Vivo*. Usou o nome “César Vieira” para driblar a repressão. Mesmo sendo um reconhecido advogado de perseguidos políticos, foi também mantido preso pelo regime militar. Atualmente faz parte da Comissão da Verdade da OAB-SP.

Os trechos de Barrault e Geir Campos são do espetáculo “Liberdade Liberdade”, de Flávio Rangel e Millor Fernandes, de 1965. A gravação em vinil e posteriormente em K7 circulou em todo País estimulando centenas de atores, grupos musicais e de teatro que usavam trechos da peça como forma de resistência cultural. O mesmo aconteceu com os espetáculos do Opinião e do Arena. O mérito do *União e Olho Vivo* além de ir à periferia foi ser um formador de centenas de pessoas no teatro e estimulador de iniciativas populares.

Jean Louis Barrault foi um dos grandes nomes do teatro francês no século XX. Geir Campos, poeta e militante, foi um dos organizadores dos Cadernos do Povo Brasileiro e Violão de Rua, publicados pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE.

Embora o golpe militar registre seu deflagrar em 1º de abril de 1964, a escalada de violências, torturas e assassinatos se iniciou em 1968, durante o Congresso que, sob o patrocínio da União Nacional dos Estudantes, UNE, se realizava na cidade de Ibiúna, Estado de São Paulo, reunindo mais de mil universitários de todo o Brasil.

O período discricionário que amordaçou nosso País teve seu começo em 1964 e durou até aproximadamente 1988.

Nesse prazo aconteceram episódios que envergonharam o ser humano e feriram os mais comezinhos princípios de respeito à liberdade e à fraternidade.

No Rio de Janeiro, o Teatro Opinião e outros grupos sofreram ameaças e tiveram os patrimônios morais, intelectuais e físicos depredados. A sede da UNE, na Praia do Flamengo, foi incendiada e seu acervo destruído.

Em São Paulo, o espetáculo 'Roda Viva', de autoria de Chico Buarque, que se apresentava no Teatro Ruth Escobar, no bairro do Bexiga, foi invadido, atores e atrizes espancados e cenários e figurinos inutilizados.

O bárbaro proceder foi assumido por uma entidade paramilitar que se autodenominava CCC - COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS.

Na mesma cidade, o Tuca - Teatro da Universidade Católica, localizado no bairro das Perdizes, foi depredado por um grupo de esbirros comandados pelo coronel Erasmo Dias, resultando graves e permanentes lesões em grande parte do público presente.

Em Recife, Pernambuco, o braço da repressão, não conseguindo deter dom Helder Câmara, prendeu seu secretário, Edival Nunes da Silva, o Cajá, que ficou detido por mais de dois anos, sofrendo inomináveis sevícias e torturas.

O autor, diretor e ator Augusto Boal foi preso, e após violentas agressões, ficou encarcerado por mais de dois anos.

A boçal censura que imperava proibiu totalmente a apresentação de 732 (setecentos e trinta e dois) textos teatrais!

A sede do TUOV - Teatro Popular União e Olho Vivo, que funcionava e funciona até hoje no bairro do Bom Retiro, foi atacada por duas vezes e teve parte de seu material cênico e técnico dado como desaparecido. O TUOV é o mais antigo grupo de teatro em atividade nas Américas e completa em 2016 suas cinco décadas de resistência.

Os Sindicatos dos Metalúrgicos da capital paulista, do ABCD (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema), de Osasco, de Contagem - Minas Gerais -, e dos Bancários da metrópole paulistana foram ameaçados, e na calada da noite tiveram seus bens dilapidados e as principais lideranças

presas, como Luiz Inácio Lula da Silva e muitas outras.

O Grupo Teatral Forja, que exercia atividades no ABC, foi proibido terminantemente de atuar.

A peça *Patética*, escrita por João Chaves e que recebeu o prêmio de melhor texto do Brasil, outorgado pela Funarte, e que aborda, poeticamente, o assassinato do jornalista Wladimir Herzog, foi sumária e totalmente censurada. A morte de Herzog ocorreu nas dependências de uma delegacia situada na rua Tutoia, no bairro do Paraíso, na metrópole paulistana.

O TUOV teve cinco de seus espetáculos de autoria de Cesar Vieira afastados oficialmente dos palcos brasileiros. Entre esses cinco espetáculos estão *O Evangelho Segundo Zebedeu* e *Bumba meu Queixada*.

Os CPCs, Centros Populares de Cultura da UNE, foram considerados tão perigosos que a repressão tenta até hoje apagar sua memória.

Os CPCs se exibiam em cenas curtas, em cima de caminhões, narrando episódios do dia a dia e perseguições que atingiam centenas de estudantes e operários.

O jornalista Luiz Alberto Barreto Leite Sanz foi detido, no Rio de Janeiro, com toda a sua família: Luiza Barreto Leite, Vera Barreto Leite, Maria Barreto Leite e Dudu Barreto Leite, sendo todos conduzidos às masmorras do DOI-Codi - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna.

A diretora teatral Heleny Guariba, com brilhantes passagens pelos grupos Teatro da Cidade do ABC e Teatro de Arena de São Paulo, foi detida por agentes policiais possivelmente integrantes do Deops - Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Heleny foi espancada até a morte, sendo que seu corpo está desaparecido em lugar incerto e não sabido...

Não padece a menor dúvida que a cada vez que uma cortina se abrir e um refletor se acender num palco se ouvirão um sussurro e o soar de um trovão. Heleny estará sempre presente sulcando os mares da fantasia, desfraldando a bandeira da utopia e levando aos ares essa universal poesia:

*Sou como a soca de cana  
Me cortem que eu  
Nasço sempre.*

Fechamos esta página citando uma pequena cena do espetáculo *Bumba meu Queixada* que narra alegoricamente uma das mais importantes greves ocorridas no Brasil, e que tem como protagonistas os operários de cimento e cal do bairro de Perus, em São Paulo.

### *Os Queixadinhos*

Música

*Tem um porco do mato  
Um porco selvagem  
que quando anda em bando  
Vira turma da pesada  
Seu nome é Queixada (bis)*

*Teve uma greve no bairro  
De Perus, onde os operários sabedô  
dos seus direitos  
Assinaram em cruz*

*Foi uma briga feia  
Durou dezena e meia  
Uma briga danada  
E os operários  
Chamavam Queixada*

Os personagens respondem aos versos em mímica, acompanhados com efeitos sonoros.

Voz

*Era uma vez...  
Era uma vez uma família de Queixadas:  
Papai Queixada  
Mamãe Queixada  
e dois Queixadinhos  
Pela manhã, logo cedinho  
Mamãe Queixada se levanta devagarinho  
e com carinho  
pra não acordá ninguém na cozinha  
prepara os trem  
O café é pouco  
O açúcar tá acabando  
Mamãe Queixada, quase chorando,  
o resto do pó vai raspando  
No seu pão  
Manteiga nem vai botando  
Pra nas fatias dos moleque um pouco  
mais i passando*

*A mesa vai pondo, as caneca dispondo  
No avental escondendo  
as lágrimas que – num tem jeito –*

vai escorrendo  
 Por não podê pros menino  
 dá mais sustança  
 antes da porta da rua abri e ele sai  
 para luta que cansa!  
 Papai Queixada, o olho vai abrindo  
 E se prepara pra logo i saindo  
 Na floresta, buscá magra ração  
 Que o tempo não anda bão  
 Tem chuva, tem trovão  
 Tem até caçador de arma na mão  
 Veste o macacão remendado  
 Emborca o café aguado  
 Passa a mão no rosto da companheira  
 E corre pra fora da solera  
 Pula as poça d'água, desce a rua esburacada  
 Se junta a mais dois camarada e correndo todos os três  
 conseguem, ainda, pegá o "tronco" das seis  
 O tronco das seis – lotado – vai descendo o rio  
 Com toda a bicharada espremida, aboletada e suada. E Papai Queixada  
 na curva do milharal dá o sinal:  
 é a sua parada

Lá na casa Mamãe Queixada acorda a criançada  
 Mete neles a sacola e um vai pra escola, outro engraxá  
 mas nunca pede esmola  
 Arruma a casa, lava a ropa  
 E batendo os queixo com orgulho  
 põe na panela pra sopa  
 a última batata  
 Encosta cansada na janela enquanto a água fervendo faz borbulho.

Buscando um trilho Papai Queixada tá no rastro do milho. Olha uma espiga não se intriga, debulha o grão, joga no bolso do macacão.

Buscando um trilho, Papai Queixada tá no rastro do milho.

Na mata  
 Um loco trovão, espingarda na mão, é o seu Abdalão.

Um tipo escarrado de caçador:  
 Na cidade, perverso mercador  
 Na floresta, grande matador.  
 Ao lado de seu perdigueiro busca caça como  
 agulha no palheiro.

É o seu Abdalão, dono da fábrica, muitas vezes patrão. Explorador e comilão.

De polaina e capacete cheio de cacoete pensa no empregado e pummmmm!

atira no porco malhado.

Neste canto Papai Queixada história quase contada mas que pode sê mudada.

Neste canto Seu Abdalão

Uisque no bucho  
 e na cintura, uns 20 cartucho.

Um louco trovão Papai Queixada rastejando, ferido no chão.

Com urro de satisfação seu Abdalão procura pela caça em vão...

E o sangue na mata vai secando,  
 chora Mamãe Queixada o avental apertando.

Chega o filho da escola atirando fora a sacola. E o filho engraxate aperta o queixo que bate.

E o sangue na mata vai secando  
 E mil queixadas se juntando  
 E mil queixadas se ajuntando.  
 Os queixo batendo  
 Pela floresta saem  
 Os queixadas em bando, correndo.  
 Os queixo batendo  
 Pela mata correndo  
 As árvores derrubando  
 Caçador, caça-virando  
 Queixada justiça procurando  
 E logo na curva do milharal, onde acaba o matagal  
 Os queixadas encontram o inimigo natural...  
 E com ele acabam.

num grande final! Era uma vez...  
 Era uma vez uma família de queixadas que de manhã  
 Sai junto com outra família de queixadas, mais outra família de queixadas  
 E outra família de queixadas  
 Que unidas seguem na caminhada!  
 Todos queixadas tiram as máscaras e cantam.

Música

Tem um porco do mato  
 Um porco selvagem  
 Que quando anda em bando  
 Vira turma da pesada  
 Seu nome é Queixada (bis)  
 Teve uma greve no bairro de Perus,  
 onde os operários sabedô dos seus direitos  
 Assinaram em cruz.  
 Foi uma briga feia durou dezena e meia uma briga danada  
 e os operários chamavam Queixadas... ■

# TRABALHADORES NO TEATRO: UNIÃO E OLHO VIVO

TESTEMUNHO DE IDIBAL PIVETA

O teatro no Brasil era baseado no modelo europeu convencional. Há algumas experiências, como Procópio Ferreira com *Deus lhe pague*, que abordava o conteúdo social. Depois vieram pessoas como Dulcina de Moraes, que fez esforço para o teatro chegar ao povo. Pelo menos para as classes populares.

O que acompanhei antes do golpe de 64 foi a experiência dos Centros Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). A ideia mais evidente era fazer um teatro para o povo, levando esse teatro aonde não havia teatro, como nas favelas e aos trabalhadores. Uma experiência riquíssima feita por gente que depois se tornou grande expoente da cena nacional.

Acontece o golpe, dá uma resaca, e surgem várias iniciativas de contestação do regime, com linguagem cifrada ou jocosa, ou de difícil detecção para os censores, como *Liberdade Liberdade* (espetáculos do Opinião). O Arena aglutina pessoas gente boa, com uma visão partidária do Guarnieri, e que vai extrapolar

aquele espaço, com grande influência na cena cultural, incentivando muitos trabalhos pelo Brasil.

O Arena ficaria restrito a determinado número de autores e atores, mas atingindo um certo público. A partir, acho, do *Eles não usam black-tie* e da *Arena conta Zumbi* e do trabalho de Augusto Boal, abre-se para que aquele público passe a se interessar não apenas em ver teatro, mas participar, organizando, dirigindo, solicitando texto.

Há um intervalo de respiro por volta de 65 até 68, quando vem o AI-5, e esses tipos de iniciativa se multiplicaram pelo Brasil, as pessoas ouviam as fitas cassete dos espetáculos, adaptavam esquetes baseados nos textos. Hoje, muita gente sabe pedaços das peças até porque houve músicas que ficaram bem conhecidas. Uma experiência importante no período mais duro da ditadura ocorreu com o Plínio Marcos, que tinha uma visão partidária, com formação comunista, que é *Quando as máquinas param*, no Sindicato dos Têxteis no Brás. A

peça falava da realidade do trabalhador desempregado e o conflito familiar, o Tony Ramos encena o protagonista.

## TRABALHADORES NO TEATRO, NÃO SÓ UM TEATRO PARA OS TRABALHADORES

Entretanto, todo esse teatro não estava perto dos moradores da periferia, onde habitam os trabalhadores, tem seu conteúdo dirigido aos trabalhadores, mas sem garantia de acesso a eles. No caso dos têxteis, é interessante porque criou um grupo de trabalhadores da categoria fazendo teatro.

Quando começamos nossa iniciativa, tínhamos na cabeça fazer um teatro voltado para as classes populares, indo à periferia.

Eu, por exemplo, produzi *O Evangelho Segundo Zebedeu*, que conta a história da Guerra de Canudos. O espetáculo foi montado, e acaba sendo montado até hoje, mas ele abre um campo para, por exem-

plo, o Sindicato dos Bancários solicitar a montagem do *Evangelho Segundo Zebedeu* e do *Um uísque pro Rei Saul*, interpretado pelos trabalhadores da base dos bancários. No mesmo período, o Sindicato dos Aero-nautas cria um grupo que se chama “Sobreaviso” e retrata a realidade dos problemas do cotidiano. Esses grupos são importantíssimos, pois abriram campo para outros. Talvez até melhores esteticamente.

Nossa ideia era contar lances de uma história que presenciou momentos alegres e tristes, de certo modo retratados em uma mescla de espetáculos redigidos a partir da realidade da época. Foram dez espetáculos para a classe média e dez para o público popular. Depois de terminada essa fase, fizemos mais dez espetáculos no bairro e dez em nossa sede, e iniciamos um processo amplo de discussão. A partir das opiniões do público e de pessoas interessadas em entrar no grupo, debatemos temas como política, trabalhadores e participação do negro no teatro.

Daí é que nasce o *Bumba meu Queixada*, já como uma série de discussões com grupos. Nesse momento vários temas entram em evidência, como cotidiano e greves. Isso porque naquela época pipocavam várias coisas organizadas nos sindicatos, principalmente na região do ABC Paulista.

Então, a primeira peça teve como tema a longuíssima greve na fábrica de Perus. Naquele momento, todo mundo teve que estudar muito, o pessoal foi estudar a greve em Osasco, foi estudar a greve que aconteceu em Contagem, em Minas Gerais, trabalhando em condições muito

precárias, mas dariam uma contri-buição importantíssima para o momento e para entender a questão.

*“A pesquisa desdobrou-se em duas etapas: de gabinete e de campo. Na primeira foram lidos, estudados e debatidos dezenas de livros, entrevistas, reportagens e opiniões sobre greves – tema do espetáculo – e sobre bumba meu boi – estrutura da encenação.*

*Num segundo momento, partiu-se para papos, gravações e debates com trabalhadores em locais onde ocorreram as greves.*

*É importante destacar que os ensinamentos que adquirimos com o público dos bairros da periferia, além de nos darem uma nova visão de estética teatral, transformaram, e muito, cada um individualmente e o grupo em seu pensar e agir coletivos.*

*Desse contato resultou a necessidade de se colocar o tema greve não como uma simples reportagem histórica, mas sim como uma forma de luta em busca da organização da classe operária”<sup>1</sup>.*

As pesquisas e testemunhos geraram os chamados informes “fichas dramáticas”, que é uma descoberta nossa. Quer dizer, o sujeito vai à casa do Lula e faz uma entrevista com ele, por exemplo, daí faz um amplo testemunho que vai ser utilizado, usando aquele personagem ou não, *mas usando a história que ele conta*. Daí surge a ideia de um espetáculo visando a esse público, mas tudo sem perder de vista a ficha dramática e o conflito, porque teatro é conflito, sejam eles conflitos primários ou secundários.

*A ficha dramática posta em prática por sugestão do companheiro (mecânico e compositor), já falecido, Vitor Bortolucci Júnior, constitui uma pequena síntese de um fato, um pronunciamento, ou de uma narrativa. Nessa ficha cataloga-se o evento registrando sua data, autor, fonte etc, em conformidade com a sua valoração dramática.*

*Anotam-se ainda sugestões para personagens, cenas, conflitos e demais elementos que possam ser úteis à redação do texto<sup>2</sup>.*

Nosso trabalho se preocupou com o cruzamento das personagens, da greve, com um tema existente na cultura popular, que é o bumba meu boi.

Então, o *Bumba meu Queixada* é a história que conta, por meio do bumba meu boi, a história de greves importantes no Brasil até aquele momento. Trabalhamos muito com os recursos da música. Os espetáculos da Companhia Olho Vivo são essencialmente musicais, 80% seriam musicais, mas trabalhando a partir, por exemplo, da cultura pernambucana, muito de música folclórica composta por nós mesmos. Nasce o embrião de um espetáculo contando um tema operário, de greve, e com uma estrutura de arte popular que contaria aquela história.

O que fazíamos? Ao invés de contar a vida e morte do boi, contamos a vida e morte de alguém por meio das nuances do bumba meu boi, utilizado com todo o aparato cênico, que é tradicional. Nossa ideia era relatar as posturas do patrão, um tal de Abdalão, da

fábrica de Perus, contra os operários e uma organização que ajudou muito na greve, a Frente Nacional do Trabalho (FNT).

Nasce o *Bumba meu Queixada* que tem uma aceitação imensa. Ele estreou no Núcleo Expressão, em Osasco, com a presença de Augusto Boal. Boal tinha acabado de sair da prisão e apresentamos o que ocorria naquela época. Tal como em uma premonição, nossos espetáculos refletiam as greves que estavam começando a se desenvolver pelo Brasil.

*Escolhido o tema do espetáculo - a greve -, estipulou-se que o mesmo teria sua base na estrutura de uma autêntica manifestação popular: o bumba meu boi. O tema e a forma da nova peça foram encontrados levando-se em conta o nosso público: pessoas que em sua maioria nunca haviam visto teatro, e nordestinos ou seus descendentes. Pesou muito a grande porcentagem de crianças que sempre compareciam às encenações e que encontrariam no bumba meu boi uma comunicação imediata e fácil. O avanço organizacional que as comunidades de bairro experimentaram nos últimos tempos foi fator primordial na colocação da greve como chave do enredo<sup>3</sup>.*

*“Primeiro, urgia saber como fazer o espetáculo funcionar no bairro. Como chegar com o grupo, como adaptar o local. Como fazer a parte artística ter um bom nível diante das mais diversas situações que se apresentariam: salas de aula, quadras de esporte, praças públicas, casas paroquiais,*

*igrejas, pátios etc. Qual a melhor forma de estreitar o relacionamento com a comunidade do bairro? E o debate? Havíamos estabelecido que seria importantíssimo ouvir a opinião do público sobre o tema da peça, sua forma e, principalmente, receber as experiências dos moradores do local, sua vivência, aprender com eles. Aprender a usar o arado e ensinar, se possível, o que quer dizer a palavra arado. A nossa encenação exigia luz e som, e esses dois fatores tinham que ser os melhores possíveis. Se o público da classe média tinha o direito a esses meios, o ‘nosso’ público deveria tê-los, e mais ainda..<sup>4</sup>*

### CONTINUIDADE HOJE, COM A GAVIÕES E A FAVELA DO GATO

No último período, o pessoal da Favela do Gato e da Gaviões da Fiel, que geograficamente são irmãs com a Olho Vivo, passaram a ser importantíssimas. Ao trazer o pessoal da Favela do Gato e da Gaviões da Fiel para participar se abre um caminho nas comunidades, fomentando a participação do negro no processo. Recordo que uma de nossas peças falou sobre a história do Friedenreich, o primeiro jogador popular de futebol deste País, e que era negro.

Em todos os espetáculos do Olho Vivo, o ator negro tem papel primordial. Nunca iria colocar um loiro de olhos azuis fazendo qualquer tipo de coisa que não fosse objetivamente discutido. O Olho Vivo agora era misto, com o pessoal

do Samba do Bule, partindo para um espetáculo sobre o Bom Retiro.

Tudo ganhava vida a partir da música, com características populares mesmo, desembocando, além do Olho Vivo, numa coisa que chamou-se Samba do Bule. Uma narrativa inspirada nas raízes da música popular. Eles se reúnem, em uma mesa de samba, lá na sede do Olho Vivo, todo último sábado do mês, apresentando diversas histórias.

Consolidava-se uma espécie de sítio da cultura popular, que é o terreno do Olho Vivo e extrapola para outros setores. Cezinha Piveta, meu filho, avança para o teatro e a música, indo fundo nas raízes. Além de trabalhar na Companhia Olho Vivo, ele se torna coordenador com mais 20 ou 30 pessoas.

O Bom Retiro é uma região diversificada e maravilhosa. Ela mescla o italiano, judeu, coreano, boliviano e o paraguaio. Durante a semana testemunhamos uma ampla diversidade, todo mundo correndo e trabalhando. Recordo que aos sábados, no bar na esquina do Olho Vivo, se tocava de tudo, o que aproximou todos que por ali passavam e vamos discutindo, convivendo, incorporando. ■

*Texto de responsabilidade da equipe IIEP, a partir de entrevista realizada no dia 07 março de 2016 e trechos do livro Em Busca de um Teatro Popular.*

### NOTAS

1. VIEIRA, CÉSAR. *Em Busca de um Teatro Popular*. 5ª Edição. São Paulo: Programa Municipal de Fomento ao Teatro, 2015, p. 1390.
2. *Ibidem*, p. 139-140.
3. *Ibidem*, p. 138.
4. *Ibidem*, p. 101.

O GOLPE, A MOOCA E 1979, O ANO QUE  
APENAS COMEÇOU<sup>1</sup>

POR ADRIANO DIOGO

**NÃO  
QUEREMOS  
LIBERDADE  
PELA  
METADE**

**Pela Libertação Imediata  
Dos Presos Políticos**

**Pela Volta de Todos  
os Exilados**

**Pelo Esclarecimento  
Sobre os Mortos  
e Desaparecidos**



*molina*

**ANISTIA**

**AMPLA, GERAL E IRRESTRITA**

*III Encontro Nacional das Entidades de Anistia*

ACERVO CEDEM-UNESP

**Favela**

Compositor: Padeirinho

*Numa vasta extensão  
Onde não há plantaçaõ  
Nem ninguém morando lá  
Cada pobre que passa por ali  
Só pensa em construir seu lar*

*E quando o primeiro começa  
Os outros depressa procuram marcar  
Seu pedacinho de terra pra morar  
E assim a região  
sofre modificação  
Fica sendo chamada de a nova aquarela*

*E é aí que o lugar  
Então passa a se chamar favela*

**Despejo na favela**

Compositor: Adoniran Barbosa

*– Não tem nada não, seu doutor  
Não tem nada não  
Amanhã mesmo vou deixar meu barracão  
Não tem nada não, seu doutor  
Vou sair daqui  
Pra não ouvir o ronco do trator*

*– Pra mim não tem 'probrema'  
Em qualquer canto eu me arrumo  
De qualquer jeito eu me ajeito  
Depois, o que eu tenho é tão pouco  
Minha mudança é tão pequena  
Que cabe no bolso de trás*

*...Mas essa gente aí, hein?  
Como é que faz?*

**Adriano Diogo** é geólogo, foi deputado estadual e presidente da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, em São Paulo. É membro da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo. O presente texto é uma composição entre escrita do autor e transcrição de depoimento feito ao IIEP.

## NO MOSAICO DA MOOCA

Originário de família italiana e portuguesa, pobre, nasci no bairro da Mooca, Zona Leste de São Paulo, num antigo núcleo de imigração, entre a rua Tabatinguera, a rua da Mooca, a rua Caetano Pinto, a rua Piratininga, no máximo chegando até a rua Javari, onde ficava o cotonifício Crespi.

Lá, desde pequeno, caminhando pelas ruas, pelas vilas, indo às festas dos italianos, conheci cada comunidade, cada sotaque: a dos calabreses, a dos sicilianos, a dos abreses - todo o sul da Itália, moreno, cigano, cheio de dialetos, cada igreja tendo uma Nossa Senhora diferente, correspondente a cada região. Assim me criei.

Então, por exemplo, para mim o cotonifício Crespi é o marco da formação da classe operária. Toda aquela Mooca. Porque nasci na rua Conselheiro João Alfredo, na Mooca baixa. Então, os meus avós italianos eles não moravam nem lá, eles moravam lá na Tabatin-

guera. Havia vários núcleos de italianos, mas o meu núcleo dos italianos era aquele do Parque Dom Pedro, aquele do começo da Celso Garcia, não havia a Radial. Quando se lê sobre a gripe espanhola na Mooca, o que morreu de gente naqueles bairros operários... E como é que foi o tempo do Getúlio Vargas, como ele consolidou um tipo de sindicato e um tipo de classe trabalhadora que vêm se desenvolver depois.

Mas havia também os cortiços criados por descendentes de espanhóis, portugueses e árabes. Politicamente lá tinha de tudo: anarquistas, comunistas, fascistas, salazaristas. O Juventus ainda era o time da fábrica e dos operários pobres. Havia a fábrica da Antarctica, dos sapatos Clark, da Johnson & Johnson. Assim era o meu mundo de tijolinhos vermelhos. Minha mãe estudou e dava aulas na Escola Normal Padre Anchieta, uma das primeiras do Brasil. Eu estudava no Firmino de Proença. No trajeto da avenida Presidente Wilson, que liga a cida-

de ao ABC Paulista, em São Caetano, era uma fábrica atrás da outra: Lorenzetti, Arno, Fundação Brasil, até a chegada da poderosa Ford. Era lá que eu vivia.

Depois, nos cortiços em que moravam europeus, instalaram-se os nordestinos, nas mesmas casas, só que em piores condições. Vieram aos milhares, principalmente depois do golpe militar de 1964. Hoje são os bolivianos que estão lá. Sempre uma mão de obra abundante, servil, quase escrava. Assim é que se formou o nosso capitalismo e ali nasci e me criei.

Fui para a universidade e saí desse mundo, mas depois da minha prisão, lá voltei para me reciclar e me reanimar. Entrei em cada quintal, em cada cortiço, conversei com cada uma das famílias e entendi como viviam aqueles nordestinos tão sofridos, que votavam na Arena e adoravam o Paulo Maluf. Aquele mundo repleto de crianças que eu via nos cortiços e nos quintais, com seus estranhos falares, era uma fortaleza, um protetorado

contra a dureza da cidade grande. E isso ocorre até hoje, com os bolivianos que mal falam espanhol, os paraguaios recém-chegados e os peruanos. As novas gerações de escravos urbanos.

### A CIDADE ANTES E DEPOIS DO GOLPE DE 1964

Como se explica essas classes oprimidas saídas do Nordeste para o confinamento dos cortiços, para os lugares mais afastados, terem construído em mutirão ou em autoconstrução bairros inteiros? Mais do que isso. Com o estímulo da Igreja Católica e da Teologia da Libertação, fermentado pela esquerda militante, criaram condições de transformar bairros tão carentes em verdadeiras cidades.

É interessante, e não se imagina o esforço que as famílias faziam para manter as condições de saneamento nos cortiços. Porque, depois do golpe virou cortiço de nordestino, mas até o golpe era cortiço de estrangeiros. Todas as casas das famílias de portugueses, espanhóis, russos, húngaros e eslavos eram cortiços, depois é que começou a ter o Alto da Mooca, que fizeram a avenida Paes de Barros. No golpe, a primeira coisa que aparece é a construção dos conjuntos de moradia popular da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, as Cohabs. Então, são duas cidades, uma antes e outra depois do golpe.

As Cohabs começaram a ser construídas por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH). Eram enormes conjuntos habitacio-

nais formados por prédios de quatro andares, sem elevador, em que milhares de pessoas compravam a prestação pequenos apartamentos em regiões tão longínquas que havia apenas água encanada e luz elétrica. Não havia linhas de ônibus, serviços de saúde, educação, sistema bancário, transporte, sem falar da quantidade enorme de terrenos vazios mal aproveitados.

### FORMAÇÃO DAS ZONAS DE EXCLUSÃO

A política da ditadura, de formação dessas zonas de exclusão, como a Cidade de Deus ou a Vila Kennedy, no Rio de Janeiro, era um jeito de valorizar os terrenos nas regiões centrais - para lançamentos imobiliários destinados à classe média - e empurrar o povo para a periferia.

Foram dois movimentos, ou melhor, um movimento de substituição. Enquanto a ditadura aprontava os novos loteamentos populares, e as Cohabs são o maior exemplo disso, os trabalhadores mais consolidados iam para São Mateus, Itaquera, Sapopemba. A ocupação da Fazenda da Juta, a Cohab Barreira Grande, tudo é produto de luta, da resistência à ditadura. O maior aborto da ditadura foi a Cidade Tiradentes, até hoje precária e longe de tudo.

Os cortiços eram de uma pobreza primitiva, viviam neles migrantes rurais, quase camponeses, que trabalhavam de ajudante nas fábricas. Não tinham contrato de locação, não havia fiador, eram caríssimos, chamavam de pensões, e

cobravam aluguel diário, uma pobreza e tristeza impressionantes. Eu ficava dentro daqueles cortiços todo sábado e domingo, fazia filminho, passava filminho, discutia o filminho. E a gente propunha que o cara tinha que resolver o problema lá dentro, que era completamente louco, resolver o problema lá dentro, como inquilino.

Descobrimos que na região central da cidade morava mais gente dentro de cortiço do que em favela. O cortiço era a porta de entrada na cidade. Aí se descobriu que do Tatuapé, Canindé, Brás até Pari, era um cortiço só, de gente hiperexplorada. Aquele monte de criança não tinha apoio nenhum, crianças soltas no mundo, sem escola e sem creche. As mulheres diaristas muito pobres. Então descobrimos outro mundo, o mundo dos cortiços. Se falavam em favelas, conjunto habitacional, mutirão na Zona Leste, os loteamentos. *Esse povo dos cortiços é embrião de um novo movimento de moradia.* Quando vem a democratização do País, esse povo do cortiço é que constrói os loteamentos organizados, os loteamentos sociais, os loteamentos estatais, que o Mário Covas começa, mas deságua na Luiza Erundina.

Mas nas sobras desse território, dessa urbanização louca, vieram os nordestinos, os migrantes da ditadura. Lógico que em São Paulo tem taxas de crescimento populacional que dobravam a população a cada dez anos, mesmo antes do golpe. Tem esse crescimento populacional enorme, mas a ditadura é

quem exporta organizadamente os trabalhadores.

Esse pessoal vai morar num lugar que não tinha água, não tinha luz, não tinha saneamento, não tinha posto de saúde, nada. Só alguma coisa da Igreja Católica e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Eles começam a fazer a organização operária, organizar as comunidades. Enquanto a ditadura tinha uma prevalência absurda aqui, a orientação da Igreja Católica era completamente antagônica. Então, aquele operário nordestino, quando vai morar na periferia, ele vai à Igreja e lá se discute tudo. Ele vai morar em São Mateus, Itaqueira, ele começa a discutir água, luz. Ele começa a lutar para que aquele loteamento seja legalizado, e isso criou uma consciência crítica na periferia, que faz a mulher lutar no bairro e o homem lutar na fábrica. Esse movimento teve o apoio da Igreja Católica.

Mas dentro da sua sabedoria, o povo começou a construir casas precárias nos terrenos vazios, ocupando ou adquirindo loteamentos clandestinos ou mal aprovados.

Primeiramente, o povo começou a lutar nos cortiços por água e luz. Depois, o povo começou a ocupar, o pessoal descobriu Sapopemba, São Mateus e a ordem era ocupar. O prefeito Jânio Quadros, que vem depois do Mário Covas, monta uma guarda particular, a Guarda Civil Metropolitana (GCM), que tinha como comandante o coronel Ávila, um matador. A GCM matou um lutador, Adão de Guaianas, em um 31 de março.

Formava-se uma nova classe operária, influenciada pela Teologia da Libertação e pelas organizações de esquerda clandestinas, muitos ex-presos políticos comandaram as greves. Na periferia, eles intervieram e fomentavam a discussão sobre os direitos básicos, como saúde, educação, habitação. Aos poucos, como num passe de mágica, deixaria de votar no Paulo Maluf, entraria para os sindicatos, formaria o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), faria greves e ajudaria a derrubar a ditadura.

Nos bairros, as mulheres que durante a semana eram diaristas, incentivavam os maridos a participar do momento político. Se eles estivessem desempregados, participavam do Comitê Paulista do Desemprego para a arrecadação de alimentos. As mulheres tomaram a dianteira da luta, no Movimento Contra a Carestia e o Movimento Custo de Vida, no movimento pelas creches, nas pastorais. Os homens acompanharam, timidamente no início, esse movimento das mulheres nos bairros e se organizavam nas fábricas.

Naquela época, fiquei internado na clandestinidade e na luta até 1973, de 1969 até 1973 era organizado, ligado ao movimento estudantil, cultural, e apoio à luta dos bairros, rodava panfleto quase como clandestino. Não era clandestino porque tinha nome legal, mas era prática fechada. Nosso contato maior era com o mesmo grupo de pessoas, trabalhando de

forma intensa na política pela cultura. Então, quando saí da cadeia, vejo que o mundo tinha acabado, tinham matado meus companheiros. Começo a andar pelas ruas, a conhecer a Zona Leste.

Entre 1973 e 1974 é tanta gente presa, tanta gente morta que, quando começa 1975, parece que todo mundo compreendeu que o golpe estava consolidado e que tinha que ter outro modo de fazer política. Então, a palavra de ordem era voltar às bases, vamos conversar com o povo. Lógico que o movimento estudantil continuou crescendo e dando muita contribuição.

Entre 1975 e 1978, se você ficasse no centro da cidade não acontecia nada, mas se fosse para os bairros era muita efervescência. Panfletos, muitos grupos de teatro e de música. Nas Igrejas, as letras tinham palavras de protestos e falando de direitos. Quando aparece o movimento do ABC, o Perseu Abramo, que foi um grande jornalista, fazendo propaganda da luta operária, pensei que ia todo mundo morrer, todo mundo em cana.

Acompanhei o movimento da saúde, houve várias formas de organização, e o pessoal foi se integrando, eram caras que vieram da luta armada, vieram das organizações para trabalhar com o povo. Tinha de tudo, moradia, saúde, carestia, creche com a mulherada, que era impressionante como pegava, comitê de desempregado, tinha de tudo.

Assim, a consciência foi mudando. A ditadura foi caindo. Essa virada se deu principalmente a par-

tir de 1973 e 1974, quando as pessoas ligadas à resistência armada ao regime militar, que conseguiram sobreviver, saíram das prisões e fizeram um giro em direção ao povo, montando com ele uma aliança que foi uma das maiores amálgamas políticas da história do Brasil.

### 1979, O ANO DA VIRADA

Mas foi somente em 1979, precisamente 11 anos depois da explosão de energia contestatória de 1968, que os movimentos populares e sociais se reorganizaram. Era o começo do fim de um período de desespero. Abafada, massacrada, humilhada pela ditadura militar<sup>2</sup> e seus generais, uma geração inteira passou uma década sendo perseguida, presa e calada à força.

O ano de 1979 apresentou ao Brasil uma nova e extraordinária força popular, que se articulou e se reorganizou para acabar com a ditadura, para fazer renascer a esperança de novos e melhores tempos, abrir caminho para a democracia e para a liberdade.

Se 1968 foi o ano que não terminou, como tão bem classificou o jornalista Zuenir Ventura em seu famoso livro, podemos dizer que 1979 foi o ano que apenas começou. Foi o ano em que a ditadura começou a acabar de fato, acuada pelo povo que não aguentava mais aquela situação de opressão.

Aquele ano de 1979 é para não esquecer. Elis Regina cantava *O bêbado e a equilibrista*, Chico Buarque, *Gota d'água*. Na tevê, a novela *Dancing Days*, iniciada em 1978,

provocava uma verdadeira comoção nacional ao mostrar a revolução de costumes que varria a sociedade. Todos discutiam o documentário *Braços cruzados, máquinas paradas*, de Roberto Gervitz e Sergio Toledo, sobre o movimento operário, a greve puxada pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

As greves se espalhavam pelo País – na Scania e em outras montadoras do ABC, centenas de fábricas paradas em São Paulo. Líderes sindicais se revezavam em discursos inflamados contra a ditadura – Lula<sup>2</sup> parecia estar em todos os lugares, em todos os jornais.

E, mesmo nesse ano efervescente, houve um dia emblemático. No dia 1º de Maio de 1979, Lula discursou no ABC em meio a greves e paralisações. Contrapondo-se à comemoração oficial da ditadura no Estádio do Pacaembu, fez um discurso histórico em que dizia “para cada jogador de futebol famoso convidado pelo governo militar, nós traremos um líder sindical”.

Quase como uma metáfora do fim da ditadura, no mesmo dia o temível delegado Sérgio Paranhos Fleury, um dos agentes mais identificados com torturas, assassinatos e desaparecimentos, estranhamente morria afogado em Ilhabela. Parecia que o País e o povo voltariam a respirar.

Mas não. A ditadura ainda matava. Na greve dos metalúrgicos de 1979 é assassinado, em um piquete pacífico, na porta da fábrica Sylvania, o militante Santo Dias, da Pastoral Operária, candidato a vice-presidente dos metalúrgicos

na chapa da oposição, em 1978. O centro da cidade foi tomado por mais de 30 mil pessoas no cortejo levando seu corpo da Igreja da Consolação à Catedral da Sé. Em seu enterro, no Cemitério do Campo Grande, em Santo Amaro, milhares de operários deram seu adeus.

Os estudantes voltavam para as ruas com uma força que não se via também desde 1968. Em 30 de maio se realizava em Salvador o 31º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que ajudaria a reconstruir o movimento. Foi um momento tenso, em que diversas lideranças de direita, como Erasmo Dias, que era deputado pelo partido Aliança Renovadora Nacional (Arena), tentou segurar de todas as formas a onda de jovens que atuavam politicamente.

Em 1979, um movimento enorme se espalhou pelo País, propondo renovação, democracia e liberdade. A ditadura reagiu – e tomou emprestada da esquerda, que liderava o processo de abertura política, uma de suas bandeiras de luta, a Anistia<sup>3</sup>.

### LUTA PELA ANISTIA, DIREITA HIDRÓFOBA E PRESSÃO POPULAR

Percebendo que as graves violações aos direitos humanos que aconteciam desde 1964 poderiam vir a ser objeto de julgamento e penalização, a ditadura reinventou uma das leis que vinham sendo propostas pela esquerda – a anistia aos presos políticos e aos militan-

tes clandestinos que haviam lutado contra o regime. A Lei da Anistia, reinterpretada pela ditadura, então, seria um bálsamo para o povo, um perdão, uma reconciliação – uma bobagem qualquer inventada pelos militares para permanecerem mais tempo no poder.

O que nunca aparece nos livros de história é a verdadeira proposta de anistia produzida pelos setores populares, que vinha sendo gestada havia alguns anos.

A proposta original, da esquerda, discutida por vários setores, com várias camadas da população, pedia o próprio fim da ditadura e a apuração e responsabilização dos crimes por ela cometidos. Pedia ainda a devolução dos corpos dos desaparecidos políticos.

Mas a proposta que acabou sendo posta em prática foi outra, a dos ditadores. Esta anistiava os torturadores e seus crimes, assim como os torturados, também criminalizados. Na verdade, era o que muitos chamaram de uma “autoanistia” para os crimes cometidos pela ditadura e seus agentes. Na votação do projeto no Congresso Nacional, o governo militar ganhou por uma diferença de cinco votos.

Naquela época, um terço dos senadores que votaram pela anistia proposta pelos militares era constituído por senadores biônicos, eleitos indiretamente por um Colégio Eleitoral, de acordo com a Emenda Constitucional 8, de 14 de abril de 1977 - parte principal do malfadado “Pacote de Abril”. Uma das manobras da ditadura para conseguir sempre maioria nas votações do Se-

nado, já que, apenas pela força dos votos, os senadores da Arena, partido da ditadura, perderiam todas para os do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição consentida. Somente esses partidos poderiam existir. Em 1980 seria permitida a existência legal de outros partidos.

Dessa forma, devido à pressão dos militares sobre o Congresso para que não fosse votada a verdadeira proposta da anistia, o resultado foi um texto final que beneficiou os torturadores. E essa votação ainda deu uma sobrevida para a ditadura. Em 1985, apesar da pressão da campanha pelas Diretas Já, a burguesia brasileira constrói uma saída de conciliação pela eleição indireta para presidente da República no Colégio Eleitoral.

Mas mesmo a anistia aprovada pelo militares trouxe consequências funestas. Uma parte da linha dura do regime reagiu. Insatisfeitos com a inevitável abertura, alguns militares passaram a atacar com bombas sedes de instituições, movimentos e até mesmo pessoas da esquerda. Criou-se um movimento terrorista de direita que ecoa até hoje, bastando observar as bombas que explodem em locais de esquerda.

Na época, o jornal *Movimento* fez um levantamento, publicado em setembro de 1980, mostrando que o aparato repressivo de então estava mudando. Entre os anos de 1971 a 1975, quando o número de desaparecidos atingiu seu auge - e prendia-se e se torturavam vários opositores ao regime -, não se tem notícia de atentados terroristas de direita.

Mas quando se iniciou a abertura política, começariam os atentados terroristas de direita, cujo número aumentava conforme a pressão popular pela democracia também aumentava. Assim, a direita atacou oito vezes em 1976, seis em 1977, 19 vezes em 1978, dez em 1979 e fez 29 atentados em 1980. E os atentados continuaram nos anos seguintes, espalhando bombas e terror por várias cidades do Brasil.

As bombas eram colocadas em locais ou em atos promovidos pela esquerda. Uma bomba foi desativada em 18 de janeiro de 1980, no Hotel Everest, no Rio, onde se hospedava Leonel Brizola. Outra explodiu num comício do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), na quadra da escola de samba Salgueiro. O mesmo ocorreu na sede da Convergência Socialista, no Rio de Janeiro, em junho de 1980. Várias bancas de jornais de diversas cidades foram explodidas porque vendiam jornais e revistas de oposição.

No Teatro da Universidade Católica de São Paulo (Tuca) explodiu uma bomba em agosto daquele ano, antes de um ato político do jornal *Tribuna Operária*, produzido pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B). Na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio de Janeiro, uma carta-bomba matou a secretária Lyda Monteiro.

Pouco antes, no dia 22 de novembro de 1979, foi aprovada a reforma política que reestabeleceu o pluripartidarismo no País, acabando com a divisão política entre Are-

na e MDB, governo militar e oposição consentida. Durante todo aquele ano, as discussões e mobilizações para a formação do Partido dos Trabalhadores (PT) foram intensas, reunindo intelectuais, líderes sindicais e cristãos.

Dessa forma, o jovem PT representaria uma nova maneira de ver o socialismo e a esquerda. Muitos diziam que o partido era uma espécie de união entre uma intelectualidade de esquerda e o sindicalismo de base. Em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, era criado o partido. A ficha de filiação número 1 foi a de Apolônio de Carvalho, a número 2 de Mario Pedrosa, a número 3 de Antonio Candido e a número 4 de Sérgio Buarque de Holanda.

A pressão popular era grande na época. Em 1982 foram realizadas eleições diretas para governadores e senadores em todo o território nacional. A Arena perdeu de lavada. Com a nova composição do Congresso e do quadro de governadores, em 1983 era iniciada a campanha das Diretas Já<sup>5</sup>, com imensa mobilização popular. Mas, como costuma ser no Brasil, as classes dominantes costuraram uma saída “por cima”, sem a participação popular e sem traumas.

Numa votação que deixou o Brasil com o coração apertado, o PMDB e os setores conservadores optaram pelo Colégio Eleitoral em vez de bancar as eleições diretas para presidente da República. Tancredo Neves, candidato da oposição parlamentar, foi eleito, mas morreu antes de tomar posse. A ditadura ganha-

ria mais uma vez. José Sarney, político maranhense que compunha o alto escalão do regime militar e tinha mudado de galho, seria o novo presidente da República.

Em 1988 foi promulgada a nova Constituição Federal, que representava a esperança de mudança para o povo brasileiro. Mas mesmo com inovações e progressos importantes na defesa da população, a Lei da Anistia da ditadura foi incorporada ao texto dessa nova Constituição. A saída construída por cima blindava não só os militares e toda a repressão política, mas igualmente o empresariado que organizou o golpe, beneficiou a ditadura e financiou a repressão.

Era uma época turbulenta e, em 1989, o povo saíria mais uma vez às ruas. Dessa vez para experimentar a primeira campanha eleitoral para presidente desde o golpe militar de 1964. Ulysses Guimarães (PMDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT) e outros 19 candidatos à presidência competiam. Quem venceu? Os militares, a ditadura. Fernando Collor (PRN) foi eleito. Depois viriam Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Lula.

### TARDIA COMISSÃO DA VERDADE

Apenas em 2010 Lula enviaria ao Congresso Nacional a proposta de criação da Comissão Nacional da Verdade. O gesto não sairia barato. O Supremo Tribunal Federal, por sete votos a dois, em abril de 2010, reválidava a lei da anistia dos militares.

O resultado teve como consequência a reação da Corte Interamericana que, em novembro, condenaria o Brasil pelos crimes cometidos na ditadura, condenando também a Lei da Anistia dos militares, a lei da anistia dos torturadores. Somente em 18 de novembro de 2011, já no governo de Dilma Rousseff, a Comissão Nacional da Verdade seria aprovada, sem ser, no entanto, dotada de poder punitivo.

A aprovação, a instalação e as recomendações contidas no relatório da Comissão Nacional da Verdade foram os fatos mais importantes que ocorreram no Brasil nesses últimos anos. Apenas agora voltamos a discutir os mesmos problemas que nos afligiam em 1979, no calor dos acontecimentos. Talvez exatamente por isso as recomendações estejam guardadas a sete chaves, para que não repercutam devidamente ou não sejam seguidas. Passados mais de um ano da entrega do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade nenhuma providência foi tomada e nenhuma de suas recomendações foi encaminhada.

Apesar disso, o Relatório desnudou a ditadura e suas consequências. E por uma dessas mágicas que só ocorrem no Brasil, a Comissão Nacional da Verdade acabou por se capilarizar por todo o País, em universidades, sindicatos, Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, com comissões locais que passaram também a investigar os crimes contra os direitos humanos cometidos durante o período da ditadura.

E qual foi a unanimidade de todas as muitas comissões da verda-

de do País? *A condenação da Lei da Anistia.* Vários mitos foram derrubados, o principal deles o de que os torturadores não devem ser identificados e condenados. Delas surgiria um novo Brasil, que não é generoso, faceiro e inzoneiro, como na música de Ary Barroso. Mas um Brasil escravagista, um Brasil que admite a tortura. Um Brasil que vigiou e puniu a esquerda, a liberdade e a democracia. Um Brasil homofóbico e machista.

Não à toa, nesse momento estamos como que nos olhando para um espelho. Recontando a nossa própria história. Revivendo a ditadura em tempo real, com ameaças de golpe, mídia golpista, pedidos de impeachment, empresas desestabilizando o País. Quem viver verá que o espírito libertário e democrático que respirávamos em 1979 ainda está entre nós. Que aquele ano, 1979, continua entre nós. Abaixo a ditadura! ■

## NOTAS

1. Colaborou Joana Monteleone, doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP).
2. Lula, Luís Inácio Lula da Silva, foi líder sindical nos anos 1970 e presidente do Brasil de 2002 a 2010.
3. Anistia foi um projeto de lei que pretendia perdoar aqueles que haviam cometido crimes contra o regime militar. Incorporada pelos militares, a lei serviu para anistiar os torturadores.
4. As eleições diretas ocorrem quando o povo escolhe, por meio de votação, os seus representantes. Podem ser municipais, estaduais e federais. No Brasil, disputam-se votos para prefeitos e vereadores, governadores e deputados estaduais, presidente, deputados federais e senadores. A campanha pelas Diretas Já foi feita para que, ao final do governo ditatorial, o povo escolhesse o presidente da República. A campanha não foi bem-sucedida, e as eleições acabariam sendo indiretas, ou seja, o presidente foi escolhido por um colégio eleitoral.

## A LUTA PELA MORADIA: MOBILIZAÇÃO



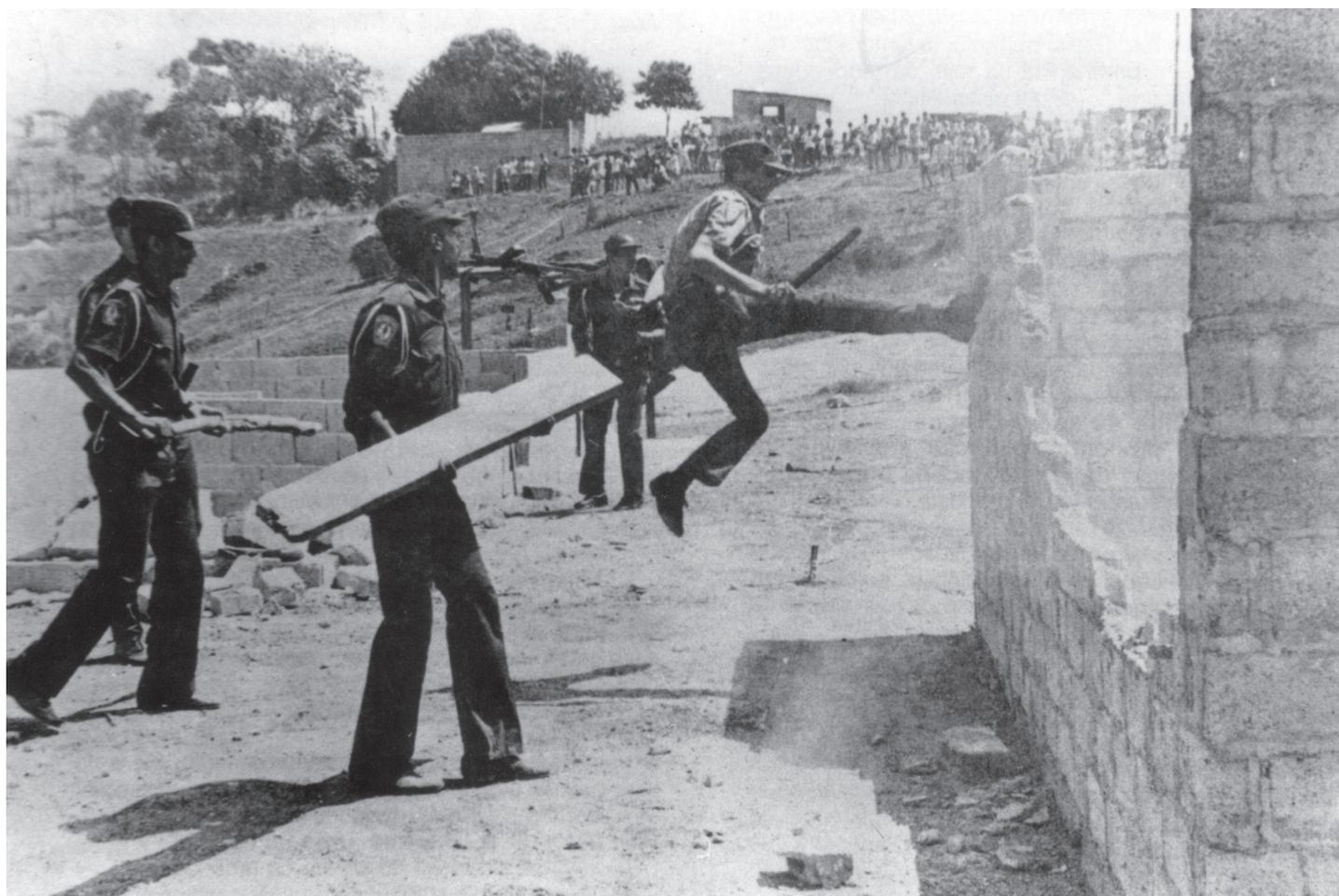
LUTANDO POR MORADIA NA ZONA LESTE  
ACERVO INFORMAR - IIEP



MOBILIZAÇÃO POR CONSTRUÇÃO DE MORADIAS NA VILA REMO, ZONA SUL DE SÃO PAULO.  
ACERVO INFORMAR - IIEP



## A LUTA PELA MORADIA: REPRESSÃO



GUARDA CIVIL MUNICIPAL NA DESOCUPAÇÃO DO LAJEADO EM GUAIANASES  
ACERVO INFORMAR - IIEP



# OS METALÚRGICOS NA CIDADE E A CIDADE DISTANTE DOS METALÚRGICOS

SEBASTIÃO NETO

CONTRA O PACTO SOCIAL E POR  
40 HORAS SEMANAIS. A ÚLTIMA  
GRANDE MOBILIZAÇÃO CLASSISTA  
DE DIVERSAS CATEGORIAS  
OPERÁRIAS NA CAMPANHA  
SALARIAL UNIFICADA, 1985.

SINDICATO DOS QUÍMICOS DE SÃO PAULO.  
FOTO DE VERA JURSYS



**Voz do Leste**

Compositor: Taiguara\*

*Sou Voz Operária do Tatuapé  
Canto enquanto enfrento o batente co'a mão  
Trabalho no ritmo desse Chamamé  
Meu pouco Salário faz minha ilusão*

*Sou voz operária do Tatuapé  
Vivo como posso a me deixa o patrão  
E enquanto respira dessa chaminé  
Meu povo se vira e não vê solução*

*No teatro da vergonha  
aonde a verdade não se diz  
Tem quem representa a massa,  
quem ri da desgraça  
E quem banca o infeliz*

*Tem até burguês que sonha  
que entra em cena e engana a atriz  
Tem quem sustenta a trapaça  
e depois que fracassa  
amordaça o país*

*Tem quem sustenta a trapaça  
E depois que fracassa,  
Amordaça o país.*

*Já meu drama é o da cegonha...  
quase morre o meu guri...  
Sobra pr'ó Leste a fumaça  
e a peste ameaça  
O ar do Piqueri*

*Pior que a matança medonha  
é o desemprego pra engolir...  
Seja no peito ou na raça,  
esse teatro devasso  
Alguém tem que proibir...*

*Seja no palco ou na praça  
Essas peças sem graça  
vão ter que sair.  
(sair de cartaz...)*

*Sou Voz Operária...*

**Sebastião Lopes Neto,**

mecânico de precisão.

Foi militante da Oposição

Sindical Metalúrgica de São

Paulo e diretor da CUT entre

1988 e 2000. É coordenador

do IIEP.

\* Taiguara, ligado a Luiz Carlos Prestes, foi um dos artistas a ir nas portas de fábrica para apoiar a chapa "Santo Dias", da OSMSP, nas eleições de 1981.

Os metalúrgicos de São Paulo são desde os anos 60, antes do golpe, a categoria operária mais numerosa, com maior concentração de trabalhadores qualificados e mais diversificação produtiva. É uma cidade que se tornou o lugar de maior concentração operária da história mundial, considerado desde o desenvolvimento industrial na Inglaterra no início do século XIX.

No século XX, produziu do prego ao míssil, passando por automóveis, e tinha cadeia produtiva e fornecimento de insumos, equipamentos e máquinas para outros setores industriais no Brasil. Fazia parte de uma mancha industrial, de Osasco a oeste até o ABC, e por Guarulhos ao seu norte. São Paulo, Osasco e Guarulhos até 1961 são um Sindicato só e, com a emancipação das cidades, viraram sindicatos distintos.

Esse sindicato metalúrgico foi, junto com a categoria de têxteis, a força política operária mais importante a partir dos anos 50. Entre 50

e 63, há pelo menos quatro grandes mobilizações intercategorias de metalúrgicos em conjunto com os vidreiros, construção civil, borracheiros, químicos, plásticos, trabalhadores dos frios e carnes, das bebidas. Os metalúrgicos, por sua força, imantavam as outras categorias operárias.

O sindicato já era importante desde os anos 40 para os anos 50, olhado com muita atenção pelas organizações da esquerda e da direita. Os patrões, ainda no governo Dutra, na ressaca da Constituinte de 1946 e da redemocratização, tinham conseguido fechar o Partido Comunista (PCB), cassar toda sua bancada parlamentar e proibir a CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil), recém-organizada. O PCB havia eleito 13 (treze!) vereadores em Santo André e o operário Armando Mazzo prefeito. Os vereadores foram cassados e Mazzo impedido de tomar posse. Luiz Carlos Prestes, eleito senador por São Paulo, teve, proporcional-

mente, a maior votação da história política brasileira. Também foi cassado. A política de “manos duras” do governo Dutra, com a capa da legalidade, vai impondo na vida sindical a figura do “sindicalista ministerialista”. A estrutura de controle dos trabalhadores e de colaboração de classe nos sindicatos é dominante.

Os patrões nos anos 40 tinham aperfeiçoado a triste herança da ditadura varguista do Estado Novo e montaram por meio do Dops um sofisticado sistema de vigilância e repressão, que incluía um registro de *todos* os trabalhadores que passavam pelas fábricas, relatórios anuais com número de trabalhadores, número de sindicalizados, nomes, quem dirigia as greves, quais as razões das greves, tudo entregue regularmente ao órgão de repressão do Estado. Inúmeras correspondências íntimas, harmoniosas, entre grandes empresas e o Dops no sentido de resolver conflitos, evitá-los ou simplesmente infor-

mar cabeças de greve foram levantados nos arquivos públicos.

## O PAPEL POLÍTICO DOS METALÚRGICOS

Esse sindicato nos anos 50 – período de grande crescimento da classe trabalhadora, numa maré de consolidação da indústria e de participação crescente dos trabalhadores – vai se consolidando como referência ao liderar as grandes mobilizações operárias. O governo Vargas pendularmente se aproxima das aspirações populares, faz concessões e afrouxa o “ministerialismo” nos sindicatos. Jango, João Goulart, seu ministro do Trabalho, será derrubado por dobrar o valor do salário mínimo. Jango cai, mas vira uma referência de político progressista e o salário aumentado fica mantido.

O processo de metropolização de São Paulo, que parecia “inchar” a cidade, faz com que as forças políticas de esquerda, especialmente o PCB e o PTB, mas também outras organizações menores (anarquistas, trotskistas, o Partido Socialista etc.) disputem influência entre esses trabalhadores. Das forças, a mais relevante é o PCB. A partir de 1951, aliados com o dirigente do Partido Socialista, Remo Forli, os comunistas do PCB vão dirigir o sindicato até o golpe de 1964, quando Afonso Delellis, presidente, é cassado junto com toda a diretoria.

Nesse período de crescimento da população de trabalhadores na

cidade operária, os imigrantes europeus começam a conviver com os baianos, os “de fora” de São Paulo (os mineiros viraram baianos, os cearenses viraram baianos, os pernambucanos viraram baianos, todo mundo era baiano). O crescimento populacional da cidade com a chegada exponencial de migrantes, principalmente dos anos 40 aos 60, vai constituir a massa de classes trabalhadoras na cidade, entre elas, os metalúrgicos.

Normalmente, os migrantes chegavam ao mundo do trabalho disciplinador da cidade pelo emprego de peão na construção civil e arriscavam depois ser metalúrgicos. Ser metalúrgico qualificado era um grande objetivo nas famílias trabalhadoras, era uma possibilidade de ascensão, como entrar no seminário para carreira religiosa ou ser das forças armadas, por exemplo. Os trabalhadores metalúrgicos qualificados, *os que tinham profissão*, eletricitas, soldadores, mecânicos, ferramenteiros, podem ser empregados em outros setores industriais. No futuro, com a repressão militar visando mais aos metalúrgicos porque eram os mais organizados, muitos militantes se espalharão por outras categorias, justamente por essa facilidade profissional, e levarão suas experiências organizativas. O caminho para a aprendizagem, quase único, era principalmente o Senai, controlado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Desde 1943, as confederações em-

presariais tiveram a benesse de Vargas para receber compulsoriamente um recurso (só em 2014, foram recebidos 30 bilhões de reais! Desse total, os empresários têm a liberdade de gastar 7% a título de gestão do recurso, de acordo como quiseram – por exemplo, manter a sede da Fiesp).

Os recursos do “Sistema S” permitem operar uma imensa máquina de dinheiro e de propaganda ideológica do empresariado, que envolve as atividades culturais do Sesc, o Senac, onde os cursos são cobrados, e principalmente o Senai. Durante décadas, os milhares de trabalhadores que viram o Senai como “a porta da esperança” tiveram que adentrar as escolas – atualmente chamadas de *unidade de negócios* –, onde na entrada ficava a frase “O Senai é uma instituição mantida e dirigida pela indústria”. Meia verdade. Dirigida sim, mas mantida com recursos da sociedade.

Além da formação *para o trabalho*, com o disciplinamento implícito necessário à produção da fábrica taylorista, com intensiva ocupação de mão de obra, o enai era vendido então como uma concessão bondosa aos trabalhadores. O objetivo era a formação em massa para aqueles trabalhadores, mas a eles não era permitida a elevação da escolaridade. Isso resultou numa sinistra estatística até os anos 90, quando dois terços da população economicamente ativa tinham menos que oito anos em média de escolaridade.

Numa leitura mais atenta, esses trabalhadores que não estudaram tinham começado a trabalhar, mais de 80% deles, antes dos 16 anos de idade. A formação do trabalhador basicamente o empurrava para dentro da fábrica para trabalhar. A dinâmica do trabalho, o cansaço, as horas extras e o fato de não haver escolas noturnas, condenaram durante décadas os trabalhadores – e mais ainda as trabalhadoras – a não ter acesso aos conhecimentos necessários ao seu próprio aperfeiçoamento profissional e cultural. Antes ainda que o coronel Jarbas Passarinho, ministro da Educação e do Trabalho na ditadura militar, proclamasse que “estudante é para estudar e trabalhador para trabalhar”, isso já era uma condição da vida da população trabalhadora.

De qualquer maneira, o Sindicato dos Metalúrgicos na década de 50 vai ser a ponta de lança das grandes lutas. Quando chega o ano de 1964, o Sindicato é vitimado pela nomeação de interventores imediatamente ao golpe, quando é ocupado pela polícia, e imposta uma junta muito qualificada de sindicalistas de direita. O IADESIL (Instituto de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre), instrumento do Departamento de Estado Norte-Americano, formava uma elite sindical, fornecida principalmente pelos Círculos Operários Católicos e o Movimento Sindical Renovador, ambos com forte orientação anticomunista.

Eles já tinham feito chapa de oposição encabeçada por Joaquim dos Santos Andrade contra a diretoria de Delellis em 1961 e perderam as eleições. Em 1965, inventam um processo eleitoral em que só eles concorrem. Parte desse grupo estará na direção do Sindicato até 1987.

A figura de Joaquinzão, que tinha sido interventor nos metalúrgicos de Guarulhos, vai se perpetuar na presidência do Sindicato até 1987. No intervalo, de 1966 ao final de 1968, depois da primeira onda de repressão da ditadura (inquéritos policiais–militares, os IPMs), há uma situação “lusco-fusco” em que a esquerda e os progressistas ensaiam diversas iniciativas de resistência. Reflexo disso são os marcantes espetáculos teatrais e musicais de protesto, como os do Opinião, do Arena, a peça *Liberdade, Liberdade* etc. Os marcos mais importantes que iniciam e fecham esse período são as mobilizações massivas estudantis (como a *Marcha dos Cem Mil* no Rio de Janeiro) até as greves operárias de Contagem e de Osasco.

Começa um processo devagar de reagrupamento dos quadros sindicais que compartilhavam crítica da direção comunista desde antes do golpe e uma visão de construção do movimento operário pela sua base. Esses quadros basicamente eram formados na tradição da esquerda cristã, como a Juventude Operária Católica, a JOC. Come-

ça a se agrupar em torno deles uma vanguarda de operários mais novos que estavam insatisfeitos com o peleguismo. Pouco a pouco, também se aproxima parte dos quadros comunistas do pré-64 que ficaram sem ação diante do golpe e estavam quebrados. Esses grupos, juntos, vão criar a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

### A OPOSIÇÃO SINDICAL METALÚRGICA DE SÃO PAULO COMO FRENTE DE TRABALHADORES

Em 67, disputam a eleição com a Chapa Verde. Saem a público pela primeira vez num pleito e denunciam que o processo era viciado, sem controle por parte da Oposição ou da base da categoria. Em 69, após o AI-5, não arriscaram e acharam que em 1972 dava para arriscar: foi um desastre, porque as eleições foram fraudadas. Vinham de uma reflexão da situação política ruim e passam a mergulhar completamente nas fábricas porque havia ficado claro que, para ganhar o jogo contra os patrões e a repressão, só fazia sentido se organizassem os trabalhadores a partir do chão de fábrica.

A avaliação de que a repressão tinha força suficiente para se impor, e que a construção de processos massivos de luta demoraria, coloca todo um período de maturação necessária às organizações do movimento operário, que foram

obrigadas a praticar uma vida democrática a partir das condições políticas da situação. Tinham que disputar influência em 13 mil fábricas, muitas delas muito pequenas ou parecidas com oficinas, que produziam algum tipo de componente para as grandes indústrias ou outros setores; além delas, tinham também de disputar nas grandes indústrias, que não eram muitas, mas tinham mais de 4, 5, 8 mil empregados cada uma.

A árdua tarefa de organizar esse conjunto de trabalhadores vai aparecer muito nas eleições sindicais, com a dificuldade da OSMSP de controlar mais de 170 urnas itinerantes durante 5 dias nas eleições de 1978, por exemplo. Isso significava ter um exército de 800 a 1 mil pessoas liberadas durante uma semana do trabalho, enquanto a junta do Sindicato impunha quem podia fiscalizar e nomeava unilateralmente os mesários do processo. Só é possível mesmo impor algum tipo de fiscalização a partir das eleições de 1984.

A capilaridade e a influência sobre todas as regiões da cidade por um grupo como esse da Oposição pressionavam para que a organização fosse extremamente democrática. Era necessário que todos convivessem e construíssem trabalhos unitários, mesmo no embate interno de suas diferenças. Essa concepção inovadora na esquerda brasileira ficou conhecida como *Frente de Trabalhadores*.

## A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA OPERÁRIA

Enquanto a esquerda fez enfrentamento no MDB, nos movimentos de bairro, na luta armada, houve, ao mesmo tempo, a formação de um agrupamento não previsto, mas autêntico, e tensionado por trabalhadores de fábrica a se enquadrar num método democrático – mérito daqueles que não tinham vícios políticos vistos na esquerda.

Era, por exemplo, o “ver, julgar e agir” da JOC, um mérito de, entre outros, Waldemar Rossi, que combinou experiências importantes de trabalho de base nas fábricas com os bairros, com a compreensão de que a ditadura e a estrutura sindical sufocavam naquele momento qualquer enfrentamento sem respaldo da base de operários. O trabalho era voltado aos problemas básicos dos trabalhadores, sempre colocando a necessidade de que o povo assumisse para si a tarefa de derrubar a ditadura; sempre consciente de que para ganhar o Sindicato tinham que estar dentro da fábrica. Além disso, a compreensão também era de que ganhar o Sindicato sem alterar a estrutura sindical seria a cooptação ou o conflito resultando em intervenção pelo Estado.

Por isso, o movimento organizado a partir das Comissões de Fábrica, privilegiando esse tipo de organização, bebia da influência do melhor da esquerda mundial, na busca de referências históricas e

teóricas internacionais, como Vladimir Lenin, Rosa Luxemburgo, Anton Pannekoek, Leon Trotsky, Antonio Gramsci, de modo a também se armar contra as práticas viciadas de organizações sem ligação real com as classes trabalhadoras e as classes populares.

Enquanto era elaborada a experiência organizativa e política da OSMSP, nas regiões da cidade, a partir do início dos anos 70, as Comunidades Eclesiais de Base conseguiam progressivamente consolidar a articulação entre a vizinhança nos bairros, com muito destaque para a participação das mulheres nesse processo.

O início da década de 60 registra mobilizações e conquistas dos trabalhadores, que sofrem uma alteração drástica nas suas condições de vida a partir do golpe militar. Os operários vinham já há pelo menos 12 anos de uma elevação gradativa do salário real e o aumento efetivo do salário mínimo, enquanto brigavam muito por causa da inflação, à época chamada carestia. Esses enfrentamentos contra as condições de reprodução das famílias se conformava com o crescimento da participação política da classe, que sedimenta pouco a pouco seus valores classistas, culturais e políticos.

Houve diversas iniciativas de controlar o custo de vida, de congelamento de preços, no ambiente de grande turbulência política, já que da morte do Getúlio Vargas em 54 até 64 há um período de bastan-

te vida democrática, apesar de em São Paulo a polícia sempre ter sido implacável com as lutas dos trabalhadores. Era uma sociedade que “respirava” e viu surgir um agente dentro de si, um agente desconhecido: o trabalhador mobilizado.

O governo Getúlio Vargas, necessitando de apoio popular, e considerando nitidamente o crescimento impressionante do número de trabalhadores em São Paulo, toma medidas populares que se chocam com os interesses antinacionais do imperialismo. Posteriormente, Juscelino Kubitschek, grande aliado do capital estrangeiro, vai beneficiar particularmente a indústria automobilística e ao mesmo tempo manter o regime democrático, permitindo a discussão de ideias e a organização.

A interrupção brutal do golpe militar dá um recuo nessa ascensão, mas permite também o aparecimento de um tipo de militância e liderança de trabalhadores com a visão menos “de cima para baixo”, de organização dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores. Os metalúrgicos, pela dimensão econômica da categoria, por reunir tantos operários qualificados e a nata política operária, conseguem ser uma espécie de primeira vanguarda a existir na cidade.

Foram a primeira chapa de oposição aos pelegos em 1967, então se tornaram referência na cidade para aqueles trabalhadores, seus colegas, que moravam nos bairros e vilas e

que se apoiavam na luta da Oposição nas fábricas para construir seus organismos e lutas locais.

Momentaneamente seduzidas pelo pleno emprego, pelas horas extras remuneradas que aumentavam, num ritmo de exploração do trabalho nunca antes experimentado, o curto período do milagre econômico acaba sendo uma espécie de anestesia para as massas. Era um período de crescimento econômico e ao mesmo tempo de quase nenhuma circulação de ideias.

Mesmo assim, essa vanguarda operária será reconhecida por pequenos movimentos, por organizações incipientes de clubes de mães, por exemplo, e de moradores das periferias, rebelados pelas precárias condições de saneamento ou de falta de transporte.

Esse reconhecimento parte principalmente pela capilaridade da Igreja, que muda de posição política, tendo apoiado o golpe e depois permite, pela hierarquia, por meio de dom Paulo Evaristo Arns, um papel ativo de padres progressistas e padres operários. O começo dos anos 70 é o momento de encontro entre essa vanguarda operária e as primeiras organizações dos movimentos populares.

A culminação da erupção das greves dos trabalhadores e do movimento popular, a partir dos movimentos de saúde e do Movimento Custo de Vida, em 1978, foi extremamente significativa. A simultaneidade, o curto período em

que essas lutas se forjaram (talvez seis ou sete anos, no máximo) e o caráter massivo de ambas era um reconhecimento de que a estratégia escolhida por aqueles que se dedicaram a organizar o povo ou organizar as fábricas tinha dado resultado. E aí começa a existir, disseminado por outras categorias de trabalhadores, uma prática sindical diferente no País, enquanto grandes movimentos de trabalhadores pobres da periferia impulsionam a luta por questões fundamentais como saneamento, saúde, transporte, educação e habitação.

## OS TRABALHADORES DISTANTES DA CIDADE

Onde esses trabalhadores se localizavam? As fábricas, dos anos 60 para os anos 70, vão estar nas bordas da cidade, nos seus respectivos “centros” regionais. Então, Santana, Lapa, Santo Amaro, Ipiranga, Mooca, Brás, são os locais onde trabalha a população operária, habitando quase sempre para além deles, nos seus vetores que levam aos extremos de São Paulo.

A capital tinha, para crescer e habitar, a Zona Leste, com uma indústria mais velha e madura, cujos parques industriais eram antigos e crescem quase que vegetativamente; vai concentrar a população de migrantes nordestinos, com menos oportunidades de trabalho formal. Na Zona Sul entra a indústria completamente nova, sem tradição

forte industrial anterior. A criação desse polo industrial para a região Sul determina um deslocamento significativo da população para essa direção, com forte ocupação das regiões de mananciais a partir do fim da década de 60 e início dos anos 70, quando de fato implementadas as fábricas mais modernas, dinâmicas e tecnológicas da indústria paulistana geral. Outros dois polos são na Zona Oeste (a Leopoldina e a Lapa de Baixo) e a região Sudeste, divisa com São Bernardo do Campo e São Caetano.

Para os trabalhadores, a cidade, como é conhecida, é um lugar distante. A cidade dos barões de café, dos palácios, é uma cidade longe. Daí que nas periferias vai acontecer o encontro dessa cultura operária, que estava maturando, com esses novos operários recém-chegados nas regiões Sudeste, Oeste e Sul. Cria-se rapidamente uma nova vanguarda operária, muito jovem e razoavelmente qualificada, inserida em indústrias que eram mais exigentes.

## ECLOSÃO DA FÁBRICA E DO BAIRRO

Em 1978, quando eclode a greve e se massifica a bandeira das Comissões de Fábrica, há um espanto de todos que não conheciam por dentro esse processo, e uma correspondência à percepção dos metalúrgicos, já bastante profunda, de desconfiança da diretoria pelega do Sindicato. A eles parecia lógico es-

tarem organizados na fábrica, com independência, sem qualquer ligação com a diretoria que sempre se posicionava a favor dos patrões.

A imensa maioria dos trabalhadores não era sindicalizada. O Sindicato era um local aonde iam principalmente os trabalhadores das pequenas empresas, que necessitavam do ambulatório médico e dos remédios fornecidos gratuitamente, graças ao fato do Sindicato ter se transformado também numa “agência auxiliar” do serviço público de saúde. A ditadura dava todas as condições para que o Sindicato se transformasse nisso, de modo que pudesse conter as rebeliões dos trabalhadores – algo portanto complementar ao papel vigilante da vanguarda que ousava se organizar.

A década de 1980 marca o surgimento da CUT, Cimi, CPT, Pastoris Operárias e da Terra, MST, MAB, entre tantas outras organizações e movimentos identificados com a estratégia de recusa, de intransigência, de não cooptação, e de repúdio ao cenário de transição do regime ditatorial pelo alto, “a transição lenta, gradual e segura” anunciada pelo general Geisel. As primeiras medidas neoliberais que a burguesia já querera implementar nessa década, a partir da gestão de José Sarney, por exemplo, vão se chocar com a resistência popular baseada nesses princípios de independência de classe.

Estes anos terminam com a Constituinte, que genericamen-

te passa a garantir direitos, dentro de um cenário político geral de não elaboração de regulamentações necessárias ao povo trabalhador e pobre. Pode ser considerada progressista no seu aspecto de saída recente da ditadura, mas será importante fundamentalmente porque coincide com o auge dos movimentos sociais e do ciclo das lutas dos trabalhadores e greves operárias.

A transição pactuada por cima, que tem Sarney como uma grande expressão do processo de não participação popular, é o período de mais mortes no campo (anos de 86 e 87), ou seja, os conflitos explodiam e a burguesia, já sem os militares na direção política do País, consegue fazer esse tipo de repressão. Por isso, apesar do clima progressista impresso pelo peso dos movimentos sociais, a Constituinte é um início de retomada da burguesia como classe comandante no Brasil. Após a publicação da Constituição, em 1988, o Exército ocupa a Usina Siderúrgica de Volta Redonda e fuzila três operários.

A derrota do Lula para o Collor em 1989 é um marco, porque Collor ganha com apoio popular e, ao mesmo tempo, com a política clara de privatização e de desregulamentação. Essa é a virada política e expressivamente vitoriosa da burguesia, que conta ainda, no caso de São Paulo, com o apoio efetivo e ofensivo do Sindicato dos Metalúrgicos, que até o leva como candidato nas portas das fábricas.

A criação da Força Sindical, central sindical com orientação neoliberal, produto desse momento histórico, também auxiliará o governo quando começam as privatizações e desregulamentações. A coincidência dessas diretrizes com a crise econômica gera o impacto da perda de 25% dos empregos industriais na cidade em menos de dois anos (entre 1991 e 1992) e de um desarme muito significativo da categoria, politicamente promovido pela direção da Força Sindical, braço auxiliar do governo. Esse refluxo terá fortes impactos sobre a CUT e sobre o PT. Há uma progressiva adaptação, em velocidades diferentes, da confrontação para a negociação, do movimentismo para o propositivismo. É o aparar das barbas do Lula a fim de criar uma imagem palatável para a disputa institucional.

A Constituinte abre normalidade às eleições, fazendo com isso uma espécie de sucção para dentro da política institucional das forças políticas que fizeram o processo de derrota da ditadura pela esquerda e foram protagonistas das lutas na década de 80. Todas as forças se voltam para os espaços legais possíveis. Talvez isso explique o esvaziamento progressivo do movimento popular, que deixa de ser ator importante, e se refugia em pequenas lutas locais reivindicatórias muitas vezes diante de governos que eles ajudaram a eleger – em São Paulo, com Erundina prefeita, por exemplo.

A crise a partir dos anos 90 ceifa emprego de milhares de pessoas e também ocorre entre os metalúrgicos. É parte de uma precarização do trabalho para milhões de trabalhadores. Nesse período, as condições políticas permitem multiplicar a terceirização. Muitos operários qualificados da vanguarda das categorias se tornam fornecedores, mecânicos, auxiliares de manutenção ou pequenos fabricantes, muitas vezes com máquinas cedidas pelos patrões como parte da indenização trabalhista. Diversos setores industriais são fechados, transferindo a ex-trabalhadores esses equipamentos, dentro de “acordos possíveis”, segundo as gestões industriais diante da crise.

A inflação continua galopante na década de 90; no fim dos anos 80, diversos planos econômicos são feitos – Bresser, Verão, Cruzado – e têm efeito temporário e de recrudescimento da inflação. Então a grande bandeira dos sindicatos é a chamada reposição da inflação. É a época dos gatilhos. O alcance de um determinado nível de inflação com ajuste automático, ao fim, só acumula perdas. Fernando Henrique Cardoso, como ministro de Itamar Franco, faz o Plano Real, o que realmente derruba a inflação, ocasionando um ganho real de início no salário dos trabalhadores, além de uma expansão enorme de consumo que vai permitir a sua eleição como presidente.

Os metalúrgicos, quebrados na sua capacidade econômica, em sua

possibilidade de reivindicação, com uma direção complacente com as reformas do Collor e do FHC, convivem com esta vanguarda da desregulamentação, de ideário político concentrado na Força Sindical, propagandista do projeto neoliberal para o País.

### 1985: ÚLTIMO RESPIRO OPERÁRIO DA CIDADE

A crise econômica, combinada com a situação política, leva a uma interrupção da tradição operária construída nas últimas décadas. O último momento em que há um protagonismo operário na cidade de São Paulo será a Campanha Salarial Unificada de 1985, puxada pela CUT de São Paulo e seus sindicatos, na qual os metalúrgicos tiveram um papel de destaque. Há nesse momento um revigoramento da luta dos metalúrgicos que, combinados com outras categorias – vidreiros, borracheiros, químicos, têxteis, cujas data-base são aproximadas – retomam a tradição dos anos 50 e fazem a Campanha Salarial, provocando uma negociação comum com a Fiesp, na qual a Campanha saiu vitoriosa. Esse foi o canto de cisne das lutas operárias na cidade. Com a crise política dentro da diretoria do Sindicato, parte da esquerda (PCdoB, remanescentes do PCB e a Comissão da Fábrica da Ford) que compôs com a direção conciliadora começa a romper e vai apresentar uma ou-



tra chapa nas eleições de 87. Já estavam junto com a OSMSP desde esta Campanha Salarial de 85.

Os anos 90 vão conformar também, dentro dessa institucionalização que existe no País com a existência de duas grandes representações dos trabalhadores, CUT e Força Sindical, o estabelecimento de uma espécie de pacto de não agressão entre as centrais, que se constituem em duas grandes corporações que evitam a disputa no território já ocupado pela outra. É o que se chama “palestinização” da força política da OSMSP, que fica sem retaguarda para fazer o enfrentamento dentro da CUT nessa nova situação. Para culminar, a CUT Estadual SP proíbe a existência das CUTs regionais, transformando essas entidades “rebeldes” em escritórios de sindicalistas nomeados para a sua direção.

A OSMSP vinha, por meio dos metalúrgicos da CUT, causando processos de negociação direta com as empresas na tradição da greve de 78 e obrigando a diretoria do Sindicato a firmar acordos para que possuíssem validade jurídica. Era a maneira de romper a unicidade sindical, bandeira central da fundação da CUT. Também é marcante a intervenção da Oposição na CUT regional que lança a bandeira do “Fora Collor”, apesar da proibição formal da CUT Esta-

dual de usar essa palavra de ordem. O movimento de massas pelo impeachment acaba por diluir o veto.

A cidade muda com a transferência ou deslocalização das fábricas e há uma perda relativa enorme do papel dos sindicatos, porque serão, mesmo após a estabilização do Plano Real, impactados por políticas de reformas administrativas, privatização, desregulamentação, terceirização, colocando os trabalhadores sempre numa situação defensiva diante do ideário/pacote neoliberal que vai durar até o início dos anos 2000.

A fragmentação dos processos de produção industrial e o inchaço do setor de serviços e comércio, que vai colocar os trabalhadores numa situação de informalização do trabalho e de rotatividade no emprego, encontram-se com condições cada vez mais precárias de vida na metrópole. Não há mais vetores de mobilidade entre casa e trabalho que se combinam entre os trabalhadores empregados no mesmo lugar da cidade.

Cada um mora para um lado, enquanto a concentração de trabalho permanece alta em alguns poucos lugares, como o centro e o “novo centro”, no corredor da Berrini/Faria Lima. Os salários não têm aumento real, enquanto os aluguéis, tarifas do transporte e mercadorias necessárias à repro-

dução só ficam mais caras. A cidade aumentou seu preço.

São Paulo, apesar da realocação da indústria, é cada vez mais o lugar de concentração financeira e de riqueza. Essa concentração gera desigualdades profundamente sentidas pelos trabalhadores no aperto e nas horas de vida gastas ao voltar para casa depois do dia de labuta, nos quadros policiais nos bairros periféricos, nos problemas e doenças típicos da poluição, entre tantos outros exemplos crescentes da insuportabilidade da cidade.

Apesar da fragmentação da classe operária, o proletariado jovem de São Paulo mostrou em 2013 um pouco do que é capaz em termos de enfrentamento à cidade imposta pelo capital. Se não trabalhamos nos mesmos locais, nos apertamos juntos nos ônibus. Essa condição de socialização das mazelas urbanas coloca às lutas sociais novos sentidos e aquece a busca antissistêmica e anticapitalista de jovens trabalhadores em luta. As ações diretas, os atos de rua, as ocupações de escolas e fábricas são parte do patrimônio das lutas das classes trabalhadoras, cujos métodos históricos estão sendo repetidos, reavivados, mesmo que em roupas novas, o que renova esperanças de uma cidade para nós, que a construímos diariamente. ■

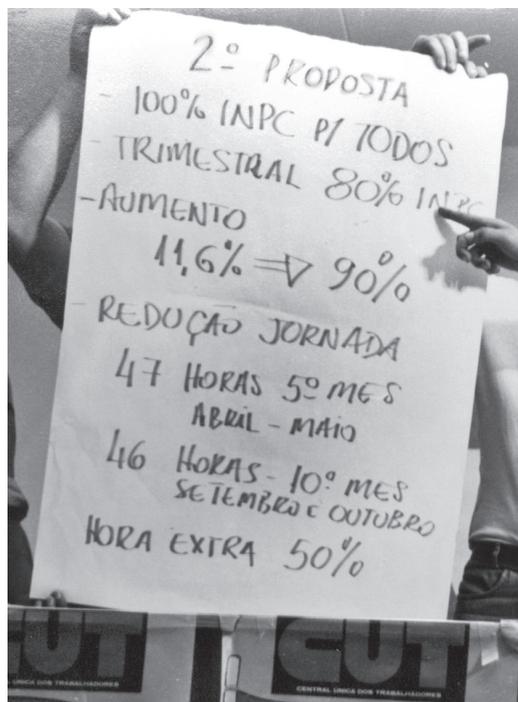


QUANDO OS TRABALHADORES SE TORNAM CLASSE  
A CONSTRUÇÃO DA RIQUEZA NA CIDADE DE SÃO PAULO CIDADES



“GREVE GERAL” E “FORA SARNEY”,  
NO 1º DE MAIO DE 1989.

ACERVO PROJETO INVESTIGAÇÃO  
OPERÁRIA



PAUTA DA CAMPANHA  
SALARIAL UNIFICADA DE 1985,  
APRESENTADA NA ASSEMBLEIA  
DOS QUÍMICOS DE SÃO PAULO.  
SINDICATO DOS QUÍMICOS SP



## II AS MUDANÇAS NA CIDADE

A MUDANÇA DA CIDADE. GALPÕES  
ABANDONADOS DAS FÁBRICAS  
CONVIVEM COM EDIFÍCIOS LUXUOSOS,  
FRUTOS DA ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.  
JESUS CARLOS



**NESTE BLOCO:**

**INDÚSTRIA EM SÃO PAULO:  
CONCENTRAÇÃO, DESCONCENTRAÇÃO E NOVOS RUMOS**  
ELIANE KUVASNEY E EDUARDO DUTENKEFER

ESTUDO GEORREFERENCIADO SOBRE O DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO  
DA INDÚSTRIA METALÚRGICA ENTRE 1950 E 2000

**SÃO PAULO, OS DESAFIOS DA GOVERNANÇA**  
LADISLAU DOWBOR

PROSPECÇÃO SOBRE OS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO E DECISÃO NA CIDADE,  
TENDO COMO REFERÊNCIA EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS

**Eliane Kuvasney** é geógrafa. Trabalha desde os 15 anos, foi contabilista e secretária de escola no ABC paulista e professora do ensino fundamental e médio das redes municipal e privada de São Paulo. Defendeu mestrado sobre a formação da região do ABC em 1996. É professora universitária desde 1995. Atualmente desenvolve pesquisa em cartografia histórica para seu doutorado em Geografia, na Universidade de São Paulo.

**Eduardo Dutenkefer** é geógrafo e trabalha como analista de geoprocessamento na Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. Foi militante sindical da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo entre 1978 a 1992 e militante político no Partido dos Trabalhadores até 2004. Como metalúrgico, trabalhou como técnico eletrônico em indústrias na região Sul no município de São Paulo. Na década de 1990 atuou na Associação Beneficente e Cultural dos Químicos e Plásticos de São Paulo como consultor técnico e como instrutor na formação profissional de jornalistas e diagramadores gráficos. Atuou também, nesta Associação, como elaborador e diagramador dos boletins diários do Sindicato dos Químicos e Plásticos. Foi professor no ensino médio na rede estadual de São Paulo e professor universitário da rede particular na década de 2000. Mestre em Geografia, atualmente é doutorando em Geografia pela Universidade de São Paulo.

**Ladislau Dowbor** é professor de Economia e Administração na pós-graduação da PUC-SP, e consultor de várias agências das Nações Unidas. Os seus textos estão disponíveis na íntegra (*creative commons*) no blog <http://dowbor.org>. Os exemplos e argumentos expostos no presente artigo foram discutidos em várias publicações com maior detalhe, em particular *O que é poder local, A Reprodução Social, e Democracia Econômica*.

## A INDÚSTRIA EM SÃO PAULO: CONCENTRAÇÃO, DESCONCENTRAÇÃO E NOVOS RUMOS

ELIANE KUVASNEY E EDUARDO DUTENKEFER

Este texto está dividido em duas partes: a primeira trata da origem e processos de concentração e desconcentração espacial da indústria em São Paulo, verificados no século XX. Na segunda parte será feita a análise da distribuição espacial das indústrias da base dos Sindicatos dos Metalúrgicos dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), de 1945 a 1990.

### GÊNESE DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO

A origem do parque industrial paulista está - como sua concentração - associada à acumulação de capitais alcançada pela lavoura cafeeira. Barjas Negri lembra que antes da abolição formal da escravidão, em 1888, a cafeeira de São Paulo se reinventava por meio do trabalho assalariado, e isso “ao mesmo tempo em que permite a

continuidade da acumulação de capital na cafeeira, cria-se um mercado de trabalho rural e urbano e amplia-se o mercado de bens de consumo leve”. Com as modificações ocorridas na década de 1880, “vai nascer, junto com o capitalismo brasileiro, um implante industrial, ainda que subordinado à economia cafeeira”<sup>1</sup>. Segundo dados da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa)<sup>2</sup>, em meados da última década do século XIX, a cidade de São Paulo contava com 121 estabelecimentos que se utilizavam de energia mecânica, dos quais 52 eram realmente industriais. Em 1907, a cidade contava com 153 estabelecimentos e 14.614 operários, representando 65,4% dos empregos industriais do Estado.

É importante salientar que esse acúmulo de capitais originário na cafeeira “engendrou o capital dinheiro disponível para transformação em capital industrial e criou as condições a ela necessárias: par-

cela da força de trabalho disponível ao capital industrial e uma capacidade de importar capaz de garantir as compras de meios de produção de alimentos e bens manufaturados de consumo, indispensáveis à reprodução da força de trabalho industrial”<sup>3</sup>. Essas características promovem, já nas duas décadas iniciais do século XX, a substituição de importações de produtos de consumo leve, o que reflete certa diversificação industrial nesse período.

Negri destaca que a partir de meados da década de 1920, a diversificação se amplia, com segmentos da indústria de bens intermediários e de capital (cimento, siderurgia, fibras químicas para o setor têxtil, equipamentos agrícolas, teares, implementos agrícolas etc), sendo que os fatos acima elencados - condições de acumulação e crescimento industrial acelerado, com plantas industriais renovadas com maior rapidez - promoveram “diferenciais crescentes

de produtividade em relação ao resto do País”<sup>4</sup>, explicando a liderança industrial de São Paulo em comparação com os demais Estados. De fato, os dados da expansão industrial do Estado de São Paulo não deixam dúvidas com relação ao processo de concentração que se origina com a acumulação cafeeira: em 1928, a indústria paulista respondia por 37,1% do valor da produção industrial do País, sendo que 21,5% estavam concentrados na capital do Estado<sup>5</sup>.

A concentração industrial observada na capital paulista é irradiada para seu entorno imediato pela ferrovia e sua ligação privilegiada com o porto, além de possuir comércio e serviços de apoio à produção nela concentrados. “Na capital iriam se instalar novos segmentos industriais, notadamente os de maior complexidade e, no entorno da capital – Santo André, São Bernardo, São Caetano, Caieiras e Osasco – surgiriam assentamentos industriais em sua

maioria ao longo do traçado da ferrovia, que facilitava a importação de matérias-primas do interior do Estado e do exterior”<sup>6</sup>. As estatísticas apresentadas por este autor mostram, já em 1907, que a área geográfica que daria conformação ao que se denominou “Grande São Paulo” concentrava 57,1% do pessoal ocupado e 58,2% do valor da produção industrial estadual, ou 9,3% da nacional. Em 1928 esses percentuais se elevam para 67,8%, 65% e 24,1% respectivamente<sup>7</sup>.

### INDUSTRIALIZAÇÃO RESTRINGIDA E A AMPLIAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO

Com a crise de 1929 e a consequente crise na produção cafeeira observam-se reflexos na produção industrial paulista no período 1929/33. Negri informa que há redução no número de estabelecimentos, de operários e no valor da produção. Porém, conforme Suzi-

gan, “de 1933 em diante, a industrialização tomara um novo impulso no Estado, notadamente nos setores não tradicionais, com o estabelecimento de novas indústrias destinadas à produção de matérias-primas básicas (cimento e aço, principalmente), e a indústria de máquinas e equipamentos”<sup>8</sup>. Cardoso de Mello denota que “a partir de 1933 se inicia nova fase, porque a acumulação se move de acordo com novo padrão. Há um processo de industrialização porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industrial, *mas a industrialização se encontra restringida* porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitirá a capacidade pro-

Tabela 1

Modificação na estrutura setorial da indústria de transformação do Estado de São Paulo, por grupos de indústrias

1928-1937 (em %)

Grupos de indústrias	Número de estabelecimentos		Número de operários		Valor da produção	
	1928	1937	1928	1937	1928	1937
Grupo I*	83,9	62,4	70,5	60,5	77,0	71,1
Bens de consumo não duráveis						
Grupo II**	9,9	25,6	20,7	27,1	20,2	24,0
Bens intermediários						
Grupo III***	6,2	12,0	8,8	12,4	2,8	4,9
Bens de capital e bens de consumo duráveis						
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte dos dados básicos: 1 – Deic-Saic/SP. Estatística Industrial de São Paulo, 1928 e 1937.

2 – Deic-Saic/SP. Estatística Agrícola e Zootécnica de São Paulo, 1932 e 1938.

Extraído de: NEGRI, B. Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas, Unicamp, 1996, p. 69.

dutiva crescer diante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial”<sup>9</sup>. Ou seja, apesar da industrialização se configurar como real, ela ainda não possui expressivo setor de bens de produção (bens de capital e bens intermediários) para que possa ter autonomia para sua reprodução. Apesar da não autonomia, a estrutura industrial paulista apresenta, em 1937 (em relação a 1928, conforme a tabela 1), crescimento no valor da produção desses setores e no setor de bens de consumo duráveis e redução na produção de bens de consumo não duráveis, denotando a modificação na estrutura industrial paulista.

Em que pesem as afirmações de que o setor de bens de produção ainda é frágil, nesse período concretiza-se a concentração da indústria em território paulista. Fishlow afirma que “as indústrias que cresceram mais rapidamente durante a Grande Depressão foram dos setores de bens intermediários e de capital. Entre as consequências estava uma concentração crescente da produção industrial em São Paulo, que já em 1919 havia mostrado um

perfil industrial mais orientado para os setores mais novos e tecnologicamente mais adiantados. Por volta de 1939 estava assegurada sua posição como centro industrial do País”<sup>10</sup>.

A Segunda Grande Guerra teve efeitos marcantes sobre o processo de industrialização do País e sua consequente concentração em São Paulo. Observa-se a queda no coeficiente de exportações de São Paulo para o exterior, que passa de 23,9% em 1939 para 15% em 1950 e para 9,2% em 1955. Mas apesar de sofrer queda relativa nesse período, o comércio interno passa a ter importância quantitativa expressiva. O total exportado por São Paulo para o resto do País passa de 37,3% em 1928 para 43,3% em 1939 e expressivos 57% em 1955<sup>11</sup>, revelando um processo de integração do mercado nacional a partir de São Paulo.

Ao mesmo tempo em que se observa o avanço no processo de concentração industrial, acompanhado de avanço das indústrias de bens intermediários, bens de capital e de produtos duráveis, na produção industrial do Estado (conforme observado na tabela 2), podemos

observar o declínio da participação da produção de bens de consumo não duráveis no produto industrial; corroborando o que Cano apresenta sobre os mecanismos da integração do mercado nacional: “Essa integração, entretanto, é, ao mesmo tempo, reveladora de um específico sistema de trocas inter-regionais: de São Paulo para o resto do País aumentam continuamente as exportações de produtos industriais, ao passo que as importações paulistas vão cada vez mais se constituindo de matérias-primas e de gêneros alimentícios, demonstrando claramente uma relação estrutural de comércio típica de ‘centro-periferia’”<sup>12</sup>.

A esses dois processos – o da concentração da indústria em território paulista e o da instauração de uma relação do tipo centro-periferia entre São Paulo e o resto do País – soma-se a construção da metrópole paulistana, pela estruturação do que seria a Grande São Paulo que, mais tarde, se consolidaria como RMSP. Em 1956, São Paulo e os municípios de seu entorno (o que viria a ser a Grande São Paulo (GSP) são responsáveis por 69,8%

Tabela 2

**Transformações no valor da produção e a concentração industrial em São Paulo por grupos de indústrias**

1939-1955 (em %)

Grupos de indústrias	Valor da produção		Concentração em São Paulo	
	1939	1955	1939	1955
Grupo I - Bens de consumo não duráveis	62,3	45,4	37,6	47,2
Grupo II - Bens intermediários	26,0	38,2	40,9	53,2
Grupo III - Bens de capital e bens de consumo duráveis	11,7	16,4	72,4	75,6
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Extraído de: NEGRÍ, B. Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas, Unicamp, 1996, p. 71.

Tabela 3

**Distribuição espacial do pessoal ocupado e concentração espacial do Valor da Transformação Industrial (VTI\*) do Estado de São Paulo 1939-1956 (em %)**

Regiões	Pessoal ocupado			Concentração do VTI em relação ao Estado			Concentração do VTI em relação ao Brasil		
	1939	1949	1956	1939	1949	1956	1939	1949	1956
GSP	61,1	65,3	67,7	64,5	66,3	66,6	29,3	31,8	34,8
Capital	52,9	54,8	54,4	53,9	54,2	51,1	24,5	26,0	26,7
Demais municípios da GSP	8,2	10,5	13,3	10,6	12,1	15,5	4,8	5,8	8,1
Interior	38,9	34,7	32,3	35,5	33,7	33,4	16,1	16,2	17,4
<b>Totais</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>45,4</b>	<b>48,0</b>	<b>52,2</b>

Fonte dos dados básicos: IBGE, Censos industriais de 1940 e 1950 e Pesquisa Industrial de 1956. Adaptado de: NEGRI, B. Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas, Unicamp, 1996, p. 87 e 89.

das indústrias do Estado.

O período 1939-56 assiste a uma aceleração da concentração espacial da indústria em São Paulo que, como mostra a tabela 3, em 1939 passa a deter 45,4% do Valor da Transformação Industrial (VTI) brasileiro, chegando em 1956 a 52,2%. No mesmo período assistimos à concentração dessa produção na GSP, que passa de 29,3% da produção em 1939 para 34,8% desta em 1956. É importante salientar que a capital ainda concentra grande parte da produção, mas é impossível não notar o crescimento do VTI dos demais municípios da GSP e da estagnação do interior nesse mesmo período.

O crescimento da presença industrial no entorno da capital já vinha sendo evidenciado. Em 1939, a capital e o município de Santo André concentravam 161.442 operários, o que representava 64% da força de trabalho industrial do Estado, conforme nos informa o estudo da Emplasa<sup>13</sup>. Além disso, Negri apresenta os seguintes dados sobre a região do ABC nesse período: em 1939, Santo André empre-

gava 22.183 pessoas, em 1949 o número saltou para 27.775<sup>14</sup>. Em São Bernardo, no mesmo ano, estavam empregadas 4.822, e em São Caetano 13.711. No conjunto, o ABC passava a empregar 45.308 pessoas no setor industrial, praticamente o dobro de 1939. O aumento dessa concentração na GSP deve ser compreendido tendo-se em conta que os novos ramos da expansão industrial dos anos 1940 tiveram sua instalação associada aos ramos mais complexos já existentes e que se encontravam na capital.

Essa concentração das atividades industriais na GSP é acompanhada de um crescimento populacional sem precedentes, principalmente pelos fluxos migratórios vindos do interior do Estado, das áreas onde o café não garantia mais o emprego agrícola e dos demais Estados do País, ambos com promessa de emprego industrial garantido. Para os últimos, vale lembrar que as relações centro-periferia também envolvem a mão de obra desqualificada nas trocas. Segundo dados do Centro Brasileiro de Análise e

Planejamento (Cebrap)<sup>15</sup>, a taxa de incremento populacional (o crescimento vegetativo mais o migratório) na GSP, no período 1940-50, é de 69,8%, sendo 55,1% oriundos da migração. Os dados para os municípios da GSP, excetuando-se a capital, são de 92,1% e 83,8%, respectivamente. No período 1950-60, a taxa de incremento populacional da GSP é de 78,3%, sendo 51% oriundos da migração. Para os municípios da GSP, excetuando-se a capital, as taxas são, respectivamente, 106,3% e 81,7%. O forte crescimento populacional na região, mais evidenciados nos municípios do entorno da capital, denota o processo de metropolização em curso no período, associado, evidentemente, ao processo de concentração industrial.

### INDUSTRIALIZAÇÃO PESADA E CONSOLIDAÇÃO DA CONCENTRAÇÃO

O final do período que Cardoso de Mello denominou de *industrialização restringida* (1930-1955)<sup>16</sup>

é marcado pelo início da chamada “industrialização pesada”, que consolida a concentração industrial em São Paulo com a instalação, neste parque industrial, de grande parte da indústria metalomecânica do País.

Verificou-se, na sua fase inicial, entre 1956 e 1962, profundo salto tecnológico, pois a estrutura do sistema produtivo se alterou radicalmente devido aos investimentos, no setor produtivo estatal (investindo em plantas produtoras de bens de capital e intermediários, como a criação da Petrobras em 1954, ou a criação de organismos de crédito, como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), em 1952), como na entrada de capitais estrangeiros (investindo em plantas produtoras de bens intermediários e de consumo duráveis). Observa-se “um novo padrão de acumulação, que demarca uma nova fase, e as características da expansão delineiam um *processo de industrialização pesada*, porque este tipo de desenvolvimento implicou crescimento acelerado

da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens de consumo duráveis antes de qualquer expansão previsível de seus mercados”<sup>17</sup>.

Na fase seguinte, de 1962 a 1967, observa-se a desaceleração no ritmo de crescimento industrial do País, fato observado nas taxas médias de crescimento da indústria, que passam de 9,3% ao ano (de 1949 a 59), para 7,3% ao ano. Ao se referir a essa fase, o estudo da Emplasa<sup>18</sup> afirma que “a depressão atinge os bens de produção, pela queda no valor dos investimentos. Houve, nessa fase, baixa utilização da capacidade produtiva, taxas altas de desemprego e custo reduzido da mão de obra de pouca qualificação”.

Negri informa que o final da década de 1950 foi excepcional para a indústria de São Paulo<sup>19</sup>, reflexo da implantação de diversos programas do Plano de Metas, com a atração de investimentos estrangeiros e expansão de empreendimentos públicos e privados nacionais. Os principais exemplos disso são a im-

plantação do parque automobilístico e de autopeças na região do ABC, a expansão da indústria mecânica, com a produção de máquinas, ferramentas e equipamentos pesados e da indústria de material elétrico, fortemente concentradas na capital.

O período em questão é marcado pela expansão e diversificação da agricultura paulista, com investimentos no seu aporte técnico e pela expansão e modernização do sistema viário nacional. Os processos estão ligados ao desenvolvimento da indústria paulista devido, em princípio, às novas necessidades da indústria pesada, além do acelerado processo de urbanização, via migrações, e alterações nos hábitos de consumo, via industrialização.

O impacto das modificações sobre o território paulista foi acentuado principalmente na área de consolidação da metrópole, a Grande São Paulo (GSP). Além disso, o forte crescimento populacional observado nos decênios anteriores se mantém no período

Tabela 4

Distribuição espacial do pessoal ocupado e concentração espacial do Valor da Transformação Industrial (VTI\*) do Estado de São Paulo 1956-1970 (em %)

Regiões	Pessoal ocupado			Concentração do VTI em relação ao Estado			Concentração do VTI em relação ao Brasil		
	1956	1959	1970	1956	1959	1970	1956	1959	1970
GSP	67,7	70,7	70,1	66,6	71,1	70,7	34,8	37,7	42,6
Capital	-	-	-	51,1	51,7	43,8	26,7	27,0	23,8
Demais municípios da GSP	-	-	-	15,5	19,4	26,9	8,1	10,1	14,7
Interior	32,3	29,3	29,9	33,4	28,9	29,3	17,2	15,1	15,9
<b>Totais</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>52,2</b>	<b>55,7</b>	<b>58,2</b>

Fonte dos dados básicos: IBGE, Censos industriais de 1960 e 1970 e Pesquisa industrial de 1956.

Adaptado de: NEGRI, B. Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas, Unicamp, 1996, p. 117 e 129.

\*O pessoal ocupado da capital e demais municípios da GSP não foi apresentado para o período.

1960-70, quando a taxa de incremento populacional (crescimento vegetativo mais o migratório) na GSP é de 71,4%, sendo 44,4% decorrente da migração. Os dados para os municípios da GSP, excetuando-se a capital, no mesmo período, são de 131,2% e 92%, respectivamente<sup>20</sup>. A tabela 4 mostra que a GSP concentrava 70,1% do pessoal ocupado na indústria do Estado em 1970, o que equivalia a quase 1 milhão de trabalhadores (904 mil).

A GSP, conforme se observa na Tabela 4, que concentrava 66,6% da produção industrial do Estado em 1956, passa a concentrar 70,7% da produção em 1970, sendo que o forte desempenho assumido pelos municípios do entorno da capital passa a destacar-se na concentração. O Valor da Transformação Industrial (VTI) desses municípios passa de 15,5% em 1956 para 26,9% em 1970, reduzindo a participação da capital de 51,1%, em 1956, para 43,8%, em 1970, quando se vê, pela primeira vez, reduzida a participação da capital na produção industrial do Estado a menos da metade, ao mesmo tempo em que se reduz a participação do interior (de 33,4% para 29,3%). Apesar da redução dos valores da capital e do interior, em 1949 a indústria paulista concentrava pouco menos da metade do VTI brasileiro; em 1959 totalizaria 55,7% e, em 1970, 58,2%, “o mais elevado índice de concentração da indústria

brasileira neste século”, segundo Negri<sup>21</sup>. O mesmo autor afirma que o quadro se reverteria a partir de 1970, quando outras regiões brasileiras passam a apresentar taxas de crescimento do VTI superiores às de São Paulo.

### CONSOLIDAÇÃO DA INDÚSTRIA PESADA E PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO

No período 1970-85, além da inflexão na concentração da indústria no Estado de São Paulo, ocorre a consolidação da industrialização pesada, principalmente por meio do 2º Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com a implantação da indústria petroquímica, de laminados de aço, de papel e celulose e de metais não ferrosos, além de complexos petroquímicos e minerais na chamada “periferia nacional”, buscando superar o atraso no setor de bens de produção e a forte dependência em relação à importação de insumos básicos.

Diniz, ao tratar da desconcentração industrial em São Paulo, afirma que “esse processo resultou de vários fatores, em especial: a) deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo e criação de economias de aglomeração em vários outros centros urbanos e regiões; b) ação do Estado em termos de investimento direto, incentivos fiscais e construção da infraestrutura; c) busca de recursos naturais, traduzida pelo movimen-

to das fronteiras agrícola e mineral, com reflexos na localização de um conjunto de atividades industriais; d) unificação do mercado, potenciada pelo desenvolvimento da infraestrutura de transportes e comunicações, com efeitos sobre a competição interindustrial e a localização”<sup>22</sup>.

O crescimento desordenado da metrópole paulistana, observado no período 1960-70, resultando em deseconomias de escala, associava um significativo aumento das desigualdades ao desenvolvimento econômico. As questões assumiram dimensões críticas durante o regime autoritário pós-64, que adota políticas de desconcentração, observadas nos 1º e 2º Planos Nacionais de Desenvolvimento, pelos programas de desenvolvimento regional, via superintendências de desenvolvimento, como Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Superintendência do Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (Suframa), por exemplo, visando ações integradas fora do centro mais desenvolvido, tornando a periferia nacional a maior receptora de novos investimentos, o que resultou na queda da participação da indústria paulista no total nacional, de 58,2% em 1970, para 54,4%, em 1980.

Em que pesem os fatores acima elencados para explicar a desconcentração, Pacheco salienta que

Tabela 5

Distribuição espacial do pessoal ocupado e concentração espacial do Valor da Transformação Industrial (VTI\*) do Estado de São Paulo 1970-1985 (em %)

Regiões	Pessoal ocupado				Concentração do VTI em relação ao Estado			
	1970	1975	1980	1985	1970	1975	1980	1985
RMSP	70,1	68,1	64,2	62,0	74,7	69,4	62,9	56,6
Capital	49,9	46,1	40,4	37,2	48,1	44,0	34,8	29,8
Demais municípios da RMSP	20,2	22,0	23,8	24,8	26,6	25,4	28,1	26,8
Interior	29,9	31,9	35,8	38,0	25,3	30,6	37,1	43,4
<b>Total do Estado</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte dos dados básicos: FIBGE. Censos Industriais: 1970, 1975, 1980 e 1985.

Adaptado de: NEGRI, B. Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas, Unicamp, 1996, p. 181 e 208.

“até 1985 havia tendência clara à desconcentração, em que se evidenciavam tanto certas especializações regionais quanto maior dispersão da indústria de bens de consumo leve. Ainda assim, é preciso notar que continuavam concentrados em São Paulo [Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)] os mais dinâmicos segmentos da indústria, que se encadeavam com toda a estrutura industrial do Estado e com a maior parte das indústrias regionais. Além disso, é preciso salientar que, paralelamente à desconcentração da indústria em curso no País, assistia-se, em São Paulo, a um processo de rearranjo espacial interno dos padrões de localização industrial”<sup>23</sup>.

O que alimenta a desconcentração, em princípio, é o processo de interiorização da indústria do Estado, como constatado na tabela 5. No período, a Região Metropolitana de São Paulo reduziu sua participação no valor da transformação industrial do Estado de 74,7% para 56,5%, ao passo que o interior aumenta a participação de 25,3% para 43,4%. A mudan-

ça na territorialização da produção industrial paulista é vista por Negri como fruto de políticas estaduais de caráter persuasivo – pois ocorreram investimentos estaduais na melhoria, recuperação e ampliação da malha viária interiorizada, além de orientações de investimentos colocadas à disposição para os empresários – e de caráter restritivo –, implantação de normas rígidas de autorização das novas unidades industriais, visando à preservação de mananciais e recursos hídricos e combate à poluição. Apesar do encolhimento da atividade industrial na RMSP, é mais intenso na capital – em que a concentração do VTI cai de 48,1% em 1970 para 29,8% em 1985, diferentemente dos municípios do entorno que, apesar das oscilações do período, mantêm aproximadamente um quarto do VTI do Estado de 1970 a 1985<sup>24</sup>.

A participação da indústria metropolitana decresce no período 1970-85, de 70,1% para 62% no total dos trabalhadores industriais do Estado. Deve ser salientado que tal fato ocorreu mais intensamente na capital, que em 1970 empre-

gava metade dos trabalhadores industriais do Estado (49,9%) e, em 1985, passa a empregar 37,2% do contingente estadual. Ao contrário da capital, os demais municípios da RMSP elevam sua participação no contingente de trabalhadores industriais do Estado, de 20,2% em 1970 para 24,8% em 1985. O dinamismo industrial do interior manifesta-se de forma acentuada pela ótica do emprego, quando observamos o crescimento da participação dessa área no total do emprego industrial do Estado, de 29,9% em 1970 para 38% em 1985.

O mapa 1 mostra o processo de desconcentração a partir da metrópole: até 1975 observamos a presença da indústria na Região Metropolitana e entorno imediato: Vale do Paraíba, Campinas, Sorocaba e Baixada Santista. A essa região, Lencioni (1998) denominou de Região Metropolitana Desconcentrada. Após esse período, de 1975 a 1986, observa-se a ampliação da presença industrial pelos principais eixos de transporte do Estado, em especial a leste, pela Rodovia Dutra, em direção ao Rio de Janeiro,

e a norte e noroeste pelas Rodovias Anhanguera, Washington Luiz e Castelo Branco.

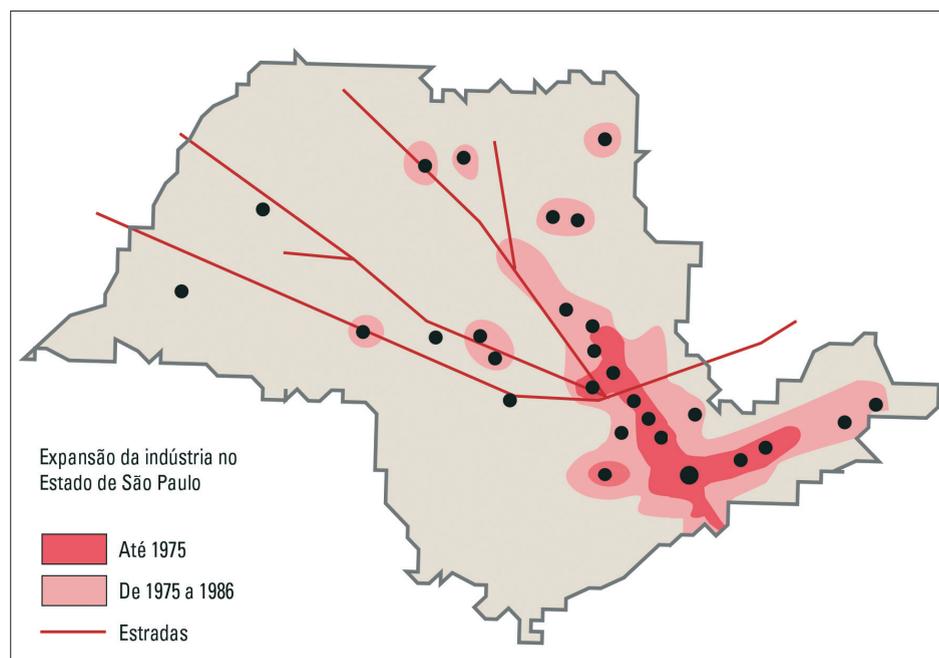
Pacheco chama a atenção para o fato da interiorização da indústria em São Paulo e para o resto do País ocorrer mais efetivamente até 1985, quando, aparentemente, passa a sofrer inflexão. “Se as informações disponíveis mostram que a desconcentração ainda se fez presente na segunda metade da década de 80, é conveniente ter em vista que esse processo mostrou-se bem menos intenso que no período 1970/1980, suscitando, inclusive, teses de que esse processo teria se esgotado e de que estaríamos presenças a reaglomeração espacial da atividade industrial”<sup>25</sup>.

### **OLHAR ESPECIAL: MAPEANDO A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS INDÚSTRIAS DA BASE DOS SINDICATOS DOS METALÚRGICOS DOS MUNICÍPIOS DA RMSP DE 1945 A 1975**

O conjunto de mapas (mapa 2 e 3) utilizado para a análise dos estabelecimentos industriais pertencentes à base do Sindicato dos Metalúrgicos de 1945 a 1975 foi elaborado a partir da pesquisa da Emplasa (1980) com dados do PIS de 1975, com o propósito de apresentar a localização industrial na GSP naquele ano. Segundo o documento, “a utilização dos dados do cadastro de estabelecimentos industriais do Programa de

Mapa 1

#### **Expansão da indústria no Estado de São Paulo**



Extraído de: Thery, H. e Mello, N. A. Atlas do Brasil. Disparidades e dinâmicas do território. São Paulo. Edusp, Imprensa Oficial, 2005, p.157.

Integração Social de 1975 permite a descrição da estrutura atual do parque industrial da GSP por meio das variáveis: número de estabelecimentos industriais, número de empregados desses estabelecimentos, segundo a participação dos ramos industriais e a localização dos estabelecimentos industriais na GSP”<sup>26</sup>. Para se conhecer a idade do parque industrial foram utilizadas informações do Senai encontradas no mesmo documento (p.67), que diz: “Os dados sobre a data de implantação dos estabelecimentos industriais se referem aos estabelecimentos acima de 50 empregados, não havendo diferenciação entre o pessoal ligado à produção e o pessoal administrativo, sendo o número de empregados correspondente à situação da indústria à época da pesquisa”.

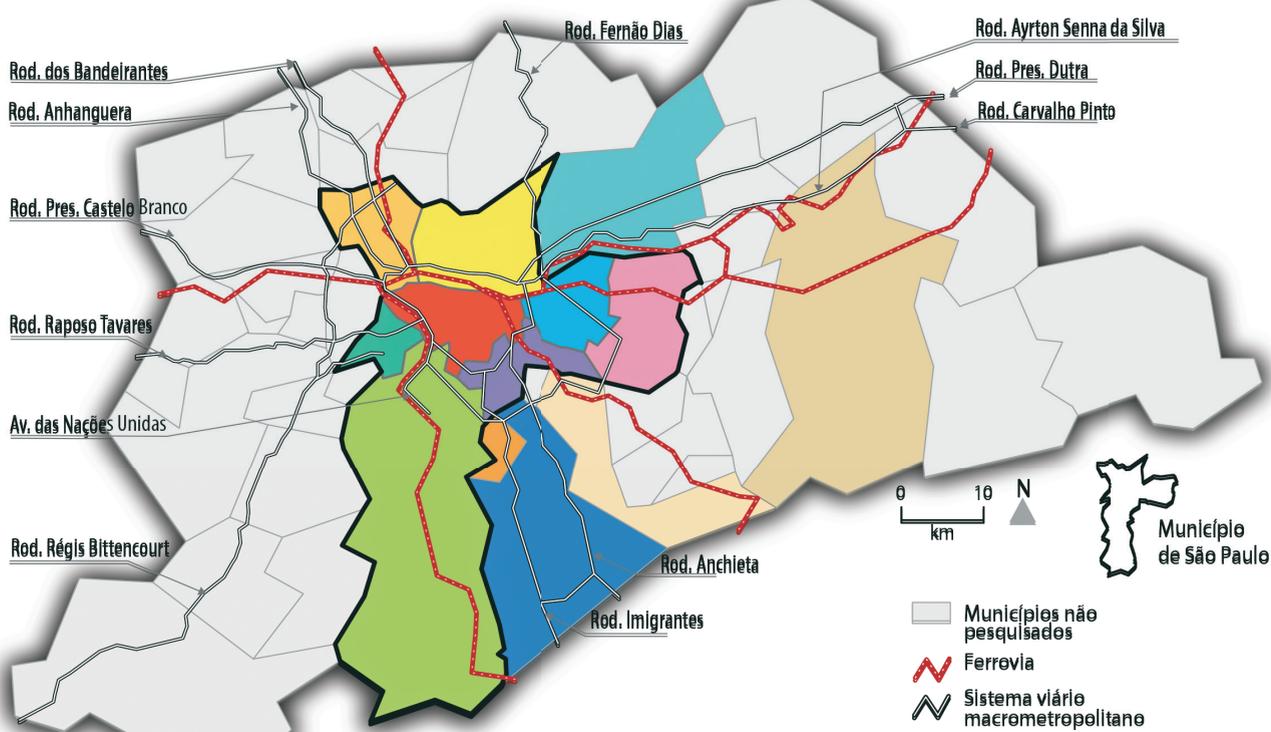
A construção dos mapas levou em conta apenas os dados referentes às indústrias da base do Sindicato dos Metalúrgicos, ou seja, apenas as dos ramos industriais metalúrgico, mecânico, material elétrico e de comunicações e material de transporte.

Os dados foram agrupados por períodos que, segundo a Emplasa, “apresentam certas características específicas do processo de industrialização, podendo facilitar a compreensão das informações coletadas pelo Senai”<sup>27</sup>. É uma periodização diferente da apresentada na primeira parte deste trabalho, mas cujas análises não diferem daquelas. São eles:

**1. ATÉ 1945 (MAPA 3):** caracteriza-se pelo reduzido grau de

Mapa 2

### Mapa de referência da metrópole de São Paulo para a pesquisa Senai 1975



#### Áreas pesquisadas e os nomes atuais dos distritos administrativos no município de São Paulo

Central	Leste 1	Leste 2	Norte 1	Norte 2	Sul	Sudeste	Sudoeste
Vila Leopoldina	Tatuapé	São Mateus	São Domingos	Vila Guilherme	Campo Limpo	Sacomã	Vila Sônia
Cambuci	Vila Formosa	São Rafael	Jaraguá	Santana	Morumbi	Cursino	Raposo Tavares
Mooca	Penha	Iguatemi	Anhanguera	Freguesia do Ó	Vila Andrade	Saúde	Rio Pequeno
Lapa	Aricanduva	Parque do Carmo	Perus	Limão	Jardim São Luís	Ipiranga	Jaguare
Sé	Cangaíba	Itaquera	Pirituba	Casa Verde	Jardim Ângela	Água Rasa	Butantã
Pari	Cidade Líder	José Bonifácio	Jaguara	Mandaqui	Capão Redondo	Vila Prudente	
Barra Funda	Artur Alvim	Vila Jacuí		Tucuruvi	Jabaquara	São Lucas	
Belém	Ponte Rasa	São Miguel		Vila Medeiros	Cidade Ademar		
Brás	Vila Matilde	Lajeado		Brasilândia	Campo Belo		
República	Ermelino Matarazzo	Guaianases		Cachoeirinha	Itaim Bibi		
Bom Retiro	Carrão	Cidade Tiradentes		Tremembé	Santo Amaro		
Vila Mariana		Itaim Paulista		Jaçanã	Parelheiros		
Jardim Paulista		Jardim Helena		Vila Maria	Grajaú		
Pinheiros					Marsilac		
Perdizes					Pedreira		
Bela Vista					Cidade Dutra		
Alto de Pinheiros					Campo Grande		
Liberdade					Socorro		
Moema							
Consolação							
Santa Cecília							

Mogi das Cruzes Guarulhos Diadema Santo André São Bernardo do Campo

O mapa desta página é para orientar o leitor/visualizador dos mapas das próximas páginas e ter uma aproximação visual das zonas geográficas adotadas na pesquisa que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial [Senai] realizou em 1975/1976 para obter um perfil da idade do Parque Industrial da Grande São Paulo. O universo da pesquisa abrangeu o município de São Paulo representados aqui nas áreas Central, Leste 1, Leste 2, Norte 1, Norte 2, Sul, Sudeste e Sudoeste. Em cada uma destas áreas da pesquisa indicamos na legenda os distritos atuais para referência ao leitor. Os demais municípios pesquisados correspondem aos municípios de Mogi das Cruzes, Guarulhos, Diadema, Santo André e São Bernardo do Campo. A fonte bibliográfica para elaboração deste mapa foi o estudo que a EMPLASA publicou em 1980 [EMPLASA. Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo. Perfil Industrial Desejável para a Grande São Paulo (vol. II). São Paulo, Secretaria dos Negócios Metropolitanos, 1980.] e disponível no site: <<http://www.bibliotecavirtual.emplasa.sp.gov.br/>>, acessado em 2/8/2012.

Concepção: Eliane Kuvashney e Eduardo Dutenkefer. Realização: Eduardo Dutenkefer. Elaborado com software de Sistema de Informação Geográfica ArcGIS e finalizado em Adobe Illustrator. fev. 2012

industrialização da região, sendo um período no qual se inicia o processo de substituição das importações.

O capital em disponibilidade aflui para a indústria de bens de produção, expandindo-se para setores tradicionais da indústria, como o ramo têxtil, desenvolvendo-se as indústrias mecânicas, químicas e farmacêuticas, ou iniciando as atividades, como o caso das metalúrgicas.

As indústrias da base do Sindicato dos Metalúrgicos concentravam-se, até 1945, basicamente no Centro expandido do município da capital e na Zona Sudeste, com 48 e 53 estabelecimentos, respectivamente. Outras, em menor número, localizavam-se nas Zonas Sul e Norte e nos municípios de Guarulhos, Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema (os últimos ainda distritos de Santo André), além de uma no ainda distante município de Mogi das Cruzes.

Nessa etapa do processo de industrialização, o papel das ferrovias é importantíssimo, pois praticamente comandam a industrialização, desde o Centro expandido (Bom Retiro, Barra Funda e Lapa, por exemplo), passando pela Zona Sudeste (Brás, Mooca e Ipiranga) com as Ferrovias Santos-Jundiaí e Sorocabana, e Zona Sul (Santo Amaro, pelo Tramway). Fora dos limites do município de São Paulo isso ocorre, como na faixa São Caetano-Santo André (ambos pela ferrovia Santos-Jundiaí) e Mogi das Cruzes (com a ferrovia Central do Brasil).

**2. 1946-1954 (MAPA 3):** Nesse período, denominado de *industrialização restringida*, conforme analisado, o processo de substituição de importações alcança nova etapa, atingindo os meios de produção (bens intermediários e de capital). Novos estabelecimentos industriais da base metalúrgica são instalados. Ao observar o mapa, nota-se que o núcleo industrial anterior se mantém, mas o número de indústrias cresce.

Com o aparecimento das primeiras rodovias modernas, passam a atrair novas indústrias e a constituir-se em eixos, orientando a localização industrial. Isso pode ser percebido no crescimento do número de estabelecimentos da Zona Sul da capital (outros bairros foram atingidos pela expansão industrial: Saúde e São João Clímaco), do município São Bernardo e seu ainda distrito de Diadema, pela presença da Via Anchieta, inaugurada em 1947. Além destes, chama a atenção o crescimento da presença de indústrias da base metalúrgica na Zona Norte (Vila Maria) e município de Guarulhos, pela presença da Via Dutra, inaugurada em 1951. Nas demais, a influência da ferrovia se mantém, principalmente no Centro expandido e Zona Sudeste, em que se nota forte ampliação do número de indústrias.

A análise da Emplasa<sup>28</sup> para os dois períodos acima sobre o Centro expandido e a Zona Sudeste é bastante elucidativa: “O Centro expandido, área delimitada pelos rios

Tietê e Pinheiros, avenida Bandeirantes e antes do Tatuapé, caracterizada por ser a área mais densamente ocupada dentro do município de São Paulo, recebe um número grande de implantações... Essa área, desde o início da industrialização, principalmente a partir de 1940, apresentou forte tendência à concentração de estabelecimentos industriais em alguns bairros (Brás, Mooca, Cambuci, Belenzinho, Lapa, Barra Funda e Bom Retiro). Isso se dá, inicialmente, pela presença da ferrovia, que praticamente comandou o assentamento industrial no seu eixo de influência e, posteriormente, pelas melhorias nos serviços de transporte, energia, sistema viário etc (...) O Ipiranga é o subdistrito no qual a implantação das indústrias é mais antiga, dentro do vetor sudeste. A importância da ferrovia e a qualidade dos terrenos do seu entorno para a construção de indústrias são fatores que podem explicar a presença da indústria no vetor sudeste, já na década de 1940. Antes de 1954, o vetor sudeste era o segundo em número de implantações industriais”.

**3. 1955-1961 (MAPA 3):** Fase inicial do período da industrialização pesada, caracterizada por um ritmo maior de industrialização no processo de substituição de importações de bens de consumo duráveis (automóveis) e de bens intermediários (siderurgia, alumínio, papel), além de investimentos estatais em energia elétrica e transpor-

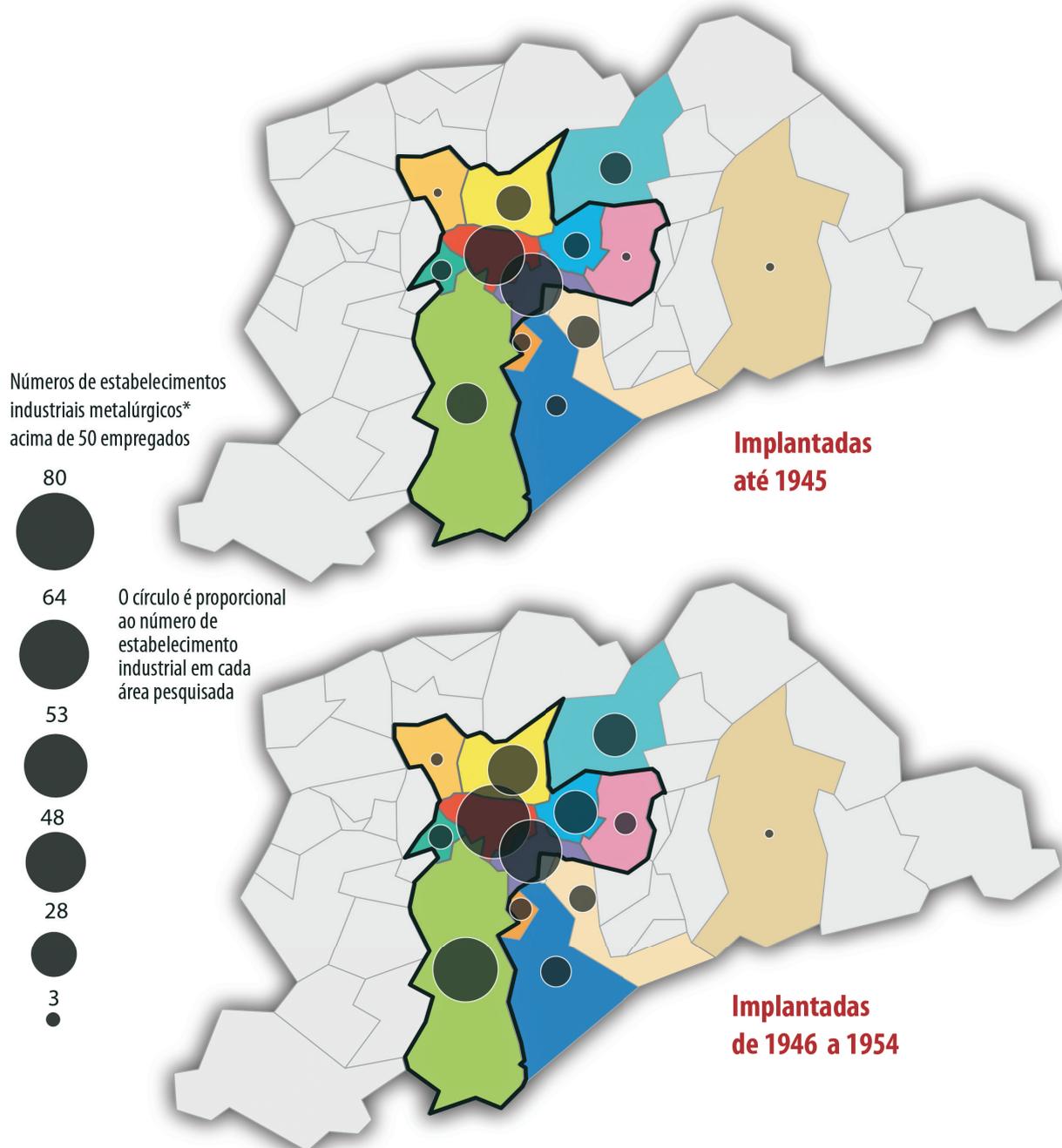
Mapa 3

## Evolução do parque industrial metalúrgico

Os mapas destas páginas são representações cartográficas das quantidades de indústrias dos ramos metalúrgico, mecânica, material elétrico e de comunicações e material de transporte. Os estabelecimentos industriais pesquisados se referem aos existentes no cadastro do Programa de Integração Social [PIS] de 1975, mais aqueles que foram localizados por meio de uma pesquisa de campo que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial [SENAI] realizou em 1975/1976.

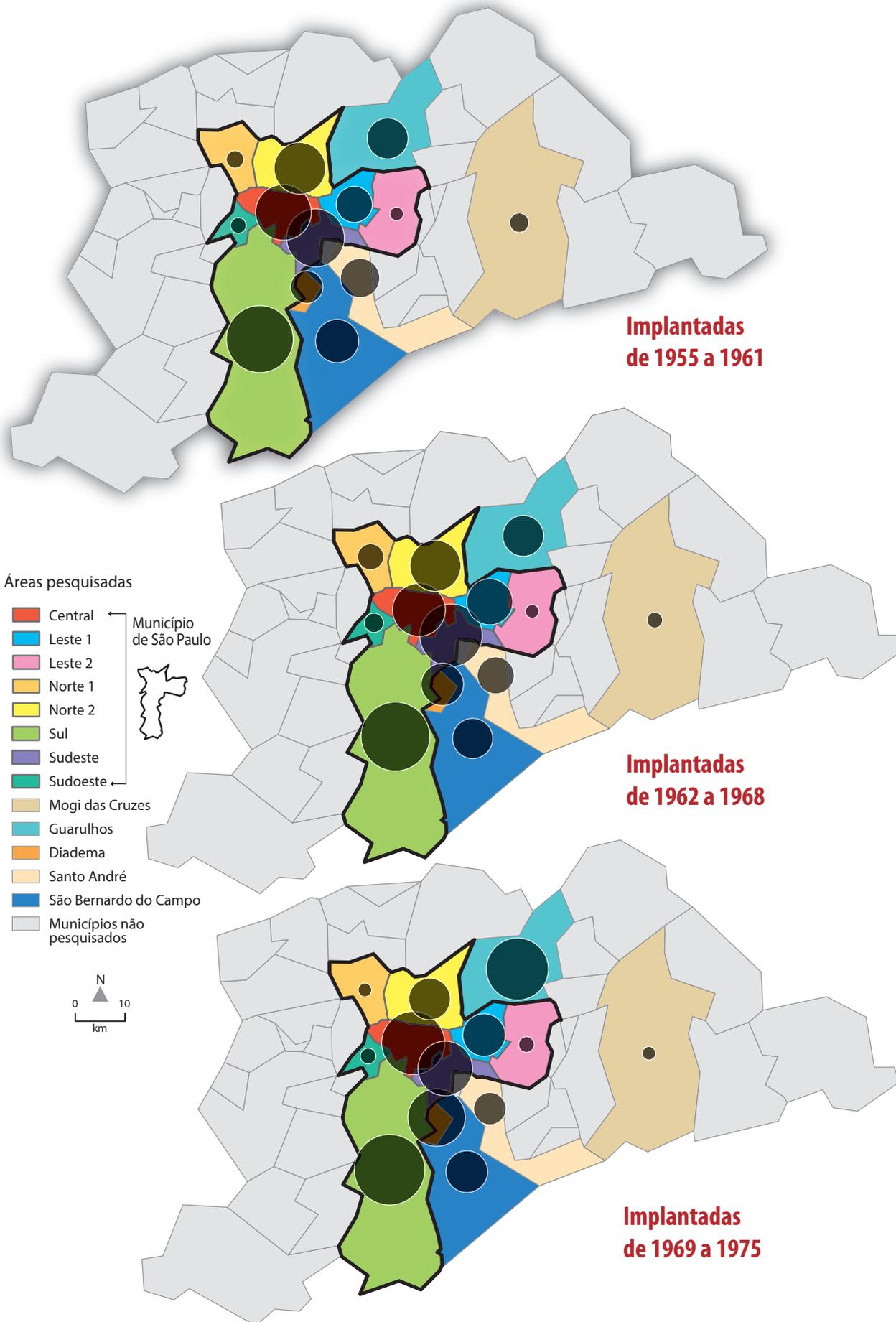
É um "retrato" de sua evolução histórica e da data de sua implantação e se referem aos estabelecimentos que possuíam acima de 50 trabalhadores não diferenciando os ligados a produção e ao pessoal administrativo.

Desta pesquisa extraímos apenas as quantidades de indústrias que os Sindicatos Metalúrgicos contavam como base de sua representação sindical.



\*Ramos industriais: Metalúrgica, Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações e Material de Transporte

Concepção: Eliane Kuvasney e Eduardo Dutenkefer. Realização: Eduardo Dutenkefer. Fonte: EMPLASA. [Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo. Perfil Industrial Desejável para a Grande São Paulo (vol. II). São Paulo, Secretaria dos Negócios Metropolitanos, 1980.] e disponível no site: <<http://www.bibliotecavirtual.emplasa.sp.gov.br/>>, acessado em 2/8/2012. Elaborado com *Philcarto* <<http://philcarto.free.fr>> e finalizado em *Adobe Illustrator*, set. 2012.



tes. Nesse período ocorreu a expansão dos estabelecimentos do ramo de materiais de transportes (indústria automobilística e autopeças).

Observa-se, no mapa, inflexão somente no número de estabelecimentos da base metalúrgica do Centro expandido. Nesse período, a área é ultrapassada, em número de estabelecimentos da base do Sindicato dos Metalúrgicos, pela Zona Sul do município da capital, em decorrência das novas implantações concentrarem-se próximas à Via Anchieta.

As análises da Emplasa<sup>29</sup> constatam que “a maioria das implantações dos estabelecimentos industriais pesquisados são posteriores a 1955”. A implantação das indústrias ocorreu basicamente junto às rodovias (Anchieta e Dutra, principalmente), em função do acesso ao porto e ao mercado consumidor de automóveis, ainda restrito ao Sudeste do País. A Zona Norte da capital (no mapa, Norte 1 e 2) observa aumento no número de indústrias, pela construção da avenida Marginal Tietê, em 1957, importante via de acesso ligando leste e oeste da capital às Rodovias Anhanguera, Fernão Dias e Dutra.

Observa-se, no mapa, crescimento significativo do número de estabelecimentos nos municípios de Santo André, São Bernardo, Diadema e Guarulhos, novamente refletindo a importância dos novos eixos rodoviários. Isso consolida o novo quadro industrial na RMSP, consolidando as áreas in-

dustriais do ABC, com a implantação do parque automobilístico e de autopeças na região, além de Guarulhos.

Ao mesmo tempo em que se observa a consolidação do ABC e do município de Guarulhos como áreas industriais, a redução no número de indústrias no Centro expandido começa a refletir as deseconomias de aglomeração observadas para o município de São Paulo. São áreas cujo adensamento passa a encarecer preços de aluguel e transporte, por exemplo. É importante lembrar que as indústrias instaladas nesse período estão entre aquelas com mais de 500 empregados<sup>30</sup>.

**4. 1962-1968 (MAPA 3):** Na segunda fase do período da industrialização pesada, ocorre queda no ritmo da industrialização em relação aos dois períodos anteriores. Pela queda no valor dos investimentos ocorre, principalmente, diminuição nos ramos de bens de produção. Paralelamente a isso, observam-se a baixa utilização da capacidade produtiva e altas taxas de desemprego.

O mapa do período mostra a continuidade da queda do número de indústrias no Centro expandido. Ao mesmo tempo, observa-se aumento no número desses estabelecimentos industriais nas Zonas Norte, Sudoeste, Sudeste e Leste da capital, além de Diadema. O aumento pode estar ligado à força do transporte ferroviário, que se

mantém em todas as regiões, exceto na Sudoeste. Em Diadema, o aumento ainda pode ser reflexo da Via Anchieta e sua ligação com o porto de Santos.

É importante salientar que as áreas em que se registrou aumento da presença das indústrias da base metalúrgica na RMSP no período podem estar relacionadas à inclusão do ano de 1968 no corte temporal. Afirma o estudo da Emplasa<sup>31</sup>: “No fim desse período – 1968 – inicia-se o *boom* que teve como causa básica a política liberal de crédito. As importações de máquinas e equipamentos para a indústria retornam ao mesmo volume de 1961, em detrimento dos produtos nacionais. A demanda é dirigida para a indústria automobilística e de material elétrico”.

**5. 1969-1975 (MAPA 3):** Acentuam-se as exportações de manufaturados, que passam a receber incentivos a partir de 1969. Acentuam-se as exportações de matérias-primas e material semielaborado e bens de consumo não duráveis.

Os maiores concentradores de indústrias da base metalúrgica, entre 1969-75, são o município de São Bernardo, seguido de Guarulhos, do Centro expandido da capital, que volta a apresentar destaque no número de estabelecimentos industriais, e Diadema. Os demais apresentam os mesmos números do período anterior, exceto as Zonas Norte e Sudoeste, prova-

velmente devido ao forte crescimento populacional do período e ao avanço do mercado imobiliário sobre as regiões.

O estudo da Emplasa<sup>32</sup> informa que, em 1975, a Grande São Paulo concentrava 15.600 estabelecimentos industriais e quase 1 milhão e 500 mil trabalhadores, correspondendo respectivamente a 61% dos estabelecimentos do Estado e 71% dos trabalhadores. O aspecto concentrador em termos de localização das indústrias, diz o estudo, “também aparece quando se destacam, para análise, as áreas da Grande São Paulo, observando-se a tendência já assinalada. Assim, o município de São Paulo aparece como núcleo mais importante do parque industrial, concentrando 83% dos estabelecimentos e 66% dos empregados industriais da Grande São Paulo. Fora do município, a região que

mais se destaca é o ABC, em termos de concentração industrial: 7% dos estabelecimentos e 21% dos empregos industriais”.

### REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA. NOVOS DETERMINANTES DA LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL?

É preciso ter claro que as informações censitárias (censo econômico) sobre a indústria de transformação do Brasil não existem entre 1986 e 2006, o que obriga os pesquisadores a buscar fontes alternativas, sendo a principal os dados de emprego do Ministério do Trabalho. Porém, os dados de emprego utilizados podem levar a análises distorcidas, pois mostram aumento no setor terciário, em detrimento das atividades do setor industrial (vide gráfico 1). Ocor-

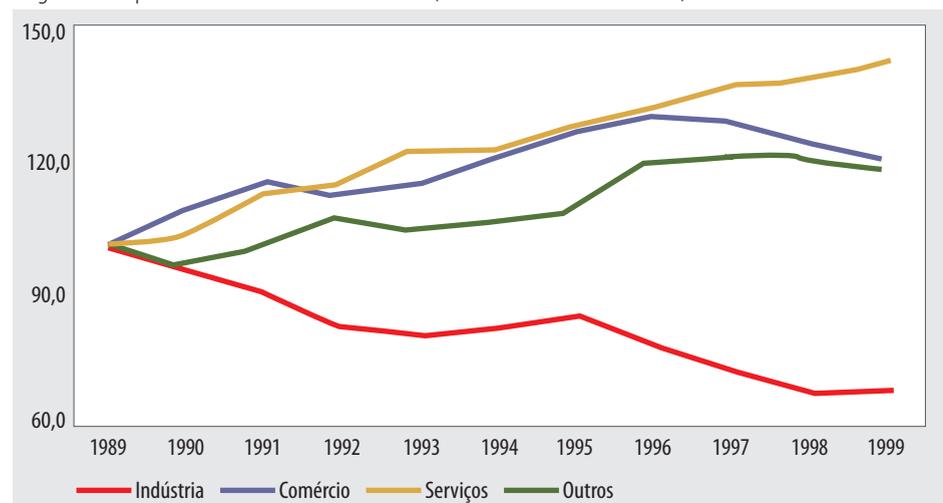
re que os levantamentos feitos não levam em conta os processos ocorridos nas unidades industriais a partir da lógica da reestruturação produtiva. A reestruturação, baseada na racionalização dos custos, promove intensa terceirização de parte do trabalho fabril e, parte dele, deixa de ser função industrial e passa a ser considerado do setor de serviços. Comin e Amitrano salientam que “com a expulsão do interior das empresas industriais de inúmeras atividades – desde serviços de baixa complexidade, como alimentação, limpeza, zeladoria, manutenção e segurança patrimonial, até os mais complexos, como serviços jurídicos, publicidade e marketing, atendimento ao consumidor, design, análise de sistemas e suporte de informática –, essas ocupações desapareceram das estatísticas do setor industrial e reapareceram nas dos setores de serviços, mas sem que sua funcionalidade com o secundário tenha necessariamente se alterado”<sup>33</sup>.

Ao tratar dos dados utilizados para analisar o período pós-1985, Pacheco afirma que “alguns autores, muitas vezes influenciados pela literatura internacional acerca dos efeitos espaciais dos processos de reestruturação produtiva, chegam a considerar as hipóteses de reaglomeração da atividade industrial ou de bloqueio da desconcentração, como se deduz da periodização proposta por Cano: 1970 a 1985 – auge da desconcentração;

Gráfico 1

#### Evolução do nível de ocupação, por setor de atividade

Região Metropolitana de São Paulo - 1989-99 (base: média de 1989=100)



Fonte: SEP, Convênio Seade – Dieese, PED. ([www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br))

(1) Inclui Construção Civil, Serviços Domésticos, etc.

1985 a 1995 – inflexão no processo de desconcentração. Outros identificam limites claros para a desconcentração, circunscrevendo-a ao entorno da economia paulista: Sul, Sudeste e o interior de São Paulo, ao estilo do desenvolvimento poligonal proposto por Diniz<sup>34</sup>. Apesar dessas colocações, Pacheco, a partir dos dados de emprego do Ministério do Trabalho e de dados relativos a investimentos, do Ministério da Indústria e Comércio (período 1985-97), conclui que “houve continuidade da

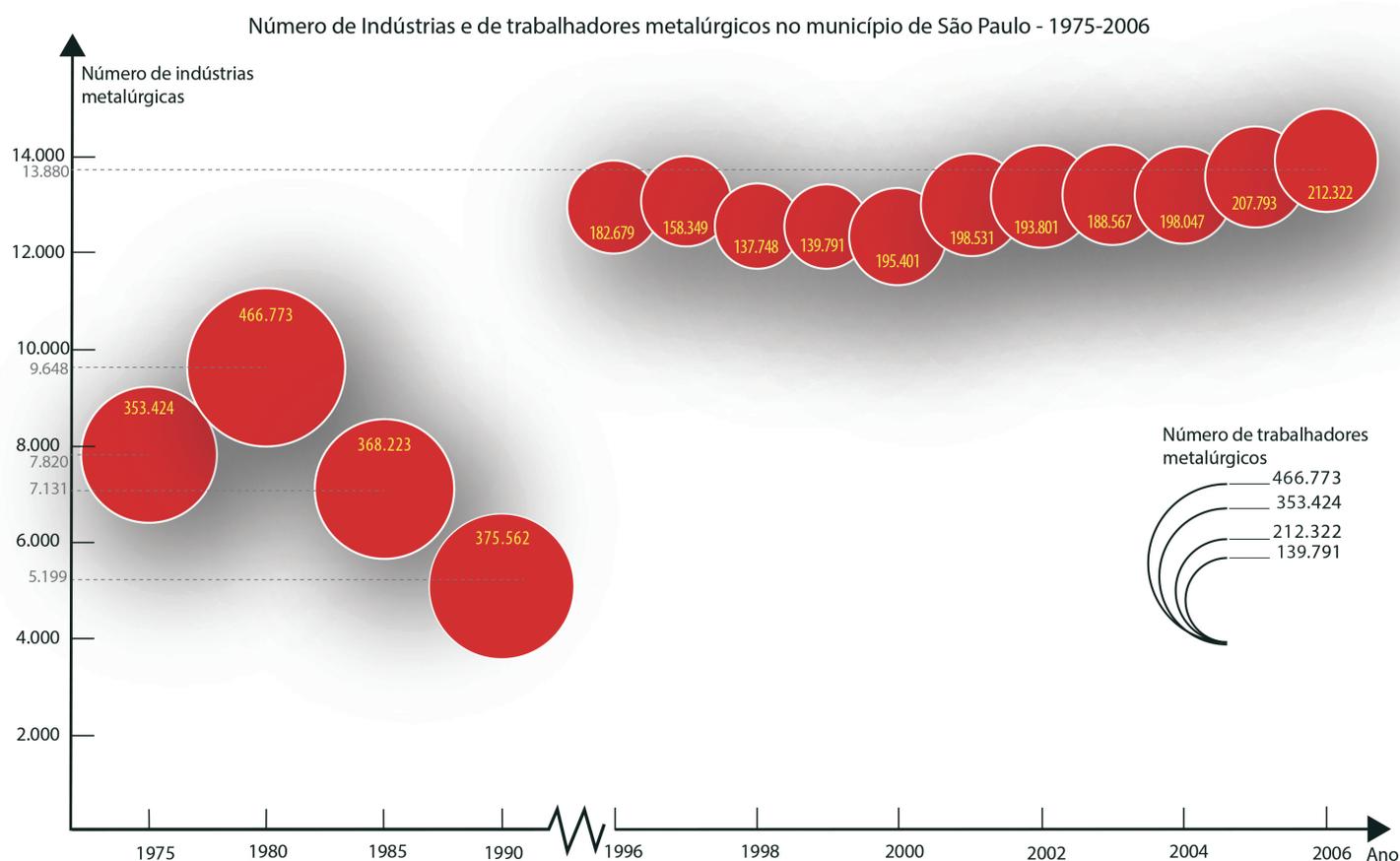
desconcentração econômica da década anterior, ainda que de forma menos intensa, e foram a Região Metropolitana de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro os que mais perderam peso na indústria. Em paralelo, a trajetória mostrou crescente heterogeneidade no desenvolvimento interno das regiões brasileiras, com o surgimento de ilhas de produtividade em quase todas as regiões, crescimento relativo maior das antigas periferias nacionais e importância maior do conjunto das cidades médias<sup>35</sup>.

Comin e Amitrano, associando informações de emprego com dados relativos ao Produto Interno Bruto (PIB) e Valor Agregado (VA) estadual e Valor Agregado Fiscal (VAF) dos municípios (período 1990-2001), chegam à conclusão de que “o que parece se verificar em São Paulo é uma dinâmica em que os serviços cresceram porque a indústria se manteve vigorosa. (...) Se isso não invalida o fato de que as atividades industriais tenham efetivamente experimentado perda de participação relativa na RMSP, aju-

## Gráfico 2

## Número de indústrias e de trabalhadores metalúrgicos no município de São Paulo

1975-2006



Fontes: De 1975 a 1985: IBGE. Censos econômicos de 1975. Censo industrial São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. v.2, t.17, 364 p. IBGE. Censos Econômicos de 1985. Municípios: Indústria, comércio, serviços. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Vol. 3 - região Sudeste. De 1990: BATISTONI, Maria Rosângela. Entre e fábrica e Sindicato: os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). Tese de doutorado, 2001. Dados organizados por Cleodon Silva (Instituto Lidas), a partir do Cadastro Industrial do SENAI de 1990. De 1996 a 2006: IBGE. Cadastro Central de Empresas. [Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=p&o=1&i=P&c=1735>> Acesso: 26/09/2012]

Elaboração: Eduardo Dutenkefer - out. 2012

da a entender por que boa parte da atividade industrial que se desconcentra o faz de forma concentrada, seja num movimento de alargamento do tradicional cinturão industrial metropolitano em direção ao interior do Estado, seja mediante a constituição de uma nova centralidade Centro-Sul, no âmbito daquilo que Diniz (1995) chamou de ‘desenvolvimento poligonal’. Para todos os efeitos, a função de imantação da região sobre o grosso da atividade industrial brasileira se mantém...”<sup>36</sup>.

Os autores concordam em um ponto: o processo de desconcentração observado no período 1970-85 continua no período seguinte – com menos vigor, em que pese a utilização de outros dados para análise. Além disso, dois pontos são comuns: o fato de que tratou-se de uma desconcentração concentrada, ou seja, houve uma continuidade do processo de interiorização da indústria, ao mesmo tempo em que novas áreas industriais surgiram, mais fortemente no Centro-Sul, diminuindo o peso da RMSP na produção industrial do País. No entanto, essas conclusões deixam clara a manutenção da primazia da cidade de São Paulo no contexto da economia nacional.

Se voltarmos as análises apenas para o município de São Paulo (gráfico 2), no período da reestruturação produtiva, observa-se que o número de indústrias metalúrgicas sofre grande inflexão entre

1980 e 1990, passando de 9.648 estabelecimentos em 1980, para 5.199 em 1990, acumulando perda de 46,1% do parque industrial metal-mecânico da capital em apenas dez anos. Se associarmos esses dados àqueles da tabela 5, podemos inferir que o processo de desconcentração continua forte ainda em 1990.

É preciso lembrar que, em especial entre 1980 e 1990, o País vivia forte recessão. Reis e Camargo salientam que “no início da década de 1980 a taxa de inflação mensal se situava em torno de 10%. Em 1986 o Plano Cruzado, por meio de um congelamento de preços, reduziu a taxa de inflação temporariamente para níveis próximos de zero. Entretanto, o excesso de demanda que se seguiu à estabilização dos preços acabou por gerar escassez generalizada de bens e pressões inflacionárias latentes (...) De 1987 a 1994 a taxa de inflação apresentou valores, em média, bastante elevados. (...) Em junho de 1987 a taxa de inflação mensal era superior a 20% (...), em janeiro de 1989 a taxa de inflação atingiu 35% ao mês. Pouco mais de um ano depois, em março de 1990, a inflação mensal era de 82%”<sup>37</sup>.

A pesquisa de emprego e desemprego da Fundação Seade (PED) informa que a taxa de desemprego na capital, naquele período, declinou de 11,4%, em 1980, para 9,7% em 1990. A observação do tamanho dos círculos do gráfico 2 para esses anos (repre-

sentam o número de trabalhadores nas indústrias metalúrgicas) mostra a redução no total de trabalhadores metalúrgicos da capital, de 466.773 em 1980 para 353.424 em 1990, ou seja, redução de 24,2% dos trabalhadores das indústrias em dez anos. Se levamos em conta que a redução no número de indústrias foi de 46,1%, em termos comparativos, se há reestruturação produtiva, até esse momento é responsável, somente, pela desconcentração espacial, não pela redução de postos de trabalho, conforme viria a ocorrer somente na década seguinte.

Comin e Amitrano, analisando a RMSP, lembram que “a década de 90 também se iniciou com recessão e instabilidade econômica, mas em meio a um acelerado processo de abertura comercial (...) que foi acompanhado de retomada do crescimento econômico, porém a taxas muito modestas para os padrões históricos da economia brasileira. Produziram alterações de fundo no tecido produtivo da região o intenso processo de reestruturação produtiva (com aumentos substantivos de produtividade), a privatização da maior parte do setor produtivo estatal ou semiestatal, a internacionalização (por fusões e aquisições) de inúmeras empresas nacionais e a desindustrialização de vários segmentos das cadeias. Como somente se poderia esperar, os movimentos se traduziram em profundas transformações no mercado de

trabalho, com reflexos sobre toda a estrutura social da região”<sup>38</sup>.

Ao observarmos o gráfico 2, em 1996 o número de indústrias metalúrgicas na capital aumenta consideravelmente em relação a 1990 – em torno de 150% –, ao passo que o número de trabalhadores nas indústrias reduz-se a uma média de 60% daqueles de 1990; e mais, se retornarmos aos números de 1980, a redução foi muito maior: em torno de 70% do número de trabalhadores em pouco mais de 20 anos. As taxas de desemprego da RMSP, informadas pela Fundação Sistema de Análise de Dados de São Paulo (Seade), iniciam em 10,3% em 1990 e chegam a 19,3% em 1999, maior taxa de desemprego observada até os dias de hoje na RMSP.

Desconcentração ou simples reorganização da produção? Pacheco explica: “A desconcentração foi também determinada pelo ajuste implementado pelas empresas a partir do final da década de 80 e início dos 90: reestruturação, ganhos de produtividade, aumento do conteúdo importado e importantes mudanças organizacionais no interior das empresas”<sup>39</sup>, e que “a lógica de racionalizar as atividades desenvolvidas teve por resultado, no caso de empresas com várias unidades produtivas, rearranjar certas atividades, levando em consideração os diferenciais de custo, de logística e de qualificação de mão de obra dos sítios em que estava localizada cada planta”; “a tendência é manter nas

antigas áreas industriais exclusivamente as linhas de maior conteúdo tecnológico, ou que, por diversas razões, demandem mão de obra de maior qualificação”<sup>40</sup>. Independentemente disso, os efeitos negativos de uma reestruturação serão sempre mais visíveis em metrópoles como São Paulo.

## CONCLUINDO

Iniciamos este texto com o objetivo de apresentar os processos de concentração e desconcentração da indústria em São Paulo, com especial atenção à indústria metal-mecânica, responsável pelo passado e presente promissores da indústria paulista e, em especial, do surgimento e estruturação da metrópole paulistana. MetrÓpole industrial, por excelência. Mas hoje a metrópole não pode mais ser caracterizada como ‘metrópole industrial’, pois “o dado organizacional é o espaço de fluxos estruturadores do território e não mais, como na fase anterior, um espaço onde os fluxos de matéria desenhavam o esqueleto do sistema urbano”<sup>41</sup>. Hoje, a metrópole que denominamos de “informacional”, se assenta sobre a metrópole industrial, mas sua força não depende mais da indústria – já que observamos a desconcentração das atividades industriais. Mas essa força, construída com o trabalho industrial, foi e será o que mantém São Paulo como a grande metrópole nacional. ■

## NOTAS

1. NEGRI, Barjas. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Unicamp, 1996, p. 27.
2. Emplasa. Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo. **Perfil Industrial Desejável para a Grande São Paulo** (vol. II). São Paulo, Secretaria dos Negócios Metropolitanos, 1980.
3. CARDOSO DE MELLO, João M. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 147
4. NEGRI, Barjas, *op. cit.*, p. 29.
5. *Ibidem*, p. 36.
6. *Ibidem*, p. 47.
7. *Ibidem*, p. 43 e 47.
8. *Ibidem*, p. 69.
9. CARDOSO DE MELLO, João M, *op. cit.*, p. 110.
10. FISHLOW, Albert. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. In: VERSIANI, F.R. & MENDONÇA DE BARROS, J.R. (org.) **Formação econômica do Brasil. A experiência da industrialização**. (Série ANPEC). São Paulo, Saraiva, 1977, p. 29.
11. NEGRI, Barjas, *op. cit.*, p.71.
12. CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo, T.A. Queiroz, 1981, p. 235.
13. Emplasa. Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo. **Perfil Industrial Desejável para a Grande São Paulo** (vol. II). São Paulo, Secretaria dos Negócios Metropolitanos, 1980, p. 8.
14. NEGRI, Barjas, *op. cit.*, p. 87.
15. Cebrap. **Recursos Humanos da Grande São Paulo**. São Paulo, GEGRAN, 1971, p. 63.
16. Cf. CARDOSO DE MELLO, João M, *op. cit.*
17. *Ibidem*, p. 117.
18. Emplasa. Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo. **Perfil Industrial Desejável para a Grande São Paulo** (vol. II). São Paulo, Secretaria dos Negócios Metropolitanos, 1980, p. 65.
19. NEGRI, Barjas, *op. cit.*, p. 106.
20. Cf. Cebrap. **Recursos Humanos da Grande São Paulo**. São Paulo, GEGRAN, 1971,
21. NEGRI, Barjas, *op. cit.*, p. 140.
22. DINIZ, Clélio C. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. Brasília, IPEA, 1995, (texto para discussão n.375), p. 13.
23. PACHECO, Carlos A. **Novos padrões de localização industrial?** Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. Brasília, IPEA, 1999 (texto para discussão n. 633), p. 12.
24. NEGRI, Barjas, *op. cit.*, p. 180.

25. PACHECO, Carlos A., *op.cit.*, p. 13.
26. Emplasa. Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo. **Perfil Industrial Desejável para a Grande São Paulo** (vol. II). São Paulo, Secretaria dos Negócios Metropolitanos, 1980, p. 25.
27. *Ibidem*, p. 68.
28. *Ibidem*, p. 72-74.
29. *Ibidem*, p. 85.
30. *Ibidem*, p. 74.
31. *Ibidem*, p. 70.
32. *Ibidem*, p. 9.
33. COMIN, Álvaro & AMITRANO, Cláudio. Economia e emprego: a trajetória recente da RMS. **Novos Estudos Cebrap**, n. 66, jul. 2003, p. 57.
34. PACHECO, Carlos A., *op.cit.*, p. 12.
35. *Ibidem*, p. 36.
36. COMIN, Álvaro & AMITRANO, Cláudio, *op. cit.*, p. 74.
37. Cf. REIS, Maurício C. & CAMARGO, José M. Desemprego dos jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação. **Revista Brasileira de Economia**. vol. 61, n.4, Rio de Janeiro, Oct./Dec. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=50034-71402007000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=50034-71402007000400004)>
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo, Hucitec, 1996.
38. COMIN, Álvaro & AMITRANO, Cláudio, *op. cit.*, p. 55.
39. PACHECO, Carlos A., *op.cit.*, p. 33.
40. *Ibidem*, p. 34.
41. SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 156.

## GLOSSÁRIO

### REDAÇÃO EQUIPE IIEP

**Capital** – É o valor econômico em busca de valorização, pode ser tanto resultante do processo de conversão de moeda em meios de produção, quanto a conversão de mercadoria em moeda, ou a conversão de força de trabalho em mercadoria

**Capital-dinheiro** – É o capital resultante da conversão de mercadoria em moeda.

**Capital-industrial** – É o capital resultante da conversão de moeda em maquinário de produção industrial.

**Acumulação originária de capital** – Processo de concentração do capital a partir da produção de excedentes em poucas mãos, que permite a existência de reinvestimento. É sinônimo de Entesouramento.

**Bens de capital** – Mercadorias que podem ser utilizadas para a produção de outras mercadorias, sejam industriais ou agrícolas. Ex: tratores, semeadeiras, geradores de energia, tornos mecânicos, retíficas, entre outros.

**Bens intermediários** – Mercadorias que podem ser utilizadas como partes de outras mercadorias. Ex: fio de lã, microprocessadores, entre outros.

**Bens de consumo duráveis** – Mercadorias que têm como objetivo entrar no circuito de comercialização para a população em geral e que possuem vida útil prolongada.

Ex: geladeira, automóvel, sofá, entre outros.

**Bens de consumo não-duráveis** – Mercadorias que tem como objetivo entrar no circuito de comercialização para a população em geral e que não possuem vida útil prolongada. Ex: alimentos em geral.

**Bens manufaturados** – Mercadorias que passaram pelo processo de transformação humana e não podem ser encontrados diretamente na natureza. Ex: sapato, tesoura, entre outros.

**Valor da Transformação Industrial (VTI)** – Corresponde à diferença entre o valor total da produção industrial e o custo com as operações industriais.

**Plano de Metas** – Programa de modernização e industrialização implementado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), ficou conhecido como o plano que faria o Brasil avançar “50 anos em 5”.

**Plano Nacional de Desenvolvimento II (II-PND)** – Programa de modernização e industrialização implementado entre 1975 e 1979 pelo ditador Ernesto Geisel. Tinha como objetivo transformar o Brasil em “potência”, naufragou com o fim do “milagre brasileiro”.

**Sudam** – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, criada pelo governo do ditador Castelo Branco em 1966, visava modernizar a produção econômica da Região Norte do Brasil.

**Suframa** – Superintendência da Zona Franca de Manaus, criada pelo ditador Castelo Branco em 1967, tem como objetivo gerir os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus, visando à industrialização daquele espaço.

**Sudene** – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, foi criada em 1959 na administração do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), visava modernizar a produção econômica da Região Nordeste do Brasil.

**Deseconomia de escala** - Quando uma empresa aumenta os seus investimentos (em capital ou trabalho) para ganhar produtividade, mas acontece o contrário, ela perde produtividade.

**Deseconomia de aglomeração** – Fenômeno de fuga das indústrias do espaço das grandes concentrações urbanas, decorrente do alto custo de manutenção da atividade nestas áreas.

**Substituição de importações** – Política econômica que visa fomentar a produção nacional para que ela substitua a demanda por importações, principalmente de bens de consumo.

**Produto Interno Bruto (PIB)** – Categoria usada para denominar a soma total dos valores em circulação de riquezas da economia interna de um determinado Estado nacional.

**Taxa de inflação mensal** - Média do crescimento dos preços de um con-

junto de bens e serviços em um determinado mês.

**Plano Cruzado** – Conjunto de medidas econômicas implementado pelo governo de José Sarney em 1986, tinha como objetivo central controlar a taxa de inflação.

**Crescimento vegetativo** – Categoria utilizada para dar nome à quantidade de incremento da população ocorrida de maneira natural, calculado pela quantidade de nascimentos diminuída pela quantidade de pessoas mortas no mesmo período.

**Crescimento migratório** – Categoria utilizada para dar nome à quantidade de incremento da população ocorrida pela movimentação populacional em determinada unidade territorial, calculado pelo número de pessoas que se deslocaram para a localidade diminuído das pessoas que se mudaram da localidade.

**Taxa de incremento populacional** – Resultado da soma entre crescimento vegetativo e crescimento migratório.

**Setores primário, secundário e terciário da economia** – O Setor Primário da economia é aquele responsável pela produção agrícola; o Setor Secundário da economia é aquele responsável pela produção industrial; o Setor Terciário da economia é aquele responsável pela prestação de serviços.

**Terceirização** – Categoria utilizada para denominar uma tendência econômica de substituição da contratação direta de trabalhadores pe-

las empresas por um mecanismo de contratação por intermédio de uma pessoa jurídica prestadora de serviços, fazendo crescer o setor terciário da economia, acarretando a flexibilização de direitos trabalhistas conquistados anteriormente.

**Urbanização** – Categoria utilizada para descrever o processo de superação, em números absolutos, do contingente da população rural em relação a população urbana.

**Metrópole** – Tipo de cidade responsável por gerar uma grande dependência econômica, política e social em outras localidades e regiões.

**Região Metropolitana** – São áreas compostas por um conjunto de cidades vizinhas e com integração socioeconômica que possuem como centro uma metrópole.

**Valor Agregado Fiscal (VAF)** - Índice formado pelas informações dos contribuintes, relativo aos seus movimentos econômicos, que servirão de base para os repasses constitucionais sobre os valores das receitas de impostos recolhidos pelos Estados e pela União.

**Emplasa** – Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano do Estado de São Paulo, criada em 1974. Está voltada para a implementação de políticas públicas e projetos integrados entre os diversos setores produtivos e os três níveis de governo (municipal, estadual e federal), visando assegurar a competitividade econômica do território metropolitano.



# SÃO PAULO, OS DESAFIOS DA GOVERNANÇA

LADISLAU DOWBOR

O Brasil tem 86% da sua população em cidades. Foram-se agregando imigrantes, bairros, infraestruturas e serviços ao acaso das pressões e dos dramas. São Paulo, com 11 milhões de habitantes na cidade e 21 milhões na região metropolitana, reflete este caos acumulado. Mas o grande êxodo rural foi esgotado, já não temos crescimento urbano explosivo e, hoje, a cidade pode se concentrar em melhorar a sua qualidade de vida, aproveitando em particular um conjunto de novas tecnologias como a conectividade online, mas também tecnologias sociais, como sistemas participativos de gestão, políticas descentralizadas de gestão, reconstituição da identidade nos bairros. O presente artigo mostra alguns caminhos da construção de novos espaços de governança.

Para que São Paulo funcione melhor, é preciso melhorar a gestão da cidade, não apenas no sentido estreito administrativo da máquina pública, mas no sentido mais

amplo de envolvimento dos atores sociais, na linha do que tem sido chamado de governança. A escala é grande, e os problemas são muitos, mas ao fim e ao cabo se trata de alocar de forma inteligente e melhor possível recursos que são limitados, e isto aprendemos a fazer inclusive na nossa própria casa. Há casas, prédios, empresas ou cidades que são bem administrados, outras não. Na realidade, não é a escassez de recursos que é o problema principal, e sim o processo decisório que preside a sua utilização.

Poderíamos aqui fazer um elenco das teorias que existem sobre a administração pública local, os grupos de pressão, a economia regional e urbana. Mas nos pareceu mais simples partir de exemplos concretos, dos problemas práticos do cotidiano da cidade e, assim, tecer em volta deles as mudanças necessárias de governança. Estes problemas já foram apresentados de maneira mais extensa em outros estudos, mas aqui serão rapi-

damente tocados com o foco nas medidas de gestão e de governança que implicam.

## INFORMAÇÃO COMPARTILHADA

Imagine que queira vender a sua casa. Normalmente, vai ter de enfrentar uma dúzia de corretores e, a não ser por algum golpe de sorte, vai levar um ano para concretizar o negócio, além de transformar a sua casa numa árvore de natal de placas de agências imobiliárias. A solução é simples: em Toronto, os corretores de imóveis que recebem a sua proposta de venda têm 24 horas para colocar a casa na internet, com foto e detalhes como preço (que o eventual comprador hoje trava uma batalha para obter), sob a pena de perder a licença de corretagem. No caso do comprador interessado numa casa em determinada região e faixa de preço, é o mesmo sistema, o corretor que recebeu o pedido o coloca na internet. O resultado é



que todas as propostas de compra e venda de toda a cidade estão permanentemente em contato, em vez de um corretor guardar preciosamente a sua meia dúzia de fichas de compra, e outro a sua meia dúzia de fichas de venda, um evitando cuidadosamente que o outro saiba o que tem em mãos. A média de prazo de venda de um imóvel na cidade de Toronto, para dar um exemplo, é da ordem de dez dias. A comissão é dividida entre quem encontrou um proprietário e quem encontrou um potencial comprador.

É uma medida simples e de impactos significativos. Algumas corretoras já adotam o sistema online, mas fragmentado e permanecem os currais. O sistema atual significa capital imobilizado, tempo perdido para todos, pessoas estressadas e falta de flexibilidade de adaptação do local de moradia e do local de trabalho ou estudo. Enrijece o fluxo de transações imobiliárias, além de gerar um poder oligopolizado, nas mãos de alguns “donos” do processo, fator de especulação imobiliária que prejudica a todos. As maiores inclusive bancam campanhas de vereadores e prefeitos, e transformam o seu controle de diversos bairros em poder e deformação do processo decisório público. Já houve tentativas pontuais no sentido de se criar um sistema integrado online em São Paulo, mas enquanto não houver uma regulamentação que envolva a todos os atores, continuaremos no sistema irracional atual. A regulamentação exige aqui simplesmen-

te uma decisão do prefeito, ou da Câmara.

O interessante é que, com a maior fluidez de transações, a implantação do sistema permitiu elevar a renda dos próprios corretores nas cidades em que foi adotado, pois o volume de transações aumenta fortemente. Mas a resistência das imobiliárias é grande, pois não querem dividir a corretagem e têm receio de outros aproveitarem as suas fichas sem contrapartida. É o tradicional problema do “senta” gritado pelos espectadores de um jogo de futebol, em que ninguém senta, pois quem sentar sozinho fica sem ver o jogo.

Trata-se aqui de um exemplo simples de perda de produtividade sistêmica na cidade, por falta de organização, por atraso dos processos de gestão relativamente às novas tecnologias, e por privilegiar ganhos fragmentados individuais relativamente aos ganhos mais amplos para todos. Sem falar, naturalmente, que na São Paulo realmente existente, os interesses de algumas imobiliárias articuladas com políticos tradicionais podem pesar mais do que o interesse público. No caso, já existem as tecnologias, conhecem-se inúmeros exemplos de experiências bem sucedidas, e não se trata de gastar rios de dinheiro: é racionalização gerencial. A simples disponibilização na internet das informações leva a que as imobiliárias, em vez de brincarem de esconde-esconde entre si e cobrarem pedágios elevados, sejam facilitadores e não atravessadores.

A disponibilização das informações, gerando transparência dos processos, pode ser um poderoso racionalizador da gestão. E o impacto, numa cidade dinâmica e de grandes distâncias como São Paulo, será evidentemente grande, inclusive porque a rigidez do sistema atual leva a que inúmeros proprietários de imóveis os deixem vazios, quando muita gente carece de moradia adequada ou bem localizada segundo o seu local de emprego.

O exemplo nos leva diretamente ao problema da governança da cidade, do processo decisório sobre a alocação dos nossos recursos. Enquanto as decisões forem centralizadas, pouco transparentes, tomadas entre grupos acostumados ao compadrio e não à gestão dos interesses públicos, dificilmente serão tomadas medidas que favorecem a cidade, mesmo quando são óbvias e baratas. Para que os interesses da cidade apareçam nos processos decisórios, é indispensável resgatar a cidadania e facilitar as articulações em rede que as novas tecnologias permitem. Ou seja, sistemas descentralizados e participativos e conectados, gerando também a transparência que assegura a informação cidadã.

## PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

Outro exemplo interessante é o da canalização de córregos. Na ausência de uma política integrada de gestão da água na cidade, optou-se

tradicionalmente pelo varejo: um bairro que sofre regulares enchentes procura o vereador, que negocia os interesses envolvidos, pressiona o prefeito, identifica os interesses de uma empreiteira, e o resultado é um córrego canalizado. Os residentes do bairro ficam satisfeitos, o vereador ganha votos, a empreiteira ganha dinheiro, o prefeito inaugura obras. O problema, naturalmente, é que a água tem a mania de correr para baixo. Por isso, possivelmente, falamos de “córregos”.

Como no córrego canalizado a água corre mais rápido, o bairro ajuizante passa a sofrer enchentes maiores. Os residentes do bairro seguinte vão então procurar o mesmo ou outro vereador, e o sistema continua, até que a água termine chegando tão rápido às partes baixas da cidade, que as enchentes se tornam catastróficas. Neste caso começam a ser construídos piscinões, para reter a água, o que gera bons contratos e novos núcleos de contaminação. E como os piscinões não são suficientes para conter o volume de água, contratam-se as mesmas empreiteiras para aprofundar a calha do rio. Mais contratos.

Trata-se aqui de políticas clientelistas, de venda a prestações de soluções que resolvem o problema de uns às custas de outros. E quando o sistema quebra de vez, e a inundação é generalizada, fecham-se as comportas de forma a que sejam atingidos os pobres, que não têm voz, e não os que formam a chamada “sociedade”.

Não se trata, aqui, de falta de conhecimento do que fazer. Em vez de canalizar os córregos, usam-se sistemas de “caixões” que retêm a água, num tipo de escadaria que trava o fluxo. Melhor ainda, em vez de cobrir e asfaltar os vales, mantém-se a distância de urbanização junto aos córregos, para assegurar a penetração da água nos lençóis freáticos, e utilizar a característica de esponja que têm as várzeas. Isto permite que os bairros, em vez de enchentes, tenham riachos com encostas arborizadas, fonte de lazer e de beleza.

Inúmeras cidades do mundo estão mudando radicalmente a sua relação com as águas de superfície. Em vez de mais concreto, passaram a utilizar mais planejamento. Entenderam que a água é uma força da natureza, que ao ser bem aproveitada e respeitada torna-se um impressionante fator de qualidade de vida na cidade. Transformar os riachos em esgotos canalizados, os vales em asfalto para carros, e a relação com a água numa luta contra a natureza, pode gerar bons contratos, além de belas inaugurações, mas não resolve nada. E evidentemente, com mais avenidas nos vales, em vez de mais metrô e transporte coletivo, o resultado é catastrófico tanto em termos de enchentes de água como de carros e mobilidade urbana.

Aqui também, evidentemente, temos um problema de governança, onde a visão sistêmica e de planejamento integrado deve ser resgatada. As pequenas vantagens de empreiteiras e de alguns políticos de plan-

tão, respondendo de maneira oportunista a interesses pontuais, não permitem soluções adequadas. Na soma dos interesses particulares de bairros afetados pelas enchentes, e dos interesses individuais de transporte, o resultado é um sistema onde não andam nem a água nem o carro.

Nas reuniões que tivemos com técnicos da área de gestão da água, é impressionante como as soluções são conhecidas. Priorização radical do saneamento básico e tratamento de esgotos, arborização de encostas, resgate das várzeas, reabertura de pontos de estrangulamento dos fluxos de água, recuperação das margens invadidas por habitações de risco, avançando inclusive para a evidente possibilidade de um anel hidroviário em torno da cidade – aproveitando o Tietê, o Pinheiros e as represas – são medidas não só conhecidas como já sistematizadas em estudos e projetos concretos. E todos os dados estatísticos, tanto em termos de pluviometria como de desastres ocorridos e prováveis, estão disponíveis. Não é falta de conhecimentos, e sim de como são aproveitados.

Voltamos assim ao processo decisório, à democratização das opções sobre como se utilizam os recursos da cidade. A água não dá muita importância às delimitações de distritos e de subprefeituras, funciona por bacias hidrográficas. Trata-se de um bem multifuncional, fator de produção econômica na agricultura, na indústria e no turismo, fator

de bem-estar urbano pela beleza e espaços de lazer, vetor de transporte fluvial importante a ser resgatado, vetor de doenças, secas e inundações quando tratada de maneira irracional.

Este tipo de multifuncionalidade exige visão sistêmica, o que por sua vez exige a recuperação da capacidade de planejamento de longo prazo, no nível das diversas bacias hidrográficas, e envolvendo os diversos níveis de complexidade, desde o córrego do bairro até o planejamento da relação da cidade e da região metropolitana com todo o sistema de aproveitamento, uso, tratamento, reciclagem e incorporação da água nas dinâmicas urbanas. Este tipo de desafio, de gestão de bens comuns que envolvem uma diversidade de interesses, é tão importante que Elinor Ostrom recebeu o Nobel de Economia por estudá-lo.

O desafio aqui é a elaboração de um plano geral de águas, na mesma modalidade em que os fluxos de pessoas e mercadorias exigem um plano geral de mobilidade urbana e metropolitana. Mas envolve também a participação de cada bairro, de cada distrito e subprefeitura, no sentido de resgatar a segurança frente às enchentes, a transformação dos esgotos a céu aberto em rios limpos e arborizados. Ou seja, cada subprefeitura, e cada distrito, devem dotar-se de espaços participativos que assegurem que o uso dos recursos públicos seja destinado a melhorar a qualidade de vida

local – dentro de uma visão geral do plano de águas. A dinamização de instâncias locais de decisão, mas também uma cidadania informada sobre os potenciais locais, e sobre os projetos em curso. Hoje, o cidadão descobre que há um projeto no seu bairro pela placa que é colocada no local, informando sobre algo que já foi decidido. No nosso caso, não temos nem a participação cidadã que permita os ajustes locais, nem o planejamento do conjunto: temos interesses privados fragmentados, secas, enchentes e contaminação.

Em termos de processo decisório, isto implica a necessidade de se desenvolver a capacidade de planejamento participativo. O conceito de planejamento participativo vai além da alternativa simplificada e ideologicamente contaminada entre planejamento estatal autoritário e o vale-tudo do mercado: envolve a articulação dos processos públicos e dos interesses empresariais com as vontades expressas pelas comunidades, o conjunto baseado em estudos técnicos competentes que assegurem a visão de conjunto e os resultados positivos no longo prazo.

### ACESSO À BANDA LARGA: CONECTIVIDADE

Uma terceira ilustração da necessária modernização da governança urbana nos é trazido pela questão da banda larga. Há uma corrida mundial de municípios que estão se dotando de WiFi, Wi-max e outras tecnologias que aproveitam um gi-

gantisco capital desperdiçado nos centros urbanos, que são as ondas eletromagnéticas. A era digital no planeta está provocando uma profunda transformação civilizatória, revolucionando sistemas de gestão, transformando empregos, mudando radicalmente o conceito de espaço geográfico, alterando a própria sociabilidade e conexões entre as pessoas, grupos e empresas. Surgem inclusive formas renovadas de organização econômica na linha da economia colaborativa, pois com a facilidade da conexão em rede, nem sempre são necessários intermediários, e muito menos atravessadores.

Em termos técnicos e financeiros, já não há muitos mistérios. A densidade populacional urbana torna muito rentável generalizar o acesso à internet em banda larga sem fio, permitindo que qualquer pessoa possa se conectar com a totalidade das informações disponíveis online no planeta a partir de qualquer lugar, em qualquer momento, virtualmente sem custos. Hoje, o acesso em São Paulo é monopolizado pelas empresas de telefonia, e como são poucas e articuladas, o resultado são custos muito elevados de acesso. Mas o acesso pode ser público, com softwares abertos, a custos reduzidíssimos. Qualquer pessoa conversa hoje pelo Skype, Whatsapp ou outros meios com Paris ou com Nova Iorque quase sem custos, porque está usando a internet, quando paga muito caro uma ligação entre, por exemplo, São Paulo e Campinas. Trata-se aqui de uma péssi-



ma gestão de um recurso público, que são as ondas eletromagnéticas, apropriadas por empresas privadas. Não à toa o mexicano Carlos Slim, dono de um cartel de comunicação, se tornou um dos homens mais ricos do planeta.

A solução óbvia é de se assegurar acesso aberto sem custos, ou a custo simbólico. A conta é simples: para a mobilidade das pessoas e das mercadorias, utilizamos ruas e avenidas, cujo custo de produção e manutenção é elevado. No entanto, ninguém cobra pedágio (ainda!) para andarmos na rua. Podemos circular livremente e gratuitamente. Isto não impede que a rua seja produtiva em termos econômicos: permite a instalação de comércios, residências e diversas atividades econômicas, que irão render dinheiro e gerar empregos. Da mesma forma, o ganho comercial com a circulação de conhecimento – onde as ruas e avenidas se chamam “banda larga” – não deve ser feito sobre a própria circulação, e sim sobre as atividades econômicas que permite. O que estamos fazendo agora é o equivalente a cobrar pedágio a cada esquina, impedindo o livre trânsito, o que trava aplicações mais produtivas para a cidade.

A cidade de Pirai, no Estado do Rio de Janeiro, com o programa *Pirai Digital*, que generalizou o acesso à banda larga (apesar das várias restrições legais geradas pela apropriação privada das ondas no Brasil, no regime das chamadas concessões), tornou as escolas muito mais produtivas: toda a rede pública do-

tuou as crianças de laptops que trabalham sem fio. Com isso, a educação passou a trabalhar por projetos e com pesquisa dos conhecimentos disponíveis no planeta, em vez de se limitar às fatias de 50 minutos e conhecimentos fatiados nas chamadas disciplinas e nos manuais escolares. E a criança pode continuar o trabalho em casa, pois a relação é com o conhecimento e não com a instalação física que chamamos de “sala de aula”. É uma revolução educacional em marcha.

Com a abertura do acesso, multiplicam-se as oportunidades. As pessoas que têm um problema a resolver, trocam os “bits” de informações por internet. Em vez das pessoas tirarem o carro da garagem ou pegarem o ônibus, e perderem um meio dia de trabalho, quem viaja são os “bits”, com óbvias economias. O trânsito agradece, menos motoboys irão morrer nas ruas. O comércio passa a fazer uma gestão de estoques mais racional.

O impacto no emprego aparece com força tanto em Pirai, onde pequenos produtores de tilápia vendem diretamente subprodutos da pesca para o Japão – a internet não tem por que se limitar a fronteiras, as ondas viajam na velocidade da luz –, como na favela de Antares, no Rio de Janeiro, onde o acesso à banda larga está generalizando atividades de prestação de serviços informáticos online, de design, de circulação de mensagens, de produção cultural disseminada na rede de pontos de cultura e semelhantes.

“Com informação”, ouvimos de um dos gestores do projeto, “nós somos iguais”. O emprego não significa necessariamente, nesta era, um local geográfico e instalações físicas, onde somos “empregados”. Há inúmeras atividades autônomas ou em rede que se expandem.

Para mencionar outro impacto importante, a conectividade generalizada na cidade permite que o conjunto de serviços públicos seja radicalmente descentralizado. Muito além da boa ideia que são os “Poupatempo”, pode-se assegurar um poupa tempo generalizado, pois os mais diversos serviços municipais podem ser prestados diretamente pelo computador das pessoas, sem sair de casa (como os bancos já fazem com as nossas contas, mas sem baixar as tarifas), e outros podem ser instalados em todos os distritos da cidade sem virar caos, pois estão em rede, o que permite descentralização do serviço associado à articulação, coordenação e controle sistêmicos.

Para uma cidade como São Paulo, com a sua dimensão e distâncias, se trata de transformações de grande importância, inclusive porque constituem um fator de igualdade de oportunidades, reduzindo os dramas das periferias da metrópole. O conhecimento tem esta particularidade de ser um bem “não rival”, o seu consumo não reduz o estoque. Usar conhecimento não gasta. Pelo contrário, na era da economia do conhecimento, quanto mais este circula, mais riqueza se gera. Os pri-



meiros passos dados neste sentido em São Paulo são promissores. Estamos nos modernizando.

O aporte racionalizador da gestão urbana resulta aqui do fato da banda larga e da conectividade sem pedágios permitirem uma descentralização muito significativa do conjunto da administração pública. Em grande parte, as pessoas passam elas mesmas a administrar seus problemas. As rádios comunitárias e redes locais permitem que as comunidades se articulem, que sejam convocadas reuniões sem precisar de carro de som nem de correspondência, que se façam consultas online, que se denunciem de maneira democrática problemas ocorridos. É, de certa forma, um fator de “reapropriação” da cidade pelos seus usuários.

Em termos propriamente de governança, é essencial se assegurar o acesso público à banda larga, tal como o fazemos com água, eletricidade e outros bens básicos. Atualmente apropriado por grupos privados, o sistema de acesso ao conhecimento e à conectividade deve ser assegurado no mesmo sistema público e universal, o que não impede que grupos privados assegurem serviços especializados. Não se trata de passar do oligopólio privado ao monopólio público, mas de assegurar a função racionalizadora global que a conectividade permite. Por natureza, os sistemas privados se concentram na demanda sofisticada com altos preços, com tendência para aprofundar a desigualdade de

oportunidades na cidade, como se viu na tentativa de travar a universalidade de acesso pelos grandes grupos privados, tentativa felizmente derrotada, tanto aqui como nos Estados Unidos.

### A COMUNIDADE ORGANIZADA: DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Os pontos de modernização da governança urbana que vimos até agora, compartilhamento de informação, planejamento participativo, conectividade urbana, constituem instrumentos “soft”, no sentido de que não se trata de rios de dinheiro para construir mais um viaduto com muito ferro e concreto, e muita pompa para as inaugurações, além de muito dinheiro para a campanha política seguinte. Trata-se de medidas essencialmente organizacionais, de formas de funcionamento, de modernidade na gestão. E os impactos se manifestarão na área mais delicada e frágil, que é a área da governança, que chamamos de forma geral de “política”. Organizar esta “política” no sentido de assegurar a prioridade dos critérios ligados à qualidade de vida da população, exige pensar menos em ideologias que nos dividem, e mais nas formas mais funcionais de responder aos problemas mais importantes. Não é dinheiro, asfalto e nem concreto que nos fazem falta, mas sim o bom senso na sua utilização e a priorização dos resultados.

É importante lembrar que a governança e regulação dos vários setores de atividade precisa levar em conta os interesses presentes, as chamadas partes interessadas (*stakeholders*). Envolve portanto a geração de sistemas de pactuação, nos diversos níveis onde se situam os problemas: no bairro ou distrito, na subprefeitura, na cidade, na metrópole, articulando-se ainda com níveis estadual e federal. O que mais faz falta, na cultura política herdada na cidade, é o nível básico, o bairro, o distrito e a subprefeitura, que é onde as pessoas podem mais diretamente participar. Se houver forte organização cidadã na base, é o conjunto da pirâmide de decisões que passará a fazer sentido, pois as instâncias superiores terão de levar em consideração os interesses das comunidades, a prosaica qualidade de vida.

Os processos precisam ser democráticos. Diferentemente de uma empresa privada, no caso da cidade, os usuários é que são os donos. Ou seja, a própria participação nas escolhas e nas opções do que será feito no bairro de cada um, faz parte da vivência democrática.

O bairro constitui uma boa ilustração. A organização do nosso entorno imediato faz parte essencial da nossa qualidade de vida. Legalmente, o bairro ainda não é uma figura jurídica. Assim, temos de trabalhar com a unidade de distrito. Os 96 distritos da cidade, com uma média de 100 mil habitantes, constituem cada um uma cidade de bom porte em qualquer parte do mundo. E

temos um prefeito apenas, para todos os 96 distritos e 32 subprefeituras. É muito pouca democracia. Em termos práticos, a governança precisa ser aproximada do cidadão, para que haja processos participativos.

Não há nada aqui de misterioso. Em Grenoble constroem-se conjuntos habitacionais desenhados com participação dos futuros moradores, que asseguram que no conjunto haja uma farmácia, espaço para consultórios médicos, a inevitável padaria, a tinturaria, os espaços culturais. Ou seja, o desenho do espaço é pensado do ponto de vista do cotidiano do cidadão, que tem de dispor de uma série de amenidades nas distâncias “de a pé”, e não apenas do ponto de vista da empreiteira que quer maximizar o lucro por metro quadrado. Em Montreal, está codificado que uma alteração da praça exige consulta direta, em cada domicílio, aos residentes da praça, organização de reuniões de consulta para os que vivem nas ruas contíguas, e notificação e informação prévia aos residentes na região. Pode demorar um pouco, mas assegura que a praça não vire supermercado nem estacionamento, que se preservem os espaços comuns. Em Toronto todas as infraestruturas esportivas escolares estão abertas à comunidade, sem precisar de carteirinha nem ser “sócio”: o aproveitamento das piscinas, campinhos de jogos e outros se torna não só mais útil, como economicamente mais viável.

O nosso cotidiano residencial não é apenas a nossa casa. É impor-

tante para as crianças poderem conviver com outras crianças da rua e do bairro, que a escola possa ser acessada a pé, que o lazer da rua ou do parque sejam recuperados, que haja espaço de convívio e socialização para os jovens, espaços de recreação para os idosos que constituem uma riqueza potencial de aportes. O domicílio visto como fortaleza cercada de grades, e tão mais isolado quanto mais se eleva a renda, é uma dimensão patológica em termos de prazer cotidiano de vida, do conforto de poder ir de chinelo até a padaria da esquina. Um bairro não é um aglomerado de residências, cruzado por ruas e fios elétricos. É uma cultura. E não haverá esta cultura se os residentes do bairro não puderem influir sobre as decisões que os concernem. As organizações da sociedade civil estão se multiplicando não só para preencher os vazios onde o Estado falha, mas porque participar da construção das nossas condições de vida faz parte da vida. Agregar democracia participativa aos mecanismos representativos tradicionais não é visão “ideológica”, é respeito às pessoas, articulando os processos decisórios sobre um espaço que é de todos. Um movimento como a Rede Nossa São Paulo constitui um embrião destas articulações. Cidades Sustentáveis é um movimento crescente. O bom senso está chegando.

## OS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO

Qual será o futuro econômico

da cidade? Sabemos que as atividades industriais migraram para cidades do interior, além de empregar cada vez menos, à medida que os processos são automatizados. As atividades de intermediação financeira são cada vez mais geridas online pelos próprios usuários, reduzindo-se a quantidade de empregos no setor nos últimos anos. Com a conectividade generalizada que as novas tecnologias permitem, e a expansão das redes de transportes, o desenvolvimento está se interiorizando. A função de centro de uma ampla bacia econômica regional, que a metrópole desempenhava até há pouco tempo, já não tem o mesmo peso. Inclusive, o avançamento geral em termos de mobilidade urbana, resultado de décadas de opções absurdas em termos de composição intermodal de transportes na cidade, leva à gradual erosão do seu papel intermediador de atividades econômicas regionais. Resta sem dúvida a função de cidade-mundo, de âncora de um conjunto de atividades internacionais que se desenvolvem nos espaços globalizados, representações comerciais, feiras, eventos.

De forma geral, a forte expansão de atividades previstas está relacionada às atividades tipicamente densas em mão de obra e em relacionamento pessoal direto, como são as políticas sociais. Educação, saúde, cultura, esporte, segurança, habitação, lazer, turismo – estas são as atividades que claramente despontam como dominantes no ho-

rizonte das mudanças intersetoriais das atividades urbanas. A presença econômica de São Paulo dependerá cada vez mais da sua capacidade de ocupar um lugar de destaque na economia do conhecimento que se expande. Isto envolve investimentos maciços em educação, em pesquisa, em infraestruturas e sistemas de comunicação, na geração do ambiente criativo indispensável para que a cidade não fique parada no passado.

Há opções estratégicas a serem desenhadas, visões de futuro a serem construídas. Isto também exige soluções de governança. Uma experiência que está se desenvolvendo rapidamente em diversas partes do mundo consiste na criação do equivalente do que no Brasil se chamou de Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, formado inicialmente no nível federal, e hoje em funcionamento em diversos Estados e municípios. É um espaço de governança que exige participação empresarial, das autoridades públicas, de organizações da sociedade civil, de representações sindicais, de centros de pesquisa de diversas áreas. Alguém tem de pensar o futuro de maneira sistêmica e organizada. Não é nos embates políticos da Câmara de Vereadores que surgirá este espaço. São os próprios atores mais representativos das mais diversas áreas de atividade que têm de contribuir para a construção das visões e a negociação dos pactos correspondentes. E os vereadores, como órgão le-

gislativo, saberão elaborar, debater e aprovar as leis correspondentes.

Shanghai criou, em 1990, um núcleo de reflexão sobre o futuro da cidade, desenhando em particular o seu papel de articulador entre a imensa bacia econômica do interior e as conexões internacionais. Viu-se ela também como membro da rede de cidades-mundo que se desenhava. A Suécia, com uma população inferior à de São Paulo, tinha fixado bem antes disso a sua vocação de priorização da química fina e da mecânica de precisão. A África do Sul, responsável por 40% da produção econômica da África Sub-Sahariana, criou o *National Economic Development and Labour Council* (Nedlac), para construir as suas visões. O Rio de Janeiro, que perdeu a sua função de capital que migrou para Brasília, os seus empregos industriais que migraram para o Vale do Paraíba e para a região de Campos, e boa parte dos seus empregos portuários como resultado do esvaziamento econômico, não negociou a tempo o seu imenso potencial de turismo de negócios, de eventos e de cultura e não pensou a sua transição para o futuro. Hoje, tem uma massa demográfica de 8 milhões de pessoas sem as bases econômicas correspondentes e um imenso tempo perdido, além da deterioração social a recuperar. Isto também faz parte da governança. O futuro tem de ser pensado agora.

Atualmente, São Paulo apresenta imensos problemas herda-

dos, mas também novos rumos. A eleição de representantes nos conselhos das subprefeituras gera finalmente correias de transmissão entre as necessidades da população e a máquina administrativa, um plano diretor amplamente discutido permite uma visão estratégica da cidade e o enfrentamento dos seus maiores desafios, o *planejasampa* ([planejasampa.prefeitura.sp.gov.br](http://planejasampa.prefeitura.sp.gov.br)) permite a cada cidadão ou organização comunitária ter acesso aos projetos de cada região da cidade, iniciativas como o Irbem (Indicadores de Bem-Estar Municipal) asseguram uma visão sistematizada dos indicadores de desenvolvimento e da qualidade de vida da cidade. Estamos evoluindo do crescimento caótico e de viadutos eleitoreiros para a organização da qualidade de vida na cidade.

Vimos até aqui alguns instrumentos de gestão: compartilhamento da informação, planejamento participativo, conectividade embasada nas novas tecnologias, organização comunitária, conselhos de desenvolvimento. Uma vez mais, trata-se aqui de *software*, de inteligência organizacional, de uso racional de recursos. Não representam os mesmos custos que os absurdos minhocões, piscinões e semelhantes, em que a inteligência foi soterrada pelo concreto. Exigem bom senso e, sobretudo, articulação política visando ao objetivo maior: a qualidade de vida da população. ■

### III

# PERCEPÇÕES

MANIFESTAÇÃO EM DEFESA  
DAS ORGANIZAÇÕES DOS  
TRABALHADORES. PRAÇA DA SÉ, 1981.  
ACERVO PROJETO MEMÓRIA OSM-SP





## NESTA SEÇÃO:

### COTIDIANO OPERÁRIO E MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS (1970-1980) MURILO LEAL

TEXTO A PARTIR DOS TESTEMUNHOS DADOS NAS OFICINAS DO PROJETO CIDADES. MOSTRA A PERCEPÇÃO DOS MILITANTES E PARTICIPANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E OPERÁRIOS, ATUANTES DE 1960 ATÉ HOJE.

### A BATALHA DO CAPÃO DO EMBIRA SUELI BOSSAM E VICENTE RUIZ

COMO FOI FEITA A MOBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NA VILA FORMOSA PARA GARANTIR OBRA PÚBLICA QUE RESPEITASSE OS INTERESSES E PRINCIPALMENTE A SAÚDE DOS TRABALHADORES. É APENAS UM EXEMPLO DESTACADO DE CASOS RELATADOS E PESQUISADOS NO PROJETO. TEXTO A PARTIR DAS MEMÓRIAS E DOCUMENTAÇÃO DE CÉLIA ROSSI E WALDEMAR ROSSI.

### POLÍCIA QUE MATA EQUIPE IIEP

A PARTIR DO TESTEMUNHO DE ISABEL PERES, O RELATO DE UMA DAS CENTENAS DE CHACINAS PRATICADAS PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. A MESMA PM COMETE O ASSASSINATO DE SANTO DIAS, DIRIGENTE NAS LUTAS OPERÁRIAS DOS ANOS 70. O CASO É RETRATADO PELO RELATO DE SUA COMPANHEIRA E TAMBÉM MILITANTE ANA DIAS.

### TÁ VAZIO - CONTO ROBERTO FRANCO

UM DOS TEXTOS DO ESCRITOR E MILITANTE OPERÁRIO SOBRE AS CONDIÇÕES DE TRANSPORTE NO PERÍODO DO "MILAGRE ECONÔMICO" E DA NOVA REPÚBLICA. ROBERTO TRABALHOU NA ARNO, NA MOOCA, E ERA MORADOR DO PARQUE SANTA MADALENA. NA CHAMADA "ILHA DO SAPO" SE AGLOMERAVAM MILHARES DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS AO FIM DO EXPEDIENTE QUE DISPUTAVAM TRANSPORTE LOTADO PARA A PERIFERIA.

# COTIDIANO OPERÁRIO E MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS EM SÃO PAULO (1970-1980)

MURILO LEAL

ASSEMBLEIA DOS 30 MIL, GREVE GERAL DOS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO, 1979.  
RICARDO ALVES - ACERVO IIEP

A CLASSE OPERÁRIA IRROMPE NA CENA POLÍTICA E JOGA A PÁ DE CAL NA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR. A VERDADE, NO ENTANTO, É QUE A DEMOCRACIA NÃO CHEGARÁ AO INTERIOR DAS FÁBRICAS...



## Tecendo a manhã

João Cabral de Melo Neto

1

*Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito de um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.*

2

*E se encorpando em tela, entre todos,  
se erguendo tenda, onde entrem todos,  
se entretendendo para todos, no toldo  
(a manhã) que plana livre de armação.  
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo  
que, tecido, se eleva por si: luz balão.*

## Murilo Leal Pereira Neto

é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor de História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN), *campus* Osasco. Atua na área multidisciplinar “Compreensão da Realidade Brasileira”, juntamente com professores de História, Ciência Política e Geografia. Autor dos livros *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo - 1952-1966* (2002), *A reinvenção da classe trabalhadora - 1953-1964* (2011) e *Olavo Hanssen - uma vida em desafio* (2013). Colaborou com o IIEP no projeto *Investigação operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores*. Coordenou os trabalhos da Comissão Municipal da Verdade de Osasco.

Dezenas de metalúrgicos e metalúrgicas reuniram-se para dar seus depoimentos ao *Projeto Cidades: as condições de vida e trabalho e a construção da riqueza em São Paulo*, sobre o crescimento da metrópole nos últimos 50 anos e o papel do operariado nesse processo. A expansão urbana no Brasil foi acelerada: aquilo que na Grã-Bretanha demorou 200 anos, cumpriu-se no Brasil em apenas 40.

Em 1940, a população urbana correspondia a 31,2% dos brasileiros, em 1980 o percentual subira para 67,6%. A Região Metropolitana de São Paulo, por sua vez, cresceu mais de oito vezes no mesmo período: tinha 1.568.045 habitantes em 1940 e 12.588.725 em 1980. A maior parte dessa população veio de outros Estados e foi morar em zonas periféricas, semirrurais. A experiência teve o impacto de uma calamidade social, gerando a ruína do modo de vida camponês, a vida sem raízes na metrópole, a segregação espacial e social. Os testemunhos apresenta-

dos no *Projeto Cidades*, porém, não falam de traumas nem de vítimas; pelo contrário, compõem uma narrativa estruturada, cheia de sentido e significado, em que a memória individual e coletiva está condensada em uma versão da história de São Paulo vivida por quem fez e viu a cidade crescer e enriquecer. Como foi possível sobreviver à vertigem de uma mudança coletiva tão grande sem sucumbir ao desânimo e à dor?

A ordem das histórias contadas pelos trabalhadores sustenta-se na mesma estrutura que possibilitou as oficinas do *Projeto Cidades* e a coleta dos depoimentos: um movimento – com décadas de duração – de resistência, construção de solidariedades, formas de organização, enfrentamento e resolução de problemas urbanos, tornando a cidade mais suportável e humana. Essas estruturas de resistência e solidariedade impediram que problemas urbanos fossem experimentados como dramas individuais ou familiares isolados e insolúveis. São es-

ses percursos, de derrotas e vitórias, de processos mutáveis e ainda em aberto, que apareceram nas narrativas do referido projeto.

A arena das lutas foram bairros ou regiões como Cidade Dutra, Vila Remo, Grajaú, Parque Santo Antônio, Ipiranga, Vila Arapuá, Santo Amaro, Água Funda, Moiminho Velho, Jardim São Luiz, Jabaquara, Vila Campestre, Jardim Miriam, Vila Missionária, Vila Joaniza (Zonas Sul e Sudeste); Vila Formosa, Vila Guarani, Vila Diva, Água Rasa, São Mateus, Jardim Iguatemi, Tietê, Jardim Imperador, Jardim Quarto Centenário, Vila Matilde, A.E. Carvalho, São Miguel Paulista, Vila Ré (Zona Leste); Jaguaré, Osasco, Vila Iolanda, Carapicuíba, Cocaia (Região Oeste). E tinham como característica comum a ausência de equipamentos e serviços urbanos básicos.

Uma das reivindicações mais urgentes eram a água encanada e o esgoto, pois a carência dos serviços representava ameaça à saúde da po-

pulação, principalmente das crianças. Rui Alves Lima, nascido em Sorocaba, onde trabalhou na indústria têxtil, professor na região de Interlagos, relatou a luta pela água:

*Essa nossa luta pela água foi um fator importante para que não houvesse uma mortalidade muito grande na região. Porque, quando houve o surto de cólera, eu lembro que uns 40 ônibus foram na Sabesp para essa luta para ter água encanada em Interlagos. E a previsão lá era de dez, vinte anos para a frente, mas em 1977, por aí, conseguimos a instalação da rede de água, foi um grande avanço.*

O metalúrgico Anízio Batista, nascido em São José do Rio Preto e chegado a São Paulo em 1960, falou sobre as condições de vida que encontrou nos bairros da região Sudeste, onde vive até hoje:

*Na época em que cheguei a São Paulo, com 18 anos de idade, em 1960, nós tínhamos uma luta muito grande na questão de colocar água encanada, iluminação elétrica, então era um trabalhão danado, e foi aí que surgiram as Sociedades Amigos de Bairro, que davam impulso, que organizavam os trabalhadores e a população local, onde a gente teve uma participação ativa nessa parte aí.*

Célia Rossi, por sua vez, liderou uma luta que durou nove anos por

água encanada, esgoto e canalização do rio Capão do Embira, em Vila Formosa;

*Lá na Vila Formosa não tinha água encanada, não tinha esgoto. A criançada ficava cheia de feridinha porque era fossa séptica pra tudo que é lado, e a gente começou uma briga para ter esgoto e água encanada. E veio, realmente vieram esgoto e água encanada, só que eles cometeram um erro. O riozinho onde as crianças brincavam e que tinha peixinhos, canalizaram o esgoto de Vila Formosa, Vila Guarani e adjacências, Vila Olinda, Vila Dutra, canalizou tudo para dentro desse córrego. Aí começou nosso dilema, porque começou a ter ratos, moscas, doenças, enchentes que enchiam as casas de merda, a gente pisava... Era merda mesmo, o pessoal começou a jogar lixo (...) Nós começamos a fazer bingo para alugar ônibus e ir atrás da Sabesp, porque diziam: “Não, é com a Sabesp, não é com a Prefeitura a questão de esgoto”, até que um dia nós pegamos o Mário Covas e o presidente da Sabesp, conseguimos reunir os dois e 450 pessoas na beira do rio. A gente já estava acostumado com o cheiro e não sentimos, mas eles ficaram desesperados e caminhamos juntos com eles mostrando, e aí veio a licitação para fazer o esgoto.*

A defesa das condições de saúde do trabalhador e sua família, que motivava a mobilização por água e esgoto, incitava movimentos por

equipamentos de saúde e fomentou um dos movimentos sociais mais importantes dos anos 1970, o Movimento de Saúde da Zona Leste. Segundo a visão de Rui Alves Lima, a população mobilizada levou o hospital para o bairro do Grajaú:

*A gente começou um trabalho com o movimento de saúde e educação, e um dos grandes resultados é que hoje lá no Grajaú tem o Hospital do Grajaú. Então é uma coisa concreta: um hospital. Morria muita gente naquela região do Grajaú porque o hospital mais próximo era aqui na Zona Sul, e até a pessoa chegar já tinha morrido.*

O padre Raimundo Perilat, atuante na região do Ipiranga, falou sobre os longos esforços para levar saúde e educação para a Vila Arapuá:

*Lá no nosso bairro houve toda uma luta por uma Emei, a Escola Municipal de Educação Infantil; foram mais de 20 anos para conseguir uma Emei – e conseguimos. E depois de uma votação no bairro ela se chama Emei Santo Dias. E no nosso bairro houve toda uma luta também pelo curso colegial à noite. Isto é riqueza também. Outra riqueza: saúde. Tantas lutas para conseguir um Centro de Saúde. Lembro-me na Vila Remo, do lado de Santo Amaro, houve toda essa luta.*

Por sua vez, Pedrão, trabalhador da construção civil, residente em

São Mateus e militante da Juventude Operária Católica (JOC), lembra-se de como o médico sanitário da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e um dos organizadores do Movimento de Saúde Popular de Saúde, Eduardo Jorge, aproximou-se do grupo de jovens que ele reunia em sua casa:

*Na minha casa tinha um grupo de jovens, uns 30 jovens reunidos para discutir o problema dos jovens, e o Eduardo Jorge apareceu um dia lá: “Eu soube que tem um grupo organizado e gostaria de ver como é que está”. E ele acompanhou caladinho, não falou nada. Ai, no segundo dia ele falou: “Eu não falei nada, mas dessa vez eu quero falar alguma coisa, se me permitem”. “Não, pode falar, Eduardo”, e ele falou: “É o seguinte: eu gostaria de fazer a proposta de fazer um trabalho de pesquisa, porque vocês levantaram uma série de problemas, córrego sujo, falta de água, falta de esgoto, falta de moradia...Eu gostaria de colocar um pouco como eu vejo isso”. A gente falou e discutiu, discutiu, e no final ele fez uma proposta de uma pesquisa naquela área com adolescentes. Naquela época a turma era tão disposta para essas coisas (...) e sei que todo mundo se prontificou a fazer a pesquisa, e a partir daí o Jorge passou a acompanhar esse grupo dando sugestões. Levou esse grupo a participar do Movimento de Saúde, que foi*

*organizado logo em seguida em São Mateus.*

Uma luta diretamente relacionada à defesa da saúde dos trabalhadores e de suas famílias voltou-se contra a poluição produzida pela Siderúrgica Aliperti e outras fábricas. Segundo o padre Raimundo Perilat:

*Outra luta foi contra a poluição. Falamos dos mortos da Aliperti, mas quantas pessoas morreram da poluição da Aliperti? O pó era tão grande nos quintais que podia varrer de manhã que à noite tinha que varrer de novo (...) Na Vila Arapuá tinham a Eveready, Orniex, Columbia, que causavam poluição, e se criou um movimento muito forte, me lembro que dentro da Igreja juntavam até 400 pessoas para discutir o problema da poluição, chamando os responsáveis dessas empresas.*

Rita de Cássia, metalúrgica nascida em Minas Gerais, morando em São Paulo desde 1975, falou mais especificamente sobre o alvo da luta contra a poluição:

*Depois eu comecei também na luta contra a poluição na Aliperti. Eu morava ali no bairro e eu via as roupas no varal todas pintadinhas, aquele lençol branquinho, todo pintadinho de preto da fumaça. Não era só fumaça, você pegava mesmo, era uma areinha fina que tinha na rua e foi aí que começou a*

*nossa luta por esse filtro, para poder filtrar a poluição, para poder botar filtro nos fornos lá para poder diminuir a poluição, aí foi vindo a minha indignação.*

Os depoimentos evidenciam que a reprodução biológica da família operária não era assegurada pelo sistema que dilapidava a força de trabalho, economizando nos gastos com hospitais, postos de saúde, saneamento, equipamentos contra a poluição. Essas lutas, que brotavam das contradições do sistema e visavam, minimamente, à garantia de condições de vida, articularam-se e, finalmente, adquiriram um alcance político mais amplo na luta pelas Diretas-Já, na solidariedade às greves metalúrgicas, nas manifestações contra a ditadura no 1º de Maio, Dia do Trabalhador.

Além da saúde, outro item fundamental para a reprodução da família operária era, obviamente, a alimentação. O padrão de consumo da família era afetado pela elevação do custo de vida e pela legislação, que regulava os reajustes salariais (Lei do Arrocho). Com uma inflação de 35% ao ano em 1974, 34% em 1975, 48% em 1976, 46% em 1977, o Movimento do Custo de Vida tomou impulso, desde suas primeiras articulações, na Zona Sul, em 1974. Maria José da Gama Cavalcanti, metalúrgica, nascida em Pernambuco e residente em São Paulo desde 1971, ressaltou a importân-

cia do Movimento Contra a Carestia para o avanço político das lutas populares:

*O Movimento Contra a Carestia foi um dos maiores avanços que a gente deu politicamente, porque naquela época todo mundo ainda estava com muito medo, e a mulherada começou a sair à rua para passar abaixo-assinado e os homens se encorajaram também (...) Quando a gente ia fazer a tal pesquisa de supermercado, só Deus sabe o que a gente aguentava ali. Sair para a rua para pegar abaixo-assinado, meu Deus do céu, era outra agonia, era “fora” para tudo que é lado. E aí veio vindo, eu acho que a gente cresceu e as pessoas do bairro também cresceram.*

Outra forma de luta, mais direta, contra a carestia de vida, surgiu na Zona Leste, em São Mateus, relatada pelo metalúrgico Antonio Prado de Andrade, conhecido como Tico:

*Em 1975, 76, já se formou a Compra em Comum, a briga da Panela Vazia, tudo isso vem dos bairros e, vamos dizer assim, nos bairros que eram de trabalhadores.*

A *Compra em Comum* era um recurso das famílias, que se juntavam, formavam uma comissão para fazer compras para todos no atacado e depois distribuíam os mantimentos entre os participantes

do grupo, barateando os preços.

Outro problema que afetava cotidianamente o modo de vida do trabalhador eram os transportes, pois atrasos e faltas no trabalho acarretavam descontos nos salários, podiam até provocar uma demissão, e as longas e penosas viagens entre casa e fábrica reduziam o tempo de convívio com a família, descanso, sono e lazer. As grandes distâncias eram consequência inevitável do novo padrão de moradia popular produzido pela expansão periférica de São Paulo: o terreno próprio adquirido em zonas rurais ou semirrurais, separado das regiões fabris por terrenos particulares mantidos desocupados pelos agentes da especulação imobiliária à espera de valorização.

O metalúrgico Jorge Luís, conhecido como “Jorge Preto”, chegou a São Paulo em 1972, comentou sobre a solução encontrada para o problema dos transportes pelas grandes e médias empresas na Zona Sul:

*Como vocês puderam ver em várias fotografias, os ônibus eram contratados. Por que as empresas contratavam? Era tão perto.... De onde eu morava para a empresa em que trabalhava, na Villares, dava dez quilômetros. Mesmo assim, a empresa contratava ônibus fretados para recolher os operários para ir trabalhar. Por quê? Para não chegar atrasado, porque a condução naquela época era péssima.*

Antonio Vieira de Barros, o “Três Oitavos”, que morava em Osasco e trabalhava na Sanbra, no Jaguaré, lembra-se que era comum o trem atrasar de 15 minutos a 1h30, chegando com até oito passageiros pendurados nas portas (“parecia um pé de flor”), e mesmo gente viajando em cima dos vagões. O transporte de ônibus não era melhor, chegando-se ao ponto de as marmitas de alumínio terem de ser trocadas a cada dois meses, de tanto serem amassadas diariamente no aperto dos carros lotados.

Maria José da Gama Cavalcanti mencionou a luta por transportes no Parque Santo Antônio como o começo do movimento popular na região:

*Para mim, um marco foi a Paróquia de Nossa Senhora das Graças, da Vila Remo, com o padre Luís Juliano, porque a gente teve acesso a participar das coisas e começou a tentar. O Parque Santo Antônio, por exemplo, ele tinha 60 ruas, nenhuma rua com asfalto. E depois vem tudo aí, um monte de outras coisas que a gente conquistou. Ainda é um bairro muito abandonado, o transporte é péssimo, mas mesmo assim, eu acho que se não tivessem aparecido aquelas “loucas” (...) ele estaria parado até hoje, parado no espaço. Vila Remo, eu falo porque tudo saiu dali, todas as histórias do primeiro movimento que a gente participou,*

*que foi o transporte, a briga com a Auto Viação Jurema, essas coisas (...) A gente mexeu muito com a questão da creche, da saúde, do transporte, olha, tudo que era movimento a gente mexeu, algumas coisas a gente conseguiu, outras não.*

Rui Alves Lima atribui às lutas populares a chegada dos trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) de São Paulo e do metrô à região de Interlagos, além da construção da ponte do Pedreira, facilitando o acesso e reduzindo a situação de isolamento em que o bairro se encontrava, principalmente nos dias de corridas no autódromo:

*Foi uma luta grande que teve na região também: a Emplasa dizia que não podia pôr trem lá porque ia aumentar a população. E você vê hoje o operário, o povo, tendo acesso a um transporte de maior qualidade, com banheiro, com escada rolante, a gente pensa: "Puxa, valeu a pena a luta...", porque a Emplasa não queria, houve muita luta na região para acontecer isso. E quem mora na região de Interlagos lembra o quanto a gente sofria quando tinha corrida, porque lá era uma ilha: só tinha a ponte do Socorro e a ponte de Interlagos, e aquela luta por aquela ponte que tem agora lá na Pedreira, foi uma luta grande, faz muitos anos que se pedia.*

O metalúrgico Fernando do Ó, cearense que veio morar em São Paulo pela primeira vez em 1961, voltando posteriormente para Fortaleza e retornando à capital paulista em 1970, para morar no Jardim Souza, onde ajudou a fundar uma Sociedade de Amigos de Bairro, se lembra da difícil luta por transporte:

*Essas pessoas tiveram a ideia da luta pelo transporte, que era péssimo, e nós fizemos uma carta dirigida à CMTC, pedindo mais ônibus, e eles responderam que a quantidade de ônibus que havia era compatível com a quantidade de pessoas da região. Então, o poder público era muito mais... Ele não aceitava nada de reivindicação, era mais arrogante do que hoje.*

A reprodução social se processa nos espaços do bairro e no tempo da vida cotidiana. As tensões e contradições entre o sistema produtivo e as formas de reprodução se manifestam como pressões sobre os limites dentro dos quais as famílias de trabalhadores podem reproduzir-se, e esses limites são definidos biológica, econômica, cultural e politicamente. Por isso, as formas de organização política e de expressão cultural são componentes da demarcação de um modo de reprodução da vida social.

Tico lembrou-se de como em São Mateus, nos anos 1970, os encontros de jovens promovidos pela Igreja e pela Ação Popular, as

conversas, as atividades culturais, a tomada de consciência dos problemas e a mobilização se combinavam num processo contínuo, de base, difícil de reprimir:

*Em São Mateus (...) o padre Luiz e o João Carlos, que hoje é bispo lá em Salvador, eles criaram comunidades de jovens, e essas comunidades não discutiam muito política, não era ensino político, mas eu vejo aquilo como a formação de cidadania, ou seja, colocar o jovem para participar, ia ao cinema, discutia problemas relacionados à família, relacionados à droga, relacionados à Igreja, relacionados a tudo isso, e muito criativo, muito animado, com brincadeiras, e foi atraindo os jovens (...) Eu formei um outro grupinho lá no Jardim Tietê, onde a gente chegou a reunir até 27 jovens, fazíamos acampamentos, todo aquele grupo, nós sentávamos e discutíamos os problemas familiares, problemas de drogas, problemas de rua, aos poucos esses grupos foram se juntando. Desse grupão foram se formando grupos relacionados à saúde, ao transporte (...) Uma forma diferente, que dificultava a ditadura de atacar, nós fazíamos teatro e era uma alegria relacionando com os problemas. Eu lembro que fizemos uma peça que era a confusão no ônibus, nós montamos uma pecinha de teatro em que representávamos um ônibus lotado e convidávamos toda a comunidade. A gen-*

*te fazia um ônibus, um dirigindo o ônibus, aquele monte de gente um passando por cima do outro, aquela confusão toda, aquilo animava e trazia conhecimento.*

O metalúrgico Pereirinha falou com entusiasmo sobre o teatro de bairro:

*O grupo de Teatro Aroeira era lá da Igreja, eu tive a oportunidade de participar, e a gente ficava vibrando pela maneira do grupo apresentar as peças, porque representava os problemas do bairro.*

As associações de trabalhadores organizadas pela Oposição Metalúrgica nos bairros eram polos de movimentação cultural. A metalúrgica Mazé lembra-se da atuação da Associação da Vila Matilde, que contava com muitos filiados da Philco e promovia atividade cultural intensa:

*Com a Associação, o foco era a Philco, a gente trazia muitos trabalhadores, tinha atividade cultural, faziam muitas festas onde o pessoal organizava as atividades. Tinha os filmes que a gente passava, “O homem que virou suco”, por exemplo, era para chamar os trabalhadores para virem na apresentação desses filmes (...)*

Edi, metalúrgica, acrescentou:

*Tinha uma agenda, normalmente, por exemplo, eu lembro que ti-*

*nha aula de capoeira, filmes, que a Mazé já citou, teatro, além dos cursos profissionalizantes, como foi dito: controle de qualidade, mas tinha torneiro mecânico, ajustador mecânico... Teatro era pouco, tinha o pessoal do grupo União e Olho Vivo, que já eram profissionais, que deram incentivo. Depois teve o pessoal do bairro também, o Cícero, a Delma, o Celso, eles tinham um grupo que, antes da Associação, já atuava no bairro, como Grupo Arribação.*

Quanto às formas de luta, comparando-se com o período democrático anterior (1945-1964), observam-se algumas mudanças. A mais gritante é a falta de menções à mediação de parlamentares. O Poder Legislativo, aparentemente, deixara de ser reconhecido como canal para encaminhamento de denúncias, petições, indicações ou pressões sobre a Prefeitura. Ao invés disso, partia-se para a coação direta sobre o Executivo. Rui Alves de Lima fala do envio de 40 ônibus à Sabesp em 1977, e o Pedrão de terem lotado 70 ônibus para uma manifestação na Secretaria de Saúde. Quando os parlamentares começam a ser mencionados – como, por exemplo, Eduardo Jorge, Adriano Diogo ou Roberto Gouveia –, lembrados mais como organizadores dos movimentos populares do que como representantes do Legislativo.

Os métodos tradicionais, como o abaixo-assinado contra a carestia

de vida, lembrado por Maria José da Gama Cavalcanti, ou a petição à Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) reivindicando uma linha de ônibus, citado por Fernando do Ó, não foram esquecidos, mas um novo arsenal de ações diretas começou a ser criado – talvez como resultado da férrea necessidade e de uma nova cultura política fomentada por setores da Igreja Católica. A Juventude Operária Católica (JOC) era educada no método “ver, julgar e agir”, procedimento que parece ter sido incorporado por diversos movimentos populares. Nesse processo, o “agir” poderia conter soluções coletivas novas, como era a *Compra em Comum*, lembrada por Dito, ou as pesquisas de preços em supermercados, mencionadas por Maria José como momento da construção do Movimento do Custo de Vida. A pesquisa dos problemas pela própria população (“ver, julgar”), como etapa da construção de uma consciência e vontade coletivas de mudança, é muito bem exemplificada no depoimento de Célia Rossi sobre a luta pela canalização do córrego Capão do Embira:

*Aquilo era um mau cheiro, tinha muito rato, enfim, aí começou a dar hepatite nas crianças, meus filhos, os da vizinha, só no meu pedacinho tinham oito crianças com hepatite. Aí a médica do posto veio, mandou examinar a caixa,*

*tudo, e o resultado, ela disse: “O problema é esse esgoto a céu aberto, que está trazendo essa hepatite para todo mundo”. E aí nós fomos atrás até o dia em que o Goldman disse: “Vocês não têm nenhuma necessidade de canalização” (...) e ele fez uma guerra muito feia contra a gente, e o que nós fizemos? Fizemos esse mapa e fomos mapeando onde tinha criança doente e fomos em cima, pegamos na escola o endereço das crianças afastadas e fomos nas casas, pegamos laudo médico, conversamos com as mães. De 200 casas que nós mapeamos, encontramos 114 casos de hepatite, 15 de leptospirose e tinha cinco crianças com os dedinhos, ou da mão ou do pé, que foram comidos pelos ratos.*

As formas de organização dos movimentos de bairro foram profundamente influenciadas pela chegada de um novo sujeito, ausente no período 1945-1964: a Igreja pós-Concílio Vaticano II, liderada por dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo metropolitano de São Paulo desde 1970. Com as organizações de esquerda reprimidas ou isoladas na luta armada, as formas de organização e mediação do trabalho/populismo bloqueadas ou destruídas, a ausência de canais de expressão e de espaços de organização, a Igreja passou a cumprir um papel multifuncional. Tornou-se espaço de reunião; forneceu modelos de organizações de base, como as Comunidades Eclesiais de

Base (CEB), ou de organização setorial, como a Juventude Operária Católica (JOC), a Pastoral Operária e a Juventude Estudantil Católica (JEC); deu legitimidade moral e apoio institucional direto ou indireto a organizações políticas de esquerda como a Ação Popular (AP); manteve padres que eram verdadeiros militantes de base, capazes de trabalhar em fábricas, morar em favelas e nos bairros da periferia, como Raymond Periat, Franco Torrezi, Luís Valentini, Giggio, Jorge Dimitri, Virgínio, Xavier, Cosmo e tantos outros; organizou centros político/culturais diretamente ligados às atividades de preservação da memória popular e operária, como o Centro Pastoral Vergueiro (CPV).

Surgiram movimentos sociais novos, como o movimento de saúde, ou renovados, como o movimento do custo de vida, mas formas de organização anteriores, como as Sociedades Amigos de Bairro, foram lembradas em depoimentos como o de Anízio Batista e de Fernando do Ó. Da esquerda organizada, a AP, já mencionada, e o PCdoB foram as duas únicas siglas lembradas.

As formas de organização que mais nos interessam analisar aqui são as que aproximaram a população dos bairros e os metalúrgicos. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo pouco se envolvia com as questões dos bairros. Foi a Oposição Metalúrgica que, pelas associações de trabalhadores criadas

nos bairros, como a mencionada no depoimento de Mazé, fez a ligação entre lutas fabris e de bairro. Segundo Célia Rossi:

*No movimento de bairro a gente discutia muito também que o trabalhador da fábrica era o mesmo que tinha que morar, que usava o sistema de saúde e que tinha os filhos na escola, então tinha que ter essa ligação (...) A gente discutia muito isto antes de “fazer porta de fábrica”, dizer: “Somos todos um só, porque se você está na fábrica você vai para sua casa e pega o transporte precário, você vai para sua casa que é um quarto e cozinha; nós estamos morando lá e não temos posto de saúde, não temos isto e aquilo...”, então era saber que nós éramos uma pessoa inteira, não um pedacinho que está na fábrica.*

Segundo Mazé:

*O movimento de Oposição Metalúrgica foi uma escola de vida para todos nós, porque era autêntico, nós acreditávamos, dávamos até a última gota, era intenso, e isso marcou a gente (...) São Miguel era o comando de apoio às lutas dos trabalhadores das fábricas. Eu acho que era um casamento perfeito na época, o movimento popular com o movimento dos trabalhadores nas fábricas. Então, foi um aprendizado, e transformou, foi uma transformação muito grande na consciência.*

Nos depoimentos dos metalúrgicos e de seus aliados, as greves de 1978, 1979 e 1980 no ABC paulista aparecem como pontos de reunião e fusão dos diversos movimentos, demarcando o tempo como um acontecimento transformador. Segundo o padre Raimundo Perilat:

*Outro ponto: o Fundo de Greve, para a greve do ABC. Quantas comunidades se juntaram, se organizaram para dar apoio a esta luta... Então, eu destaco nessa época esta ligação das fábricas com os bairros, dos bairros com as fábricas: eram muito unidos, muito juntos.*

Os metalúrgicos Pereirinha e Waldemar Rossi destacaram a articulação entre as lutas de bairro e de fábrica, em São Paulo, com as greves do ABC. Como lembrou Pereirinha:

*Waldemar, eu acho muito importante quando você destaca essa luta que se desenvolveu pelos bairros, pela melhoria da qualidade de vida da população, associada à luta sindical que começava a se desenvolver e que esses movimentos de luta de bairro tiveram papel fundamental no apoio às lutas que a gente desenvolvia debaixo de repressão no movimento sindical. Por que não lembrar a plenária da Vila Euclides, vocês lembram quantos ônibus de São Mateus foram para a assembleia da Vila Eucli-*

*des em São Bernardo do Campo, em solidariedade aos operários metalúrgicos do ABC? Foi uma coisa extraordinária, fantástica e debaixo de repressão.*

Waldemar Rossi, candidato a presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo na primeira chapa de oposição a Joaquim dos Santos Andrade, lançada em 1967, faz menção à articulação entre as lutas contra a exploração no trabalho e contra a espoliação urbana:

*Em 1967, junto com alguns companheiros, inclusive do Partido Comunista, que estava na clandestinidade ainda, a gente organizou a primeira chapa de oposição dos metalúrgicos. O trabalho feito na Igreja tinha bastante ligação com a questão da qualidade de vida do trabalhador, a exploração no trabalho mais a exploração no bairro. Essas reflexões nós fazíamos em São Mateus, fazíamos na Vila Rica, na Vila Matilde, e foram se espalhando para muitos outros bairros. Então, o movimento nasce em um conjunto que favorecia o surgimento disto, e é dessa região Leste que vão nascer as Pastorais Sociais, e depois se espalham para outras regiões.*

É importante destacar que muitos metalúrgicos e metalúrgicas que deram seu testemunho para o projeto *Projeto Cidades: as condições de vida e trabalho e a construção da riqueza em São Paulo* — os trabalhado-

*res metalúrgicos* foram presos, torturados, demitidos, perseguidos. Para alguns, era impossível ver os filhos com hepatite ou crianças na vizinhança terem as pontas dos dedos roídas por ratos sem fazer alguma coisa. Para outros, ser solidário com o próximo era uma profunda questão de educação moral, política e religiosa. Para outros, talvez a luta fosse a manifestação do reverso da riqueza, a defesa de uma verdade vivida, percebida e refletida sobre a sociedade, os homens e as injustiças, como declarou Anízio Batista em seu depoimento:

*Na região Sudeste, hoje, por exemplo, o crescimento que nós participamos, que os trabalhadores participaram, que tinha muitas empresas, que nós demos lucros para as grandes empresas (eu fabriquei peças desde bicicletas até avião nas empresas em que participei, tenho uma experiência vasta nas empresas metalúrgicas de São Paulo), hoje nós podemos dizer que o crescimento das grandes indústrias, que foi se articulando, foi formando os blocos, e a gente vê os grandes blocos com potencial financeiro no mundo, não só de São Paulo, que nós ajudamos a crescer esse polo de riqueza. Só que os nossos trabalhadores não enriqueceram igual às empresas, nós ficamos lá embaixo enquanto trabalhador, quer dizer, muitas vezes uma boa maioria tem uma casa própria, um carrinho, mas foi com uma grande luta nossa. ■*

# A BATALHA DO CAPÃO DO EMBIRA

SUELI BOSSAM E VICENTE GARCIA RUIZ

MORADORES COMEMORAM A CONQUISTA DA CANALIZAÇÃO DO CAPÃO DO EMBIRA. EM PÉ: EDITE, ELZA, EDSON, ADRIANO DIOGO, ULISSES, CIDA (DA ESQUERDA PARA A DIREITA); AGACHADAS: CONCEIÇÃO, ISABEL, LÍDIA, DUAS PESSOAS NÃO IDENTIFICADAS (DA ESQUERDA PARA A DIREITA). IDENTIFICAÇÃO POR CÉLIA ROSSI EM 2014.

ACERVO INFORMAR - IIEP



## Homem na estrada

Mano Brown – Racionais MCs

*Me digam quem é feliz,  
Quem não se desespera, vendo  
Nascer seu filho no berço da miséria.  
Um lugar onde só tinham como atração,  
O bar e o candomblé pra se tomar a benção.  
Esse é o palco da história que por mim será contada.  
...um homem na estrada.*

*Equilibrado num barranco um cômodo mal acabado e sujo,  
Porém, seu único lar, seu bem e seu refúgio.  
Um cheiro horrível de esgoto no quintal,  
Por cima ou por baixo, se chover será fatal.  
Um pedaço do inferno, aqui é onde eu estou.  
Até o IBGE passou aqui e nunca mais voltou.*

**Sueli Bossam** possui bacharelado em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de SP– 1989 e licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica de SP – 1992. Tem experiência na área de Educação e Trabalho. Atualmente é da equipe pedagógica do CEEP – Centro de Educação, Estudos e Pesquisas, com formação dos educadores e da equipe de trabalhadores-pesquisadores do IIEP.

**Vicente Garcia Ruiz** é operário de origem espanhola que reside no Brasil desde 1971; foi metalúrgico durante 38 anos em 15 empresas de São Bernardo, Diadema e São Paulo. Militante da OSM-SP. Participou dos movimentos grevistas nas décadas de 70 e 80, é da equipe de trabalhadores-pesquisadores do IIEP - Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas junto ao Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Autor de *De alma aberta: crônicas libertárias sobre a vida e chão de fábrica*.

QUANDO OS TRABALHADORES SE TORNAM CLASSE  
A CONSTRUÇÃO DA RIQUEZA NA CIDADE DE SÃO PAULO CIDADES



MAPA CONSTRUÍDO PELA COMISSÃO DE MORADORES DAS DOENÇAS CAUSADAS PELO ESGOTO A CÉU ABERTO.

ACERVO INFORMAR - IIEP

AS OBRAS DO CAPÃO DO EMBIRA PODEM PARAR

Senhores moradores que não convém parar as obras do Capão do Embira, pois não fazem o serviço jogando o lixo fora das portas.

Nós, moradores das proximidades do córrego Capão do Embira continuamos com os mesmos problemas:

- enchentes que invadem nossas casas destruindo móveis, alimentos e roupas;
- Invasão de ratos e baratas;
- mau cheiro devido aos lixos e esgotos que são despejados no córrego e assim por diante.

Tudo isso tem sido causa de doenças que atingem nossas famílias.

No dia 17 de junho último, uma comissão de mais de 30 moradores da área esteve no gabinete do Prefeito Mário Covas. Lá apresentamos o resultado da pesquisa realizada por nós mesmos em 200 residências ao longo do córrego. Através de uma carta mostramos o seguinte quadro:

- 103 casos de hepatite com um falecimento;
- 12 casos de leptospirose (doença causada por ratos);
- 9 casos de febre tifoide;
- 14 casos de mordidas de ratos;
- 71 casos de desidria, desidratação e verminose;
- 110 residências inundadas;
- 3 casos de afogamentos.

Diante desse triste quadro apresentado, obtivemos do sr. Prefeito a promessa de que as obras do córrego não seriam interrompidas, por enquanto.

Senhores moradores, são nossas casas, nossa saúde e nossas vidas que estão em jogo. É por isso que precisamos estar atentos e organizados e prontos para defender nossos interesses. Ou nós nos defendemos, ou ninguém o fará por nós. Mas é preciso que todos façam.

Assim, convidamos a todos para nosso próximo encontro que será realizado no próximo dia 6 de agosto.

LOCAL: Salão da Igreja Sto Antônio de Pádua, 3 rua PAULÍNIA, 491

HORARIO: 16 horas (4 da tarde)

DIA: 6 de agosto, sábado.

"Se a população permanecer organizada, pressionando, a briga terá sucesso." (Luiza Erundina)

A Comissão de Moradores

1982

CONVOCAÇÃO DA COMISSÃO DE MORADORES COM OS DADOS DAS DOENÇAS

ACERVO INFORMAR - IIEP



O bairro de Vila Formosa está localizado na região Leste de São Paulo. Hoje é uma região com grandes avenidas, escolas, creches, posto de saúde e transporte coletivo. Goza de grandes melhorias, que parecem normais e de pouco valor para as gerações que não conhecem seu passado. Elas enchem de orgulho as pessoas que por elas lutaram e as conquistaram.

Mas nem sempre foi assim. Vila Formosa, nas décadas de 1960 a 2000, não era tão formosa como hoje. Esse bairro, como todos em São Paulo, já foi periferia. Seus habitantes, vindos do Nordeste, do Sul, do interior de São Paulo, fugiam da pobreza e às vezes da fome.

Outras vezes corriam atrás do canto das sereias que, pelo rádio, construía no imaginário do migrante paraísos inexistentes. Era a época do crescimento industrial promovido pela ditadura implantada no Brasil em 1964. O povo acreditava no “milagre brasileiro”;

afinal, o Brasil era abençoado por Deus. A ditadura repressiva e criminosa se escondia atrás dessas e outras bonitas palavras.

Os migrantes, chegados à grande cidade, sofreram com a falta de quase tudo: moradia, esgoto, água encanada, escolas, transporte, iluminação pública, creches...

Todos esses problemas ou carências estavam à vista no Córrego Capão do Embira, onde hoje passa a avenida Abel Ferreira. Na época, se fechasse os olhos e tampasse o nariz, não se livrava do problema. A hepatite e a leptospirose podiam contaminar a família e os ratos faziam visitas nas casas.

A comunidade constatou, em pesquisa dos próprios moradores, o grande número de casos de hepatite e leptospirose que estavam ocorrendo. Os ratos entravam nas casas sem pedir licença. As fezes jogadas no córrego voltavam para casa no dia de enchente, conforme relato de Célia:

*Quando nós pedimos a canalização do córrego, a canalização não, quando pedimos o esgoto que ninguém tinha, eles fizeram o esgoto, mas canalizaram nesse riozinho que se chamava Capão do Embira, e aí fizeram aquele esgoto derramando lá toda a merda da Vila Formosa, Guarani, Vila Diva, Vila Olinda, Água Rasa... Foi tudo pra lá, e aquilo era um mau cheiro, tinha muito rato, enfim, começou a dar hepatite nas crianças, meus filhos, os da vizinha, só no meu pedacinho eram oito crianças com hepatite. Aí a médica do posto veio, mandou examinar a caixa e tudo, e disse: ‘O problema é esse esgoto a céu aberto que está trazendo essa hepatite pra todo mundo’. E aí fomos atrás, até o dia que o Goldman disse: ‘Vocês não têm nenhuma necessidade de canalização’. Ele precisava de um dinheiro... Está tudo nos jornais, para o córrego do “S”, do outro lado de São Paulo, e ele fez uma guerra contra a gente muito feia, e o que nós fizemos? Fize-*



*mos esse mapa e fomos mapeando onde tinha criança doente e fomos em cima, pegamos na escola endereço das crianças afastadas e fomos nas casas, pegamos laudo médico, conversamos com as mães, de 200 casas que nós mapeamos, 114 casos de hepatite, 15 de leptospirose e cinco crianças com os dedinhos, ou da mão ou do pé, que foram comidos pelos ratos. Lá tinha tanto rato que o gato tinha medo de chegar perto, fora o pessoal que levava cachorro e cavalo morto, lixo e jogava tudo lá. Meu filho desenhou um ratinho dizendo: 'Jogue comida aqui nos córregos e nos terrenos baldios, que o ratinho vai voltar pra agradecer'. Era assim. Ninguém aguentava, todos os dias a gente jogava um pouco de inseticida na casa depois vinha e varria antes das crianças chegarem pra tirar as moscas e coisas que estavam ali, de pá. E tinham as enchentes onde o pessoal perdia tudo porque não era água que entrava nas casas, parecia um chafariz de coisas que vinham do esgoto. Esse mapa está lá.*

Diante de situação tão grave a população da região partiu para a luta. Os vizinhos se reuniram e discutiram os problemas e enfermidades que o córrego provocava e foram exigir das autoridades soluções, ainda na visão de Célia:

*Nós começamos a fazer bingo pra alugar ônibus e ir atrás das autoridades. Até que um dia nós pegamos o Mário Covas e o presidente da Sabesp juntos, conseguimos reu-*

*nir os dois e 450 pessoas na beira do rio. A gente já estava acostumada com o cheiro e não sentimos, mas eles ficaram desesperados e caminhamos junto com eles mostrando, e aí veio a licitação pra fazer o esgoto. Só que, na nossa comissão, nós éramos 45, 12 que eram aposentados, eram bem velhinhos, e de vez em quando eles ligavam porque a gente pediu que o esgoto fosse feito separado do córrego, que fizessem os coletores separados, e aí eles começaram a jogar pra dentro do rio pra fechar o rio, fechar o esgoto, e um dia a dona Luíza, já falecida, 'Oh, Celinha, corre aqui'. Eu estava trabalhando. 'Corre aqui que nós estamos todos deitadinhos em frente ao trator'. Cheguei lá e estavam os velhinhos todos deitados em frente ao trator, não deixavam passar os tratores. Aí chamamos a polícia, chamamos a imprensa, chamamos tudo que tínhamos direito. Passaram uns 15 dias, voltaram as obras, mas já fazendo obras separadas, coletor de esgoto de um lado e de outro o córrego, e a gente acompanhou isso até o final da obra.*

Pela organização, a população local conquistou a canalização do córrego, e o bairro começou a evoluir. Grandes avenidas foram construídas. Os shoppings e supermercados surgiram de repente, e o que anos atrás ninguém queria passou a ser cobiçado e valorizado. Sobre a valorização diz Waldemar Rossi:

*A condição daquela avenida ao lado do córrego foi provocando gradativamente uma valorização dos*

*terrenos, depois veio a construção do shopping lá no Anália Franco, que impulsionou ainda mais essa valorização. Então hoje nós estamos vendo mais umas casas que foram vendidas porque vão se tornar uma área mais comercial, ou seja, a especulação por conta dos interesses comerciais vai se desenvolvendo, mas há ainda a especulação por conta da construção das torres.*

Tudo isso trouxe grande expansão da construção civil e da indústria relacionada a ela, janelas, portas, hidráulica, eletricidade, entre outros, pelos motivos que elenca Waldemar:

*Porque os prédios comuns, as casas eram quase todas construídas pelos próprios trabalhadores, que foram aqueles que consumiram muita coisa e fizeram desenvolver, a ajudar a desenvolver a indústria da construção civil e tudo o que vai pra construção civil, mas os prédios não, os grandes prédios, os edifícios são construídos por grandes empreiteiras com novas tecnologias, usando pouca mão de obra, empurrando realmente a classe trabalhadora para outra face da periferia.*

Vemos que esse processo de luta é semelhante a diversos outros que ocorreram no período em que o trabalhador é o motor que dá início ao nascimento e ao desenvolvimento. Ele é o verdadeiro artífice, mesmo que os rumos da expansão sejam definidos por outros interesses e pessoas.

Foram os operários metalúrgicos, químicos, bancários, funcioná-

rios públicos, pedreiros ou não, que levantaram as casas com muito sacrifício. A solidariedade os unia nos fins de semana, nos mutirões.

Todas as melhorias transformaram a Vila Formosa em um bairro vizinho a uma área nobre, com um shopping de alto padrão, o Anália Franco. A periferia foi empurrada cada dia para mais longe.

A especulação imobiliária tomou conta do bairro. Os terrenos se valorizaram, os impostos subiram. O que parecia maravilhoso começou a ficar pesado, e até impossível para os operários que construíram as primeiras casinhas. Pouco a pouco, foram vendendo os terrenos e a periferia foi empurrada para mais longe, modificando a formatação do bairro que Célia Rossi conheceu:

*Mas na Abel Ferreira ali era nosso grupo que trabalhava e que morava ali, e tinha necessidade de melhorar, tirar o esgoto e as enchentes, era nosso pessoal que batilhava nas ruazinhas que saíam ali, hoje não tem quase ninguém. A última que eu estava mostrando pro Waldemar hoje, uma das lutas que vendeu e deve virar comércio, a casa da Edith. Então, é a mudança de pessoal. Antigamente se fazia festa junina na rua, cada um levava uma coisa e a gente fazia fogueira, brincava e tal. Hoje os vizinhos são novos.*

A luta para canalizar o córrego foi vitoriosa. Muitas pessoas se beneficiaram das melhorias do bairro.

O processo de lutas percorrido pela comunidade de Vila Formosa é

um retrato do que se repetiu em quase todos os bairros de São Paulo no seu processo de expansão como cidade.

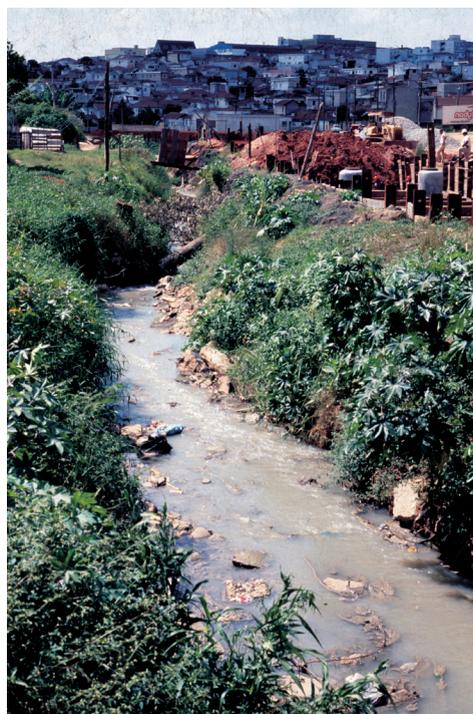
Muitas famílias de trabalhadores se mudaram. A valorização imobiliária e a especulação continuam pressionando a região. A sede das incorporadoras de ampliar os lucros na região é tanta que atualmente a divulgação de novos apartamentos na Vila Formosa é feita como se fosse no Jardim Anália Franco, elevan-

do artificialmente os preços.

Como sempre diz Célia Rossi:

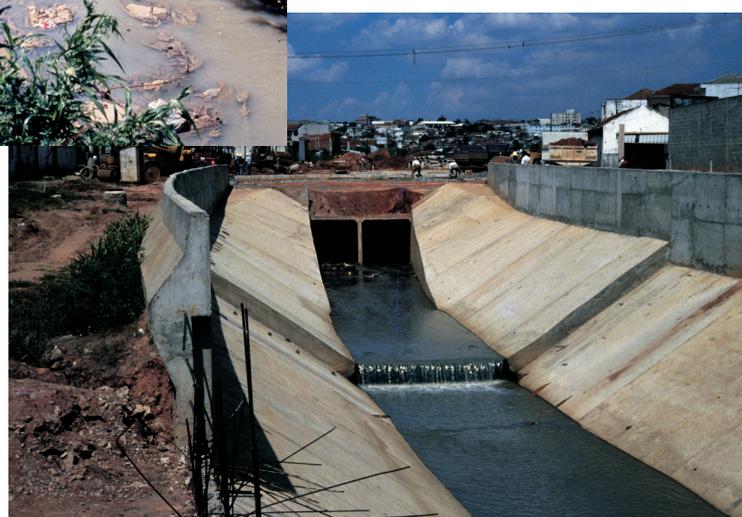
*Ganhamos a guerra, mas perdemos no tapetão. Queríamos que o nome da avenida que foi pavimentada em conjunto com a canalização fosse avenida Capão do Embira, com muita honra. No entanto, não conseguimos isso, e ficou com o nome de um vereador que não tem nada a ver com nossa luta. ■*

## CÓRREGO DO CAPÃO DO EMBIRA: ANTES E DEPOIS DA BATALHA



BOSTEIRO  
CORRENDO SOLTO  
ACERVO INFORMAR - IIEP

CÓRREGO DO CAPÃO DO EMBIRA  
CANALIZADO SEPARADO DO ESGOTO  
ACERVO INFORMAR - IIEP



## MOBILIZAÇÕES



NA ASSEMBLEIA. DONA LUIZA COM MAPA DE RISCOS E DOENÇAS, À SUA DIREITA DONA NINA. A FRENTE EDSON.

ACERVO INFORMAR - IIEP



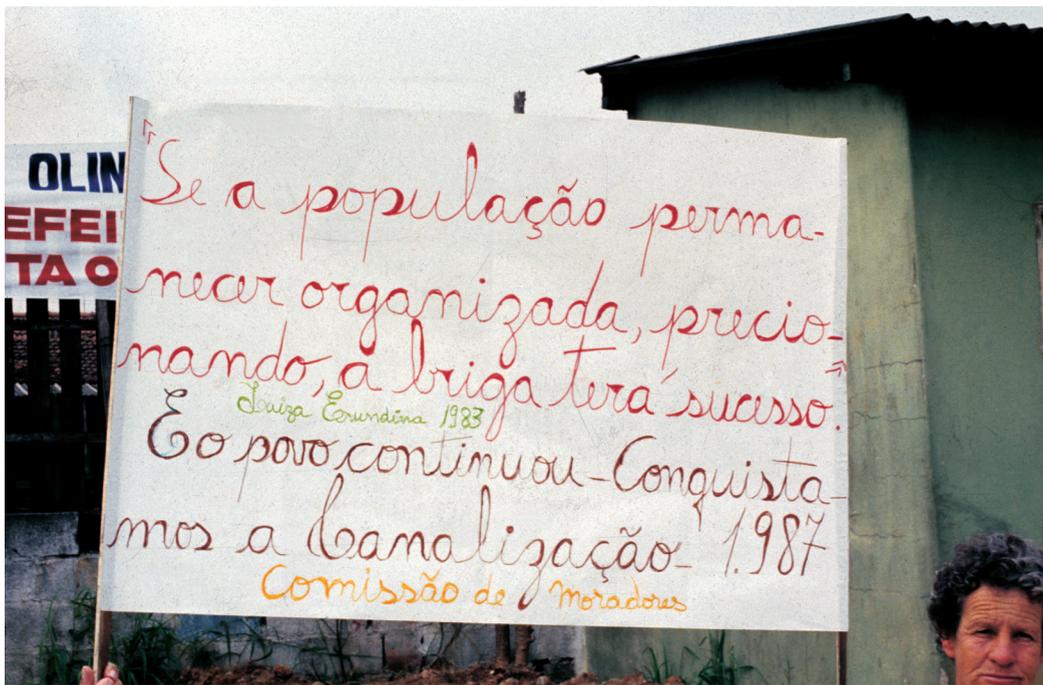
NA ASSEMBLEIA. NOS CARTAZES: “PELA IMEDIATA CANALIZAÇÃO DO CAPÃO DO EMBIRA. CHEGA DE DOENÇAS! CHEGA DE RATOS!”; “PELA IMEDIATA CANALIZAÇÃO DO CAPÃO DO EMBIRA. ABAIXO OS RATOS! CHEGA DE LEPTOSPIROSE!”; “CHEGA DE DOENÇAS, QUEREMOS A IMEDIATA CANALIZAÇÃO DO CAPÃO DO EMBIRA!”; “CHEGA DE HEPATITE! CHEGA DE LEPTOSPIROSE! CHEGA DE DOENÇAS!”

ACERVO INFORMAR - IIEP



ASSEMBLEIA DE MORADORES DO CAPÃO DO EMBIRA. NAS FAIXAS: “CAPÃO DO EMBIRA: PARAÍSO DAS DOENÇAS”, “CANALIZAÇÃO DOS ESGOTOS E DO CAPÃO DO EMBIRA”.

ACERVO INFORMAR - IIEP



CARTAZ DA COMISSÃO DE MORADORES: "SE A POPULAÇÃO PERMANECER ORGANIZADA, PRESSIONANDO, A BRIGA TERÁ SUCESSO. E O POVO CONTINUOU. CONQUISTAMOS A CANALIZAÇÃO. 1987."

ACERVO INFORMAR - IIEP

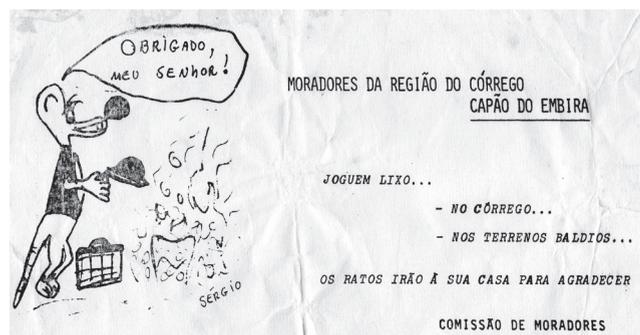
REPERCUSSÃO DAS MOBILIZAÇÕES POPULARES NOS JORNAIS.

ACERVO INFORMAR - IIEP



DEPUTADO GOLDMAN CONTRA A OBRA DE SANEAMENTO.

ACERVO INFORMAR - IIEP



DESENHO DE SERGINHO - SÉRGIO DE IDADE, 10 ANOS DE IDADE, 4º ANO DO FUNDAMENTAL. 1983.

ACERVO INFORMAR - IIEP

# A POLÍCIA QUE MATA

EQUIPE IIEP

TRABALHADORES NEGROS, DO RIO DE JANEIRO, SUSPEITOS DE SEREM ASSALTANTES. TODOS COM DOCUMENTO, SEM PASSAGEM PELA POLÍCIA. A CENA LEMBRA A ÉPOCA DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL, DO SÉCULO DEZENOVE

ACERVO CEDEM-UNESP



Trabalhadores negros, do Rio de Janeiro, presos pela PM em 1982, suspeitos de serem assaltantes. Todos com documentos, sem passagem pela polícia. A cena lembra a época da escravidão no Brasil, do século passado.

Departamento de Imprensa do **Sindicato dos Bancários-S.P.**

## Mágico de OZ

Edy Rock

*Moleque de rua rouba, o governo, a polícia no Brasil  
Quem não rouba? Ele só não tem diploma pra  
Roubar, ele não se esconde atrás de uma farda suja,  
É tudo uma questão de reflexão, irmão,  
É uma questão de pensar,  
Ah, a polícia sempre dá o mau  
Exemplo, lava minha rua de sangue,  
Leva o Ódio pra dentro, pra dentro, de cada canto da cidade,  
Pra cima dos quatro extremos da simplicidade*

## A Cidade

João Higino Filho

*A cidade se apresenta centro das ambições  
Para mendigos ou ricos e outras armações  
Coletivos, automóveis, motos e metrô  
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs*

*A cidade não para, a cidade só cresce  
O de cima sobe e o de baixo desce*

Os dados aqui utilizados foram publicados no seminário sobre Segurança Pública que ocorreu em dezembro de 2015, dentro da Programação do Festival de Direitos Humanos realizado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo. Estes dados não contabilizam os chamados "assassinatos de maio" que aconteceram em maio de 2006, onde no mínimo 493 pessoas foram assassinadas.

### Quem mata: a PM

No ano de 2000 o número total de homicídios na cidade de São Paulo foi 5.979; destes, 327 foram cometidos por policiais, o que representava 5% do total. No ano de 2014 o número total de homicídios na cidade de São Paulo foi 1.661; destes, 353 foram cometidos por policiais, o que representa 21% do total. Ou seja, 1 em cada 5 assassinatos cometidos na cidade de São Paulo é pelas mãos de policiais.

### Quem morre: os jovens

44% dos mortos pelos policiais têm entre 15 e 19 anos; 85% têm até 29 anos. Ou seja, 4 em cada 5 assassinatos cometidos por policiais são contra jovens.

### A cor de quem morre

64% dos assassinatos cometidos por policiais têm como vítimas pessoas negras.

Texto produzido pela Equipe IIEP a partir dos relatos de Isabel Peres, Vicente Ruiz e Ana Dias.

*Por que mataram o Santo? Nós não oferecíamos nenhum perigo, muito menos o Santo, que era o mais pacífico.*

Vicente Ruiz

*Disseram que ontem à noite quando iam jogar futebol na quadra da Patente em Heliópolis, uma viatura da ROTA pegou o Theodoro e o Dirley, bateram muito neles, algemaram e os colocaram no chão na parte do meio da viatura. Os PMs perguntavam aos gritos onde estavam o ‘cano’, a ‘droga’, eles escutaram; quando respondiam que não sabiam, que não tinha arma nenhuma. Disseram-me também que eles caminhavam na frente e que os dois iam atrás e, com medo, entraram em uma viela.*

Isabel Peres

O policiamento ostensivo no Brasil pré-golpe militar de 1964 era realizado de maneira não unificada, havendo casos, inclusive, de confusão de competências entre corpo-

rações civis e militarizadas. Era o caso de São Paulo, em que a função era dividida entre a Guarda Civil e a Força Pública. Este panorama é modificado de maneira qualitativa pela ditadura civil-militar, a partir da criação das Polícias Militares (PMs) e da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) em 1967, que coloca todas as forças ostensivas estaduais sob comando unificado do Exército. A montagem desse aparato objetivou unificar e organizar a repressão às classes subalternas e de qualquer tentativa de resistência à ditadura.

A PM, assim, forma-se como um instrumento para reprimir e manter a ordem “nos de baixo” e desmanchar qualquer tentativa de questionamento do sistema. Diante do povo pobre e trabalhador, é o braço armado do Estado, o jagunço dos governantes, para manter a ordem social. Quando esses setores se organizam para lutar por direitos, o braço armado das classes dominantes age na proteção dos de cima, como instrumento de con-

tenção e repressão à coletividade de “baderneiros” e “vândalos”.

Dois, apenas dois, dentre milhares de casos ocorridos em São Paulo ilustram essa dupla função do braço armado do Estado.

### **SANTO DIAS: O ASSASSINATO DE UM OPERÁRIO EM GREVE**

Em 30 de outubro de 1979, o militante da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP), Santo Dias, foi fuzilado pelas costas em frente à fábrica Sylvania, região de Santo Amaro, Zona Sul da cidade de São Paulo. O batalhão das Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (ROTA), tropa de elite da PM de São Paulo conhecida como *a polícia que mata*, tinha invadido a Subseção do Sindicato, onde funcionava o Comando de Greve, e prendido, na noite do domingo anterior, mais de 180 companheiros e companheiras com extrema violência, e o local ficou interdito. O Comando, agora funcio-

nando precariamente na Igreja do Socorro e nas capelas da Zona Sul, decidiu que os trabalhadores, organizadamente, deveriam evitar o confronto, mas não permitir que mais piqueteiros fossem presos. Nas palavras do também militante da OSM-SP Vicente Ruiz:

*Como a polícia continuava prendendo companheiros que aderiram à greve, decidimos [no Comando de Greve] que não deixaríamos levar mais ninguém. Saímos da Igreja e Santo levou alguns companheiros no seu Fusca. Nós outros fomos de ônibus. Chegamos um pouco depois que eles. Quando cheguei já tinha uma viatura no local. Logo os policiais começaram a agarrar um de nós. Nós íamos, lá tirávamos ele, agarravam outro e nós puxávamos para libertá-lo. Eu pessoalmente fui pego pela polícia; teve empurra-empurra e me soltaram. Vendo que a coisa estava engrossando, decidimos ir embora a pedido de Santo. Quando estávamos começando a correr para a avenida Nossa Senhora de Sabará chegaram duas viaturas. Desceram dando rasteira em nós. Eu rodei pelo chão e escutei uns tiros que pensei que eram para o ar. Nem percebi que tinham atingido alguém. Voltei para a Capela do Socorro. Pelo rádio escutei a notícia da morte do Santo.*

A violência não parou no assassinato de Santo. O plano da PM logo depois da execução foi sumir com o corpo, livrando-se da pro-

va do crime. Essa é uma prática recorrente da PM. As classes populares sabem disso. No caso de Santo Dias não tiveram êxito na ação devido à atenção de Ana Dias e da militância que estava junto.

*Quando nós chegamos lá no fundo do Pronto Socorro de Santo Amaro, para onde levaram o corpo do Santo, chegou um cara e depois vieram e puseram ele naquela caixa de ferro e puseram ele no carro da polícia, aí um cara do Deic falou assim: “Some com isso daqui”. E eu do lado, e me falaram: “Ana, a única que vai segurar as pontas aqui vai ser você porque eles vão sumir com o corpo do Santo agora”. Aí eu entrei do lado do motorista e eles queriam me empurrar pra fora, diziam: “Desça!”, ao que eu respondi “Não desço”. Então foi uma briga, um debate danado ali, e o cara chegou bem no ouvido do motorista e falou: “Suma com isso daqui, não respeita farol, não respeita nada, suma com isso daqui agora!” E aí eu gritei que eles sumiriam com o corpo do Santo. Aí todos falaram: “Nós vamos juntos”.*

O corpo foi levado para o Instituto Médico Legal (IML), com o acompanhamento de Ana. Na lembrança do cardeal dom Paulo Evaristo Arns, então arcebispo de São Paulo:

*Todos se retiraram e eu me aproximei do cadáver, colocando o dedo indicador dentro da ferida e rezando o Pai-Nosso, olhando o mesmo tempo para Deus e para*

*mais ou menos uma dúzia de delegados que me assistiam naquele momento. Ao ver a Ana, a esposa, entrando, falei aos funcionários da polícia: “vejam o que vocês fizeram!”, ela se lançou nos meus braços chorando: “Olhe, dom Paulo, o que fizeram com o meu Santo!”<sup>1</sup>*

O assassinato de Santo Dias só deu mais luz às várias mortes de manifestantes na irrupção das lutas operárias e populares que estouraram por todo o Brasil e empurraram a ditadura para fora do cenário nacional. Ao todo, o regime assassinou 141 sindicalistas entre os anos de 1964 e 1985 – 56 reconhecidos pelo Estado brasileiro e 85 não reconhecidos.

## ALVO: OS JOVENS NEGROS DA PERIFERIA

Anos depois do assassinato de Santo, a mesma PM executou dois jovens em 1986, em Heliópolis. Theodoro e Dirley foram mortos simplesmente porque eram pobres, negros e moradores da periferia.

Nesse caso, a denúncia da violência do braço armado do Estado foi levada até o fim, com a punição dos policiais, graças ao Dr. Jairo Fonseca e a Isabel Peres, militante de origem na Ação Católica Operária (ACO), Isabel foi uma das fundadoras do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), da Ação dos Cristãos para Abolição da Tortura (ACAT-Brasil) e secretária de Direitos Humanos no Centro Oscar Romero de Direitos Humanos. Segundo seu relato,

*A mãe de um dos meninos desaparecidos me procurou bem cedinho, de manhãzinha, e bateu à minha porta, ela me procurou e falou que o seu filho saiu para jogar futebol de salão a noitinha e que não tinha dormido em casa, que não era hábito. Inclusive, eu conhecia muito bem a mãe do Theodoro e percebi que não era normal o que tinha acontecido, porque o menino nunca tinha passado uma noite fora de casa. Me informou que foram em sua casa, muito cedo, três rapazes dizendo que a ROTA tinha pego Teodoro e seu amigo Dirley e que ela estava muito preocupada. Falei “bom, pode deixar, eu vou tentar saber alguma coisa”. Meu primeiro passo foi ir ao escritório do Jairo, um dos advogados do centro Oscar Romero de Direitos Humanos. Relatei a Jairo a conversa com a Dona Bárbara e acrescentei: “pela experiência que tenho acredito que os jovens já estão mortos...”. Jairo concordou presumindo também que tinha acontecido o pior: “Mas vamos tentar levar o caso pra frente, vamos investigar e vamos ver o que dá. Comecei a fazer as investigações dentro de Heliópolis, local em que foram pegos pela ROTA. Comecei a investigar, entrevista um, entrevista outro, eu conhecia muita gente dentro de Heliópolis, isso devido a meu trabalho de Direitos Humanos. As pessoas tinham medo de falar, mas conversando e pela amizade, um soltava uma palavra, outro um comentário, outro me informava o nº da ROTA, crachá de um dos*

*soldados, etc. Assim consegui arrolar 26 testemunhas no caso. Foi um trabalho integrado, unindo a técnica e o trabalho do defensor de direitos humanos. Durante todo o período do desaparecimento dos meninos, Jairo deu uma assistência integral, foi o advogado de acusação. Uma das providências imediatas que tomei foi comunicar o ocorrido a imprensa televisionada e escrita, convoquei para uma reunião no Centro Oscar Romero de Direitos Humanos, onde com a presença de Jairo informamos sobre o fato. Isso me ajudou muito, todos os dias tanto no rádio como na TV saía alguma coisa sobre o caso. Um tenente da reserva me pedia para parar com minhas investigações, pois estava atrapalhando a polícia, eu respondia que não, que ia continuar com as minhas e eles com as deles. Todos os dias a imprensa nos acompanhava nos IMLs, Hospitais, bastava ter uma notícia que “foi foram encontrados dois meninos no IML da Zona Leste” e lá estávamos nós para verificar, para ver se os corpos realmente eram dos meninos. Mas nada, isso foi uma busca incessante. Entre arrolar testemunhas, organizar a comunidade, fazer vigílias dentro da igreja, contatos com imprensa, Secretaria de Segurança Pública, etc, levou 50 dias de mobilização na comunidade.*

Apesar de contar com apoio de parte dos movimentos e organizações de defesa dos direitos humanos, Isabel foi constrangida e sofreu

ameaças da polícia durante toda a investigação:

*Durante todo esse tempo fui muito bem “guardada”. Quatro a cinco viaturas ficavam rondando e muitas vezes estacionadas na rua em frente meu apartamento, até um tiro foi disparado em direção à parede de meu quarto. Tiveram a ousadia, não sei quem, de colocar embaixo de minha porta uma placa com um “X” preto que queria dizer “condenada”. Isso fora os telefonemas anônimos em nosso escritório.*

Apesar das dificuldades, a investigação feita por Isabel e a confissão do soldado Rotundo, conseguiu-se encontrar a ossada dos jovens assassinados pela PM, localizada na Estrada do Alvarenga, em São Bernardo do Campo. O caso de Theodoro e Dirley, ao final, foi levado a julgamento:

*O julgamento foi concorrido, havia a imprensa, a comunidade, familiares e, logicamente, muitos policiais. O julgamento foi realizado na 1ª Auditoria Militar de São Paulo. Se prolongou por vários dias, indo madrugada afóra. A comunidade, claro, não dava para entrar por completo, senhas eram distribuídas. Os que ficavam na rua tocavam violão durante a noite toda em vigília, cantando nossas músicas, o que deixava muito incomodados os juízes. Participei de todo o julgamento, horrível, quem confessou foi o soldado Rotundo e Luciano, a pressão foi muito grande e*

as provas contundentes. Os outros negaram. Relataram detalhadamente como mataram os rapazes: “Primeiro iam jogando suas peças de roupa pela janela da viatura, uma a uma, deixando-os nus”. Em seguida, enquanto ele, Rotundo, ficava na viatura, era o motorista, os demais, sargento Roberto Lopes Martinez, soldado Maurício Nascimento, soldado Luciano, subiam o morro. Embaixo ouvem-se oito ou nove disparos, voltam felizes e gargalham conversando com a “Shirley” [faca] e dando pa-

rabéns a ela, pois os jovens foram também degolados.

Tanto o caso de Santo Dias quanto o dos meninos Theodoro e Dirley demonstram uma prática da Polícia Militar de truculência e pouco apreço pela vida das pessoas que deveriam, em tese, proteger. No período da ditadura, uma das funções da PM era combater o “inimigo interno”, seguindo a doutrina estabelecida pela Lei de Segurança Nacional, os alvos eram qualquer pessoa, entidade ou organização que buscasse

contestar o regime autoritário. Os assassinatos de Theodoro e Dirley, ocorridos já no período da “transição democrática”, demonstram que a prática de combate ao “inimigo interno” permaneceu, com a mesma finalidade de exterminar o povo pobre da periferia, mas travestida de uma “guerra às drogas” e um “combate à marginalidade”. ■

**NOTAS**

1. AZEVEDO, Jô; DIAS, Luciana; BENEDICTO, Nair. Santo Dias: quando o passado se transforma em História. São Paulo: Cortez, 2004. p. 279/280.

CARTAZ DE MOBILIZAÇÃO PELA CONDENAÇÃO DOS POLICIAIS DA ROTA RESPONSÁVEIS PELOS ASSASSINATOS DE THEODORO E DIRLEY

ACERVO CPV-IIIEP

**VIOLÊNCIA OU SEGURANÇA?**

CONFORME FARTA DENÚNCIA NA IMPRENSA, TODOS PODEM CONSTATAR QUE ESTE FÉRRICO CRIME COMETIDO PELOS POLICIAIS DA ROTA 9105, É MAIS UM ARBITRÁRIO CONTRA A SOCIEDADE BRASILEIRA.

MAS UMA VEZ ESTÁ COMPROVADO A VIOLÊNCIA POLICIAL INJUSTIFICADA, O ASSASSINATO DE THEODORO E DIRLEY, SEM MOTIVO ALGUM, NÃO É UM FATO ISOLADO, E NÃO PODE FICAR SEM PUNIÇÃO.

**PRAÇA FREDERICO OZANANNI, Nº1 MOINHO VELHO IPIRANGA**

**O CRIME DA ROTA**

Dois garotos, Theodoro e Dirley, foram presos em seu carro e sumiram. Foram encontrados mortos, enterrados em um lixo. Culpados: a Rota 9105. Páginas 10.

**Queremos Justiça!**

**Punição para os assassinos!**

**Esclarecido sumiço dos 2 menores**  
Comandante diz que PMs da Rota 9105 mataram ambos e ocultaram os cadáveres

Dois menores foram encontrados mortos em um lixo, após serem presos por policiais da Rota 9105. O comandante da Rota afirmou que os policiais mataram os dois e ocultaram os corpos.

**A confessa assassinato menores desaparecidos**

PM confessa assassinato de menores

Um policial militar da Rota 9105 confessou o assassinato de dois menores desaparecidos. O policial afirmou que os outros policiais da Rota mataram os dois e ocultaram os corpos.

**Menores que estavam desaparecidos foram mortos por policiais da Rota**

Dois menores foram encontrados mortos em um lixo, após serem presos por policiais da Rota 9105. O comandante da Rota afirmou que os policiais mataram os dois e ocultaram os corpos.

**RECORTES DE JORNAL QUE REPERCUTEM O JULGAMENTO DOS POLICIAIS RESPONSÁVEIS PELOS ASSASSINATOS DE THEODORO E DIRLEY**

ACERVO CPV-IIIEP

**JUSTIÇA PARA TODOS OS TRABALHADORES ASSASSINADOS NO BRASIL**

**JUSTIÇA PARA SANTO DIAS**

**A VIDA NÃO VALE NADA SE A GENTE DEIXAR QUE O ASSASSINO FUJA POR OUTRO CAMINHO E PREPARE OUTRA CILADA**

**TODOS AO JULGAMENTO DO POLICIAL MILITAR QUE ASSASSINOU SANTO DIAS**

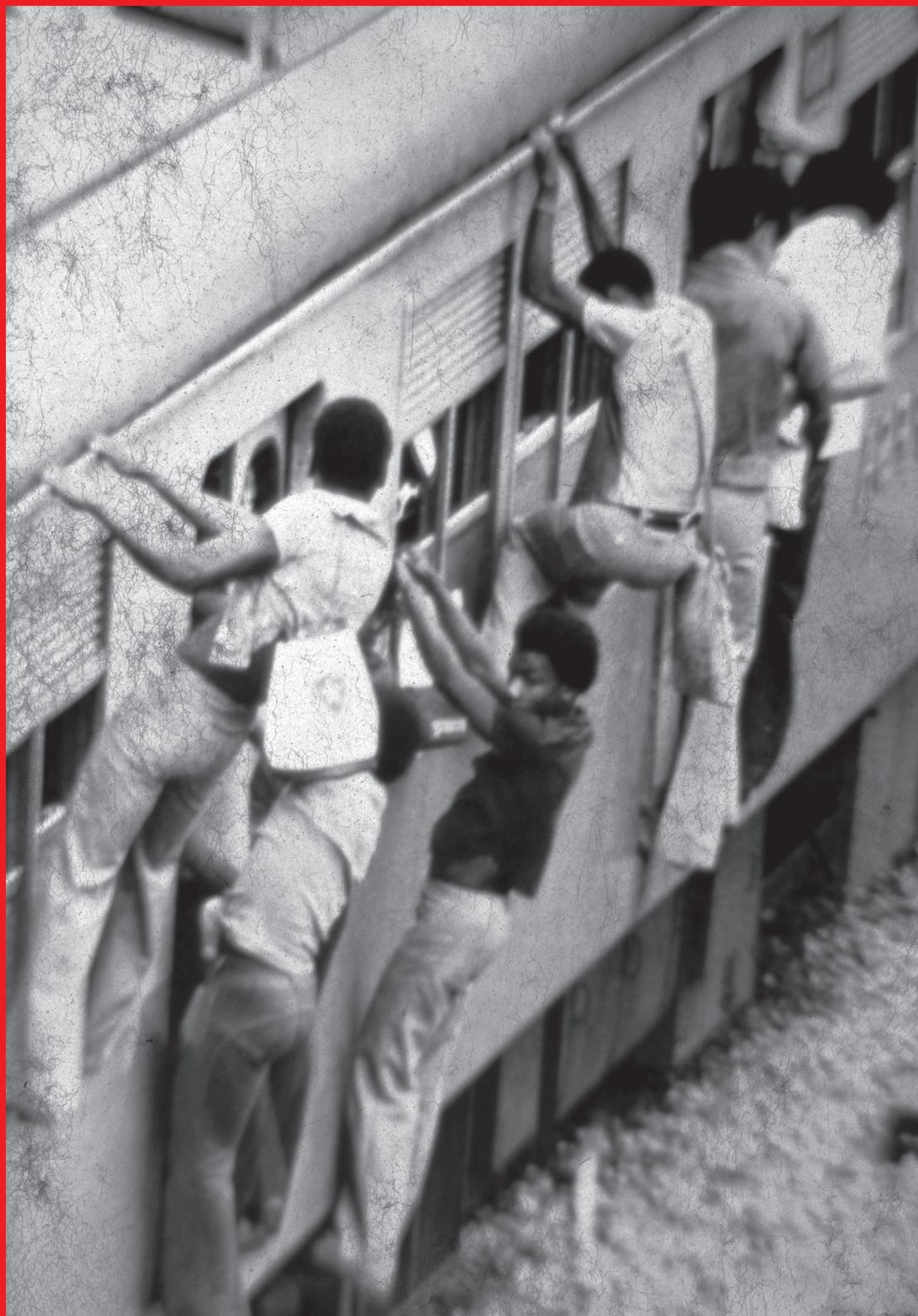
**DATA:**  
**HORA:**  
**LOCAL:**

# TÁ VAZIO

CONTO DE ROBERTO FRANCO

PÉSSIMO TRANSPORTE PARA O TRABALHADOR  
QUE MORA CADA VEZ MAIS LONGE

ACERVO INFORMAR - IIEP



**Roberto Franco** é um operário escritor da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Uma coletânea de seus contos publicada pelo Jornalivro em março de 1983. O *Jornal Movimento* publicou também o *Revolta do Chiqueiro*, sobre a rebelião de trabalhadores contra a péssima comida servida na metalúrgica Arno, onde Roberto trabalhava.

**E**ram três cupinchas. Toda tarde se encontravam na Padaria do largo exatamente às quatro e meia da tarde. Tomavam umas e outras, cantavam samba, jogavam palitinho, discutiam futebol, ameaçavam brigar, etecétera e tal.

O cara número um era o Tá Vazio. Ele tinha este apelido porque os próprios operários que tomavam ônibus no largo para irem embora o chamavam de Tá Vazio.

Trabalhava em uma fundição, juntamente com o cara número dois. Suspeitava-se, principalmente o cara número dois, que Tá Vazio estava ficando tuberculoso, por causa das pingas que nunca eram inferiores a seis por dia, por causa da fundição, sua quentura, seu fumaceiro e o leite que já fazia um ano que a firma não dava mais. Quando Tá Vazio tossia, era 10 ou 15 minutos ininterruptos. Quase sempre finalizando com escarros de sangue. Morava sozinho, em um bairro da periferia, num quarto de três por três, sem privada ou chuveiro. Tá Vazio tinha, no seu quarto, um penico e uma bacia grande de alumínio que tapavam estas faltas. Pagava Cr\$ 400,00 pelo aluguel do quarto-casa, e era pago na imobiliária para não atrasar.

Só almoçava, e na fábrica, onde o almoço era carregado de salitre. Custava uma hora e meia do seu serviço.

Era assim, também, para o cara número dois, o Nego Brechola, que trabalhava lá na mesma fundição.

Nego Brechola era o contrário de Tá Vazio, que sempre fora ma-

gro, fraco e pequeno. Brechola era alto, forte, violento e musculoso, sua pele preta chegava a brilhar. Nego Brechola gostava muito de Tá Vazio. Morava em quarto-casa pegado ao do amigo e padecia as mesmas privações do amigo. Também só comia uma vez por dia, e era na fábrica. Teve vez em que pensaram em fazer comida em casa, mas quando faziam as contas, não tinham dúvidas que não daria, porque os seus salários juntos não ultrapassavam Cr\$ 2.400,00. Se fossem fazer despesas em casa, teriam que deixar as cachaças na Padaria, o que nunca iriam fazer, porque o que seria do cara número três, o Fala Fina, que morava na periferia de um outro bairro, na favela do Coqueiro?

Conheceram Fala Fina na Padaria mesmo. O dito estava tomando um pau violento dos caras da Padaria. Quando Brechola viu aquele massacre, não quis saber quem tava com a razão, deu porrada em todo mundo.

Quebrou garrafa, virou mesa, derrubou estufa de salgados, botou todo mundo pra correr. Até o Portuga caiu no mundo, correu até a delegacia que era ali perto.

Resultado: Brechola, Fala Fina e Tá Vazio puxaram três dias de cana. Fala Fina tava todo remendado. Na delegacia, Fala Fina entregou o motivo pelo qual tinha tomado cacete. Tinha tomado umas quatro e quis cair no mundo, porque escutou um disco de Chico Buarque, que bastava um “Deus-lhe-pague” para murchar uma cachaça de graça.

Os homens do Portuga queriam era o pagamento do homem e arrancaram o couro do Fala Fina.

O Fala Fina é o típico malandro paulista: estatura média, magro conversador, enrolador, mau pagador e bebedor. Só tinha um defeito: falava fino. Era e não era bom para ele.

Depois que os três puxaram aquela cana, se cupincharam e ficaram chegados.

Fala Fina trabalhava numa fábrica de sapatos e saía à mesma hora que Brechola e Tá Vazio: quatro horas da tarde.

Desde o primeiro encontro acidentado, marcaram encontro na mesma Padaria do pau. O Portuga e os meninos não gostavam, mas quando o Brechola gritava pro Portuga trazer cachaça, todo mundo corria pra atender de uma vez só. Tá Vazio tirava sarro e cutucava o Fala Fina, quando Brechola ganhava os cara no grito.

E assim viviam: bebericando, arrumando umas tretas, jogando palitinhos e trabalhando em fundição e fábrica de sapato. Para Tá Vazio esse era seu mundo. O único lugar que se sentia gente era lá, na Padaria, e na hora de pegar o ônibus para ir embora.

Sim, na hora de pegar o ônibus para ir embora, Tá Vazio se realizava. Era o herói dos operários e operárias, dos estudantes que também pegavam o ônibus empurrados, isto é, quando conseguiam pegar o ônibus. Mas Tá Vazio era o espetáculo de todas as tardes, das seis e

quinze, quando deixava Brechola e Fala Fina na Padaria.

Brechola, apesar de morar perto dele, não gostava de ônibus cheio. Só ia sentado, claro que depois das nove. Mas quando tava invocado ou por causa da cachaça a mais, ou por causa do chefe puxa-saco e cornudo, puxava nego que tava comodamente pendurado nos degraus, balaústres e janelas para fora e entrava. Ninguém dizia não, xingavam o nego de filho-da-puta, viado, corno e tal. Mas não diziam não.

O Fala Fina só observava e ria. Tirava um sarro da turma.

Ele tomava ônibus em outro lugar e não ligava para a hora de ir embora. O negócio dele depois das pingas e do bate-boca com os amigos era olhar as bundas das meninas e coroas. Quando alguma coroa olhava, sem querer, para Fala Fina, num piscar de olhos ele tava lá, no pé da dona e distinta senhora, dizendo ser seu súdito, encantado com a beleza da cuja. Enrolava tanto que raras eram as vezes que não tomava bofetes, empurrões e xingos. Se aparecia, então, o titular da Dama, o Fala Fina dizia que estava vendendo isqueiro de contrabando e mostrava o seu cricket. Dizia que vendia meias de senhoras por encomenda, ou então que era ator de teatro amador tentando adquirir experiência e coisa e tal.

O Brechola não era disso. Era distinto, nunca mexia com mulher nenhuma, nem que fosse uma mulatinha com cabeleira blequipauer,

calça afundada nas nádegas, que sorrisse e bulisse com ele. Brechola curtia outra mulher: a do seu chefe. Ele a conheceu quando foi levar as despesas do chefe para a casa dele.

Naquele dia, quase o Brechola deu porrada no puxa-saco.

Mas quando deram um toque para ele que a mulher do cara era meio putona, o Brechola foi.

Não deu outra: a dona gamou no físico do preto e só não deu pra ele aquele dia porque seria muita falta de pudor. Depois disso, não faltou ocasião. Por isso, Brechola não ligava para nenhuma mulher e muito menos para “aquelas pretinhas bagunceiras”. Ele, o Brechola, tava com uma brancona e muito boa, e que de vez em quando quebrava a dureza do negrão, jogando uns pichos na mão dele.

Era com essa grana que ele pagava as cachaças do fim do mês, até o dia 10.

Tá Vazio raramente falava em mulheres. Quando muito a perigo, aguentava uns trocos, ia lá na Conselheiro Nébias, ali no 17.

Às vezes, até elas não queriam nada com ele, nem pagando.

Tá Vazio sentia que realmente era feio. No sábado e domingo, quando não ia trabalhar, ficava o dia inteiro em casa ouvindo sua sonata que ganhara numa rifa. Ouvia boleros, sambas e músicas de viola, sonhando ser um grande jogador do Santos Futebol Clube, que ele tanto adorava. Sonhava ser cantor na Bahia, ser repórter de campo, ser ganhador da loteria espor-



tiva, ser bonito, ser bom, ser mau, ter muito dinheiro, muito dinheiro para tirar o Fala Fina e o Brechola daquela vida desgraçada. Sonhava viajar pelo Brasil todo, tomando umas pingas com Brechola e Fala Fina e tendo muita grana pra gastar. Sonhava ser maestro, ser dono de fábrica, ser milagreiro, ser defensor dos fracos, ser grande bandido.

Sonhava em ser gente.

O orgulho de Tá Vazio era o ponto de ônibus, tanto de madrugada como às seis e quinze da tarde. O seu orgulho era ver chegar, no ponto, o ônibus com um rabo de sete a oito pessoas penduradas nos degraus, balaústres e janelas, e todo o povinho dizendo: “Puts, como tá cheio”! Ele dizia: “Que nada, tá vazio”. Ele gritava: “Tá vazio”. Ele berrava: “Tá vaziooooo!”

Todo mundo olhava pra ele e, naquele momento, todos o admiravam, todos o respeitavam, todos o adoravam.

Quando o ônibus dava apenas uma maneirada, pra não atropelar de verdade a turma que ficava quase no meio da rua, Tá Vazio saltava, voava, se tornava um pássaro buscando a liberdade de ser pássaro. Suas mãos se fechavam como fortes tenazes em ferro quente, seus sentidos só objetivavam algo sólido na carroceria velha do ônibus podre. Tá Vazio buscava, com desespero, sua humanidade nos balaústres, nos frisos, soltos, nos corpos dos outros, nas portas fechadas, até nas biqueiras d'água desses monstros.

Era a glória para Tá Vazio, longe do ponto ouvir palmas e vivas. Ele era gente, ele era o Tá Vazio, o melhor “tá vazio” vivo até aquele momento. O Rei dos “tá vazios”. E os outros, por mais corajosos que fossem, temiam acompanhar Tá Vazio.

Brechola e Fala Fina gozavam aquele momento e se sentiam orgulhosos por serem amigos do Tá Vazio. Eles sabiam, tanto quanto os motoristas daquela linha, que Tá Vazio não ficava no ponto depois das seis e vinte.

Até marcavam a hora pela presença ou não do Tá Vazio no largo.

Não que precisasse ir aquela hora embora, mas é que justamente às seis e quinze, seis e vinte, é que os operários das fábricas do lugar desciam para o ponto e formavam um número tão grande que eram a melhor plateia que Tá Vazio poderia arrumar, digna de inveja por parte de dirigentes de time pequeno do Rio, como o Bangu, Madureira, São Cristóvão.

Tá Vazio nunca perdera um pulo, um salto, um voo. Nunca perdera um ônibus. Era a alegria real e natural do povinho do largo. Pegava ônibus em movimento, parado, pela frente, por trás, pela janela, onde ia pendurado pelos frisos, pelos balaústres que já conheciam suas mãos.

Era o Rei. E claro, que como rei dos “tá vazios” não prezava muito por sua vida.

Eram assim os três inseparáveis: Tá Vazio, o Rei, Brechola, o forte, Fala Fina, o malandro.

Um se orgulhava do outro, e da Padaria não largavam, eram como os boêmios da Bela Vista.

Naquela Padaria tavam em casa.

Numa sexta-feira, como em toda sexta-feira, a turma do trapo queria se mandar logo pra casa. O largo tava cheio, as peruas de lotação saíam apressadas, uma após a outra, mesmo cobrando quatro vezes mais do que o ônibus de linha. Os especiais também passavam em maior número do que os de linha normal. E mesmo cobrando três vezes mais, o que era a única coisa que os diferenciava dos demais, também tinham seus interiores lotados. Nesses, Tá Vazio nunca fora, dizia que era covardia, roubo, canalhice, colocar velhos paus de arara e cobrar três vezes mais, e acusava quem neles entrava.

Bem. Naquela sexta-feira era dia 10. É claro que os cupinchas enchiam os bares, botecos, Padarias e pastelarias, todos em grande algazarra, e gastavam o pouco que tinham trocado, faziam despesas e rachavam em sete, oito, dependendo da turma.

Tá Vazio, Fala Fina e Brechola também não fugiam à regra.

Encontravam-se às quatro e meia na Padaria. Brechola quase deu uns murros naqueles caras que tavam nos seus lugares cotidianos, mas tudo acabou bem, com os caras se mandando.

Tomaram cachaça pura, com limão, com groselha. Tomaram rabo-de-galo, conhaque e cerveja. Comeram mortadela, azeitona



preta e ovos cozidos. Assim foi até às seis e quinze, com papos diversos, que iam desde futebol, fundição, sapatos, chefes, vestiários até mulheres. Estas eram a exclusividade de Fala Fina.

Quando deu seis e quinze, Tá Vazio deixou sua parte da grana em cima do balcão, olhou para fora no sentido em que vinham os ônibus com grandes rabos e soltou:

- Vou cair no mundo. A torcida hoje é maior, falô?

Nego Brechola quis falar alguma coisa para ele, dizer pra não ir, ficar até mais tarde, aguentar um pouco, porque o Tá Vazio tava com a cuca mais cheia que de costume e bem... não seria bom pra ele arriscar, mesmo com o estádio lotado.

Não adiantou. Tá Vazio viu o ônibus chegando, diminuindo a velocidade, correu, o povo aplaudiu, ele pulou. Tá Vazio sentiu o fecho das mãos fechar vazio, sentiu bater sem querer e no vazio, sentiu o balaustre, vidro, janela, frisos fugirem rapidamente do fecho de suas mãos que ficaram vazias...

Tá Vazio caiu, não quis acreditar, mas falhou. Houve um murmúrio geral de desapontamento. Houve segundos de silêncio, o herói deles falhou, ficou no vazio. Tá Vazio caiu. Brechola e Fala Fina, que tudo assistiam, ficaram mudos, pálidos, tristes. Fala Fina chorou ao ver o amigo no chão, todo sujo e perdendo a única coisa que o fazia sentir-se humano. Já eram seis e vinte.

Tá Vazio levantou-se, e como o povo não perdoa o herói que falha, houve vaias, gozações, assovios. Era o fim para o Tá Vazio, gente.

Passou pelo povinho, cabeça baixa, sujo por dentro, imundo por fora, derrotado, tonto, animal. Entrou novamente na Padaria. Os meninos e o Portuga não esconderam um riso fúnebre de alegria. Era a vingança.

Encostou-se no balcão sujo de restos de tira-gosto. Pediu um penha-lapa. Fala Fina e Brechola não falaram nada, apenas encostaram perto dele. O negrão sentiu algo esquisito quando viu as lágrimas nos olhos de Tá Vazio. Quis tirar sarro pra quebrar aquela coisa esquisita, mas calou-se. Tá Vazio tomou o penha-lapa num pau só, tirou a poeira da vergonha, da roupa e da alma. Pagou, saiu da Padaria, chegou-se no ponto, vazio, odioso. Viu quando se aproximou um bus com o rabo grande, talvez o maior que vira até aquele dia.

Sentiu a chance de voltar aos campos, à reabilitação, à fuga do escárnio dos dias seguintes, a volta de se sentir novamente humano.

O bus aproximou-se fogo, completamente torto para a direita, onde o rabo e o último degrau tiravam poeira do asfalto.

Os “tá vazios” brincavam de gastar seus sapatos velhos, arrastando-os no chão preto.

O ônibus maneirou como sempre, com cara de dragão, olhos brilhantes, boca de fome, ameaçou parar...

Tá Vazio correu. O povo olhou e sentiu: se ele falhou em um menos cheio, não seria nesse que conseguiria. Por uns segundos Tá Vazio percebeu esta sensação no povo. Envaideceu-se, correu, saltou, brilhou a bolsa de plástico branco com emblema do Santos. Seus dedos curtos e comidos pela fundição se fecharam, apertaram-se, gloriamente, envaideceram-se. O friso da janela junto ao banco do fundo sentiu-se orgulhoso por ver-se preso pelo Rei, por carregar um Rei eleito pelo povo, por fazer os outros frisos embranquecerem-se e se encherem de inveja. Ele, o friso da janela, levava o Rei. O Rei dos “tá vazios”. O vidro da janela não gostou do bafo do Rei, mas não falou nada com medo do friso soltá-lo.

O Rei foi. O povinho vibrou, como a Fiel vibra quando o Timão consegue fazer um gol. O Rei sorriu, chorou, gritou, brincou.

O Nego Brechola e Fala Fina se abraçaram, xingaram o Portuga, bateram os copos em cima do balcão e pediram bis daquela Pitú. Ainda viam o amigo apenas pendurado pelo friso, apenas segurando o seu corpo com uma das mãos, deixando o resto balançar alegremente.

Tá Vazio conseguiu, na subida grande, colocar as pontas dos dedos da outra mão no vão dos frisos. Virando o corpo ficava de peito para a frente, recebia o vento na cara. Apoiou a ponta do pé esquerdo no para-choque do dragão. Ainda recebia as louvações de quem estava dentro do ônibus e o viu dar o salto mais bonito desse estranho reinado.

Era xingado por aqueles que estavam nas calçadas. Seus olhos viam tudo distorcido, porque o álcool fora muito. Ele agradecia a tudo, mexia com as meninas que rapidamente ficavam para trás, mexia com quem estava esperando ônibus nos outros pontos, roçava o pé direito nos cabelos de quem ficava no meio da avenida, na esperança do dragão parar.

Mas o dragão prosseguia rápido, vigoroso, roncador. Tá Vazio brincava, não tinha medo dos postes que lhe passavam a poucos centímetros da cabeça ou do ombro direito. Mesmo que sentisse, nada poderia fazer, já que dentro do ônibus havia de três a quatro vezes a lotação marcada na plaquinha da frente.

Assim, Tá Vazio, comemorando o seu feito, rindo alto, gritando, mexendo com quem estava nos pontos, desafiava-os a achar que o dragão estava vazio. Sentia-se livre, realizado, gente, gente, gente!

O ônibus pegou a grande descida com curva fechada a 90 graus para a esquerda, com velocidade de não economizar óleo diesel. A velocidade era alta, inspirava medo nos outros “tá vazios” que também estavam lá pendurados, feito quarto de boi em caminhão de açougue.

E era algo semelhante o que estava no meio da curva de 90 graus: um caminhão de açougue com portas abertas, mostrando seus “tá vazios” nos ganchos, só que estes estavam mais bem acomodados, pois tinham espaço bastante e não se comprimiam.

Com o dragão correndo feito bólido de fórmula um, os “tá va-

zios” pendurados começaram a entrar em pânico, gritavam, se empurravam, enfiavam-se nas brechas da escada, queriam passar para o lado de dentro do bus.

Não tava dando, o desespero era grande, a curva chegando e crescendo. A curva chegando, o caminhão de açougue chegando e crescendo. Tinham que entrar.

Não queriam deixar seus quartos ali no caminhão, à direita, que vinha chegando. Comprimiam-se, praguejavam, xingavam. Era o desespero atingindo a todos: entra, empurra, empurra, e entraram, afinal.

Mas Tá Vazio não. Tá Vazio era forte, corajoso, não corria para dentro como os outros. Entrar pra dentro? Por quê? Aquilo na curva era caminhão? Que nada, era uma peruinha, que ele, Tá Vazio, iria riscar a capota com o bico do sapato furado, e depois iria tirar um sarro, rir, gozar dos caras que se enfiaram dentro do bus. Sentia, ainda, o gosto do último penha-lapa, misturado com os conhaques, pinga com limão, com groselha, e dava arrotos de mortadela mal digerida. Iria riscar a capota da perua, mas não sabia o porquê dos gritos que vinham de dentro do ônibus, dizendo pra ele entrar, sair dali, pular, empurrar, entrar. Por quê? Ele tava bem ali, vento no rosto, peruinha chegando, brincando, caminhão chegando, gritando, peruinha chegando, gargalhando sua majestade, caminhão chegando.

Agora era a hora que ele iria esfregar com o bico do sapato o teto da peruinha com jeito de caminhão de açougue.

Tá Vazio gargalhou a cachaça do penha-lapa, esticou o pé...

O motorista parou dezenas de metros após a curva. Desceu, olhou, sentiu bilhete azul ao ver todo o lado direito do ônibus riscado de ponta a ponta.

O povo corria. Muitos saíram da porta de trás e se mandavam para não pagar a passagem.

Corriam para trás. Todos que ficaram dentro do ônibus olhavam para trás com a certeza de que o ônibus, embora riscado, passara, mas Tá Vazio não passara, ficara lá. E ficou lá, com a cabeça ficando vazia, o intestino ficando vazio, o coração ficando vazio, do sangue vazio de pureza, o pulmão vazio de tuberculose. Tá Vazio, braços abertos, cabeça aberta, tinha jeito de riso na boca vazia de dentes.

O cortejo fúnebre começou a passar, devagar, carros olhando Tá Vazio, carros com uma pessoa só, olhando Tá Vazio, ônibus olhando Tá Vazio, gente olhando Tá Vazio, “tá vazios” olhando Tá Vazio.

Quem iria notar um negro alto, forte e bebum, deixar cair uma lágrima nos degraus de um bus que não tinha “tá vazios”?

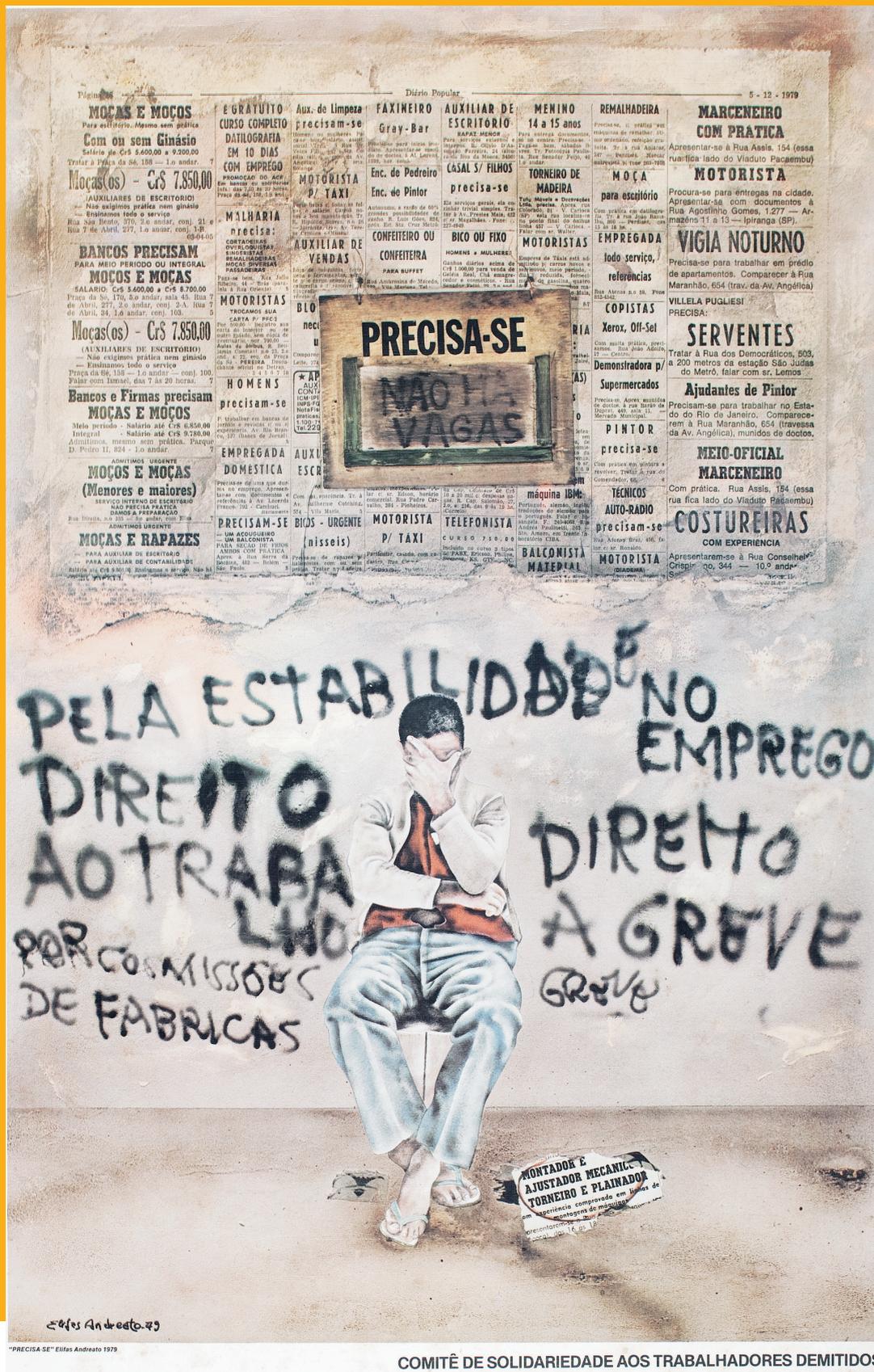
Era Brechola. Não desceu para saudar o amigo, que tava vazio.

Ele queria, mas não podia. Os homens estavam guardando Tá Vazio, e ele tava com um quilo de bronca e não podia ser, aquela hora, amigo de Tá Vazio.

Conheceu que era Tá Vazio pela mochila de plástico branco com emblema do Santos, suja pelo pó da fundição. Ainda pôde dizer para um Tá Vazio futuro ao seu lado: Tá Vazio... ■



# IV INICIATIVAS



COMITÊ DE SOLIDARIEDADE AOS TRABALHADORES DEMITIDOS

## SOLIDARIEDADE

As primeiras organizações de defesa das condições de vida e trabalho dos proletários de todo o mundo, como as associações de auxílio mútuo, ajuda para acidentados e mutilados, proteção às viúvas, entre outras, têm como elemento fundante a solidariedade. As Ligas Camponesas surgem primariamente para garantir enterro decente aos mortos. Na greve de 80, com a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC presa, em oposição à Unidade Sindical, que congregava basicamente o sindicalismo oficial, surge o Comitê de Solidariedade aos Trabalhadores Demitidos. Centralizou e operou uma enorme rede de apoio que ia dos pequenos produtores rurais, sindicatos do interior, movimentos populares e organizações de mulheres, até organizações de moradores dos bairros periféricos, para garantir que não faltassem comida, gás e luz nos lares dos grevistas. O Comitê funcionou na sede da Frente Nacional dos Trabalhadores (FNT), na av. Ipiranga, 1267, no centro da capital paulista.

**Elifas Andreato**, operário metalúrgico de origem, em Osasco, criou o cartaz para arrecadar fundos.

Imagem do cartaz: Acervo Cedem - Unesp

## NESTA SEÇÃO:

### ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES: O ENCONTRO DAS ORGANIZAÇÕES DE FÁBRICA COM OS BAIRROS SUELI BOSSAM E VICENTE RUIZ

NA EMERGÊNCIA DAS GREVES OPERÁRIAS (1978), A INICIATIVA A CADA CENTRO REGIONAL DA CIDADE, ONDE HAVIA CONCENTRAÇÃO OPERÁRIA, ACONTECE A CRIAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES COMO ESPAÇO PARA AS ATIVIDADES DOS MOVIMENTOS POPULARES NOS BAIRROS E DOS TRABALHADORES NAS FÁBRICAS. ESSA INICIATIVA INTERCATEGORIAS TORNOU AS ASSOCIAÇÕES DESAGUADORAS NATURAIS PARA SE CONVERTER NAS SEDES DAS ZONAS DA CUT REGIONAL GRANDE SÃO PAULO.

### ESCOLA NOVA PIRATININGA: TRABALHADOR ENSINANDO TRABALHADOR SUELI BOSSAM

UMA ESCOLA ORGANIZADA E DIRIGIDA POR OPERÁRIOS NO CENTRO DA CIDADE, PELA QUAL PASSARAM CENTENAS DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS PARA SE CAPACITAR PROFISSIONAL E POLITICAMENTE. FOI TAMBÉM UMA ESCOLA DE QUADROS PARA, COM PERÍODO INTEGRAL DE MAIS DE 10 HORAS DE ATIVIDADES DIÁRIAS, MILITANTES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS, ALGUMAS SAINDO DA CLANDESTINIDADE.

### CONHECER PARA LUTAR: A EXPERIÊNCIA DO LIDAS ROSÂNGELA BATISTONI

UMA INICIATIVA COM BASE CIENTÍFICA PARA QUE OS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES DESENVOLVESSEM O TRABALHO DE BASE, ARTICULASSEM AS LUTAS DO LOCAL DE TRABALHO ÀS LUTAS DE APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO, NOS QUAIS SE LOCALIZAVA (OU NÃO) O CONJUNTO DE SERVIÇOS.

# ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES: O ENCONTRO DAS ORGANIZAÇÕES DE FÁBRICA COM OS BAIRROS

SUELI BOSSAM E VICENTE RUIZ

NAS MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS, O ENCONTRO DA VANGUARDA DOS OPERÁRIOS COM LUTADORES DOS BAIRROS. NAS FAIXAS: LIBERTEM NOSSOS PRESOS E COMPANHEIRO VOCÊ SERÁ VINGADO

RICARDO ALVES - ACERVO IIEP



Considerando:

*Que a emancipação das classes trabalhadoras deverá ser conquistada pelas próprias classes trabalhadoras;*

*Que a luta pela emancipação das classes trabalhadoras não significa uma luta por privilégios e monopólios de classe, e sim uma luta por direitos e deveres iguais, bem como pela abolição de todo domínio de classe;*

*Que a servidão em todas as suas formas, toda miséria social, toda degradação intelectual e dependência política é o resultado da sujeição econômica do trabalhador aos monopolizadores dos meios de trabalho, isto é, das fontes da vida;*

*Que a emancipação econômica das classes trabalhadoras é, portanto, o objetivo primordial a que todo movimento político deve subordinar-se como meio;*

*Que todos os esforços visando a esse magno objetivo fracassaram até agora em virtude da falta de solidariedade entre os operários das diversas categorias de trabalho em cada país, bem como pela ausência de um vínculo fraternal de união entre as classes trabalhadoras dos diferentes países;*

(...)

Por esse motivo:

Fundou-se a **Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)**.

A AIT declara:

*Que todas as sociedades e indivíduos a ela filiados reconhecerão a verdade, a justiça e a moral como base de suas relações recíprocas e para com a humanidade em geral, independentemente de cor, credo ou nacionalidade.*

*Não reconhecer direitos sem deveres, nem deveres sem direitos.*

Estatuto Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores, redigido por Karl Marx

**Sueli Bossam** possui bacharelado em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de SP– 1989 e licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica de SP – 1992. Tem experiência na área de Educação e Trabalho. Atualmente é da equipe pedagógica do CEEP – Centro de Educação, Estudos e Pesquisas com formação dos educadores e da equipe de trabalhadores-pesquisadores do IIEP, no Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

**Vicente García Ruiz** é operário de origem espanhola que reside no Brasil desde 1971; foi metalúrgico durante 38 anos em 15 empresas de São Bernardo, Diadema e São Paulo. Militante da OSM-SP. Participou dos movimentos grevistas nas décadas de 70 e 80, é da equipe de trabalhadores-pesquisadores do IIEP no Projeto Memória da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Autor de *De alma aberta: crônicas libertárias sobre a vida e chão de fábrica*.

Em maio de 1978, na Toshiba, em São Paulo (SP), estourou uma greve reivindicando, além de reposição salarial, a legalização da Comissão de Fábrica. A onda grevista, liderada por militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP), organizados no interior das fábricas, espalha-se por todo o Estado de São Paulo. Eram greves de curta duração que ocorriam fábrica por fábrica, nas quais os trabalhadores entravam e cruzavam os braços (ver filme *Braços cruzados, máquinas paradas*). Em algumas dessas greves os trabalhadores saem vitoriosos, conquistam a reposição salarial. Em outras, conquistam a melhoria nas condições de trabalho e Comissões de Fábrica.

*No primeiro semestre de 1978 teve eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Nessas eleições a militância da Oposição Sindical se articulou em torno da Chapa 3, que obteve amplo apoio*

*de outras oposições sindicais, sindicatos, organizações de bairro, de estudantes, de associações profissionais e intelectuais. A Chapa 3, formada antes da eclosão das greves, definiu um programa com elenco de reivindicações salariais e condições de trabalho, ênfase na organização de base, pelo direito de greve, pela democratização do sindicato e pela luta contra a estrutura sindical<sup>1</sup>.*

Em outubro do mesmo ano, organizada pela Oposição Sindical, ocorreu a primeira greve geral da categoria desde o golpe militar de 1964, paralisando cerca de 250 mil trabalhadores. A direção do Sindicato trai a categoria, não sustenta as conquistas da greve e milhares de trabalhadores são demitidos.

De 24 a 26 de março de 1979 ocorre o 1º Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, no contexto de repressão à primeira greve geral da categoria, no qual se reafirma a luta por um sindicato

independente, organizado pela base, apoiado nas Comissões de Fábrica e cujo estatuto deveria ser definido pelos trabalhadores em assembleias. Nas “Propostas de linha de ação para as oposições sindicais”, item 2, das teses aprovadas, afirma-se o compromisso de “criar associações culturais e outras que permitam uma aproximação constante e facilitem a formação de setores de oposição baseadas em reuniões interfábricas”<sup>2</sup>.

Em outubro de 1979 iniciam-se a campanha salarial e a grande greve, que aprofunda a experiência dos comandos, conforme depoimento de Sebastião Neto:

*A greve de 79 generaliza a política dos Comandos de Greve, utilizada na greve do ano anterior e, mais que isso, ela faz com que as assembleias do sindicato votem que o sindicato tem que alugar sedes para os Comandos de Greve. Os pelegos eram questionados pelos trabalhadores em assembleia*

sobre essa questão. O assassinato do Santo Dias num piquete na Sylvania gerou uma revolta muito grande. Essa greve criou a figura do piqueteiro. Eram cerca de 3 mil companheiros e por eles a greve não acabaria nunca. Era aquele núcleo duro da categoria, completamente ensandecidos contra os pelegos, e um pouco alimentados ideologicamente por nós<sup>3</sup>.

No contexto dessas duas grandes greves e da eleição sindical, consolida-se a proposta das Associações de Trabalhadores, criadas por iniciativa de militantes da OSM no final de 1970 e início de 1980, nas diversas regiões do município de São Paulo, em locais de grande concentração de trabalhadores e de fácil acesso aos metalúrgicos e aos trabalhadores de outras categorias. A palavra era “a chave está nas mãos dos trabalhadores”, para se reunirem quando quisessem, necessitassem e pudessem.

Assim surgem a Associação dos Trabalhadores da Região Sul, da Região do Ipiranga, da Região da Mooca, do Tatuapé, da Zona Norte, de Itaquera e da Vila Leopoldina.

Essas Associações tinham como princípio a autonomia, a independência e a autogestão, além de serem um espaço de organização de diversas categorias de operários e trabalhadores em geral. Trocavam experiências de luta e organização com diversas outras iniciativas locais (associação de moradores, igre-

jas, pequenos grupos). Isso propiciou o surgimento de um espaço de discussão sobre a necessidade de organização que refletisse as próprias matizes ideológicas da Oposição Sindical Metalúrgica. Sua proposta foi o resultado de uma elaboração coletiva, fruto da democracia dos trabalhadores exercida nas formas de organização e luta dos espaços, fortalecendo o vínculo com os movimentos locais. O vínculo das Associações de Trabalhadores com os movimentos sociais organizados nos bairros é descrito por Maria Rosângela Batistoni:

*Formadas no processo de preparação da greve de 1979, as Associações tornaram-se uma referência importante nas articulações intercategorias, com os movimentos sociais e na canalização do apoio de militantes dispersos em torno de seu programa e propostas, ao possibilitar as relações entre a luta fabril, grevista e sindical, e as ações coletivas nos bairros, situações da vida cotidiana do trabalhador – na fábrica ou fora dela. Por elas, a OSM apontava a perspectiva de organismos e atividades que associassem o conjunto dos trabalhadores: os assalariados de várias categorias, os precarizados, informalizados e os desempregados supostamente sem base de organização. A atuação nas Associações direcionava-se para a incorporação, no âmbito das demandas sindicais afetas ao salário e à categoria, das reivindicações*

*entendidas como componentes do custo de reprodução da força de trabalho (custo de vida, habitação, transportes, creches, postos de saúde, infraestruturas e tarifas urbanas).*

*Foram criadas várias Associações: Santo Amaro, Mooca, Ipiranga, Tatuapé, da Zona Norte, Itaquera, Vila Leopoldina, Jurubatuba, sustentadas por associados trabalhadores e moradores das regiões. Além de serem um espaço de reuniões de grupos de fábrica, Interfábricas de várias categorias e grupos das comunidades (com sedes alugadas), foram uma base de articulação, apoio e fornecedoras de uma pequena infraestrutura para o trabalho fabril e sindical, desenvolviam atividades as mais variadas: cursos de formação, cursos profissionalizantes, oficinas de aprendizagem de imprensa operária e popular, pequenas bibliotecas; atividades culturais. A experiência se estendeu para Guarulhos, Santo André e Xerém, no Rio de Janeiro<sup>4</sup>.*

*Giuseppina Rosaria de Grazia fez um estudo sobre as Associações de Trabalhadores com ênfase na Mooca<sup>5</sup>.*

As Associações desenvolveram inúmeras atividades, em todas elas sempre estava presente a preocupação de ser um espaço coletivo dos trabalhadores, em que os participantes iam ao mesmo tempo aprender e praticar a organização classista e a democracia operária. A

pluralidade de atividades, a serviço da luta e organização, pode ser atestada no depoimento de Manoel del Rio:

*Porque, além da atividade da reunião operária ela tinha atividades de aglutinação desses trabalhadores com os cursos profissionalizantes que funcionavam na Associação. Havia atividades culturais como os filmes que passavam aqui, a gente chamava de Cineclube, passamos muitos filmes, funcionava capoeira aqui, funcionava uma biblioteca e tinha uma pequena gráfica. Nós tínhamos um mimeógrafo e a gente passava a noite rodando os materiais aqui. Então, a Associação, além de abrir espaço aos trabalhadores para se reunir,*

*ela foi uma espécie de base de atividades complementares para fortalecer aquela organização operária da região<sup>6</sup>.*

As Associações de Trabalhadores nasceram com a participação de diversas categorias, o que era proibitivo na estrutura sindical. Com esse caráter e prática foram espaços privilegiados para abraçar a proposta da CUT pela Base de se transformar em Zonais da recém-criada CUT – Central Única dos Trabalhadores, concretizando a formação de direções operárias nas diversas regiões de São Paulo. E de 1984 a 1987, as Associações de Trabalhadores discutiram e se transformaram nas zonais da CUT Regional da Grande São Paulo. ■

## NOTAS

1. BATISTONI, Maria Rosângela. *Confronto operário: a Oposição Sindical Metalúrgica nas greves e nas Comissões de Fábrica de São Paulo (1978-1980)*. São Paulo: IIEP, 2010.
2. Primeiro Congresso da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo – 24 a 26/03/1979 – Teses aprovadas.
3. Depoimento de Sebastião Lopes de Oliveira Neto, membro da coordenação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. - [http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id\\_CON=145](http://www.abcdeluta.org.br/materia.asp?id_CON=145)
4. BATISTONI, Maria Rosângela. *Confronto operário: a Oposição Sindical Metalúrgica nas greves e nas Comissões de Fábrica de São Paulo (1978-1980)*. São Paulo: IIEP, 2010.
5. Mais informações: GRAZIA, Giuseppina Rosaria de. *Da autonomia à institucionalização: A proposta de organização independente e autônoma desenvolvida na região da Mooca – SP*. São Paulo, 1997. Tese (mestrado). 251f. Universidade de São Paulo, 1997; GRAZIA, Giuseppina Rosaria de. O movimento operário e as Associações de Trabalhadores em São Paulo. In: *Lutas Sociais*. São Paulo, n. 25/26, p.133-147, 2º sem. de 2010 e 1º sem. De 2011.
6. Conteúdo retirado de entrevista concedida ao Projeto Memória por Manoel del Rio, liderança popular da Mooca.

# AS DIFERENTES DIMENSÕES DA VIDA DOS TRABALHADORES: ORGANIZAÇÃO NA FÁBRICA E NO BAIRRO, EDUCAÇÃO, LAZER, ESPORTE E FORMAÇÃO POLÍTICA

ACERVO CPV-IIIEP

PPV-MS-NORTE

Centro de Pastoral Operária e  
No. 03.25  
BIBLIOTECA

# FESTIA

## ENTREGA DOS TROFÉUS

TORNEIO INTERFÁBRICAS DE FUTEBOL DE SALÃO  
E CAMPEONATO DE DOMÍNIO

COM MUITO SOM, BINGO E ANIMAÇÃO  
COMIDA E BEBIDA - PREÇOS POPULARES

ENTRADA - 1.000  
SÓCIOS - GRÁTIS

DATA : 16 DE MARÇO (SÁBADO)  
A PARTIR DAS 20.00 Hs.

LOCAL : RUA OLAVO EDIÑO, 185 - Fone 299 77  
(PERTO DA ESTÇÃO SARAIVA DO METRÔ).

12 anos  
NA LUTA DOS TRABALHADORES

ASSOCIAÇÃO  
DOS TRABALHADORES  
DA ZONA NORTE

## O QUE É A ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DE ITAQUEIRA?

A partir de 1981 começou-se a discutir a formação de uma Associação de Trabalhadores, cujo processo foi levado adiante e que hoje de forma concreta tem dado seus primeiros passos na medida em que se colocam em prática os objetivos e propostas de ação da ATRIA.

### OS OBJETIVOS DA ATRIA:

- \* Elevar o nível de consciência da classe trabalhadora na prática de lutas nas fábricas e bairros por melhores condições de vida.
- \* Unir e organizar a classe trabalhadora.
- \* Formação sobre os direitos dos trabalhadores / (Sindicalismo, Leis Trabalhistas, os direitos dos trabalhadores, etc...).
- \* Trabalhar junto com os grupos de fábricas e de bairros, para unir e fortalecer a classe trabalhadora.

Este boletim informativo tem como objetivo principal trazer a ATRIA mais perto dos trabalhadores, com denúncias das fábricas, informações de atividades, etc...

Qualquer sugestão entrar em contacto com a Associação.



Associação dos Trabalhadores de Itaqueira - ATRIA  
R. Francisco Rodrigues Sueltri nº 430 - V. Sotano - Itaqueira

TÁ NA HORA  
DE PENSAR  
COM A NOSSA  
PRÓPRIA CABEÇA!

**ATRI**  
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DO IPIRANGA  
AV. NOSSA SRA. DAS MERCÊS, 1255

A. TRO. MOV. ACS - MOO

## CUT Campanha Nacional de Luta

por: **REAJUSTE TRIMESTRAL**

- \* Você sabia que em 3 meses o seu salário já perdeu mais de 17% de seu valor? E que o reajuste salarial só repõe (nem tudo) o que a inflação já comeu muito antes?
- \* Será verdade, então, que o reajuste trimestral vai provocar mais inflação?

**REDUÇÃO DA JORNADA**

- \* Você sabia que, tirando a Venezuela, o Brasil é o único país em que ainda se trabalha 48 horas por semana? E que em muitos lugares os trabalhadores já conquistaram jornada de até 35 hs. semanais?
- \* E que, a cada mil trabalhadores que trabalharem 40 horas por semana, poderão ser criados mais 200 empregos?

**SALÁRIO DESEMPREGO**

- \* Você sabia que no dia que você trabalha de graça para o Imposto Sindical, 20% dele vai para um tal de fundo salário-desemprego? Para onde vai esse dinheiro, se ninguém recebe salário-desemprego no Brasil?
- \* Por que em tantos países existe o salário-desemprego e aqui não?

**REFORMA AGRÁRIA**

- \* A Reforma Agrária interessa também ao trabalhador da cidade?
- \* Como a Reforma Agrária pode contribuir para o barateamento dos alimentos, para diminuir o desemprego e o arrocho dos nossos salários?

A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES - CUT - ESTÁ LEVANDO ESTA CAMPANHA EM TODO O BRASIL. AQUI VAMOS TER UM DEBATE PARA DISCUTIR ESSAS E OUTRAS DÚVIDAS QUE VOCÊ TIVER, E PARA VER COMO ORGANIZAR ESSA CAMPANHA AQUI NA REGIÃO DA MOCCA. Estará presente um companheiro da direção da CUT.

DIA 8 DE NOVEMBRO / 84 - QUINTA-FEIRA - às 19 HORAS  
na ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO DA MOCCA - RUA CANJITO SARAIVA, 795

J. TRO. MOV. SP. SÃO PAULO SUL

Centro de Pastoral Operária  
03 MAI 1985

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES  
E MORADORES DA ZONA SUL

## ATMZS

NOVEMBRO VEM AÍ!!!

A ASSOCIAÇÃO CONVIDA O COMPANHEIRO PARA UMA  
PALESTRA SEGUIDA DE DEBATE SOBRE:

A ORGANIZAÇÃO DE BASE DOS TRABALHADORES

- GRUPOS E COMISSÕES DE FÁBRICA
- COMANDO DE LUTA
- INTERFÁBRICA

DIA: SEXTA-FEIRA, 29 de agosto  
HORA: 19:30  
EM NOSSA SEDE: Rua Marcellio Dias, 117  
Trav. da Av. de Pinedo  
Socorro - Santo Amaro

## FESTA DE INAUGURAÇÃO

DA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DO CAMPO LIMPO

CONVITE CR\$ 5.000

COMER E BEBER \*\* SOM \*\* JOGOS \*\* MUITA DANÇA \*\*  
Não deixe de participar. Traga sua família, seus amigos e seus vizinhos para comer um churrasco com a gente.

DIA 17 DE AGOSTO/85 - A PARTIR DAS 19 HORAS

LOCAL: RUA LUIZ GONZAGA DE ALMEIDA, 48 - CAMPO LIMPO  
NA ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DO CAMPO LIMPO

Ônibus: Em Pinheiros, tomar os seguintes ônibus que passam na rua Cardeal Arcoverde - Campo Limpo, Jardim Maria Sampaio, Jardim das Rosas, Jardim Macedônia. Descer na Estrada do Campo Limpo, em frente da Casas Buri.

ATENÇÃO: GUARDE O SEU CONVITE. ELE LHE DÁ O DIREITO DE CONCORRER A UM PRÊMIO

Centro de Pastoral Operária  
No. 03.25  
BIBLIOTECA

# ESCOLA NOVA PIRATININGA: TRABALHADOR ENsinANDO TRABALHADOR

SUELI BOSSAM

OFICINA MECÂNICA DA ESCOLA NA PRAÇA DA SÉ, CURSO DE INICIAÇÃO AO TRABALHO, DURANTE O DIA, PARA JOVENS. AS MESMAS INSTALAÇÕES ERAM USADAS PARA A FORMAÇÃO DOS OPERÁRIOS.

ACERVO IIEP



**Aula de Voo**

Mauro Iasi

*O conhecimento  
caminha lento feito lagarta.  
Primeiro não sabe que sabe  
e voraz contenta-se com cotidiano  
orvalho  
deixado nas folhas vividas das manhãs.*

*Depois pensa que sabe  
e se fecha em si mesmo:  
faz muralhas,  
cava trincheiras,  
ergue barricadas.  
Defendendo o que pensa saber  
levanta certeza na forma de muro,  
orgulha-se de seu casulo.*

*Até que maduro  
explode em voos  
rindo do tempo que imagina saber  
ou guardava preso o que sabia.  
Voa alto sua ousadia  
reconhecendo o suor dos séculos  
no orvalho de cada dia.*

*Mas o voo mais belo  
descobre um dia não ser eterno.  
É tempo de acasalar:  
voltar à terra com seus ovos  
à espera de novas e prosaicas lagartas.*

*O conhecimento é assim:  
ri de si mesmo  
E de suas certezas.  
É meta de forma  
metamorfose  
movimento  
fluir do tempo  
que tanto cria como arrasa*

*a nos mostrar que para o voo  
é preciso tanto o casulo  
como a asa.*

**Canção do Sal**

Milton Nascimento e Aldir Blanc

*Trabalhando o sal  
É amor, o suor que me sai  
Vou viver cantando  
O dia tão quente que faz*

*Homem ver criança  
Buscando conchinhas no mar  
Trabalho o dia inteiro  
Pra vida de gente levar*

*Água vira sal lá na salina  
Quem diminuiu água do mar  
Água enfrenta o sol lá na salina  
Sol que vai queimando até queimar*

*Trabalhando o sal  
Pra ver a mulher se vestir  
E ao chegar em casa  
Encontrar a família a sorrir*

*Filho vir da escola  
Problema maior, estudar  
Que é pra não ter meu trabalho  
E vida de gente levar*

**Sueli Bossam** possui  
bacharelado em Sociologia  
e Política pela Fundação  
Escola de Sociologia e Política  
de SP– 1989 e licenciatura  
em História pela Pontifícia  
Universidade Católica de SP  
– 1992. Tem experiência na  
área de Educação e Trabalho.  
Atualmente é da equipe  
pedagógica do CEEP – Centro  
de Educação, Estudos e  
Pesquisas, com formação dos  
educadores e da equipe de  
trabalhadores-pesquisadores  
do IIEP, no Projeto Memória da  
Oposição Sindical Metalúrgica  
de São Paulo.

*A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais. (Gramsci, 2004, C 12, §1, p.33)*

A década de 1970 apresentou uma conjuntura que combinava ditadura militar e baixa escolaridade da classe operária. Grande parte não tinha sequer o primário completo. A formação profissional estava a cargo dos empresários, por meio do Senai, e a serviço de seus interesses. Todas as entidades da família S, embora mantidas com recursos públicos, eram - e seguem assim - administradas privadamente. Além disso, e de modo especial, o Senai usava uma pedagogia de ensino programado perfeitamente individualista, de adestramento taylorista e com disciplinamento autoritário

Mas surgem em todo o País experiências em educação pela classe operária<sup>1</sup>, em que os trabalhadores assumiram para si a tarefa da educação política e da formação profissional dos companheiros. As experiências tiveram como desafio vencer e negar a prática dominante que fazia do conhecimento um instrumento de dominação, separando a teoria da prática, o pensar do fazer, com a afirmação de que a alguns cabe o planejamento e à imensa maioria a execução.

A Escola Nova Piratininga<sup>2</sup> foi uma rica experiência. Síntese da iniciativa de operários metalúrgicos, militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo que atuavam nos movimentos sindical e popular e nas Pastorais Sociais. Protagonistas das lutas contra a ditadura, por melhores condições de vida e trabalho, pela liberdade e autonomia sindical, pelo direito de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho; lutas integradas

às grandes lutas da classe trabalhadora que ocuparam o cenário político do País. Os professores eram os próprios operários que trabalhavam nas fábricas durante o dia e à noite ministravam os cursos, assim como outros trabalhadores comprometidos com o movimento operário, aprendendo/ensinando, aprendendo a aprender, em oposição à visão que separa o fazer do pensar. Tomando a educação dos trabalhadores como obra e iniciativa dos próprios trabalhadores, a partir de uma educação condizente com o papel que a si mesmos se atribuíam na sociedade e garantindo a si e por si mesmos condições de maior solidez nos engajamentos políticos.

A prática pedagógica e metodológica desenvolvida em oposição ao modelo dominante levou à construção de uma educação que buscou atender às necessidades e interesses dos trabalhadores como seres humanos e cidadãos traba-

lhadores, e não apenas operadores alugados ou meros instrumentos de uma produção alheia. A iniciativa correspondeu e corresponde a vincular a educação básica e geral mais sólida à formação técnica e profissional, de forma criativa, inteligente e voltada para a vida.

A primeira e importante experiência desenvolvida pela Escola Nova Piratininga ocorreu após a grande greve de 1979. Nessa greve é assassinado o metalúrgico Santo Dias da Silva, militante da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e da Pastoral Operária. Um grande número de trabalhadores foi demitido por participação nessa luta, o que levou ao primeiro ensaio de cursos profissionalizantes em um espaço centralizado - Tabor -, na Zona Leste de São Paulo.

Conforme depoimento de José Costa Prado, aluno do curso:

*Esse curso de Tornearia não era mais o curso de Tornearia que eu fiz lá no Senai. Esse curso tinha o Paulo de Tarso Venceslau, o Eder Sader dando aula para a gente, a professora Maria Nilde fazendo dinâmica de grupo conosco, tinha o Sergio Florentino ensinando tornearia, ensinando fresa, tinha o Neto ensinando metrologia, desenho técnico... Então, tinha todo um jeito de aprender uma profissão com um olhar crítico na sociedade. A gente discutia a questão da conjuntura nacional daquela época, discutia os rumos das lutas dos trabalhadores, o Socialismo*

*era ainda a proposta que orientava esse pessoal... Então, tinha todo esse contexto que fez com que a gente crescesse. Depois desse curso, a gente não era mais aquele peão “chucro” da fábrica. A gente voltou para a fábrica na condição de operário, mas um operário que já lia livro, um operário que já tinha interesse em ler o jornal, um operário que discutia, um operário que, quando sabia que tinha um debate em algum lugar, ia participar desse debate. Então, isso, pessoalmente e profissionalmente, me fez crescer. (entrevista, 09/01/2010)”<sup>3</sup>.*

A partir dos desdobramentos positivos dos cursos centralizados, das diversas práticas educativas de resistência à ditadura militar nos bairros (cursos de alfabetização de adultos, supletivos, madureza, formação profissional e política) e das experiências de formação profissional e político-sindical desenvolvidas nas Associações de Trabalhadores das diversas regiões de São Paulo, que em 1981 surge a Escola Nova Piratininga,

*uma iniciativa política de formação de “quadros trabalhadores”, isto é, de formação de militantes politicamente preparados e profissionalmente capazes para atuar nos anos de repressão da ditadura militar. Integraram essa experiência, na década de 1980, trabalhadores de todo o País, oriundos de diferentes organiza-*

*ções políticas e do movimento sindical e popular.*

*Esse trabalho foi o embrião da Escola Nova Piratininga, que nas décadas de 70, 80 e 90 formou lideranças metalúrgicas de todo o Brasil, aprofundando a formação técnica e política daqueles que nos anos difíceis da ditadura organizavam os trabalhadores nas fábricas, preocupados com sua conscientização e tendo como horizonte a transformação da sociedade<sup>3</sup>.*

A Escola Nova Piratininga manteve-se ativa de 1979 a 1996, quando foi extinta por questões financeiras. Em 1º de maio de 1998 é fundado o Ceep – Centro de Educação, Estudos e Pesquisas, que existe até hoje, e é o herdeiro dessa experiência com o mesmo ideário político-pedagógico<sup>4</sup>. ■

## NOTAS

1. Essas diversas experiências reúnem-se num conselho nacional, primeiramente como Conselho de Escolas Operárias, posteriormente como Conselho de Escolas de Trabalhadores. Essas reuniões acontecem até os dias atuais. Para mais dados ver: GÓES, Marina Piza de Sampaio. Educação Popular: a experiência do Conselho de Escolas de Trabalhadores. 2001. 200 f. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001.

1. Por exigência legal, o nome oficial da Escola era Núcleo de Ensino Profissionalizante Livre Escola Nova Piratininga.

2. Educação de trabalhadores por trabalhadores – educação de jovens e adultos e formação profissional. Carmen Sylvania Vidigal Moraes, pg 326

3. Uma pedagogia para o trabalhador: o ensino vocacional como base para uma proposta pedagógica de capacitação profissional de trabalhadores desempregados (Programa Integrar CNM/CUT) – Mascellani, Maria Nilde - Editora Núcleo Piratininga de Comunicação - Fonte: <http://www.iiiep.org.br/sistema/arquivos/docs/pedagogia.pdf>

4. Fonte: <http://www.ceep.org.br>

## NOVA PIRATININGA TRABALHADORES ELABORAM OS PROBLEMAS DA CLASSE E DA CIDADE

Texto do aluno André, descrevendo o funcionamento do coletivo da Escola. Os destaques são de responsabilidade do IIEP

### ESCOLA NOVA PIRATININGA: UM SONHO POSSÍVEL DE SE REALIZAR

Neste mês de julho encerra-se mais um curso na Escola Nova Piratininga, o terceiro de sua história.

Com o objetivo de capacitar os militantes e ativistas sindicais da categoria metalúrgica, a escola cumpre importante papel nesta conjuntura. Os padrões dia a dia buscam aprimorar os métodos de dominação dentro da fábrica como também aprimorar os métodos de perseguição. Assim, os trabalhadores têm que possuir formas avançadas para se preparar para o enfrentamento de classe dentro e fora da fábrica.

É neste sentido que a escola, mesmo com pouca estrutura, busca capacitar os companheiros política e profissionalmente.

### O QUE FOI ESTE CURSO

Neste curso não estavam presentes apenas metalúrgicos acostumados com o dia a dia da produção. Dele participou gente das mais variadas categorias deste e de outros Estados. Tinha sapateiros, camponês, publicitário, bancário, químico, plástico. Mas dia a dia, mesmo com dificuldades, fomos nos acostumando com o novo cotidiano.

E tínhamos centenas de dúvidas. A principal delas era a respeito de nossa capacidade. Todos se perguntavam: “Afim, temos ou não capacidade de transformar o aço em alguma coisa útil”.

Os primeiros 15 dias do curso foram dedicados ao nivelamento teórico dos alunos e permitir aos monitores um conhecimento mais particular de cada um dos companheiros. Ao final desta fase, conseguimos atingir duas coisas básicas:

1º) - A integração e o conhecimento entre os alunos;

2º) - Começamos a entender que aquele coletivo só iria dar certo se colocássemos na ordem do dia a socialização do conhecimento, uma vez que os níveis e as experiências culturais eram das mais variadas. Isto nos permitiu implantar a prática coletiva de saber descobrir e descobrir o saber.

Acabado o nivelamento, susto geral entre os alunos: havia chegado a hora de enfrentar as máquinas.

A primeira semana efetiva foi motivo de diversão e em todo o resto de curso. A gente sempre lembrava da dureza dela. Todos estávamos tentando vencer o cansaço. Os dias duravam uma eternidade e não víamos a hora de chegar a sexta-feira e nos livrarmos daquela oficina.

Após este primeiro enfrentamento, fomos conseguindo colocar o cansaço em segundo plano. Já começávamos a acreditar que podíamos moldar o aço e fazer de um bloco bruto uma ferramenta útil.

No início a carga horária nos assustou: iniciávamos o trabalho de complementação política às 8h da manhã. Tínhamos um intervalo de uma hora para o almoço (das 12h às 13h), e daí, até as 18h, trabalhávamos na oficina. Além disso, três vezes por semana, tínhamos aula à noite, até as 20h30.

### O DIA A DIA DO CURSO

Nos primeiros dias passamos por um verdadeiro teste de resistência. Muitos até pensaram em desistir, mas a união do coletivo impedia qualquer iniciativa neste sentido. Conseguimos sem dificuldade estabelecer uma relação fraterna e solidária entre os alunos. Tudo ia se transformando. O cansaço foi substituído pelas brincadeiras. As dificuldades substituídas pela troca de ideias, pela discussão dos exercícios. Com isso, todos crescíamos e descobríamos coletivamente os segredos da produção. Este comportamento contribuiu para que companheiros com muitas dificuldades pudessem superá-las com rapidez.

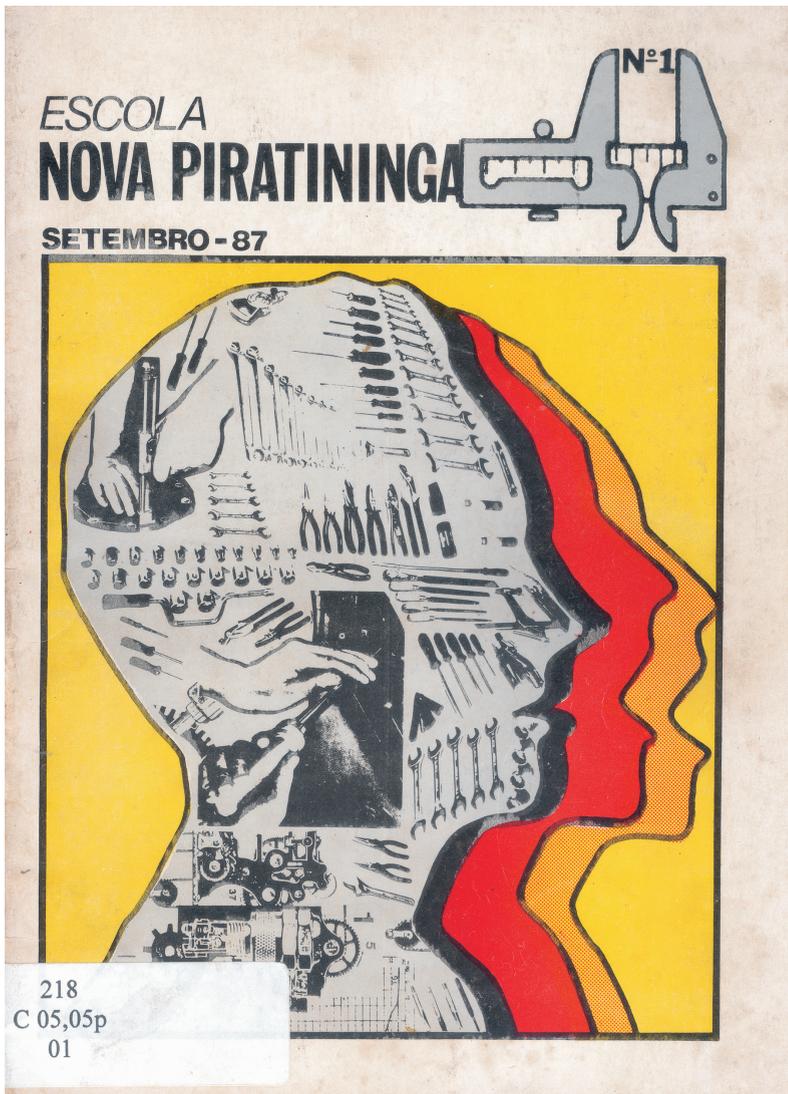
Já estávamos nos sentindo verdadeiros mecânicos.

### O QUE A ESCOLA APRESENTOU DE NOVO

Entendemos, ao longo destes três meses, que é possível o convívio fraterno e solidário entre pessoas com diferentes concepções de mundo. Um detalhe importante é que para se estabelecer este nível de relacionamento não é preciso abrir mão de suas ideias. Pelo contrário, é preciso lutar por elas, porém lutar respeitando o companheiro, lutar tendo como princípio não a derrota do adversário e sim chegar a conclusões consequentes para o coletivo.

Depois, tivemos oportunidade de descobrir que podemos pensar e saber. Percebemos com mais clareza que o saber é infinito. E só se sabe e pode enriquecer o saber na medida em que se procura descobrir.

Por fim, estes três meses foram mais que três meses. Foi uma vida, uma nova forma de relação, um aprendizado que jamais será esquecido. Pelo contrário, será reproduzido pelos alunos que participaram deste curso.



PUBLICAÇÃO DOS ALUNOS. NÃO SÓ O CONTEÚDO FOI PENSADO E DECIDIDO COLETIVAMENTE, COMO FEZ PARTE DE UM EXERCÍCIO DE ELABORAÇÃO DAS IDEIAS, INCLUINDO CONTEÚDO, PAUTA, PESQUISA, ELABORAÇÃO DE TEXTO E DIAGRAMAÇÃO.

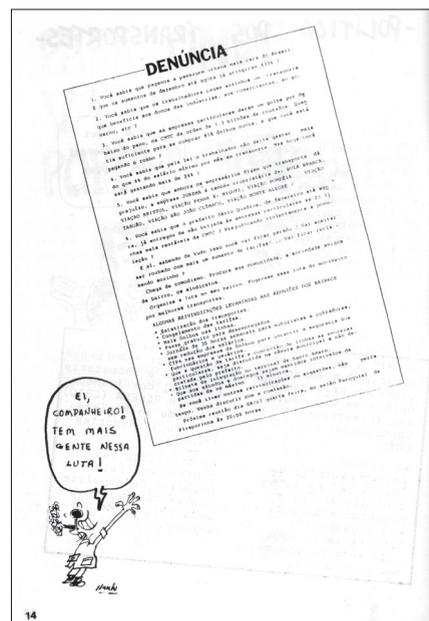
### TRANSPORTE COLETIVO



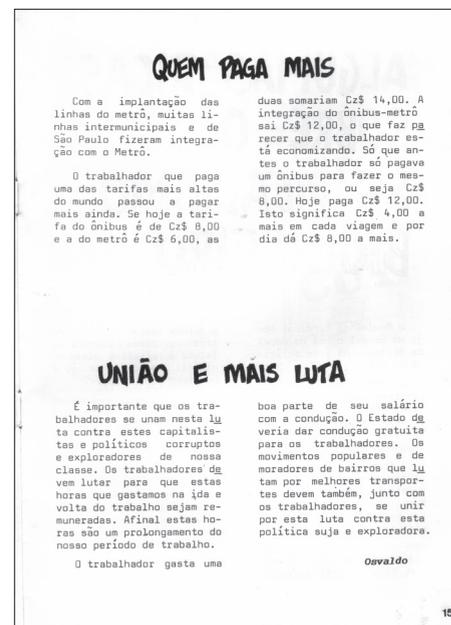
O ÔNIBUS "NOVA REPÚBLICA" É UMA SÁTIRA AO MOMENTO POLÍTICO DE 1987. O PRESIDENTE JOSÉ SARNEY, MOTORISTA DO COLETIVO, DESPREZA OS PASSAGEIROS - DESPREZA O POVO. A CHARGE REPRESENTA DE FORMA BASTANTE IRÔNICA AS PÉSSIMAS CONDIÇÕES DO TRANSPORTE URBANO EM SÃO PAULO.



A PERIFERIA DA CIDADE É CADA VEZ MAIS LONGE! PARA ISSO CONTRIBUIU, TAMBÉM, A CONSTRUÇÃO DO METRÔ PAULISTANO. POR QUE A LINHA NORTE-SUL DO METRÔ PAULISTANO FOI CONSTRUÍDA ANTES DA LINHA LESTE-OESTE? POR QUE, SE A ZONA LESTE É MAIOR, MAIS POPULOSA E MAIS POBRE?



DENÚNCIAS E REIVINDICAÇÕES DO POVO ORGANIZADO NOS BAIRROS E NOS MOVIMENTOS SINDICAIS. DENTRE AS REIVINDICAÇÕES:— ESTATIZAÇÃO DOS TRANSPORTES,— JORNADA DE 30 HORAS/SEMANAIS PARA MOTORISTAS E COBRADORES (SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS),— CONGELAMENTO DAS TARIFAS



A UNIÃO E LUTA DO POVO PELO TRANSPORTE GRATUITO, PELA TARIFA ZERO, PELO PASSE LIVRE É BEM ANTIGA!

# CONHECER PARA LUTAR: A EXPERIÊNCIA DO LIDAS

ROSÂNGELA BATISTONI

BOLETIM DA CIPA DA PRADA  
DENUNCIA MUTILAÇÃO DOS  
TRABALHADORES.  
ACERVO IIEP

# BASTA!

10.03.84	OFICINA DE VEÍCULOS	LAVADOR E LU	EDSON EUGÊNIO DA SILVA	
03.12.84	TAMPAS	AJUD.	JOÃO EVANGELISTA DE LIMA	
24.09.86	AEROSOL	AJUD. GERAL	JOÃO FERNADES OLIVEIRA	
02.10.86	TAMPAS	MECÂNICO	JOÃO BATISTA VICERA	
16.02.87	PRESSAS MECANIZADAS	MECÂNICO	ROQUE MARIANO DA SILVA	
02.04.87	PRESSAS MECANIZADAS	AJUD. GERAL	JOSÉ FERREIRA TORRES	
04.04.87	LINHAS DE MONTAGEM	AJUD. GERAL	JOÃO BATISTA SANTANA	
19.06.87	PRESSAS AUTOMÁTICAS	MECÂNICO	JOSÉ COSTA ALENCAR	
08.07.87	LINHAS DE MONTAGEM	MECÂNICO	ENIR AFRISO ROCHA	
15.07.87	LINHAS DE MONTAGEM	MECÂNICO	NELTON OLIVEIRA MIRANDA	
16.07.87	ELETRICIDADE	ELETRICISTA	SEVERINO FERREIRA OLIVEIRA	

**POR UMA CIPA DE LUTA**

**GRUPO-9**  
SÉRGIO FLORENTINO

**GRUPO-10**  
JOÃO PEREIRA

**GRUPO-5**  
JOSÉ C. PIMENTA (TATÚ-LITO)

**GRUPO-3**  
LUCIA

**GRUPO-4**  
JOSÉ R. FÉLIX - (RATÃO)

**GRUPO-6**  
CLÁUDIO GODÓI ANJO

**A greve da Barbará e o carrasco Diamantino**  
Pedro Macambira

Tomei conhecimento tardio  
Da greve da Barbará  
Aconteceu coisas incríveis  
Pela bandas de lá  
É hora da verdade  
Vou dizer sem maldade  
O que eu ouvi falar  
Os operários da fábrica  
Não me deixam mentir  
As condições de trabalho  
Faz até cachorro rir  
Urubu pousou no banheiro  
Caiu duro com o cheiro  
Que dali pode sentir  
Na fábrica a coisa é feia  
Parece campo de concentração  
Na maioria das máquinas  
Não existe nenhuma proteção  
Se trabalha acelerado  
O peão passa apertado  
Enriquecendo o patrão

Devemos ter carinho  
Com a nossa História  
A GREVE deve se firmar  
Para sempre na memória  
Contar para os novatos  
A firmeza dos nossos atos  
Que garantiu a vitória

**Estão assando operário em fogão Continental"**  
Crispiniano Neto

Aqui nesta FUNDIÇÃO  
Que de BRASIL é chamada  
Faz fogão, mas não cozinha  
Merenda pra peãozada...  
Aqui a classe operária  
É quem está sendo assada

Quem trabalha com pintura  
Com polimento e galvano  
Quer a INSALUBRIDADE

Mas entra ano e sai ano...  
O sindicato não luta,  
Você entra pelo cano

Quem luta no polimento  
Engole a POLUIÇÃO  
O sujo que sai da peça  
Aloja-se em seu pulmão,  
O seu "lucro" é a doença,  
A grana vai pro patrão.

Enquanto em toda São Paulo  
O peão padece assim  
O sindicato adormece  
E o pelego Joaquim  
Troca beijos e abraços  
Com Maluf e Delfim

**Chega de exploração na SPERB e na Texita**

Crispiniano Neto

Operários e operárias  
A hora exige coragem,  
Consciência e decisão  
Dando um basta à sacanagem  
Da SPERB e TANGARÁ  
ETEXITA tecelagem

Os médicos destas empresas  
Não têm um trabalho sério.  
Se chega um peão doente  
Fazem "pantim" e mistério  
E só aceitam atestado  
Na porta do cemitério.

São doutores urubus  
Da medicina imbecil  
Seja gripe ou seja câncer,  
Só se receita Doril  
E quando muito eles mandam  
Aplicar Benzetacil

E não se viu da empresa  
Uma atitude tomando  
Quando um peão se cortou  
Ficou na pista esperando  
Um socorro de carona  
Com os dedos balançando

**Maria Rosângela Batistoni**  
é professora do curso de  
Serviço Social da Universidade  
Federal de São Paulo  
(Unifesp) e colaboradora  
do Projeto Memória da  
Oposição Metalúrgica de São  
Paulo (OSMSP). Autora de  
*Confronto operário: A Oposição  
Metalúrgica de São Paulo nas  
greves e comissões de Fábrica  
(1978-1980)*. 2010. IIEP/NPC.

Na luta pela saúde e em defesa das  
condições de trabalho, também  
foram usados os cordéis.

Pedro Macambira foi o nome de  
guerra do revolucionário dirigente  
da OSM-SP Cleodon Silva. Autor  
de inúmeros textos de combate  
à exploração do capital, sua  
coleção de cordéis tem o prefácio  
de Florestan Fernandes e Vito  
Giannotti. Silva é o organizador do  
Cedro e do Lidas.

Crispiniano Neto foi repentista  
nas portas de fábricas na eleição  
de 1981, apoiando a Chapa da  
Oposição, encabeçada por  
Waldemar Rossi. Seu trabalho foi  
principalmente nas fábricas com  
muitos trabalhadores nordestinos.  
Seus textos dessa campanha estão  
em *Cordel nas portas de fábricas*,  
publicados no livro *Lula na literatura  
de Cordel*. É o ocupante da cadeira  
nº 1 na Associação Brasileira de  
Literatura de Cordel.

A partir de meados dos anos de 1980, no contexto de crise recessiva, ocorreu a intensificação das greves setoriais e por empresas em diversas categorias do operariado fabril da cidade de São Paulo, com reivindicações em torno de aumentos salariais e condições de trabalho. Para a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, esse momento resultou no fortalecimento de sua linha de atuação na organização da atuação de base nos locais de trabalho com a formação de comissões de fábrica autônomas e de ampliação de militantes e a articulação com outras categorias de trabalhadores, no movimento operário e sindical. Houve grande importância para a organização pela base, as atividades desenvolvidas nas Cipas/Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, sob o controle dos trabalhadores, o que foi uma experiência singular de denúncia das aviltantes condições de trabalho e de saúde do trabalhador.

### INICIATIVAS PARA FORA DAS FÁBRICAS

Depois da derrota das eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 1987, na reorganização do seu trabalho, a Oposição executou atividades de educação, formação e capacitação, como condição para as lideranças metalúrgicas se apropriarem de instrumentos e meios teóricos e práticos para a apreensão das novas ofensivas do capital sobre os trabalhadores, com mudanças das relações e gestão da força de trabalho nas empresas, entre outras. Novas exigências e desafios eram postos para a OSM – autodefinida como uma frente de trabalhadores - dar continuidade de sua trajetória sustentada na *autonomia política e ideológica* de classe. A Oposição definiu uma estratégia na defesa e sustentação política e institucional dos organismos de base, criando duas instâncias específicas de atuação: o Centro de Defesa das Representa-

ções Operárias/Cedro, diante das ofensivas patronais às organizações operárias nos locais de trabalho, que teve curta duração, e a Liga de Defesa do Ambiente e Saúde/Lidas, criada em 1988.

### APROPRIAÇÃO DO CONHECIMENTO

A Lidas agregou militantes da Oposição, trabalhadores metalúrgicos, químicos e plásticos, além de apoio de profissionais da área da saúde do trabalhador, e teve como objetivo conhecer e socializar uma fundamentação teórica, científica e técnica para sustentar as reivindicações em torno do ambiente e saúde a partir das fábricas. A proposta da Lidas baseia-se na experiência metodológica de atuação da relação processo de trabalho/saúde do chamado Modelo Operário Italiano, desenvolvida por operários e profissionais na cidade de Turim, nos anos de 1960, e que se tornou uma das principais vertentes de rei-

vindicações e de lutas sociais anti-capitalistas naquele país.

A definição de ambiente compreende “o conjunto das condições de produção e trabalho – dentro e fora da fábrica”, que implicam a saúde do trabalhador diretamente na fábrica, mas de muitos outros trabalhadores que compõem o conjunto da força de trabalho da rede produtiva que envolve a produção. E atinge o ambiente físico e social de todo o território em que se situa a fábrica.

### TRABALHADORES COMO PESQUISADORES

A Lidas teve experiências em várias empresas na cidade de São Paulo<sup>1</sup>, sendo um instrumento prático que permitiu aos trabalhadores investigar, eles próprios, os locais de trabalho e lutar por condições de trabalho e saúde – com metodologia de investigação/ação. Foi possível, a partir da listagem do conjunto das empresas metalúrgicas da cidade, identificar a localização; acesso de transportes; produção (matérias-primas e meios de produção, produtos – bens de consumo ou de produção); ambiente (temperatura, ruídos, umidade, ventilação); fábrica (poeira, gases, vapores, fumaças, substâncias químicas etc.; fatores da fadiga (ritmos de trabalho, monotonia ou repetitividade, posições, responsabilidades, hierarquias, pressões, assédios, controles etc.). Permitiu que os próprios trabalhadores compreen-

dessem o processo de produção – detalhando a atividade do sujeito – o trabalho vivo –, o uso da força de trabalho no processo de produção e de valorização do capital. Conhecimento que permite construir um amplo mapa de risco, porque fornece os elementos para demonstrar as relações entre o trabalho e os danos à saúde, em geral negadas, e demonstrar o desgaste e dispêndio de energia física e mental e intelectual do trabalhador e implicações na vida cotidiana. Construir caminhos de formação de consciência, organização, resistência e lutas dos trabalhadores a partir do processo de trabalho.

A partir do conhecimento produzido pelos trabalhadores, buscou-se “o planejamento e organização do trabalho de fábrica, conforme as diretrizes da OSM; constituição e linha de ação da Cipas e cipeiros combativos; estudos, seminários e debates sobre o Panorama das Condições de Vida do Trabalhador da Grande São Paulo; articulação com movimentos de saúde e instituições de saúde vinculados aos interesses dos trabalhadores” (Cf. doc. Informe Interno da Lidas, MOS-MSP/julho/1989)<sup>2</sup>.

O conhecimento do ambiente, conforme a definição acima, permitiu aos ativistas avançar na articulação das dimensões totais que envolvem o trabalho nas fábricas, reconhecendo a geografia de ação das classes sociais, territórios e lugares de poder e conflitos

de classe, vitais como forças organizadoras da geopolítica do capitalismo, ao mesmo tempo em que são sede de inúmeras diferenças e alteridades que têm que ser compreendidas tanto por si mesmas como no âmbito da lógica global do desenvolvimento capitalista” (Harvey, 1991, apud Batistoni, 2001: 142).

### CONHECER O TERRITÓRIO: ATUAR NA FÁBRICA E FORA DELA

Para a Lidas, o processo de conhecimento possibilitou a construção de uma metodologia além da fábrica, atingindo sua territorialização, para ser instrumento de luta dos trabalhadores metalúrgicos em suas reivindicações. Um exemplo: a realidade industrial de São Paulo até o final dos anos 1980 era caracterizada por uma heterogeneidade devida à presença dos polos tradicionais, intermediários e modernos da produção e peso diferenciado de cada ramo produtivo; de outro, por uma dispersão industrial devida ao significativo número de micro, pequenas e médias empresas. O setor industrial metalúrgico de São Paulo apresentava um quadro de dispersão e concentração, o que adquire ainda maior complexidade se for considerada a distribuição espacial das fábricas na imensa extensão territorial da cidade (1516 km<sup>2</sup>). Face a essa realidade, a Lidas utilizou e desenvolveu um instrumento de geocodificação que permite, a partir de dados

globais, alcançar a desagregação da informação, com a espacialização, em significativo detalhamento nos espaços geográficos territoriais da cidade de São Paulo. O processo oferece condições para os movimentos e organizações dos trabalhadores desenvolver o trabalho de base – *a partir da fábrica e fora dela* –, articulando as lutas do local de trabalho às lutas de apropriação do *território* – nos quais se localiza (ou não) o conjunto de serviços e bens coletivos, expressão de direitos sociais conquistados pelo conjunto da classe trabalhadora - necessários

à produção e reprodução da força de trabalho, como saúde, educação, cultura, transporte e lazer.

No início dos anos de 1990, no contexto de desagregação da Oposição Sindical, a Lidas se institucionalizou, assumindo a razão social de Instituto Lidas, incorporando sobretudo jovens filhos e filhas de trabalhadores na apropriação da metodologia, na perspectiva de fornecer elementos e subsídio para a organização nos territórios a partir dos serviços e bens coletivos viabilizados no campo das políticas sociais. ■

## NOTAS

1. Os documentos registram acompanhamento das fábricas de diferentes regiões da cidade: Pial, Metal Leve, MWM, Villares, Máquinas Piratininga, ADD, Filsan, RCN, Mayer, Matarrazzo, Aliperti, Voith, Premesa e Philco-Ford de Guarulhos.
2. Neste trabalho, a Lidas produziu uma documentação específica, a saber: Saúde e segurança no trabalho nas Convenções Coletivas dos Metalúrgicos de São Paulo – 1978-1989; Convenções Coletivas dos Metalúrgicos no Brasil: quadro comparativo das cláusulas de saúde - 1979-1987; Conhecer para lutar: como deveriam ser as fábricas, canteiros de obras e trabalho rural; Roteiro de slides: política de saúde no Brasil; Atlas da CUT Regional de São Paulo; Política de saúde no Brasil: tese aprovada no V Encontro da CUT Regional de São Paulo, 1989.

## FONTES

### A CLASSE OPERÁRIA EM CONSTRUÇÃO – OS METALÚRGICOS DE SÃO PAULO

- BATALHA, Claudio H.M. et al (orgs.). *Culturas de classe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- BATISTONI, Maria Rosângela. *Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987)*. São Paulo. 2001. Tese (doutorado). 498f. São Paulo: Serviço Social- PUC, 2001.
- COSTA, Helio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Scritta, 1995.
- FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- FORTES, Alexandre et. al.(orgs.) *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- GOHN, Maria da Glória. *Reivindicações populares urbanas: um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.
- KOWARICK, Lúcio (org.) *As lutas sociais e a cidade: São Paulo; Passado e presente*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- MOISÉS, José Álvaro. *Classes populares e protesto urbano*. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Ciências Sociais, FFLCH-USP, 1978a.
- \_\_\_\_\_. *Greve de massa e crise política – Estudo da Greve dos 300 Mil em São Paulo, 1953/54*. São Paulo: Polis, 1978b, Coleção Teoria e História, 3.
- PAES, Maria Helena Simões. *O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: 1932-1951*. Dissertação de mestrado. São Paulo. Departamento de História, FFLCH-USP, 1979.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-1980*. 2a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.240

### CONTANDO A NOSSA HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DESTA CIDADE

- REVISTA REVÉS DO AVESSE: POLÍTICA CULTURA ECUMENISMO. *A história da Oposição Metalúrgica*. São Paulo: Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito Alencar de Lima, Ano 15, Abril/Maio de 2006.
- CAMPANHA 2011 “CONTEMOS NOSSA HISTÓRIA”. Banco de Dados online dos jornais e publicações do arquivo da OSMSP. São Paulo: Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas – IIEP, dezembro de 2010.
- CONSELHO POLÍTICO DO PROJETO MEMÓRIA DA OSM-SP; *Investigação Operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores*. São Paulo: Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas – IIEP, 2014.

## SINGER, O METALÚRGICO

FURTADO, Celso. *Economia colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais*. São Paulo: Hucitec/Abphe, 2001.

MEDICI, Ademir. *9 de Novembro de 1947: a vitória dos candidatos de Prestes*. Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999.

PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Cia das Letras, 2011.

LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Unicamp, 2011.

SINGER, Paul. *Curso de Introdução à Economia Política*. 5a Ed. São Paulo: Forense Universitária, 1978.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Sobre a trajetória de Eric Sachs e Ernesto Martins, outro importante dirigente da POLOP, ver: <http://centrovictormeyer.org.br/acervos/arquivo-erico-sachs/>

## UMA CIDADE, TANTAS DESIGUALDADES

BAIROCH, Paul. *De Jéricho à Mexico: villes et économie dans l'histoire*. Gallimard: Paris, 1985.

BRAUDEL, Fernand. *A identidade da França: os homens e as coisas* v. III. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

DAVIS, Kingsley. "A urbanização da humanidade". In: DAVIS, K. et al. *Cidades*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

DIJK, Marcel van. *Le service de documentation face à l'explosion de l'information*. Bruxelas: Presses Universitaires de Bruxelles, 1969.

EMPLASA. *Sumário de Dados da Grande São Paulo*, edições de 1990 e 1991

IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*, edições de 1962, 1982.

KATZMAN, Martin. "Urbanização no Brasil a partir de 1945". In: BACHA, Edmar; KLEIN, Herber T. S. (orgs.). *A transição incompleta* v. I, ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MANTOUX, Paul. *A revolução industrial no século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARCHAND, Marie. *La grande aventure du Minitel*. Paris: Larousse, 1987.

MATA, Milton da; CARVALHO, E. Werneck; CASTRO E SILVA, Maria T. *Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos*, IPEA, coleção Relatórios de Pesquisa, n. 19, R. Janeiro, 1973.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

POLKE, Ana Maria. "Biblioteca, comunidade e informação comunitária: um estudo de como circula a informação utilitária no Bairro de Pompeia em Belo Horizonte". In: *Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação*, 1982, João Pessoa.

REINHAR, M.; DUPAQUIER, J; ARMENGAUD, A. *Histoire générale de la population mondiale*. Paris: Moutchrestien, 1968.

ROLNIK, Raquel et al. *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SANTOS, Angela et al. "Estudo das necessidades de informação dos imigrantes nordestinos que chegam a S. Paulo e Brasília". In: *Revista de Biblioteconomia*, Brasília, v. 2, n. 12.

SANTOS, W. Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SEADE. *Informe demográfico*, n. 6, 1981.

SEADE. *Informe demográfico*, n. 16, 1985.

SEADE. *Informe demográfico*, n. 19, 1986.

SEADE. *São Paulo em perspectiva*, v. 2, n. 1, jul-set 1987.

SPINDEL, Cheywa. “Metropolização, urbanização e recursos humanos”. *Cadernos Cebrap*, n. 25, São Paulo: Brasiliense.

### ACIDENTES, DOENÇAS E MORTES ENTRE OS TRABALHADORES METALÚRGICOS EM SÃO PAULO DE 1960 A 1990

BATISTONI, Maria Rosângela. *Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da Oposição Metalúrgica de São Paulo (1967-1987)*. São Paulo, 2001. Tese (doutorado). 498f. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

CONSELHO POLÍTICO DO PROJETO MEMÓRIA DA OSM-SP; *Investigação Operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores*. São Paulo: IIEP, 2014.

COSTA, Danilo F. *Prevenção da exposição a benzeno no Brasil*. São Paulo, 2009. Tese (doutorado). 179f. Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. “Quando o trabalho degrada”. In: Conic, Relatório sobre a dignidade humana e a paz no Brasil, São Paulo: Editora Salesiana, 2002.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo do desastre*. Lisboa: Tipografia Guerra, 2009.

LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Unicamp, 2011.

LOEWENSON, R. “Globalization and occupational health: a perspective from southern Africa”. *Bulletin of the World Health Organization*. Genebra, v. 9, n. 79, 2001.

MAGRINI, Rui de Oliveira. *Novas Relações Trabalhistas de Segurança e Saúde do Trabalhador desenvolvidas no Estado de São Paulo e no Brasil*. São Paulo, 1999. Tese (doutorado). 216f. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1999

POSTONE, Moishe. “The Holocaust and the Trajectory of the Twentieth Century”. In: POSTONE, Moishe; SANTNER, Eric (orgs.). *Catastrophe and Meaning*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

RIBEIRO, H. P.; LACAZ, F. C. A. (orgs.). *De que adoecem e morrem os trabalhadores*, São Paulo: IMESP, 1984.

VIRILIO, Paul; LOTINGER, Sylvere. *Guerra Pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

### A “NOVA REPÚBLICA” DOS PATRÕES: MUDANDO PARA NÃO MUDAR

*Folha bancária*, “Cedeu aos banqueiros e patrões: Pazzianotto demite Delegado Regional do Trabalho de SP”, São Paulo, 28 jan. 1986.

*O Estado de S. Paulo*, “Portaria já estaria revogada, diz interino”, São Paulo, 29 jan. 1986.

STEIN, José Carlos. “Bastidores da Delegacia Regional do Trabalho (SP)”. *Debate sindical*, Centro de Estudos Sindicais (CES), São Paulo, n. 02, p. 15-19, 1986.

## OPERÁRIAS NA CONSTRUÇÃO DE SÃO PAULO: TRABALHO E LUTA NA CIDADE

ALVIM, Rosilene; LEITE LOPES, José Sergio. “Uma memória social operária forte diante de possibilidades difíceis de patrimonialização industrial”. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/37373002/artigo-jose-sergio-leite-lopes>, acesso em 14/04/2015.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica: Convento e Disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1991.

JESUS, Carolina Maria de. *Pedaços da fome*. Editora Águila, 1963.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo (de comunidade a metrópole)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. *A modernização de São Paulo no final do século XIX: da demolição da cidade de taipa à sua reconstrução com tijolos*, 1994.

POCHMANN, Marcio. *A Metrópole do Trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3a Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

### TESTEMUNHOS:

Depoimento de **Ana Dias** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.

Depoimento de **Célia Rossi** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.

Depoimento de **Isa Salles** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.

Depoimento de **Maria José Soares** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.

Depoimento de **Maria José Soares** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2016.

Depoimento de **Maria do Carmo Gomes (Carmem)** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2016.

Depoimento de **Sofia Batista** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2016.

Depoimento de **Sueli Bossam** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2016.243

## A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES EM SÃO PAULO: A LUTA PELO EXERCÍCIO DE UM DIREITO (1940-2000)

ANTUNHA, Heládio C. G. “A instrução pública de São Paulo. A Reforma de 1920”. In: *Estudos e Documentos*, FEUSP, 1976.

ARELARO, Lisete R. “Estruturação da Rede Escolar Estadual de São Paulo”, in *Colóquios sobre Educação Brasileira*. Publicação PUC - Ação Educativa, São Paulo, 1996.

BEISIEGEL, C. “Ação política e expansão da rede escolar”. *Pesquisa e Educação*, São Paulo, n. 1 p. 5-23, 1964.

\_\_\_\_\_. “Cultura do povo e educação popular”. In: BARROS, Gilda N. M. de (org.). *Celso de Rui Beisiegel: professor, administrador e pesquisador*. São Paulo: EDUSP, 2009. p.55-69.

\_\_\_\_\_. “Educação e sociedade no Brasil após 1930”. In: FAUSTO, B. (Org.). *O Brasil republicano: economia e cultura (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 383-416.

\_\_\_\_\_. *Estado e educação popular*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1974.

\_\_\_\_\_. “A Reforma e a qualidade do ensino”. In: NAGLE, J. (org.). *Educação Brasileira: Questões da atualidade*. São Paulo: Edart, 1976.

CUNHA, Luiz Antônio. *A política educacional no Brasil e a profissionalização do ensino médio*. Rio de Janeiro. Ed. Eldorado, 1977.

\_\_\_\_\_. *Educação, estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez; Niterói: EDUFF; Brasília: FLAC-SO, 1991.

DI PIERRO, Maria Clara. “Ensino supletivo e universalização da educação básica”. *Revista de Educação*, APEOESP, São Paulo, n.5, p. 14-17, 1990.

FERNANDES, F. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus-EDUSP, 1966.

FONTES, P. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em S. Miguel Paulista (1945-66)*, Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, Maria. “Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado”. *Educação & Sociedade*, v. 24, n. 82, p. 93-132, 2003.

GOHN, M. G.. *Reivindicações populares urbanas*. São Paulo: Autores Associados, 1982

LEAL, M.. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

LEFEBVRE, H. *Le pensée de Lénine*. Paris: Bordas, 1957.

MANFREDI, S. M. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, J. S.. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. As temporalidades da História na Dialética de Lefebvre. In: MARTINS, J.de S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MATTOS, M.B. “Prefácio”. In: LEAL, M. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011, p. 25-31.

MORAES, C. S. V.; FERRETTI, C. (coord.). *Diagnóstico da formação profissional: ramo metalúrgico*. São Paulo: CNM-CUT/Rede Unitrabalho, Artchip Ed., 1999.

MORAES, C. S.V. “Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores de qualidade: regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação”. *Educação e Sociedade*, Campinas: CEDES/Unicamp, v. 34, n. 124, p. 979 – 1001, jul / set, 2013c.

MORAES, C. S. V.; KRUPPA, S. “Educação e trabalho na construção da cidadania: os anos 2000”. In: CARVALHO, Ana M.P. de (org.). *Formação de professores: Múltiplos enfoques*. FEUSP/FAPE/Editora Sarandi, p.91-122, 2013a.

MORAES, C. S.V.. “Educação permanente: direito de cidadania, responsabilidade do Estado”. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 395-416, 2006.

MORAES, C.S.V. ; MOURA, D.; RIBEIRO, Jorge A. R.; ZAN, Dirce D.P. *Formação de professores do Ensino Médio: Ensino Médio e Formação Humana Integral. Etapa I, Caderno I*, Brasília: Secretaria da Educação Básica/SEB – MEC ; Curitiba: Setor Educação – UFPE, 2013b.

MORAES, C.S.V.. *A relação trabalho e educação em perspectiva histórica e sociológica*. Tese de Livre-Docência, São Paulo, FEUSP, vol.2, 2005.

\_\_\_\_\_. *A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo ( 1873-1934)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

OLIVEIRA, R.; ADRIÃO, T. ( orgs.). *Gestão, financiamento e direito à educação*. 1a. ed. São Paulo: Xamã Editora, 2001. v. 1.

PRADO JR., C.. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

QUENSON, E. *Une socio-histoire des relations formation-emploi*. Paris: L'Harmattan, 2012.

RIBEIRO, Maria Alice R. “O mercado de trabalho na cidade de São Paulo nos anos 1920”. In: SILVA, S.; SZMRECSÁNYI, T; (orgs.) *História econômica da Primeira República*. São Paulo: EDUSP; Hucitec, Imprensa Oficial, 2002, p.341-368.

ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1978.

SAVIANI, D. *A nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas*, 1a. ed. Campinas: Autores Associados, 1997. 260 p .

SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Nacional, 1969. 416 p. (Atualidades Pedagógicas, v. 94).

SIMONSEN, R.. *O trabalho moderno*. São Paulo: Seção de Obras de “O Estado de São Paulo”. 1919.

SPOSITO, M. P.. *A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec, 2010.

\_\_\_\_\_. *O povo vai à escola*. São Paulo: Edições Loyola, 1984.

TEIXEIRA, A. *Educação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, M. L. S.; NORONHA, O. M. . *História da educação: a escola no Brasil*. SAO PAULO: FTD, 1994. v. 1. 304p

WEINSTEIN, B. (Re) *Formação da Classe Trabalhadora no Brasil ( 1820-1964)*. São Paulo: Cortez: CDAPH-I-FAN – Universidade São Francisco, 2000.

## TRABALHADORES NO TEATRO: UNIÃO E OLHO VIVO

VIEIRA, César. *Em busca de um teatro popular*. 5a Edição. São Paulo: Programa Municipal de Fomento Teatro, 2015.

## O GOLPE, A MOOCA E 1979, O ANO QUE APENAS COMEÇOU

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Um relato para a história: Brasil Nunca Mais*. Editora Vozes: Rio de Janeiro. 1985.

AZEVEDO, Carlos. *Jornal Movimento: uma reportagem*. Belo Horizonte (MG): Editora Manifesto, 2011.

COMISSÃO NACIONAL da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *Sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos*. Publicado em novembro de 2010.

DUARTE, Betinho, et al. *Estamos Vivos. A volta será pior: O DNA do terrorismo de direita em Minas*. Belo Horizonte, 2015.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada*. Companhia das Letras: São Paulo, 2003.

GERVITZ, Roberto; TOLEDO, Sérgio. *Braços cruzados, máquinas paradas*. [Filme-vídeo]. Direção de Roberto Gervitz e Sérgio Toledo, São Paulo, Grupo Tanumã, 1978. 1 DVD, 76 minutos. color. Son.

JORNAL MOVIMENTO. Edição Semanal 272 – 15 a 21 de setembro de 1980.

SCHMIDT, Crimeia et al (org.). *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2a ed. Revista, ampliada e atualizada – São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Instituto de Estudos sobre a violência do Estado, 2009. 772 p.:il.

TAPAJÓS, Renato; HIDALGO, Romero. *O fim do esquecimento*. [Filme-vídeo]. Direção de Renato Tapajós, produção de Romero Hidalgo, São Paulo, 2012. 1 DVD, 54 minutos. color. son.

TAPAJÓS, Renato. *Em nome da segurança nacional*. [Filme-vídeo]. Direção de Renato Tapajós, São Paulo, Tapiri Cinematográfica, 1984. 1 DVD, 48 minutos. color. son.

TAVARES, Camilo; TAVARES, Flávio; LADEIA, Karla. *O dia que durou 21 anos*. [Filme-vídeo]. Direção de Camilo Tavares, Produção de Flávio Tavares, Camilo Tavares e Karla Ladeia, Pequi Filmes, São Paulo, 2011. 1 DVD, 77 minutos. color. Son.

*1968: memórias de uma história de luta*. Realização Sindicato dos Metalúrgicos.

## OS METALÚRGICOS NA CIDADE E A CIDADE DISTANTE DOS METALÚRGICOS

GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MEDICI, Ademir. *9 de novembro de 1947: a vitória dos candidatos de Prestes*. Santo André: Fundo de Cultura do Município de Santo André, 1999.

PRADO JR., C.. *A cidade de São Paulo: geografia e história*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica da cidade de São Paulo*. São Paulo: Globo, 2004.

TRÓPIA, Patrícia Vieira. *Força Sindical: política e ideologia nos sindicalismo brasileiro*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.

## COTIDIANO OPERÁRIO E MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS EM SÃO PAULO (1970-1980)

### TESTEMUNHOS:

Depoimento de **Anízio Batista** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.

Depoimento de **Antônio Prado de Andrade (Tico)** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.

Depoimento de **Antonio Vieira de Barros (3/8)** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.

Depoimento de **Célia Rossi** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.

Depoimento de **Edvigés Santos (Edi)** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.

Depoimento de **Fernando do Ó Veloso** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.

Depoimento de **Jorge Luís dos Santos (Jorge Preto)** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.  
 Depoimento de **Maria José da Gama Cavalcanti** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.  
 Depoimento de **Maria José Soares (Mazé)** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.  
 Depoimento de **Pedro Gonçalves Pereira (Pedrão)** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.  
 Depoimento de **Pedro Pereira do Nascimento (Pereirinha)** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.  
 Depoimento de **Raimundo Perilat** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.  
 Depoimento de **Rita de Cássia** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.  
 Depoimento de **Rui Alves Lima** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.  
 Depoimento de **Waldemar Rossi** ao Projeto Memória da OSM-SP, 2012.

### SÃO PAULO, OS DESAFIOS DA GOVERNANÇA

BARQUERO, Antonio Vazquez. *Networking, innovation, institutions and cities*. New York: Routledge, 2002. Disponível em: <http://dowbor.org/2007/06/endogenous-development-networking-innovation-institutions-and-cities-2.html/>

CEPAL. *La Hora de la Igualdad*. Santiago: CEPAL, 2010. Disponível em: <http://dowbor.org/2010/11/cepal-la-hora-de-la-igualdad-brechas-por-cerrar-caminos-por-abrir.html/>

DOWBOR, Ladislau. *O que é Poder Local*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2010. Disponível em: <http://dowbor.org/08podlocal.doc>

\_\_\_\_\_. *Democracia Econômica*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2012. Disponível em: <http://dowbor.org/blog/wp-content/uploads/2012/06/12-DemoEco1.doc>

INSTITUTO CIDADANIA. *Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local*. Disponível em: <http://dowbor.org/2009/03/politica-nacional-de-apoio-ao-desenvolvimento-local-doc-mar-2009.html/>

PADOVANO, Bruno R.; NAMUR, Marly; SALA, Patricia B. *São Paulo: em busca da sustentabilidade*. São Paulo: Edusp, 2012.

RIFKIN, Jeremy. *A sociedade de custo marginal zero*. São Paulo: M.Books, 2015. Disponível em: <http://dowbor.org/2015/03/jeremy-rifkin-the-zero-marginal-cost-society-the-internet-of-things-the-collaborative-commons-and-the-eclipse-of-capitalism-new-york-palgrave-macmillan-2014.html/247>

### A INDÚSTRIA EM SÃO PAULO: CONCENTRAÇÃO, DESCONCENTRAÇÃO E NOVOS RUMOS

BATISTONI, Maria Rosângela. *Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987)*. São Paulo, 2001. Tese (doutorado). 498f. São Paulo: Serviço Social- PUC, 2001.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1981.

CANO, Wilson. “Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95”. *Economia e Sociedade*, Campinas, v.8, jun.1997, p.101-41.

CARDOSO DE MELLO, João M. *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

CEBRAP. *Recursos Humanos da Grande São Paulo*. São Paulo, GEGRAN, 1971.

COMIN, Álvaro & AMITRANO, Cláudio. “Economia e Emprego: a trajetória recente da RMSP”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 66, jul. 2003, p.53-76.

- DINIZ, Clélio C. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília, IPEA, 1995. (texto para discussão n. 375).
- DINIZ, Clélio C. & CROCCO, Marco A.” O novo mapa da indústria brasileira: aglomerações industriais relevantes”. *Nova economia*, Belo Horizonte, Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, v.6, n.1, jul. 1996, p.77-103.
- EMPLASA. *Perfil industrial desejável para a grande São Paulo*. V. II. São Paulo, Secretaria dos Negócios Metropolitanos, 1980.
- EMPLASA. *Mapa de uso e ocupação do solo da Região Metropolitana de São Paulo*. São Paulo: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A, 3 CD-ROM – versão 2, 2005.
- FISHLOW, Albert. “Origens e consequências da substituição de importações no Brasil”. In: VERSIANI, F.R. & MENDONÇA DE BARROS, J.R. (orgs.) *Formação econômica do Brasil*. A experiência da industrialização. (Série ANPEC). São Paulo, Saraiva, 1977, p. 7-40.
- LENCIONI, Sandra. “Mudanças na Metrópole de São Paulo e Transformações Industriais”. *Revista do Departamento de Geografia*, n. 12. São Paulo, USP, 1998, p. 27-42.
- PACHECO, Carlos A. *Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial*. Brasília, IPEA, 1999 (texto para discussão n. 633).
- NEGRI, Barjas. *Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas, Unicamp, 1996.
- REIS, Mauricio C. & CAMARGO, José M. “Desemprego dos jovens no Brasil: os efeitos da estabilização da inflação em um mercado de trabalho com escassez de informação”. *Revista Brasileira de Economia*. Vol. 61, n.4, Rio de Janeiro, Oct./Dec. 2007. Disponível em : <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71402007000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402007000400004)>
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Indicadores Anuais. São Paulo, SEADE, 2012. Disponível em: <[http://www.seade.gov.br/produtos/ped/mostra\\_assunto.php?assunto=>248](http://www.seade.gov.br/produtos/ped/mostra_assunto.php?assunto=>248)>
- THERY, Hervé. & MELLO, Neli. *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial, 2005.

## A POLÍCIA QUE MATA

AZEVEDO, Jô; DIAS, Luciana; BENEDICTO, Nair. *Santo Dias: quando o passado se transforma em História*. São Paulo: Cortez, 2004.

## ASSOCIAÇÕES DE TRABALHADORES: O ENCONTRO DAS ORGANIZAÇÕES DE FÁBRICA COM OS BAIROS

BATISTONI, Maria Rosângela. *Confronto operário: a Oposição Sindical Metalúrgica nas greves e nas Comissões de Fábrica de São Paulo (1978-1980)*. São Paulo: IIEP, 2010.

GRAZIA, Giuseppina Rosaria de. *Da autonomia à institucionalização: a proposta de organização independente e autônoma desenvolvida na região da Mooca – SP*. São Paulo, 1997. Tese (mestrado). 251f. Universidade de São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_. “O movimento operário e as Associações de Trabalhadores em São Paulo”. In: *Lutas Sociais*. São Paulo, n. 25/26, p.133-147, 2o sem. de 2010 e 1o sem. De 2011.

### A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES PELOS TRABALHADORES: NOVA PIRATININGA

MORAES, C. S. V. (org.) *Educação de trabalhadores por trabalhadores: educação de jovens e adultos e formação profissional*. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2013.

### CONHECER PARA LUTAR: A EXPERIÊNCIA DO LIDAS

BATISTONI, Maria Rosângela. *Entre a fábrica e o sindicato: os dilemas da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (1967-1987)*. São Paulo. 2001. Tese (doutorado). 498f. São Paulo: Serviço Social- PUC, 2001.

MOSM-SP. *Informe Interno da Lidas*. São Paulo, julho/1989.

LIDAS. *Conhecer para lutar*. São Paulo, 1992.